

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

GREGORI, José. José Gregori II (depoimento, 2015 / 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (16h 54min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**José Gregori II
(depoimento, 2015 / 2016)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 25/05/2015 a 03/06/2016

Duração: 16h 54min

Arquivo digital - áudio: 14; Arquivo digital - vídeo: 13; MiniDV: 11;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: ABC Paulista; Advocacia; Afonso Arinos de Melo Franco; Agradecimentos; André Franco Montoro; Anistia Internacional; Anistia política; Anticomunismo; Assuntos familiares; Atentado do Riocentro (1981); Atividade profissional; Ato Institucional, 2 (1965); Ato Institucional, 5 (1968); Câmara dos Deputados; Campanha do petróleo (1948-1953); Carlos Lacerda; Civis e militares; Congresso Nacional; Cooperação internacional; Correio da Manhã; Crimes políticos; Crise de 1955; Crise de 1961; Denúncia política; Direito; Direitos humanos; Diretas já (1984); Ditadura; Drogas; Eduardo Gomes; Energia; Estado e sociedade; Eugênio Sales; Exílio; Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Família; Formação escolar; Francisco Julião Arruda de Paula; Fundação Padre Anchieta; Gênero; Getúlio Vargas; Golpe de 1964; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Getúlio Vargas (1951-1954); Governo João Goulart (1961-1964); Igreja Católica; Imprensa; Integralismo; Intelectuais; Jânio Quadros; Juarez Távora; Juscelino Kubitschek; Legislação; Lei de segurança nacional; Leonel Brizola; Ligas camponesas (1955-1964); Luís Carlos Prestes; Luiza Erundina de Sousa; Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade (1964); Márcio Moreira Alves; Marcos Freire; Marxismo; Miguel Reale; Militância política; Militares e estado; Ministério da Justiça; Minorias; Movimento Democrático Brasileiro; Movimento negro; Movimentos sociais; Música; Nacionalismo; Nelson Jobim; Organizações não governamentais; Otávio Mangabeira; Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; Partido Social Democrático - PSD; Paulo Evaristo Arns; Paulo Sérgio Pinheiros; Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); Política indigenista; Presidencialismo; Preso político; Redemocratização; Redemocratização de 1945; Regime militar; Repressão política; Rio de Janeiro (cidade); Rubens Paiva; San Tiago Dantas; São Paulo; Segunda Guerra Mundial (1939-1945); Segurança pública; Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial; Sistema jurídico; Sistema prisional; Socialismo; Sociedade civil; Televisão; Teotônio Vilela; Tortura; Trajetória política; Transferência da capital (Brasília); União Democrática Nacional; União Nacional dos Estudantes; Violência;

Sumário

1ª Entrevista: 25.05.2015

Arquivo 1: Origens familiares; a mudança para o Rio de Janeiro; o episódio do assassinato de seu pai; a atividade profissional do pai no Café Bandeirantes; as relações de seu pai com os movimentos políticos da década de 1930; o retorno a São Paulo e a mudança no status social; os estudos no Grupo Escolar Conselheiro Antônio Prado, em Barra Funda, São Paulo; as experiências com a professora Brites de Álvares; o reencontro com Dona Brites através do livro de Ecléa Bosi; a formação religiosa; a sobrevivência familiar após a morte de seu pai; a formação socioespacial da Barra da Tijuca.

Arquivo 2: Os estudos no Colégio Claretiano; os conhecimentos musicais aprimorados na formação escolar; a presença da música nos círculos familiares; a carreira de seu irmão, Henrique Gregori Neto, como maestro; a trajetória dos irmãos do entrevistado; Revista Feminina, o primeiro programa da tarde da televisão brasileira introduzido por sua irmã, Maria Teresa Gregori; as composições artísticas de sua mãe; as discussões sobre a política getulista e o cenário da Segunda Grande Guerra no ginásio; as leituras realizadas durante a juventude; a presença nas conferências realizadas por declamadores de poesia e prosa; as influências familiares na escolha do curso de Direito; o tom político já presente no colegial; a posição do entrevistado na polarização entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN); a influência do integralismo na construção do nacionalismo; os novos contornos do nacionalismo pós-1945; as influências do socialismo e a questão do petróleo; o ingresso no curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Arquivo 3: As experiências na Faculdade de Direito da USP; a participação nos comícios pró-candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes; a mobilização das massas realizada na campanha de Getúlio Vargas; o congresso estudantil realizado na União Estadual dos Estudantes, filiada à União Nacional dos Estudantes (UNE); a organização da corrente estatal-nacionalista na UNE; o congresso em Minas Gerais e o encontro com o governador Juscelino Kubitschek (JK); o problema de energia no Brasil; a conciliação entre a visão nacionalista e o anti-varguismo do entrevistado; a aproximação com Otávio Mangabeira; reflexões sobre a emergência dos setores populares com a figura de Jânio Quadros; a fundação do Movimento Cívico de Recuperação Nacional; as tendências pró-socialistas; as leituras de autores marxistas; o discurso anticomunista no Brasil e no mundo; o encontro com Luís Carlos Prestes; a relação de Prestes com o tio do entrevistado, Celestino Paraventi.

Arquivo 4: A relação do entrevistado com o tio; a questão do Ouro de Moscou; a amizade de Paraventi com Prestes; o encontro entre Paraventi, Prestes e o pintor Di Cavalcanti; a presença de mulheres no curso de Direito da USP; o contato com Hilda Hist na Faculdade de Direito; a questão de gênero na área do Direito; Miguel Reale como o professor mais marcante da graduação; as discussões políticas nas universidades; o antigetulismo nas vésperas do suicídio de Vargas; lembranças sobre o dia do suicídio de Getúlio Vargas; a recepção do suicídio pelos estudantes e sindicalistas; reflexões posteriores sobre o segundo governo de Vargas (1950-1954); o papel de oposição de Carlos Lacerda; as atividades profissionais durante os anos de faculdade; o contato de seu pai com Monteiro Lobato e a

defesa do nacionalismo; a conciliação entre vida política e vida acadêmica; a afinidade com as áreas do Direito; as eleições presidenciais de 1955; os contatos com Juarez Távora; reflexões sobre a candidatura de JK; o trabalho na área de advocacia iniciado em 1954; a diminuição da atividade cívico-política.

Arquivo 5: O primeiro encontro com sua futura esposa, Maria Helena; a trajetória de vida de sua esposa em 59 anos de relacionamento; as eleições presidenciais de 1960; as aproximações com San Tiago Dantas; o convite para o gabinete de San Tiago Dantas; a trajetória política de San Tiago Dantas; as discussões sobre o Plano Trienal de Celso Furtado; impressões sobre Brasília; a questão agrária na cena política brasileira; relações com Francisco Julião e as Ligas Camponesas.....p. 1-83

2ª Entrevista: 26.05.2015

Arquivo 1: A visita ao Engenho Galileia em 1963 e a relação com as Ligas Camponesas; as atividades na advocacia; o clima político nas vésperas do golpe militar de 1964; a participação da classe média na Marcha da Família com Deus pela Liberdade; os empecilhos de governabilidade de João Goulart; a polarização política entre Leonel Brizola e Carlos Lacerda; o surgimento do Grupo dos Onze; os contatos com João Goulart; o dia do golpe de 1964; a tomada do Palácio Guanabara organizada por Carlos Lacerda.

Arquivo 2: A participação de Ney Neves Galvão como novo Ministro da Fazenda; a informação do golpe através do telefonema recebido de sua esposa, Maria Helena; o telefonema para Afonso Arinos e a recepção de João Goulart; a reunião da esquerda contra o golpe de 1964; a tomada de pontos estratégicos do Rio de Janeiro pelos militares; o incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE); a resistência à ditadura no território nacional; as primeiras movimentações institucionais do regime militar; o retorno a São Paulo e a retomada das atividades de advocacia; a prisão de seus companheiros políticos.

Arquivo 3: As negociações para a liberação de presos políticos no início da ditadura militar brasileira; o episódio do Comício da Central do Brasil nas vésperas do golpe; a criação de uma corrente de solidariedade informal aos perseguidos políticos; a resistência da imprensa ao regime militar encabeçada pelo Correio da Manhã; o lançamento do livro Torturas e torturados de Márcio Moreira Alves; a rede de resistência mediada pelo entrevistado; o discurso de Márcio Moreira Alves e a sua cassação pelo Ato Institucional 5 (AI-5); o contato com a família de Márcio Moreira Alves; o clima de desconfiança instaurado pelo AI-5; o vínculo com a Comissão de Justiça e Paz; os membros da Comissão; a assistência de Dom Paulo Evaristo às famílias dos torturados e desaparecidos.

Arquivo 4: Os contatos das Comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo; a prisão e o desaparecimento de Rubens Paiva; as mobilizações do governo de Fernando Henrique Cardoso para a criação de políticas de Direitos Humanos; a dinâmica de trabalho da Comissão de Justiça e Paz; o processo de recolhimento das denúncias pela Comissão; a denúncia do assassinato de Manuel Fiel Filho; a batalha jurídica na defesa dos casos de vítimas da ditadura pela Comissão; a busca de informações sobre os detidos nos órgãos policiais; o mapeamento dos órgãos de repressão da ditadura militar; a atuação da advocacia criminal política no salvamento dos detidos; os contatos internacionais da Comissão Justiça

e Paz; a grande quantidade de casos atendidos pela Comissão; a organização das reuniões da Comissão.

Arquivo 5: A criação do conselho para a Comissão Justiça e Paz; as feições da Comissão no tempo presente; o ingresso no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974; a participação na Fundação Padre Anchieta de Cultura; as relações do entrevistado enquanto ministro da justiça com as empresas de televisão; as relações da Comissão Justiça e Paz com a comissão de Anistia; contatos com Therezinha Zerbini; a criação do Comitê Brasileiro de Anistia; a participação em organizações de reconstrução democrática; o posicionamento em relação à Lei de Anistia de 1979; a questão dos crimes conexos na Lei de Anistia; a recepção da tortura pela sociedade brasileira; a jurisprudência da Lei de Anistia; as discussões acerca da impossibilidade de responsabilização criminal de pessoas que cometeram violações aos direitos humanos; as visitas aos presos políticos mobilizada pela sociedade.

Arquivo 6: O projeto de indenização a uma vítima do atentado contra o consulado americano em São Paulo; a criação do serviço de proteção à testemunha no âmbito nacional; a delação premiada no Brasil; reflexões sobre pacificação e reconciliação nacional na anistia; a candidatura pelo PMDB a deputado estadual em 1982; a divergência ideológica no PMDB; as reuniões intelectuais organizadas pelos partidários; as greves sindicais do ABC Paulista..... p.83-157

3ª Entrevista: 02.06.2016

Reflexões sobre a Lei de Anistia; a ponte entre o Comitê Brasileiro pela Anistia e a Comissão de Justiça e Paz; reflexões sobre a punição aos torturadores; a repercussão da homenagem de Jair Bolsonaro ao torturador Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra; as interpretações da Lei de Anistia; as repercussões da Comissão Nacional da Verdade; a possibilidade de revisão da Lei de Anistia pelo aparato legislativo; o projeto Brasil: Nunca Mais realizado na década de 1970; a possibilidade de autoexílio e a mobilização na resistência contra a ditadura; o relacionamento com Rubens Paiva; as discussões sobre o caso de Rubens Paiva; o retorno ao pluripartidarismo em fins do regime militar; os temas compreendidos no âmbito dos direitos humanos; as tentativas de mobilização de resistência pela imprensa; a presença no ato pela anistia no Teatro da Pontifícia Universidade Católica (Tuca); a sensibilização realizada pelo movimento da anistia; o trabalho na advocacia de partido; a rede de advogados e a judicialização dos casos após a Lei de Anistia; a Comissão de Justiça e Paz do Rio de Janeiro; a atuação de Dom Eugênio Sales na ditadura militar; o papel da Igreja na defesa dos direitos humanos; o papel de figuras do regime militar na atenuação da violência da ditadura; o julgamento simbólico da Lei de Segurança Nacional no Tribunal Tiradentes em 1983; a prisão de sua esposa; lembranças sobre o atentado do Riocentro em 1981; a criação da Comissão Teotônio Vilela e a questão do Hospital Psiquiátrico de Juqueri; a ascensão da luta antimanicomial; os contatos com Nise Silveira; a tentativa de organização de um partido socialista; o ingresso na vida política como deputado estadual; a pauta dos direitos humanos em sua campanha; as experiências durante a campanha eleitoral; a criação de um comitê de campanha; o apoio de companheiros políticos nas eleições; a experiência na Câmara dos Deputados; a relação com os deputados do parlamento; o convite para a Secretaria de Participação por Franco Montoro; a apresentação

de projetos de lei enquanto deputado; o posicionamento no debate das Diretas Já; a contribuição de Luiza Erundina aos movimentos sociais; a articulação com os movimentos sociais e políticos; a candidatura para o cargo de deputado federal; a ideia de participação no processo de transição democrática; o processo de estruturação da Secretaria de Participação; a questão do serviço civil; o trabalho no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); o trabalho com Marcos Freire, ministro da Reforma Agrária; a morte de Marcos Freire..... p. 157-231

4ª Entrevista: 03.06.2016

Arquivo 1: A atuação na Secretaria Nacional de Direitos Humanos; o processo de criação da Lei dos Desaparecidos Políticos; a questão do não revanchismo na nova lei; o contato com distintos setores na formulação da Lei dos Desaparecidos Políticos; os contatos com o jornalista Ricardo Amaral do Estadão; a lista inicial elaborada para a Lei dos Desaparecidos Políticos; a abrangência da lei para figuras polêmicas; a influência do jornalismo na consolidação da opinião pública sobre a lei; a questão do ônus da prova aos familiares dos desaparecidos políticos; as despesas do Estado na investigação dos desaparecidos políticos; a negociação com o setor militar; o período coberto pela primeira versão da lei; a opção pelo recuo temporal coberto pela lei; a reivindicação do atestado de óbito aos desaparecidos sem cadáver encontrado; os princípios de reconciliação e pacificação nacional da legislação; a concepção do primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996; a participação de Paulo Sérgio Pinheiro e Paulo Mesquita no PNDH; os encontros por todo o Brasil para a inclusão das minorias no PNDH; o mapeamento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) participantes dos encontros; as discordâncias quanto aos pontos do Plano pelo setor governamental; o reconhecimento da autoridade do Tribunal de Costa Rica na questão dos direitos humanos; o impacto do massacre do Carajás no governo; a relação governamental com Carajás antes do massacre; os contatos com Herbert José de Sousa, o Betinho; a elevação da Secretaria de Direitos Humanos para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; o cotidiano na Secretaria; as origens do Serviço de Proteção Nacional à Testemunha; a equipe da Secretaria; o contato com membros da Comissão de Justiça e Paz; a percepção sobre os direitos humanos ao longo do tempo; o impacto da Conferência de Durban; a mobilização de caravanas brasileiras para a Conferência; os contatos com Ivair Augusto Alves dos Santos; a questão racial na dimensão dos direitos humanos; as contribuições governamentais e do movimento negro no Comitê da Igualdade Racial; os entraves da sociedade brasileira aos direitos humanos; a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública; a nomeação para o Ministério da Justiça.

Arquivo 2: A exoneração de funcionários públicos envolvidos em situações de tortura; o processo de criação da Comissão de Anistia; a agenda enquanto ministro da Justiça; a questão indígena durante sua gestão no Ministério da Justiça; a questão presidiária no Ministério da Justiça; os momentos finais de sua gestão no Ministério da Justiça; a questão dos recursos para o Plano de Segurança; a legislação de combate às drogas; as origens da delação premiada; o cargo como embaixador de Portugal; a participação na comissão para a localização dos restos mortais de guerrilheiros do Araguaia; agradecimentos finais.....p. 231-282

1ª Entrevista: 25.05.2015

Ângela Moreira – Bom, seu José Gregori, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a sua disponibilidade em vir até aqui conversar conosco sobre a sua trajetória profissional, sua trajetória biográfica também. E nós começamos esse tipo de entrevista, que se chama entrevista de história de vida, pela sua infância, não é? Então, eu gostaria que o senhor começasse falando sobre o seu ano de nascimento, sobre como foi a sua infância, sua história familiar.

José Gregori – Bom, em primeiro lugar eu preciso agradecer o interesse que vocês estão tendo. É claro que esse agradecimento vem sempre repassado com a dúvida: porque esse interesse por uma vida assim que eu considero modesta sem muito, sem muita densidade para merecer um interesse desse, mas de qualquer maneira eu sei do que a Getúlio Vargas é capaz, no sentido de restaurar períodos históricos, etc. e vai ver que pelo menos como [pedestre] eu tenho interesse. Então eu tomei a liberdade de ser um pouco presunçoso e agradecer o convite. Em segundo lugar dizer que eu nasci em 13 de outubro de 1930, portanto... Ainda que o presidente Fernando Henrique negue isso, eu sou apenas alguns meses mais velho do que ele [risos], com 84 anos. E nasci em São Paulo. Naquele tempo se nascia dentro de casa com o trabalho heroico das parteiras e eu nasci na Rua Maestro Cardim em que hoje se situa um hospital muito famoso, da Beneficência Portuguesa. Meus pais foram Ester Gregori que veio menininha, com dois anos da Itália e o engenheiro Henrique Gregori Júnior, que já nasceu no Brasil filho de pai italiano na cidade do interior de São Paulo, São Carlos. Eu tive seis irmãos, comigo formavam um naipe de sete. Hoje sou o remanescente. Fui casado até três meses e meio atrás com Maria Helena Gregori. Minha companheira de sempre, de todos os momentos. Tenho três filhas: Maria Stella, Maria Filomena, vulgo [Bibia], e Maria Cecília, vulgo [Ticho]. Tenho quatro netos. Alguns por afinidades, mas biologicamente, só quatro. E comecei praticamente a ter consciência das coisas, talvez com cinco anos de idade, não me lembro de nada que tenha acontecido antes, quando morava em São Paulo. Depois eu morei a partir dos seis anos no Rio de Janeiro com meus pais, no bairro de Copacabana quando só tinha um edifício de apartamento, Edifício Guarujá e eu tenho fotografias, eu pequenininho segurando uma bola do lado da minha mãe e praticamente era uma praia absolutamente deserta. Um ou outro herói que ia mesmo se banhar e de lá morei, porque a

minha mãe tinha uma espécie de traço cigano que gostava de mudar. Sempre com uma desculpa de que o lugar que morava não era tão seco e no Rio precisava se tomar cuidado porque naquele tempo tinha uma coisa pavorosa chamada tuberculose. Então, era preciso tomar cuidado com a umidade e com isso eu, de seis anos até nove, morei em quase todos os pontos do Rio de Janeiro. Morei em Santa Teresa, morei em Botafogo, morei no Flamengo.

Dulce Pandolfi – Nessa época você estudou em algum colégio? Você estudava onde aqui no Rio?

J.G. – Aqui no Rio de Janeiro eu entrei, e foi a primeira escola, em um colégio de freiras perto da Praça José de Alencar lá no Catete, Colégio São Marcelo. Não sei se ainda existe hoje

D.P. – Não sei.

J.G. – Eram umas freiras muito dedicadas, talvez de procedência espanhola. Mas foi a primeira escola que eu tive pontuada com o que era um traço antigamente da classe média que era o estudo de piano. Então eu fui aluno de uma professora que tinha muitos alunos, inclusive a aluna que mais se destacou, chamada Wilma Graça acabou sendo a professora do Antônio Carlos Jobim. Morreu há pouco tempo e fez uma plêiade de bons alunos. Bastaria o maestro para mostrar a excelência da didática dela. Então eu no Rio de Janeiro fiquei até os nove anos, aí sobreveio um fato totalmente inesperado e trágico na nossa vida que foi o assassinato do meu pai. Ele foi vítima de um ladrão, um bandido que o matou em circunstâncias muito hollywoodianas e covardes porque ele estava se dirigindo ao trabalho, ele ia a pé da Rua Paissandu onde a gente morava. Naquele tempo a Rua Paissandu era uma rua fidalga, cheia de palmeiras imperiais e terminava nessa rua o Palácio Guanabara onde morava o todo poderoso Getúlio Vargas, naquele tempo ele morava lá e meu pai saía dessa Rua Paissandu e ia para o Largo do Machado a pé e estava na altura de um hotel famoso na época que já acabou, o Hotel dos Estrangeiros, quando exatamente passando na porta esse bandido... Naquele tempo os carros tinham estribo, não é, e ele estava fora do carro, no estribo, com uma pistola na mão e descarregou em cima do meu pai e por coincidência meu pai entrou nesse hotel que foi onde também se abrigou de uma bala assassina também o

Pinheiro Machado, uma figura histórica que fazia presidentes, no tempo da Primeira República. Com essa...

D.P. – Mas teve alguma conotação política esse assassinato?

J.G. – Não. Nenhuma.

D.P. – Nenhuma.

J.G. – Era um antigo empregado que deu um desfalque, meu pai teve que despedi-lo e como vingança ele cuidou... Por vingança...

D.P. – O seu pai trabalhava em que exatamente, nessa época que ele veio também com o...

J.G. – Aqui em São Paulo, aqui no Rio de Janeiro ele tinha uma torrefação de café.

D.P. – Certo.

J.G. – Que tinha uma matriz no Largo da Carioca que era mais do que uma casa, mas uma torrefação de café, era um embrião de loja de departamento, cheia de seções de artigos masculinos, femininos, perfumaria, *bombonière*. Tinha também naquele tempo a casa de café tradicional tinha balcão, mas tinha mesinha também. O sujeito podia sentar na mesinha e pedir uma xícara de café que vinha sempre com um copo d'água gelado e não era vítima de nenhum tipo de represália porque era um hábito carioca. E ele estabeleceu esse negócio e deu o nome de Casa de São Paulo e o Café Bandeirantes, porque nós estávamos na altura de 1935, 36 e ainda pesavam as cicatrizes do Movimento de 32. Então ele achou que era importante trazer produtos paulistas e vender com um certo sentido promocional de divulgar São Paulo. E essa casa eu conheci, menino, era uma casa muito bem montada no Largo da Carioca, que naquele tempo era um dos centros de passagem obrigatória no Rio de Janeiro, não é, e eu sei que na sua fase carioca quem passava lá toda tarde para tomar um cafezinho e bater um papo com meu pai, com o sócio do meu pai era uma figura muito pitoresca e outros amigos, era o Mário de Andrade. E o fato é que em razão desse trágico acontecimento, nós...

Como os nossos parentes moravam todos em São Paulo, no Rio só tínhamos novos amigos, mamãe viúva já, decidiu, cedendo aos apelos da mãe e dos irmãos que moravam em São Paulo, nós nessa noite mesmo tomamos um trem, naquele tempo era da Central do Brasil, na Estação Pedro II.

D.P. – Nessa noite mesmo?

J.G. – Nessa noite mesmo.

D.P. – Nossa!

J.G. – Quer dizer, o evento, o ocorrido foi talvez às 10h da manhã. Houve um velório em uma casa funerária perto da estação e desse velório, nós fomos para um carro especial. Naquele tempo tinham uns carros especiais na Central do Brasil e voltamos para São Paulo.

D.P. – Só uma coisa, só voltando um pouquinho, o seu pai teve alguma militância nesses anos, porque foram anos conturbados, não é, da Revolução de 30, depois 32, Revolução Paulista. Você lembra ou ele falava sobre isso?

J.G. – Ele tinha muitas relações, mas ele era um empreendedor.

D.P. – Sei.

J.G. – Ele começou a vida como engenheiro e um engenheiro vitorioso porque ele pegou um contrato de fazer em São Paulo todos os armazéns reguladores do café, que eram aparta... Eram galpões infinitamente grandes onde o café, sacas de 60kg deviam ficar depositados para espera do melhor momento do Brasil se desembaraçar deles. Com isso ele ganhou muito dinheiro, logo jovem, logo recém-formado e teve uma ideia que na época talvez tenha sido um pouco heterodoxa de ir com a mamãe e mais os três filhos, naquele tempo eram três, eu ainda não tinha vindo, ir para a Europa. Passou dois anos na Europa. E...

A.M. – Em que país?

D.P. – Na Itália.

J.G. – Com visitas naturalmente à França, que era a capital do mundo naquela época, mas estabelecidos mesmo, domiciliados mesmo na Itália. E era um homem de muita energia, um homem de muito charme, de muitas relações e com base praticamente na parte afetiva com pessoas ligadas ao antigo Partido Democrático de São Paulo. Quer dizer, naquela época a figura assim mais conhecida desse grupo era o Armando Salles de Oliveira que veio a ser governador de São Paulo, etc. Mas em compensação eu tenho fotografias dele com Getúlio mostrando naquilo que era chamado feiras de amostra que eles montavam no aterro do Rio de Janeiro onde é hoje o aeroporto Santos Dumont. As estandes da Casa de São Paulo, etc. e o Getúlio estava lá vistosamente, tomando café, etc. O que mostra que ele não era um homem de radicalismos, nem um homem de sectarismos. Mas de qualquer maneira, a maneira dele, digamos, afirmar o paulistanismo dele, não no sentido de ressentimento, mas no sentido de revisualização de São Paulo depois de 32, fica claro com o nome de Casa de São Paulo que ele deu, o nome de Café Bandeirantes que ele deu. O fato dele acolher o Mário de Andrade e outros paulistas que vinham em visita da capital federal, mas sem envolvimento político. Acredito que ele tivesse sido uma alma cívica, um homem de vibração das coisas que aconteciam, mas sem engajamento, mas muito atencioso com as coisas da época. Eu lembro que ele era leitor de uma revista [*Le Moi*], depois de alguns anos os volumes que restaram eu pesquisei e era uma revista como se fosse o *Time* de hoje, ou *News Magazine* é... Uma coisa que tratava dos acontecimentos mundiais, com grande predominância da Europa antes da guerra. E a biblioteca dele também revelava um pendor também de gostar de coisas políticas porque muitas biografias – ele como toda classe média ilustrada da época era leitor assíduo do Stephen Zweig, que o Alberto Dines trouxe de novo para o palco com a biografia que fez e de um outro escritor italiano, dois escritores italianos que na época eram famosos o Papini e o Pitigrilli. Quer dizer, era um homem, digamos de participação sem engajamento.

D.P. – Certo.

J.G. – Com isso voltamos para São Paulo. Foi não só uma mudança de coordenadas geográficas, mas também de mudança do status social porque na realidade o empreendimento

dele estava no começo, não se encontrou sucessor e o tio que tentou vir para o Rio para sucedê-lo não era o homem talhado para negócios com riscos ao empreendimento. O fato é que a... Os empreendimentos ficaram um pouco à deriva e a nossa mudança de vida foi muito abrupta, não é? Quer dizer, eu tive que me matricular em uma escola popular que naquele tempo eram os grupos escolares, escola pública e me lembro bem que a maioria dos colegas ainda, alguns iam descalço para a escola. Outros de chinelo e era um bairro popular, a Barra Funda em São Paulo. E... Mas, de certa maneira, me tornou uma espécie de uma figura popular porque eu como ex-habitante da capital federal tinha visto muita coisa, inclusive atendendo um curso que eu tenho desde que eu me conheço por gente é... Que é o problema de participar, não é? E naquele tempo a rua era um lugar de participação, não é? Você saindo de casa, você via coisas. A rua era um grande palco e com isso eu dizia para aquela meninada assim tão simples que tinha visto os maiores transatlânticos do mundo, não é? [risos] Que tinha visto grandes personalidades, que eu tinha visto o presidente dos Estados Unidos que era naquela época o Roosevelt, que tinha visto espetáculos de aviação é... Em cima da Baía de Guanabara, aviação de aviadores acrobáticos. Porque o fascismo do Mussolini praticamente introduziu no mundo o marketing, não é? Quer dizer, o PT não sabe que a preocupação que ele tem pelo marketing vem do Mussolini, que foi o primeiro marqueteiro do mundo, não é? E vivia em grande parte de marketing porque quando veio a hora da verdade na guerra a Itália saiu-se muito mal, revelando grande fragilidade e tal em contraste com a imagem que a Itália projetava. E eu ficava no recreio contando as coisas que eu tinha visto e não tenho dúvida nenhuma que entre eles comentavam: “Olha, é um grande mentiroso, mas conta as coisas divertidamente e tal” [risos] Não acredito que nenhum deles achasse que eu tivesse reproduzindo a verdade, mas talvez coisas imaginadas ou vistas em cinema assim.

A.M. – Qual o nome do colégio que o senhor estudou?

J.G. – Grupo Escolar Conselheiro Antônio Prado. É no bairro da Barra Funda, perto da Rua Lopes Chaves onde morava o Mário de Andrade. E agora até tem um Museu Mário de Andrade lá, na casa que ele nasceu e viveu. Essa tormenta que se abateu sobre a família, que teve reflexos socioeconômicos e sentimentais também, porque meu pai era uma figura muito ativa, muito participante, mudou muito não só a maneira de ser e estar da família, mas eu

acho que marcou também a minha maneira de ser. Eu fiquei muito por conta daquilo que eu chamo de uma santa que eu criei, a Nossa Senhora do Acaso, entendeu? Quer dizer, realmente eu sou muito sensível às coisas como elas fluem sem grande apreço por planejamentos e profecias e as coisas serem pré-determinadas e tal porque realmente essa mudança ter acontecido em um átimo de segundo, não é? Com consequências assim que na infância e depois na adolescência marcam tanto, me deixou uma maneira de ser, quer dizer, de aceitação da predominância do acaso sobre leis pré-determinadas e etc. O que me valeu depois no futuro quando tinha a discussão com meus amigos marxistas e tal que já desenrolavam o que seria toda a vida que viria, etc.etc., eu via isso muito na área do imaginário, da ficção etc., porque por dentro eu tenho e tinha, não tanto quanto na infância, mas uma ideia de que as coisas acontecem segundo leis e segundo forças sobre as quais a gente tem muito pouca influência.

D.P. – Você era um bom aluno no colégio?

J.G. – Eu fui um aluno que se destacava um pouco, digamos, um pouco pretensiosamente pela personalidade, quer dizer, acredito que a mesma... O certo espanto que eu causava nos colegas eu causava na professora, quer dizer, em um colégio simples ser uma pessoa tipicamente da classe média e com um passado já de vivências diferentes, não é? E com uma certa facilidade de expressão porque me valia em todo, toda solenidade ser escalado para ler textos ou mesmo para improvisar saudações natalícias ou comemorativas etc. E na realidade isso me aproximou em primeiro lugar um grande reconhecimento à escola pública como ela era naquela época, não é? Uma escola pública realmente de grande competência formativa e de grande coerência e possibilidades na... Em marcar os conhecimentos. E a impressão que me deixou vida afora a dedicação que as professoras tinham por aquilo, não é? A que mais se destacou, dona Brites Álvares. Ela é parente da família Pessoa em São Paulo. A irmã dela foi ativista feminina e depois ativista do Partido Comunista. Ela também era comunista, mas uma comunista muito cônica da sua missão didática e que aceitava um não [inaudível] da maioria dos alunos, inclusive o meu que chegava a discutir com ela as minhas dúvidas a respeito de governo assim mais centralizador, etc., etc., embora no quarto ano primário, naquele tempo era curso primário. Mas de qualquer maneira é a imagem que eu tenho. Se patriotismo, a pessoa ser patriota tem uma feição é a figurada dona Brites. Ela realmente amava o Brasil.

Ela uma vez por semana colocava um quadro, com uma figura que tivesse feito alguma coisa na história do Brasil que se aproximasse da época cronológica que a gente estava. Então se fosse a época em que Rui Barbosa era nascido, lá ia fotografia do Rui Barbosa e fazia com que todos nós antes de começar a aula, além de cantarmos o hino nacional, e sabermos naquela época de cor, ela fazia questão que um por um soubesse quem foi a figura do Rui Barbosa, etc. [Dois] em tudo o que ela podia, ela ligava muito tudo o que estava acontecendo a uma certa conjuntura, que naquela época era de plena guerra na Europa, etc. e tal. O antiamericanismo dela é... Se manifestava, embora em termos muito civilizados, etc. Quer dizer, uma figura realmente inesquecível na minha infância... E depois marcou a minha vida com a satisfação de encontrá-la muitos anos depois como depoente em um projeto que a Ecléa Bosi fez a respeito da velhice.

D.P. – Ah!

J.G. – E ela entrevistou muitos velhos e uma das pessoas que ela entrevistou foi a dona Brites Álvares. E nesse depoimento dela, sem que nunca mais eu a tivesse visto, quando ela relembrou o tempo de magistério, etc. “A senhora teve algum aluno que a tenha marcado as lembranças, etc. etc.?” Ela disse: “Ah, o deputado José Gregori.” O que eu fiz quando eu soube, eu a procurei, consegui localizá-la, já velhinha, mas ainda lúcida. E até o fim da vida dela, foram poucos, eu continuei me encontrando com ela, etc. etc. Quer dizer, para mim é o paradigma da patriota, a dona Brites.

D.P. – Que coisa incrível! Quer dizer, através do livro da Ecléa...

J.G. – Da Ecléa.

D.P. – Você reencontrou com ela. Que coisa incrível! Super legal, não é? E esse colégio... Quer dizer, obviamente era um colégio leigo, não é? Porque era um colégio público.

J.G. – Era um colégio público.

D.P. – Você tinha formação religiosa? Como é que é essa coisa da religião católica na sua vida?

J.G. – Bom, muito forte no sentido da minha mãe. Minha mãe era uma figura em termos de teatro, era uma figura de Pirandello, uma figura assim de grande sisudez, de grande é... Economia de palavras, mas de muita vida interior e uma vida interior de grande profundidade e era uma mulher naquele tempo era por questão de educação, etc. de um homem só, não é? A grande paixão que ela teve foi o meu pai. Desde menina foi um caso de amor que se prolongou pelo fato deles conviverem em adolescência, na adolescência e ela no desespero da perda ela se agarrou à religião. Então ela foi uma pessoa extremamente devota e também, embora inculta, porque fez apenas o colégio primário na época, ela tinha uma queda pela leitura e tal e formou uma biblioteca de, uma radiografia, quer dizer, uma biblioteca especializada em biografia de santos e o... Ela teve grande participação na igreja com, durante muitos anos o, eu a acompanhava o outro filho acompanhava, porque éramos sete, então havia uma espécie de rodízio, mas pelo menos nos três primeiros anos de viuvez, ela ia duas vezes religiosamente à igreja.

D.P. – Duas vezes por semana? Por dia?

J.G. – Por dia. Uma de manhã para assistir à missa e ia no fim da tarde. E depois passou a frequentar a igreja praticamente diariamente, uma vez só. Mas de qualquer maneira, ela alargou um pouco a concepção religiosa dela aceitando a turbulência de mocidade de cada um dos filhos, mas de qualquer maneira era uma mulher muito devota e que acreditava realmente nos valores dela etc. E em um determinado momento da vida ela fez questão de fazer parte da Ordem Leiga de São Francisco e deixou por escrito o desejo de que quando fosse para a última morada fosse nas vestes de franciscana. Com isso a gente teve alguns amigos em uma fase difícil porque, como eu disse, mudou o nosso nível social, etc., praticamente em São Paulo a gente teve que reconstruir a vida e ela se aproximou de alguns padres, muito inteligentes e que frequentavam lá em casa e trouxeram muita cultura porque eram padres muito vividos e um deles padre Juca Carvalho, um homem muito conhecido na sociedade de São Paulo e a pastoral dele significava ele visitar os devotos no dia do aniversário. Ele tinha uma agenda. Não passava um dia que ele deixasse de almoçar e jantar

com quem tivesse aniversariando, não é? E geralmente ele tinha amigos interessantes que ele levava junto, porque um tocava violino, outro tocava flauta, outro era meio cigano e lia a mão. Então era um duplo espetáculo. Primeiro a erudição do padre contando histórias ou falando coisas significativas e segundo quem será a companhia que padre Juca vai trazer hoje, não é? E... De maneira que a religiosidade, embora dela eu estivesse afastado por muito tempo, foi uma marca dentro da minha casa e marcou muito a minha mãe, sobretudo no amparo que ela recebeu na fase de luto, de viuvez porque ela foi viúva sempre.

D.P. – José Gregori, como era... Você já falou que vocês, com a morte do pai, claro, não é, vocês tiveram um declínio social e econômico, mas enfim a família com seis filhos. Como é que sua mãe, como é que vocês sobreviviam? Tinha uma herança, tinha esse... Essa coisa do café...

J.G. – No começo o meu avô materno, lá em São Paulo, foi o introdutor da torrefação de café e ele tinha um café torrado e moído que ele entregava nas casas tão popular como foi bem lá atrás aqui no Rio de Janeiro, o Café Globo. Não sei se ainda existe o café Globo. É... Hoje em São Paulo o equivalente é o café que ele fundou, que se chamava Paravente, é o Café União, Café Caboclo, etc. Então esse meu tio herdou com a morte do meu avô o café e pôde, na fase mais difícil, em que a Casa de São Paulo ficou praticamente à deriva, ele pôde ajudar a irmã, mas foi depois ressarcido. Mas de qualquer maneira, foi a maneira como nós não ficamos à míngua, não é, durante uns dois, três anos. Até encontrarem um comprador para essa casa, que era um grupo estrangeiro do qual fazia parte o tio do Paulo Francis, [inaudível] foram eles que compraram a Casa de São Paulo que ainda continuou

D.P. – Sei.

J.G. – Por alguns anos. E depois meu pai é... Deixou também terras na Barra da Tijuca e que naquele tempo era uma mostra da floresta amazônica. Não tinha nada. Tinha a Lagoa de Marapendi e tinha o oceano, aquela maravilha e etc. Mas ela conseguiu vender só uma parte das terras porque aí sobrevieram mil posseiros e reivindicantes. Tudo isso se transformou em um dos maiores processos judiciais aqui do Rio de Janeiro, etc. Mas a base até nós irmos tendo condições de ter emprego, salvo meu irmão que logo depois do falecimento do meu

pai, arrumou um emprego em São Paulo, o mais velho até chegar a hora de a gente ter alguma rendinha o que foi a base modesta, mas em todo caso uma base de sobrevivência, foi em primeiro lugar a ajuda que a gente recebeu e desse tio herdeiro do Café Paraventi e segundo lugar o que uma única venda das terras trazia em prestações mensais para ela. Essa Barra da Tijuca é toda uma obra totalmente grilada. Ninguém tem legitimidade para coisa nenhuma porque eu consegui estudar profundamente. Todo mundo aí é posseiro, não é? Sem absolutamente nenhuma exceção, mas de qualquer maneira, nesse caso, tem grupos que por ter mais dinheiro, mais influência na justiça e tal conseguem fazer o seu não direito prevalecer sobre o não direito dos outros, não é? Então tudo confluiu, já aí 50 anos depois que o meu pai morreu, um chinês que acabou comprando toda a Barra da Tijuca porque ele conseguiu ir comprando eventuais direitos de todos os grupos reivindicantes e foi através dele que houve uma estabilidade que tornou possível a construção do bairro, não é? Mas é em ultima análise a maior colcha de invasores, não é, por centímetro quadrado do Brasil, é a Barra da Tijuca. E nós acabamos sendo indiretamente também beneficiários disso. Porque houve uma época que a mamãe conseguiu vender diretamente e anos depois quando o chinês quis limpar ou pelo menos deixar as coisas mais claras e tal ele nos procurou e aí não propriamente a, ele não comprou a terra, mas eventuais direitos que gente tivesse, etc., etc.

D.P. – Sei.

J.G. – Foi essa a maneira como a gente sobreviveu.

D.P. – E esse colégio você fica até quando nele? Você estuda...

J.G. – Esse colégio do...

D.P. – Do estadual...

J.G. – Conselheiro Antônio Prado eu fico quatro anos, depois vou para um colégio de padres claretianos, espanhóis fazer o ginásio. Naquele tempo eram quatro anos. E depois...

D.P. – Esse é um colégio privado então? Colégio de padres.

J.G. – Privado também. Privado. Na Rua Jaguaribe, de São Paulo. E era um colégio relativamente pequeno, sem muita fama, mas eram padres de uma maneira geral, virtuosos e tal, sobretudo os padres espanhóis que eu me aproximei, porque eles gostavam muito de música e gostavam muito de festas com palco então nós fizemos muitos shows, montamos operetas e gostavam também muito de esporte. Então foi uma época de muito, naquele tempo a gente chamava de bola ao cesto o basquete de hoje e muito futebol também. Posso atender?

[FINAL DO ARQUIVO 1]

A.M. – Colégio Claretiano.

J.G. – É. Colégio Claretiano e que a formação foi muito musical. Eram todos cantores e a gente desenvolveu muito o coral. E os padres que tinham liderança eram músicos e estimuladores de pecinhas teatrais etc., etc. e a parte do esporte, não é? Mas de qualquer maneira eu pude, no dia que o Getúlio foi deposto como ditador em 45 eu estava lá. E me lembro que eu pedi a palavra eles me deram [risos] e eu fiz a minha primeira arenguinha contra o Getúlio e saudando o que tinha vindo tal porque eu não conseguia achar a palavra para colocar em substituição à ditadura. Entendeu? Ainda não... Democracia não fazia parte do meu vocabulário.

A.M. – Vocabulário.

J.G. – Mas de qualquer maneira na questão da guerra eu me lembro da satisfação deles em... Aí foi o professor de geografia que provocou uma discussão e tal, quando os aliados invadiram a Normandia no Dia D, não é, eles fizeram questão de comemorar e tal. Quer dizer, embora espanhóis eles tinham uma propensão assim um pouco mais alargada, etc., etc. Não me lembro deles elogiando o Franco não. Entendeu? Não acredito que fossem também anti-franquistas, mas de qualquer maneira não marcaram a minha estada lá com nenhum tipo de manifestação simpática ao Franco que cronologicamente era o momento de maior apogeu, não é?

D.P. – Nesse colégio tinha algum centro acadêmico, diretório... Alguma coisa assim?

J.G. – Tinha o centro acadêmico do qual eu fui presidente, centro acadêmico. Que... Talvez se chamasse associação esportiva qualquer coisa assim e tal. E eu compensava as minhas deficiências esportivas sendo dirigente e etc. e tal. Então, organizava...

D.P. – Você não tinha nenhum jeito para o esporte?

J.G. – Olha, pouco. Pouco jeito, mas de qualquer maneira eu me metia a jogar bola ao cesto, que era o basquete, e no gol eu fiz umas experiências, mas como eu não podia dispensar o óculos, então... Goleiro de óculos, realmente é uma... [risos]

A.M. – Fica difícil.

J.G. – É uma coisa...

D.P. – Você falou das atividades também artísticas e musicais do colégio. Você teve alguma formação musical? Você...

J.G. – Tive. Aqui no... Desde o Rio com aquela professora que foi a...

D.P. – Você falou que você estudou...

J.G. – A minha colega que foi professora do Antônio Carlos Jobim, dona Gilda, se não me engano Gilda Carvalho, foi a professora que... E eu continuei em São Paulo com três professores e... Infelizmente nesse aspecto eu sou um pouco é... Um pouco cobrador da minha mãe. Eu acho que ela devia ter sido mais enérgica comigo e ter feito com que estudasse mais o negócio da música porque eu tenho um bruto complexo de não ler música. Eu toco um pouquinho de ouvido.

D.P. – Então você tinha aula de quê? De piano?

J.G. – Só piano.

D.P. – Só piano.

J.G. – Só piano. Mas fiquei sem o conhecimento, salvo em uma época, mas muito rudimentar de leitura musical. Fez muita falta na vida assim, como coisa... Uma experiência pessoal, como tocar para mim mesmo e tal. Mas de qualquer maneira a música marca muito a minha família porque a minha mãe era musical. É... Ela chegou a compor músicas. Esse meu tio dono do Café Paraventi era um artista nato e naquele tempo tinha umas operetas e ele sabia de cor todas as operetas. Um outro tio, irmão do meu pai, foi um compositor que se juntou a uma geração que fizeram, muita música em São Paulo. É... Alguns até com destaque fazem parte da história musical popular paulista, como Marcelo Tupinambá. Ele foi colega do Marcelo Tupinambá. Os dois engenheiros. E praticamente não tem Gregori que não tenha estudado um pouco de piano. Era uma marca da família.

D.P. – Você tinha obviamente um piano na sua casa, não é? Tinha, não é? Fazia parte...

J.G. – Fazia parte do... Fazia parte da, do patrimônio da classe média daquela época e no Rio a mesma coisa, o piano, não é? Ou o piano de cauda, o piano armário, o piano meia cauda. E o fato é que eu tive três irmãos que se destacaram muito na música. Quer dizer, um irmão, recentemente falecido que fez a carreira musical de maestro, de uma geração ilustre, porque é a geração do Isaac Karabtchevsky, a geração do Júlio Medaglia e a geração do Diogo Pacheco, pessoas que se destacaram muito na música.

A.M. – Qual era o nome do seu irmão?

J.G. – É Henrique Gregori Neto. Ele sobretudo, ele fez parte de um movimento importante do Nordeste, o Movimento Armorial e foi uma época o maestro responsável pela Orquestra Armorial, que teve ligação com aquele nordestino recentemente falecido.

D.P. – O Ariano.

J.G. – O Ariano.

D.P. – Suassuna.

J.G. – Suassuna. E... Mas depois a carreira dele ficou um pouco truncada porque ele também foi ser muito espiritualista, entendeu? E certas carreiras não aguentam desaforo. Elas são monopolistas e sem nenhum tipo de aceitação de concorrentes, não é, e a música é uma delas. Eu vi essa geração, bem mais nova do que a minha, e vi por exemplo o que foi a vida do Isaac Karabtchevsky, que hoje é um nome nacional. Quer dizer, eu não sei, mas eu tenho a impressão que ele não teve tempo de ter um resfriado, muito menos uma gripe. Uma pneumonia seria uma calamidade, entendeu? Porque cada minuto dedicado à música de uma maneira fundamentalista, não é? E os outros a mesma coisa. E meu irmão foi assim até certo ponto, depois ele começou a co-dividir a música com preocupações espiritualistas e fez parte de movimento de um intelectual português de fundo católico Agostinho da Silva e foi o representante, uma espécie de seita que o Agostinho da Silva tinha no Nordeste e chegou até uma época a querer ir reivindicar isso junto ao Vaticano, mas sem êxito de embora casado e com três filhos, é... Fundar uma ordem religiosa, mas o Vaticano pelo fato dele ser casado etc. e tal desaconselhou e vetou. Mas de qualquer maneira uma grande vocação musical e que eu colho pelo depoimento dos colegas dele, não é? Minha irmã mais velha também se dedicou à música durante muito tempo, chegou a ganhar um concurso e uma bolsa na Alemanha. Esteve lá por algum tempo, mas na linha de compositora e uma irmã, a caçula que fez, começou uma carreira de executora, não é? De maneira que a música teve, seja pelos meus tios, seja pela minha mãe que tocava muito bem piano popular, músicas da época. Seja pelos meus tios, como eu disse, marcou muito a vida lá de casa, não é?

A.M. – Qual...

J.G. – E não deixou de ser também um derivativo na época mais triste, etc. A gente não interrompeu o contato com música, com as audições com os professores que davam, constantemente marcavam exibição dos seus alunos, etc.

A.M. – Quais os nomes das suas irmãs?

J.G. – Olha, a mais velha que ganhou essa bolsa na Alemanha, Nininha Gregori. A mais nova...

D.P. – Nininha era apelido ou era o nome dela mesmo?

J.G. – Não. Era Ana Gregori. Ana Gregori. A caçula, que foi só instrumentista, era Maria de Lourdes Gregori, e o apelido era Baby Gregori. E esse meu irmão maestro, Henrique Gregori Neto.

D.P. – E aproveitando o nome dos outros seus irmãos, porque era seis, não é, com você. Então...

J.G. – O outro era Orfeu Gregori. O mais velho era Joaquim e a última era Maria Teresa Gregori que tem um registro especial porque ela foi, no tempo dela lá em São Paulo, ela foi a Ana Maria Braga [risos]. Ela introduziu o programa feminino na televisão brasileira.

D.P. – É mesmo?

J.G. – Durante mais de 15 anos ela teve um programa que bateu vários recordes, que foi o primeiro programa à tarde que houve no Brasil. Naquele tempo, a televisão terminava 12h30 e retomava às 17h da tarde. O primeiro programa à tarde foi o programa dela. Se chamava *Revista Feminina*. Foi a primeira mulher a fazer um programa desse tipo.

D.P. – Era um programa o quê? De auditório? De... Tinha...

J.G. – Era um programa que tinha uma parte de auditório e tinha outra parte de entrevistas e tinha a parte de aconselhamento. Padrão Ana Maria Braga.

D.P. – Poxa!

J.G. – E...

D.P. – Isso a gente está falando do quê? Anos 60?

J.G. – Nós estamos falando dos anos... Nós estamos falando dos anos de 58 a 80, eu acho que foi a duração do programa dela.

A.M. – Durou bastante tempo.

D.P. – E era uma TV importante?

J.G. – Teve uma época que foi o programa mais longo...

D.P. – Nossa!

J.G. – Da televisão brasileira.

D.P. – Qual era a televisão dela? Ela era ligada a qual...

J.G. – Foi a, os Associados, do Chateaubriand.

D.P. – Diários Associados.

J.G. – TV Tupi lá em São Paulo. Mas depois o programa vinha para o Rio também. A primeira experiência que eles tiveram de trazer em cadeia o programa de São Paulo, o programa dela veio uma época para o Rio também. Teve uma época que o programa dela tinha mais idade do que o programa da Hebe Camargo, mas aí a Hebe continuou e superou.

D.P. – Uau! E a família via com bons olhos essa coisa da televisão, do programa de televisão? Ou vocês tiveram certo... Sua mãe estava viva nessa época? Como é que...

J.G. – Mamãe estava viva e tal, mas a feição do programa era muito familiar. Quer dizer, era um programa *Revista Feminina*. Diz a minha, a minha irmã dizia que toda a geração musical

brasileira, teatral brasileira começou no *Revista Feminina*. Quer dizer, era a plataforma de lançamento. Quando a pessoa chegava no ponto de mostrar o rosto no vídeo: “Olha, vai no programa *Revista Feminina*.”. Diz ela que foi a primeira pessoa que entrevistou o Roberto Carlos.

A.M. – Carlos.

J.G. – Uma amiga dela e que reconhecia muito o que o programa *Revista Fermina* representou na carreira é a... Essa artista que está fazendo 80 anos, que é casada com um galã também de televisão.

D.P. – Glória Menezes.

J.G. – A Glória Menezes. E ela foi muito amiga também da... Ela foi muito amiga da que foi a namoradinha do Brasil. A...

D.P. – Regina Duarte.

J.G. – Regina Duarte. Quer dizer, muita gente e cantores e bandas se lançaram na *Revista Feminina*.

D.P. – Qual era o nome artístico da sua irmã? Na televisão ela aparecia como o quê?

J.G. – Não. Maria Teresa. Só que...

D.P. – Ana... Maria Teresa?

J.G. – Maria Teresa. Maria Teresa Gregori. Não conseguiram falar Gregori. E ontem eu por acaso, domingo na livraria do meu amigo Fernando Gasparian¹, lá do...

D.P. – Paz e Terra.

¹ Fernando Gasparian, empresário e editor, fundador do grupo Opinião e presidente da Editora Paz e Terra.

J.G – No Leblon.

D.P. – Leblon.

J.G. - A...

D.P. – Argumento.

J.G. – Argumento. Encontrei almoçando lá o Manoel Carlos, o romancista. Então eu disse: “Olha, você talvez não se lembre mais de mim e tal.” “Como, Gregori? Claro que me lembro e tal.” “É que os nossos amigos comuns e parentes meus foram tão seus amigos e tal.” E ele lembrou. Eu estava fazendo a fileira das pessoas que foram amigas dele nos anos heroicos, etc. E ele falou: “A sua irmã, Maria Teresa, que foi uma pioneira na televisão etc.” Ainda eu ouvi isso ontem do Manoel Carlos. E o programa realmente não tinha um toque familiar muito grande. Entendeu? E essa minha irmã foi a que mais puxou a minha mãe na questão da religião, do recato, entendeu? De maneira que na época ainda era um problema de ser de televisão, ainda tinha um resíduo de espanto, não é? Mas no caso da Maria Teresa, pelas características dela não houve nenhum choque com mamãe ou com a família.

D.P. – Gregori, deixa eu só perguntar uma coisa sobre a sua mãe. Você diz que ela compôs música. Ela compôs o quê? Música clássica, música popular?

J.G. – Música popular. Ela compôs uma música que esse meu tio que era cantor, o Paraventi, chegou a fazer o disco etc., se chama *Brasileira Linda* e é uma música que até hoje tem um certo encanto, entendeu? É uma música inspirada.

D.P. – Quer dizer, foi gravada pelo seu tio e depois...

J.G. – Foi gravada... Foi gravada por ele.

D.P. – E depois outras pessoas...

J.G. – No tempo do disco que quebrava aquele. Não era o vinil, o pré-vinil, não é? E com orquestra, com orquestração, etc. E ela também escrevia. Ela escreveu um livrinho *Contos de Maio*, são histórias infantis todas elas de fundo religioso. Quer dizer, ela tinha uma propensão artística evidente. Tanto na parte musical, tocando bem músicas populares da época porque ela lia música fazendo algumas músicas e também escrevendo apesar dos rudimentos da formação dela e tal, ela escreveu esse livrinho *Contos de Maio*.

D.P. – Chegou a ser publicado, então?

J.G. – Chegou a ser publicado. Chegou a ser publicado. A editora até me lembro a editora chamava Ave-Maria. Uma coisa bem religiosa. *Contos de Maio*.

A.M. – É... E como, assim, você mencionou que ainda lá no Colégio Claretiano possivelmente não se chamava um grêmio estudantil e sim uma associação esportiva, onde vocês se reuniam e eu gostaria de saber se vocês discutiam política nesse momento. Se os grandes temas da política nacional eram discutidos da escola, se vocês se manifestavam politicamente?

J.G. – Olha, é muito eclético porque tinha uma propensão de você ceder ao centralismo getuliano. Por exemplo, a gente viajava muito e para conseguir as passagens você tinha que bater na porta de uma repartição pública que davam as passagens. Quem dirigia essa repartição era um militar. Me lembro até o nome dele, era coronel Magalhães Padilha. Depois foi, tinha sido atleta brasileiro importante etc. Nos shows que a gente patrocinava lá nas festas a gente pedia a presença de exibição de pessoas ligadas à polícia que faziam exercícios e... Entendeu? Mas em compensação havia pelo menos insuflado por mim, de uma forma rudimentar, um certo sentimento contra o Getúlio Vargas. A ponto de quando ele caiu em outubro de 45 e eu ter pedido a palavra e o padre ter me dado a palavra e tal. Não me lembro sobre palmas quando eu acabei de falar. Desconfio que sim, não é? Dois: se discutia muito episódios da Guerra, não é? Quer dizer, eu me lembro que nós fizemos uma banca de levar brinquedos e velocípedes e bicicletas e tal de aço para o esforço da Guerra no Brasil. Nós fizemos lá um, montamos um balcão desse tipo, entendeu? Quer dizer, e víamos com

respeito, etc. o contingente brasileiro que naquela época foi formado para lutar na Itália. Mas ainda o problema de... A Guerra foi um momento de muita unificação, inclusive do ponto de vista dos russos lutarem junto com os americanos, tinham filmes que exploravam muito essa, essa, esse pluralismo, entendeu? Então, o grande debate que depois marcou a vida brasileira de comunismo e não comunismo e tal nessa época no claretiano não houve, entendeu? E eu diria que a gente condescendia com o Estado-instituição, não é, mas pelo menos no que dependia de mim se opunha ao Getúlio e ao Eixo. Nós éramos mais das democracias, não é?

D.P. – Gregori, nesse momento da sua vida, você lia o quê? Porque você, na sua casa você falou que a sua mãe tinha uma biblioteca religiosa, não é? Mas você já tinha interesse por literatura, por...

J.G. – É. Eu lia obrigatoriamente – eu lia uma revistinha que era a *Seleções* do Reader's Digest. Eu lia e emprestado porque a gente não tinha grana e eu ia na casa de um tio, de um primo meu que era assinante do *O Cruzeiro*. A revista *O Cruzeiro* estava naquela época, do ponto de vista de ser janela do mundo e do Brasil, como o *Jornal Nacional* esteve durante algum tempo. Hoje ele já perdeu um pouco essa primazia e tal, mas teve uma época que tudo vinha do *Jornal Nacional*. E *O Cruzeiro* foi uma espécie de janela para você se informar sobre as coisas e tal. Então, eu lia *O Cruzeiro*. É... Lia também uma coleção, que na época fazia muito sucesso, também era de empréstimo, *O Tesouro da Juventude*, era uma espécie de minieniclopédia sobre todos os assuntos e que iam atualizando a cada ano etc., etc. E que era digamos o Google, o que o Google é para um jovem de 12, 14 anos e tal é *O Tesouro da Juventude* era para nós. Lia muito livro de *Tarzan*, os livros do *Tarzan*.

D.P. – Livros ou revistas? Eu acho que era mais revista ou livro mesmo?

J.G. – É.

D.P. – Revista em quadrinhos.

J.G. – Eu lia o *Suplemento Juvenil*.

D.P. – Sei.

J.G. – Que era feito aqui no Rio de Janeiro. Lia o *Gibi*, o *Suplemento Juvenil*, que era feito aqui. Lia o *Gibi* e lia o... Alguns livros de detetive. O detetive que estava na moda naquela, eu não sei agora se é o nome do autor ou do detetive, era Ellery Queen. Preciso pesquisar para ver se ele é o autor ou se ele é o nome do detetive. E logo nós, eu e o meu irmão entramos em uma biblioteca infantil. Então tinham livros de história de indígenas brasileiros, drama das florestas virgens e livros de aventuras que se passavam no Caribe é... E eu li alguns, comecei a ler alguns livros da biblioteca do meu pai que sobrou... Não era uma grande biblioteca e eu me lembro que com a mudança muita coisa ficou no Rio, mas vieram alguns livros e ele tinha realmente um grande fascínio pelo Stefan Zweig. Então eu li alguns livros do Stefan Zweig, sobretudo um que me marcou muito que era *Encontros com Homens Livros e Países*, uma memorialística do Stefan Zweig. Das pessoas e dos fatos que o marcaram. Esses livros da biblioteca eram mais livros de aventura e da biblioteca infantil. Tinha uma revista que aí é um pouco mais cedo do que essa fase, também feita no Rio, mas que foi também um repositório de entretenimento, uma certa... Dados culturais e tal. Chamava *O Tico-Tico*, a história do Bolão, Azeitona... Reco-Reco, Bolão e Azeitona.

D.P. – E Azeitona. Eu peguei *O Tico-Tico*.

J.G. – Reco-Reco, Bolão e Azeitona.

D.P. – Mas você não foi da geração do Monteiro Lobato não, não é?

J.G. – O Monteiro Lobato veio depois. O Monteiro Lobato veio depois. Veio depois da segunda fase dessa biblioteca. Aí a gente conseguiu...

D.P. – Você conseguiu ler as coisas, você lia ou...

J.G. – Lia alguns.

D.P. – O Sítio do Pica-Pau Amarelo você leu?

J.G. – O Sítio do Pica-Pau Amarelo.

D.P. – Ou já leu para neto e filho? [risos]

J.G. – Não. Eu já li, li ainda em criança e... Agora a precocidade de leitura começou com uma, com um livro do Érico Veríssimo. Eu realmente me lembro de ter devorado o livro em que ele conta a primeira viagem que ele fez para os Estados Unidos, chamava *Gato Preto em Campo de Neve*. Gato Preto em Campo de Neve. Quer dizer, aí já foi uma coisa mais elaborada do ponto de vista de logo depois, ele veio para São Paulo para fazer uma conferência, aí eu fui assistir à conferência. Quer dizer, a coisa, a ligação com o livro era uma coisa aí mais, mais estabelecendo uma espécie de parentesco, não é? Quis conhecer o autor e fui na biblioteca ouvi-lo e tal. E outro livro que me marcou foi uma leitura precoce que eu fiz da biografia do Byron, poeta romântico, etc. E eu gostava de...

D.P. – E o livro do Byron, essa biografia do Byron bateu na sua mão como? Era da biblioteca do seu pai ou alguém de emprestou?

J.G. – Da biblioteca do meu pai. Da biblioteca do meu pai. E eu gostava muito de ler em voz alta, não é? Eu tinha uma voz boa, uma dicção boa e com essa história de ser presidente das associações e tal, virava e mexia tinha que fazer um discursinho etc. Quer dizer, eu fiz um auto curso de califasia, entendeu? E dentro desse curso eu me lembro que eu gostava muito da biblioteca do meu pai de ler Euclides da Cunha. *À Margem da História*. Eu lia em voz alta o Euclides da Cunha e tal. *Os Sertões*, não. *Os Sertões* eu, salvo um outro capítulo que eu lia em voz alta, mas os outros eu fazia questão de ler em voz alta e gostava não só do conteúdo, mas também da... Eu era sensível à retumbância das palavras. Era por isso que eu digo que a coisa tinha uma feição de califasia também. Entendeu? E assistia muita conferência. Eu fui um assistente de conferência precoce. Quer dizer, o pronunciar de palavras era uma coisa que me seduzia. Então, naquele tempo ainda tinha as declamadoras, tinha a Margarida Lopes de Almeida que era declamadora, que vinha do Rio de Janeiro e dava recitais que eu não perdia. Tinha uma chilena que também declamava. O nome dela não me ocorre, que eu também não perdia. Tinha os conferencistas, um deles que eu não perdia, falava muito bem e que era uma

espécie de Carlos Lacerda das Letras, porque metia o pau em todo mundo e tal. Era irônico. Era o Agripino Grieco. E eu poderia listar uma longa lista de pessoas que eu costumava não perder conferências. Eu gostava da palavra pronunciada, entendeu?

D.P. – E aí você fica nesse colégio, aí você faz o ginásio e aí o colegial, científico, aí você vai...

J.G. – Aí o colegial...

D.P. – Você foi... É colegial ou científico? O que você foi fazer?

J.G. – O clássico.

D.P. – Você foi para o clássico?

J.G. – O clássico.

D.P. – Você já sabia que não queria as coisas exatas, você ia para...

J.G. – É. Eu já tinha sentido a dificuldade da matemática e o meu avô que veio como imigrante para o Brasil e bem imigrante, no sentido de que o primeiro emprego que ele teve no Brasil foi de assentar dormentes a para construção de estradas de ferro. A Estrada de Ferro, Companhia Paulista de Estrada de Ferro que mais ou menos seguia o caminho do café.

A.M. – O seu avô materno?

J.G. – Paterno.

A.M. – Paterno.

J.G. – E ele fez muita questão. Ele foi infeliz no casamento e ficou um homem assim muito sisudo e muito sério nas opções que fazia etc. e tal. E ele levou a sério que ele tinha na

realidade optado pela cidadania brasileira. Então ele fazia muita questão os filhos de estudarem em escola brasileira, de preferência onde estudavam os filhos dos cafeicultores da época. Ele fazia questão de falar um português muito correto, mas de qualquer maneira, como eu falava eu alto e tinha essa mania de, de repente, fazer um discursinho, então ele dizia: “O José tem que ser advogado. Agora, não pode ser advogado *ladron*.” Aí ele escorregava na pronúncia, no resto da pronúncia italiana. Então, com essa, com esse vaticínio de avô, eu não pensei nunca em outra coisa que não fosse a advocacia. Sobretudo porque a Faculdade de Direito naquela época, em São Paulo, tinha muita visibilidade. Era uma coisa muito abrangedora nas suas manifestações da juventude porque eles faziam desfiles, eles participavam politicamente. De maneira que eu fiquei muito sempre seduzido em ir para a Faculdade de Direito. E, sobretudo, aí já aparecia um certo, uma certa propensão política e eles eram antigetulistas e teve um acontecimento lá em que eles em plena ditadura do Getúlio, eles fizeram uma manifestação de rua e que foi objeto de uma repressão muito violenta da parte de uma polícia que o Getúlio tinha criado exatamente contra manifestações de rua, que se chamava Polícia Especial, cuja sede era aqui no Rio de Janeiro. Se não me engano no Largo da Carioca, mas tinha contingentes em todo país, inclusive São Paulo. E essa manifestação custou a vida de um estudante etc., da Faculdade de Direito em função de uma manifestação. Um começo de passeata que a Faculdade de Direito tinha feito. Quer dizer, tudo isso ia me aparentando, ia me ligando com a Faculdade de Direito. De maneira que quando chegou na hora da decisão, que hoje eu vejo pelos meus netos e netas que não é uma coisa assim tão fácil, não é? Porque as oportunidades são muitas e a escolha não é assim uma coisa tranquila, comigo foi praticamente automática. É a Faculdade de Direito mesmo, vou me preparar. Fiz um curso de... Eles chamavam de cursinho na época, não é, e entrei na Faculdade de Direito.

D.P. – E esse colégio antes da Faculdade de Direito qual era? Que você estava...

J.G. – Era um colégio do estado.

D.P. – E como é que chamava?

J.G. – Colégio Estadual Presidente Roosevelt. Colégio público e muito bem aparelhado, didaticamente com muito bons professores. E tinha sediado uma coisa que existiu até a minha época de ir para o colégio, que era o pré-universitário, o colégio pré-universitário. No meu tempo já não tinha o pré-universitário, mas tinha... A maioria dos professores tinham sido desse curso pré-universitário. Então eram professores muito competentes, muito habilitados e tal, figuras que me marcaram muito. E... Aí no colégio começam as definições aí mais políticas, mais claras. Eu fui da geração do [Janot], só que o [Janot] fez científico. O Darcy Passos, que depois veio a ser deputado federal.

D.P. – Isso colega do colégio, nesse...

J.G. – Colegas do colégio.

D.P. – Nesse... No clássico. No colegial.

J.G. – Bom colégio e já se vivendo com uma vida acadêmica, pré-acadêmica. Quer dizer, já com tons de universidade. E com uma grande diretora muito patriota no sentido da Dona Brites e também evoluída no sentido de costumes e lidar com a juventude muito querida, que era a dona República, República [Vilaboim]². [Vilaboim] porque o marido dela era estrangeiro. Uma figura marcante. E como presidente do centro univer... Pré-universitário eu me envolvi no tempo do colégio na campanha do petróleo. Foi quando começou a campanha do Petróleo é Nosso. Naquela época tinham duas correntes: uma corrente que achava que o Brasil tinha que explorar o petróleo de forma monopolística, através do estado e outra que dizia que o Brasil tinha que estudar, tinha que explorar de uma forma privada, não é, através de companhias inclusive recebendo capital estrangeiro se fosse o caso. Eu optei pela primeira. Eu fui monopolista. E a gente construía miniaturas de rede, fazia comícios e eu recebi também muita influência de um colega mais velho que tinha sido, que tinha participado da guerra, mas voltou e se rematriculou no colégio, no colégio do estado. E ele exerceu grande influência porque ele tinha dados, usava sempre manuais, falava do petróleo, as estatísticas etc. Então era a minha bolsa de sangue, de dados. Era o Zé Maria. O nome dele era Zé Maria. E com isso nós tivemos no colégio do estado Presidente Roosevelt, embora não

² O mais próximo do que se pôde ouvir.

fôssemos ainda do curso superior, do curso universitário, nós tivemos muita participação na campanha do Petróleo é Nosso que acabou confluindo na, anos depois na fundação da Petrobras.

D.P. – Ô, Gregori, nesse momento pós-45 o Brasil está bem dividido: getulistas e anti-getulistas e dois partidos polarizam esse momento UDN, de um lado, e PSD. Você se posicionou nesse momento antes da faculdade? Você era da campanha do Petróleo é Nosso, mas em termos partidários...

J.G. – Em termos partidários, quer dizer, eu era anti-getulista. Então eu fiquei mais por conta no colégio predominantemente começou a nascer em mim através do petróleo um sentimento nacionalista, não é? Então eu reconhecia no Getúlio a vertente nacionalista, mas ao mesmo tempo o problema de ter sido ditador etc., etc. bulia muito comigo e... Porque aí começou a nascer em mim o conteúdo da palavra “democracia” que anos antes eu não tinha sido capaz de pinçar como substituta do autoritarismo do Getúlio quando eu fiz o primeiro discursinho contra o Getúlio lá quando ele caiu lá em 45. E eu tinha muita admiração nessa época pelo negócio da palavra. Então as pessoas que falavam bem levavam uma grande vantagem e no colégio mesmo a divisão era... Porque no colégio o Getúlio já está afastado.

D.P. – Tinha caído.

J.G. – Já veio o Dutra. Já tinha caído. Aí era o problema do Dutra. Era mais um problema da afirmação do país e nós estávamos começando a sentir os primeiros ventos da Guerra Fria, portanto se começou a se colocar mais o problema externo do que interno. Então figuras nacionalistas e fora do Brasil tinham preponderância sobre... Engraçado isso. Nunca ninguém me tinha me...

D.P. – Nacionalista. [risos]

J.G. – Feito essa pergunta [risos]. Teve uma época, teve um pequeno espaço em que a coisa estrangeira foi predominante na minha geração. Quer dizer, então alguns iam descobrindo o marxismo, se discutia o problema da Guerra Fria. Ainda não tinha havido a Guerra da Coreia

que veio na década de 50 quando, aí eu já estou na faculdade, mas no colégio era o problema mais da coisa estrangeira. Quer dizer, se colocava mais o problema imperialismo do que o problema interno. Porque o governo era meio um governo de unidade de nacional, de coalizão e tal e relativamente pacífico como foi o governo Dutra, não é? Um governo morno, mas pacífico.

D.P. – Teve um debate que pegou fogo nesse momento também que foi a coisa da cassação do partido, não é, comunista. E a figura do Prestes dizia alguma coisa para você. Essa figura que sai como cavaleiro da esperança, enfim, 45... Da prisão.

J.G. – Teve, mas...

D.P. – Mas não...

J.G. – Depois quando eu estou na faculdade.

D.P. – Sei.

J.G. – Mas na época do colégio eu me lembro que o... A gente assinou algum manifesto a favor da não-cassação, não é, da democracia, mas eles cassaram na época das férias. A gente fazendo uma pesquisa vai ver que a decisão...

D.P. – Janeiro, não é?

J.G. – Do tribunal foi em janeiro.

D.P. – É.

J.G. – Fevereiro e tal.

D.P. – Janeiro de 47. É.

J.G. – Então...

D.P. – Depois da cassação dos parlamentares também. É. 48.

J.G. – A coisa passou. Agora nós tínhamos...

D.P. – Mas Prestes era uma figura para você? Porque Prestes eu sei que suscitou muitas paixões, ódios. E naquele pós...

J.G. – É.

D.P. – Com você ainda estudante, 45 quando você saiu da prisão ou não era uma figura que tocou a sua...

J.G. – Não. A figura que me interessou e a qual eu saí para conhecer etc. e tal chegamos até a ter um pequeno diálogo e tal. Aí já sou eu na faculdade, mas eu no colégio ainda não, não é?

D.P. – Sei.

J.G. – Agora... Nós tínhamos tido maior contato do ponto de vista de saber coisas, etc. etc. pelo fato de eu morar no Rio e na Rua Paissandu onde ela terminava no palácio onde houve a Intentona Integralista. A gente tinha mais informação sobre o integralismo do que sobre o comunismo nessa época. Quer dizer, entre 47 e 50, que é a minha época de Colégio Roosevelt, não é? O problema...

D.P. – Mas o Plínio Salgado era uma figura...

J.G. – O Plínio Salgado era uma figura...

D.P. – Você tinha alguma simpatia por ele?

J.G. – Não. Nenhuma. E vida afora eu me aproximei muito do San Tiago Dantas e o San Tiago Dantas na mocidade tinha sido do Partido Integralista. Então a gente foi estreitando relações e tal e eu perguntei para o San Tiago uma vez: “Professor, o senhor tão inteligente, tão lúcido, tão culto... Porque o integralismo?” Aí ele já achava uma coisa antes de tudo meio cafona. Entendeu? Engraçado foi o que chamou atenção também do Fellini sobre o fascismo foi um certo cafonismo do fascismo. Me lembro de uma entrevista do Fellini dizendo: “É. Era um movimento *mezzo* cafona.” [risos]. *Mezzo*, uma coisa meio de mau gosto. Entendeu?

D.P. – Mas o nacionalismo do integralismo fascinou muitas pessoas, não é?

J.G. – A impressão que ficou no integralismo... Muito.

D.P. – Eu fiz uma entrevista com o Paulo Cavalcanti, não é, que é aquele... Um líder comunista, não é, lá do Nordeste, Pernambuco, um intelectual e ele foi do integralismo.

J.G. – Aquele do livro Eu falo...

D.P. – É. Eu conto... É. Eu conto com a história

J.G. – Eu conto com a história...

D.P. – Eu conto... É.

J.G. – Eu conto um conto, mas é como...

D.P. – Conto como eu conto... É...

J.G. – É...

D.P. – Tem um nome. Ele faz um trocadilho.

J.G. – Que a história se deu como eu conto [*O caso eu conto como o caso foi*], uma coisa assim.

D.P. – É. E ele, a entrevista dele é muito interessante porque ele fala que ele ficou fascinado com essa coisa do nacionalismo, não é? Ele não tinha ainda noção da... E quando os integralistas começam a defender a figura do vovô índio contra o Papai Noel, porque eles defendiam essa figura, tudo nacional. Que no Natal você devia celebrar o vovô índio. Que ele então, que ele jovem, não é, ele vai se empolgando com aquilo. Depois claro, ele ficou super decepcionado e até triste de ter na sua biografia, ter participado disso.

J.G. – É. Eu vi.

D.P. – Mas essa coisa do nacionalismo que você falou que até dividiu...

J.G. – É.

D.P. – O mundo naquele momento é uma coisa muito forte, não é?

J.G. – É. Quer dizer, o...

D.P. – Dom Hélder³ é outro também, não é, que tem uma passagem...

J.G. – O nacionalismo, quando a gente adere ao nacionalismo é um problema mais imperialismo e petróleo. O integralismo já saiu do palco, não é? Mas eu em menino aqui no Rio de Janeiro me lembro e tenho ainda recordação de ter estado em uma esquina do Flamengo, perto do apartamento e vi uma das passeatas dos integralistas. Era coisa massiva. Todos eles de camisa verde e tal.

A.M. – Eram marchas, não é?

³ Dom Hélder Câmara, bispo do Rio de Janeiro de 1952 a 1964 e arcebispo de Olinda e Recife de 1964 a 1985.

J.G. – Eram marchas.

A.M. – Fardados.

J.G. – Fardados. Muita cantoria, muitos gritos, muitas palavras de ordem etc. e tal, mas era uma coisa massiva. Mas, o fato é que o comunismo...

D.P. – O livro do Paulo Cavalcanti é O caso conta... *O caso eu conto como o caso foi.*

J.G. – É.

D.P. – São três volumes.

J.G. – *O caso eu conto como o caso foi.* É.

D.P. – São três volumes. É. Esse é o livro de memória dele.

J.G. – É. Então o problema do Prestes é uma coisa mais da faculdade. Nesse interregno do colégio é um problema do... Começa a soprar as primeiras brisas do socialismo. O [Janot] criou no colégio do estado umas leituras d'*O Capital*. Ele lia na sala dos estudantes. Eu era o presidente do centro acadêmico e, portanto, mantinha essa sala, etc., etc. Me lembro de ter estado presente a uma ou duas dessas leituras, etc. Ele lia com pessoas de muita cultura lá no colégio. Um deles era o Porchat, que depois virou filósofo. Outro era um menino que depois foi ser dominicano, frade dominicano e o outro era um menino de sobrenome judeu. O primeiro nome dele era Jacó. O sobrenome eu não me lembro. Quer dizer, bem uma elite intelectualizada e o [Janot] lia os trechos e discutiam etc. e tal. Nós estávamos seduzidos por essa coisa de governos socialistas. A própria União Soviética que não chegava aqui eram as realizações e não o passivo de Direitos Humanos. E quem tinha muito interesse da nossa parte era o Tito na Iugoslávia, mas o fundo que nos amarrava ao Brasil era o problema do petróleo, que era uma coisa prática. Era uma coisa que se podia fazer comércio, fazer essas [coisas] simbólicas e do ponto de vista governamental uma certa complacência com o governo Dutra por causa da calmaria, não é. Para ficar bem nessa fase.

D.P. – Certo. Aí você faz o cursinho e entra para a faculdade.

J.G. – E entro para a faculdade.

D.P. – E aí é uma grande escola, não é?

J.G. – Bom, aí...

D.P. – A faculdade da USP.

J.G. – É. Aí o cenário se amplia. Eu vivo uma fase muito anti-getulista que chega ao...

D.P. – Você entra em 1950 na faculdade?

J.G. – 1950. Quer dizer, do ponto de vista externo é... A Guerra da Coreia, em que a gente fica muito contra os americanos.

D.P. – Ah [inaudível]. Temos que parar. Eu acho que a gente podia então... É porque agora tem que trocar...

[FINAL DO ARQUIVO 2]

D.P. – Bem, então a gente estava... Você entrando em 1950 na Faculdade de Direito, não é? Na USP [Universidade de São Paulo]. Então vamos falar um pouco sobre esse período, você como estudante...

J.G. – É. Aí de 50 a 54, colando grau em janeiro de 55 na turma chamada de Quarto Centenário de São Paulo. Foi em 1954. Bom, aí realmente, como diria o poeta, a vida fica mais vida, não é? Quer dizer, as coisas se desdobram com seus significados mais nítidos e talvez, pelo que eu já disse, eu estava vocacionado a isso de maneira que não tive nenhum tipo de dúvida existencial a respeito da advocacia e, sobretudo da vida acadêmica que eu quis

aproveitar ao máximo, quer dizer, do ponto de vista de aliar os estudos à vivência do que a faculdade proporcionava aos jovens, à mocidade em uma São Paulo ainda em que a faculdade era um dos eixos, não é? Hoje deixou de ser, tem múltiplos eixos etc. Mas naquele tempo era um dos moinhos que faziam as coisas sociais, políticas e... Girar, não é? E eu tive uma grande participação, aproveitei muito desde o começo, fazendo questão de ter uma vida interna na política acadêmica intensa, na vida externa ainda no âmbito estudantil e no âmbito do que a cidade podia proporcionar para quem tivesse ligação com a faculdade, de maneira que foi um período de muita, muita atividade. E era uma turma grande, que prestou vestibular e no ano seguinte ainda aumentou de muitos colegas que vieram pedindo transferência da faculdade de Niterói que era mais permissiva, mais fácil da pessoa entrar. Então muita gente da minha geração deixava de prestar o vestibular na Faculdade de Direito, prestava em Niterói, onde a matrícula era quase que compulsória e ia para o segundo ano.

A.M. – Pedia transferência.

J.G. – Pedia transferência. Então nos formamos cerca de 500 ou perto de 500, mas entramos trezentos e poucos. É... Misto, não é? E uma parte deles, a que eu estava ligado fez o vestibular em um preparatório que era muito famoso, de um professor famoso em São Paulo que era o professor Castellões. E eu tive sorte do ponto de vista de que assim que a gente entrou na faculdade, em uma homenagem ao Castellões se providenciou um chá e eu fui o orador que fez a saudação ao Castellões e tal. Então logo no começo do curso eu já, entre a turma de 300 eu fui sendo um camarada assim que ia se diferenciando, não é? Com isso também nós fizemos uma reunião pública para escolher em que partido a gente ia entrar porque a minha tese é que o partido que receber uma soma grande de votos vai ficar fortalecido e nós vamos ficar importantes nesse partido e tal. Então fizemos uma reunião em um cinema que tinha em São Paulo chamado Odeon, que a gente conseguiu graças a um colega nosso de turma que era filho de um, do primeiro funcionário da companhia que tinha o monopólio de cinema de São Paulo. De resto era uma das grandes empresas também exibidoras aqui em São Paulo, aqui no Rio, que era a Companhia Serrador. Então lá fomos todos para o Cine Odeon para fazer a reunião em que partido devíamos entrar etc. Quer dizer, então eu não consegui monotonia no começo do meu curso, mas uma série de circunstâncias que foram me levando para ser um acadêmico conhecido e etc. No primeiro ano ainda

vigorava o Dutra, o último ano do Dutra. Veio a eleição presidencial no fim do primeiro ano. Eu fiquei contra o Getúlio e naquele tempo a única alternativa viável era a candidatura do Brigadeiro, a recandidatura porque o Brigadeiro Eduardo Gomes já tinha sido candidato.

D.P. – Em 45.

J.G. – E tinha sido derrotado pelo Dutra. Indiretamente porque diretamente ele foi derrotado é pelo próprio Getúlio e tal, que se colocou contra ele e etc. E essa opção pelo Brigadeiro me fez é... Participar de uma série de comícios pró-Brigadeiro no Paraná, não é? Mas desde logo...

D.P. – Mas porque no Paraná?

J.G. – Porque o... Apareceu uma oportunidade de uma série de cidades do Paraná quererem ouvir a mensagem do Brigadeiro e tal e quem organizava isso tinha relações com o Paraná, etc. Curitiba tinha um grande centro universitário e tal e nós fomos lá para o Paraná fazer comício a favor do Brigadeiro em aviões da FAB [Força Aérea Brasileira], esses paradoxos brasileiros. Quer dizer, o avião era pago pelo Dutra que em última análise era quem comandava ainda a FAB, mas para fazer comício a favor do Brigadeiro que de certa maneira não tinha nada a ver como governo.

A.M. – E ia um grupo de alunos ou vocês escolhiam uma liderança?

J.G. – Aí foi... É... Foi o, mais uma coisa arranjada por esse que arrumou as passagens da FAB etc., que era... Esse era um brigadeirista assumido etc. O mais foi, eu me lembro que eu fui mais por exatamente por esse desejo de aproveitar cada instante no que esse instante proporcionasse, não é? Então é uma viagem de avião...

D.P. – Mas aí você chegou a fazer comício lá?

J.G. – Mas cheguei a fazer comício. Fiz em Curitiba, fiz em Paranaguá, fiz em outras cidades.

D.P. – Mas era para dentro da universidade... Das escolas, das faculdades ou era comício de rua que vocês faziam?

J.G. – Não. Era comício de rua. Comício de rua.

D.P. – Não era só para estudantes, não. Era comício mais amplo.

J.G. – Comício de rua e tal. Ainda o tempo que o comício podia ser em praça pública de baixo de um quiosque, não é? Quer dizer, uma coisa que existia em toda praça pública brasileira e tal que era um quiosque especial e tal. Então a gente armava uma espécie de palquinho para ficar mais em evidência e tal nesses quiosques e geralmente foram comícios pacíficos, a não ser no Paraná em que apareceu uma turma de getulistas. Então houve uma troca de...

A.M. – Gentilezas.

J.G. – De gentilezas e deu um pouco de confusão e deu uma briga e tal, mas no mais foi uma excursão relativamente pacífica. Mas já desde o primeiro contato que era nítida que o Getúlio tinha a massa. O Getúlio tinha conteúdo, digamos assim, algébrico, da eleição na mão e que o Brigadeiro tinha ficado com a classe média um pouco nostálgica de movimento de redemocratização no qual ele foi importante e por causa disso foi o candidato e tal. E eu não tinha grandes ilusões a respeito da influência que podia ter um grupo de estudantes perdido lá no Paraná para a eleição, mas de qualquer maneira cumpri a programação, não é? E aí comecei a falar com mais convicção a respeito do problema da democracia, funcionamento democrático e tal. Sobretudo porque o centro da minha argumentação era comparar o que nós já tínhamos conseguido em matéria de liberdades. Tive permissão para falar o que se achasse que se devia falar sem temor de represálias etc., etc. Comparando com o período autoritário e mesmo ditatorial do Getúlio, não é? Quer dizer, eu acho que nasce aí a minha mais antiga imersão conceitual na questão da democracia e a eleição como eu supunha desde o começo acusou a supremacia do Getúlio. O Getúlio ganhou, não é? Mas ficou nítido que a nossa posição assim de acadêmico de Direito, de grupos estudantis e tal seria uma posição de não adesão ao novo governo, não é? E logo no segundo ano apareceu a oportunidade de eu

participar de um congresso estudantil na União Estadual dos Estudantes, filiada à União Nacional dos Estudantes, a UNE. E eu fui e foi um congresso bastante é... Bastante desenvolvido em matéria das ideias vigorantes na época questão da Guerra da Coreia, a questão do imperialismo, a questão do nacionalismo, a questão do imperialismo principalmente por causa da crise da Guatemala em que um governo por [pressão] bem nítida pela esquerda, mas antiamericano e tal estava sendo aos poucos destituído pelas forças americanas etc., não é? O governo, se não me engano o presidente da Guatemala destituído foi o Jacobo Arbenz. Mas tinha para a linha do meu fascínio o problema de que o chanceler dele era um grande orador. Então eu ouvi o discurso do orador e fiquei muito tocado pela dialética desse orador e tal que era o Ministro do Exterior da Guatemala. Então, a gente importou esse tema como um dos temas centrais desse congresso de estudantes. No plano interno, quer dizer, se acusava o governo de ser um pouco chapa branca, no sentido de querer trazer estudantes para fazerem parte de organismos estatais, etc. e tal. Então eram os puristas contra os fisiológicos, etc. E despontava de uma forma mais nítida, e aí a gente fazia um parêntesis no combate ao Getúlio, a questão do petróleo. Quer dizer, o petróleo tinha deixado de ser uma coisa mais simbólica como era no meu tempo de colégio do estado, não é, construção de torres etc., de falar que o Brasil seria capaz de explorar petróleo. Agora lá já se discutia um projeto que estava na Câmara sendo discutido etc. Tinha uma corrente mais nitidamente, aí mais inclusive falando sobre a operacionalidade do que seria uma, a exploração por parte do estado através da constituição de uma empresa e aqueles que achavam que não que a possibilidade de exploração tinha que estar aberta a todos, etc. E eu me lembro que eu e o que depois veio a ser o Ministro do Trabalho do João Goulart e deputado federal, também exilado político, o Almino Afonso, nós liderávamos a corrente estatal-nacionalista e quem liderava a outra corrente era o Antônio Delfim Netto. Me lembro como se fosse ontem ele gordinho, meio baixinho e tal.

D.P. – Ele também aluno da faculdade, não? Ele fazia Economia na época.

J.G. – Isso em termos de União Estadual dos Estudantes ele era o presidente ou um dos dirigentes da Escola de Economia, da Faculdade de Economia. E o Gasparian foi uma amizade que eu fiz nessa época era o presidente da União Estadual dos Estudantes e nacionalista também. Bem nacionalista. E aí foi também a época que eu comecei a conviver

com alunos que tinham já feito a opção marxista e eram até menos da juventude comunista, etc. Quer dizer, a coisa se torna mais ideológica nessa fase da minha vida, não é? E o nome é... Dos líderes dos comunistas era um mineiro muito bem dotado de cultura etc., mas não fez uma carreira que se poderia imaginar que ele fizesse com a liderança que ele tinha como líder estudantil. Ele foi professor da Universidade de Brasília. Foi perseguido e tal - Las Casas. O primeiro nome eu não me lembro, mas o sobrenome eu tenho certeza que era Las Casas⁴. Então foi uma convivência já um pouco mais diferenciada do ponto de vista de ideias, de leituras e... Mas com, sempre com o norte nacionalista, sobretudo porque o Gasparian era membro de uma família na época muito rica. No tempo da guerra tinha até uma feição quase que monopolística em relação a muitos produtos, etc. Então ele tinha muitos recursos. Nós pudemos fazer uma viagem eu ele e um colega meu, Julio César Prado Leite de proselitismo para um congresso da UNE e no carro dele. Era um carro naturalmente importado que não tinha...

D.P. – Esse congresso da UNE foi aonde?

J.G. – Foi no Rio de Janeiro. E nós fomos a Minas Gerais em uma expedição de proselitismo para a nossa corrente política na UNE e é... Eu cito isso porque foi exatamente nessa viagem que eu fiquei conhecendo o Juscelino Kubitschek de Oliveira, que era governador de Minas Gerais. Onde ele tinha sucedido o governador mineiro udenista, Milton Campos. E eu me lembro falando como Gasparian a noite no hotel eu disse: “Olha, não há dúvida que esse camarada não vai se resignar ser governador de Minas, não. Ele está querendo ser presidente da República.” “Mas porque é que você diz isso com tanta convicção?” “Porque só mesmo um candidato a presidente da República ia querer fazer questão de receber dois estudantelhos de São Paulo e tal do jeito que ele nos recebeu, etc. [risos]” E ele foi muito simpático, é uma pessoa com muito charme, me lembro bem. E desenvolveu para nós uma exibição, não de PowerPoint, porque naquela época não se usava isso, mas de qualquer maneira uns cartazes e tal sobre o eixo do programa que ele estava desenvolvendo que ele chamava de binômio... Era industrialização e eletricidade. E o interessante é o seguinte, aí é um detalhe, mas que agora me lembrei que ele nos recebeu muito bem vestido, muito elegante etc. e tal, mas o

⁴ O entrevistado se refere a Décio de Las Casas.

diabo é que sem um sapato. [risos] O sapato estava do lado. Não sei se era hábito que ele tinha.

D.P. – É. Ele tinha essa fama. Você falou...

J.G. – É.

D.P. – Que ele tirava o sapato. É.

J.G. – Com a meia muito bonita etc., etc., mas sem um sapato. O sapato do lado. E essa viagem foi muito interessante porque discutiu-se esse problema da industrialização, fizemos pesquisa etc. e esse problema da eletricidade também porque o Brasil na época, estamos em 52, tinha uma crise de energia muito séria. Inclusive aqui no Rio de Janeiro houve é... Foi a época que a companhia que tinha a concessão das barcas em Niterói foi toda destruída, em Niterói. A Cantareira. Em Minas Gerais tinha um problema de energia muito sério de maneira que na época a gente conheceu a cidade de Goiânia, que eventualmente seria a futura capital do Brasil se o Brasil fosse para o interior e era quase toda escura. À noite praticamente o que funcionava era com [botijão] de gás. Então essas coisas aguçam na mocidade estudantil interessada interesse. E na época a gente fez várias semanas para estudar a eletricidade etc., etc. Agora é sempre como viés de combater a exploração da eletricidade que já era feita pela Light que nós chamávamos de polvo canadense, que na realidade não trazia o benefício e levava, foi a primeira vez que usei a palavra *royalties*, leve os nossos *royalties* etc. E essa viagem de Minas foi interessante por causa disso, a imersão do mundo estudantil com o mundo político, com muita receptividade da nossa parte em relação a conhecer as pessoas.

D.P. – Como é que vocês marcaram essa audiência com o Juscelino, com o governador? Você lembra assim dos detalhes, como é que foi?

J.G. – Olha, nós telefonamos para lá, dissemos que era um grupo de estudantes, que um deles era o presidente da União Nacional dos Estudantes e queríamos conhecer o governador, estávamos em viagem de interesse para o futuro congresso da UNE que ia haver dois meses depois etc. Que eu me lembre não houve grande dificuldade.

D.P. – E foi você... Ele recebeu quantas pessoas?

J.G. – Três. Os três...

D.P. – O grupo eram vocês três. [risos]

J.G. – É. Os três que foram no carro.

D.P. – Era você, Gasparian e o...

J.G. – E o Julio Prado Leite.

D.P. – Sei.

J.G. – Julio Prado Leite.

D.P. – Então ele recebeu só os três.

J.G. – Depois fez uma carreira bonita no Ministério do Trabalho. Era sergipano, o pai dele era senador por Sergipe. Um menino muito inteligente, Julio Prado Cesar Leite [Julio Cesar Prado Leite]. E... Mas conhecemos também o bispo da época eu era uma figura sergipana, conhecemos o Milton Campos, conhecemos o prefeito de Belo Horizonte e conhecemos claro que todas as [inaudível] de lá convivemos com elas também. E claro que conhecemos, naquela época o máximo que havia em matéria de franqueza com o outro sexo eram as *taxi girls*. Então conhecemos a casa mais famosa de Minas Gerais em que você entrava e recebia um cartão. Se você quisesse dançar, você dançava e iam picotando o cartão, conforme o número de picotes que significava quantas vezes você dançou, quantas músicas você dançou, aí você pagava o, a... O que estava picotado. E a ilusão masculina de sempre querer ser maior do que a realidade. Porque eu me lembro que na minha geração o importante era dizer: “Olha, eu dancei muito mais do que 15 músicas e ela só picotou dez. É porque gostou de mim.” Isso

era uma coisa. Um sinal de que você tinha agradado, entendeu? E era o que existia de mais pioneiro e digamos, descolado em matéria de boemia.

D.P. – Isso foi em BH, que vocês conhecerem essas *taxi girls*?

J.G. – Em Belo Horizonte. Não, em Belo Horizonte.

D.P. – Em São Paulo você não tinha conhecido isso não?

J.G. – Não. Em São Paulo ainda não...

D.P. – Ainda não tinha se iniciado. [risos]

J.G. – Ainda não tinha chegado. Minas foi pioneira...

A.M. – Pioneira.

J.G. – Em matérias de *taxi girls*. Depois chegaram e como sempre as coisas de São Paulo as coisas se multiplicam aí teve várias *taxi girls*.

D.P. – E tinha esse nome mesmo? *Taxi girl*?

J.G. – *Taxi girl. Taxi girl.*

D.P. – Mas me diga uma coisa, porque o Gasparian – ele também era anti-Vargas? Ou em resumo... Eu queria... Como é que você conciliou essa coisa nacionalista forte com o seu anti-varguismo e o governo Vargas marcado exatamente por essa coisa também forte nacionalista. Como é que você conseguiu se mover aí?

A.M. – Equacionar, não é?

D.P. – É. Equacionar essa...

J.G. – É. Nossa... O problema do Vargas era o problema do ajuste de contas com o ditador, não é?

D.P. – Certo.

J.G. – Quer dizer, eu costumo me lembrar do que poderia ser, digamos assim, a volta do Médici com os estudantes atuais, etc., etc., dificilmente eles deixariam de querer acertar contas das gerações anteriores com um nome que não era simpático aos estudantes. Então o nosso negócio era muito um ajuste de contas, não é? E... Mas com a ressalva de que a gente percebia que nessa questão do petróleo ele estava certo, não é? Então a gente procurava manter relações com proble... Com pessoas que eram da assessoria dele que eram nacionalistas e que reconhecidamente não tinham participado da ditadura, Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira. Eram dois nomes da assessoria...

D.P. – Econômica dele.

J.G. – Íntima do Vargas com quem a gente mantinha esse relacionamento, as informações, como é que estava o projeto e eventual influência que a gente podia ter no sentido desse projeto obedecer a linha nacionalista, etc. Que foi como todo projeto uma coisa muito pigmentada por forças de pressão contraditórias, etc. Quer dizer, ele não tinha exatamente a feição com que ele foi aprovado, inclusive o próprio Getúlio nessa questão monopolística ele jogou um pouco no sentido de só ser monopolista quando teve certeza de que tinha um consenso nesse sentido, não é? E como todo projeto em um regime democrático, sobretudo o nosso que é permanentemente um regime democrático que não sai da adolescência está muito sujeito a esse tipo de pigmentação de forças às vezes até contraditórias, etc. De qualquer maneira na questão do petróleo a gente mantinha uma distância prudencial em relação às nossas críticas ao Getúlio, mas sem engajamento direto ao governo porque vieram governos do Ministério da Educação, vieram convites do Ministério da Educação para a gente participar disso, daquilo e tal, mas nem o Gasparian, nem nós queríamos esse tipo de contato.

D.P. – Você chega a se filiar a UDN nesse período?

J.G. – Não. Eu nunca me filiei a UDN. Mas a UDN nesse tempo era forte, não é? E a figura que, em torno do qual a gente se uniu mais da UDN foi ao velho governador da Bahia que tinha sido exilado no tempo do Getúlio etc. e que era grande orador. Quer dizer, essa coisa...

D.P. – Da oratória.

J.G. – Que eu sempre tive de distinguir o homem da boa palavra, não é, Otávio Mangabeira. O velho Mangabeira apareceu em São Paulo foi saudado por mim lá na Faculdade de Direito e ele estava naquele momento muito impressionado com uma figura nova que tinha emergido de fontes diferenciadas em matéria de proveniência política, que era o Jânio Quadros. O Jânio tinha vindo do que era na época a periferia. Quer dizer, então lideranças sindicais, movimentos étnicos ainda nos seus primórdios. Tinha uma gama nova em relação à classe média que era realmente quem participava da política até então no Brasil. Tanto da parte do governo, como da parte do... Você mesma estudando o Agamenon Magalhães, eu acho que você viu um pouco as forças populares. Eram setores da classe média que realmente viviam a política. E o... Não há dúvida que em um estágio de industrialização de São Paulo etc. do, da industrialização brasileira e tal, mas sobretudo a de São Paulo, o Jânio Quadros representou no seu começo, na sua emergência um... Uma trazida de setores sociais diferenciados em relação ao que era antes, não é? Quer dizer, em que as forças populares eram representadas pelo Partido Comunista, mas geralmente quem estava filiado ao Partido Comunista também era a classe média mais intelectualizada, mais aplicada à meditações é... De livros, etc.

A.M. – E vocês, vocês simpatizavam com essa nova proposta política e com o que o Jânio Quadros representava?

J.G. – No começo sim. O Jânio Quadros, sim. E, sobretudo porque a ligação no meu caso e de alguns outros nós tínhamos sido ligados pelo velho Otávio Mangabeira que era uma figura que realmente nos encantava, não é? E fez uma conferência bonita na Faculdade de Direito, eu fui o orador que o saudou daí nasceu uma convivência todo dia a gente ia para o hotel. E ele era um homem...

D.P. – Ia ao hotel visitar ele?

J.G. – Íamos visitar e em função da convivência com ele nós resolvemos fundar um movimento que se chamou Movimento Cívico de Recuperação Nacional. E esse Movimento Cívico de Recuperação Nacional era basicamente um movimento de estudantes, mas com participação política. Nomes da preferência do velho Otávio Mangabeira e, portanto, ou anti-getulistas ou não tão simpatizantes do getulismo. Tinha, por exemplo, um nome que embora do partido do Getúlio, do Partido Trabalhista, era moderadamente era do governo, Alberto [Pasqualini], um político do Rio Grande do Sul. E o Jânio Quadros que era um pêndulo, porque à medida que ele foi crescendo como liderança popular ele foi ficando menos nítido nas suas opções, mas de qualquer maneira não era um getulista, muito menos um getulista histórico e tinha o Carlos Lacerda que já começava a ser com o jornal que ele fundara, chamado *Tribuna da Imprensa*, esse mais nitidamente anti-getulista. E nós fundamos o Movimento Cívico de Recuperação Nacional e fizemos questão de lançá-lo nas escadarias do monumento do Ipiranga em São Paulo, que celebra a Independência. É um monumento muito bonito, com escadarias grandes em todos os lados e nós chegamos para assistir esse ato de lançamento em um carro, eu, o velho Mangabeira, um homem de grande participação em São Paulo, intelectual, talvez você tenha ouvido falar no Paulo Duarte, que dirigiu a revista *Anhembi* muitos anos. Era muito amigo...

D.P. – Intelectual.

J.G. – Companheiro de exílio do Mangabeira. E chegamos por um dos lados do monumento que não tinha ninguém, muitos holofotes, porque estavam iluminando o monumento, mas sem ninguém. Então o Mangabeira disse: “Olha, quero dizer para vocês com a minha longa prática de eventos, a falta só é grave quando não está nem a comissão organizadora. [risos] Se a comissão organizadora estiver não é tão grave assim.” [risos]. A comissão organizadora estava e tinha um público porque era do outro lado do monumento diferente daquele pelo qual nós tínhamos entrado. Mas o Mangabeira era capaz de tiradas assim humorísticas, um homem assim meio taciturno, muito eloquente quando pegava a palavra, não é? E ele quando falava do Brasil, pelo menos assim na intimidade, ele me chamava de Grigori, não conseguia falar Gregori. “Grigori, o Brasil é um hipopótamo. Um hipopótamo de pedra para quem

quiser carregá-lo.” [risos] E a verdade é que ele trazia uma certa, dentro do passadismo dele, porque ele foi um político da outra República que caiu com o Washington Luís, mas ele tinha uma modernidade a ponto de aceitar o Petróleo é Nosso. Anti-getulista, não é, histórico porque sofreu exílio, sofreu...

D.P. – Irmão do João Mangabeira, não é?

J.G. – Irmão do João Mangabeira.

D.P. – Que era um socialista, não é?

J.G. – Que era um socialista e que nós também homenageávamos porque nesse, esse congresso que nós fizemos o proselitismo lá em Minas Gerais, e o convidado de honra foi o João Mangabeira que tinha sido um grande orador como o irmão, mas já estava com as cordas vocais meio atingidas por, talvez fosse até um câncer, etc. e falou, mas sem vestígios do grande orador que ele tinha sido, não é? Mas de qualquer maneira tanto ele quanto o Otávio eram filhos de pessoas simples e carregavam uma certa disposição para entender os reclamos da nova sociedade. E eu acho que no caso do Mangabeira foi o que o atraiu no Jânio Quadros: “Não. Isso aqui é diferente da UDN. É uma coisa mais amplificada, já é uma coisa mais diferenciada.” E o fato é que nós lançamos esse movimento teve uma curta duração, mas de qualquer maneira fizemos alguns comícios e...

D.P. – O Gasparian participou desse movimento?

J.G. – O Gasparian participou. Menos, mas participou. E foi sem dúvida nenhuma, a água no moinho contra o Getúlio Vargas. Quer dizer, a coisa foi se avolumando em termos de anti-getulismo a ponto de nós termos tido uma grande participação naquilo que foi o pedido de renúncia ao Getúlio que em São Paulo teve vários comícios, etc. e alguns deles com Carlos Lacerda que era um grande tribuno e com o qual a gente não conseguia conviver.

A.M. – Por quê?

J.G. – Porque era o Carlos Lacerda, quer dizer, ele era anticomunista. E nós por causa da Guerra Fria, etc., etc., nós tínhamos uma propensão, pelo menos eu e o Gasparian, muito pró-socialismo, um socialismo mais do Tito do que propriamente do Stalin e depois muito a favor do... Aquele gordinho que tirou o sapato na ONU e bateu. Como era o nome dele? O... Que foi também chefe na Rússia.

D.P. – Khrushchov?

J.G. – Khrushchov. Nós gostávamos do Khrushchov.

D.P. – Ah, vocês gostavam do Khrushchov?

J.G. – Nós gostávamos do Khrushchov. Antes dele fazer...

D.P. – Certo.

J.G. – Aquele célebre depoimento etc. e tal, a gente já gostava do Khrushchov. E tínhamos horror ao Beria, mas gostávamos do Molotov. Era uma coisa, uma contabilidade difícil de...

D.P. – Equacionar, não é? [risos]

J.G. – Equacionar. Mas já uma coisa assim meio contra o bem e o mal. Quer dizer, uma coisa assim muito na base do tudo ou nada. Quer dizer, uma coisa já mais diferenciada, etc.

D.P. – A essa altura você já tinha lido coisas do marxismo?

J.G. – Já tinha lido etc. Eu...

D.P. – É. A gente está falando de 54, não é?

J.G. – É. Eu estou falando 52, 53. A nossa leitura era muito daqueles que ou tinham sido comunistas e deixaram de sê-lo, por exemplo eu li os depoimentos do [inaudível], que um

escritor famosíssimo que foi comunista e deixou de ser, não é? E o meu teórico favorito era um político inglês que seria um socialismo democrático, o Haroldo Laski, que foi o autor que eu frequentei muito nessa época etc. E...

D.P. – E a fonte original? Você tinha lido Marx, você tinha lido essas coisas, o Lênin... Essas coisas?

J.G. – Ficou por conta lá no, lá atrás das leituras que o Janot fez lá no colégio, não é, e li um pouco os que analisavam o marxismo. A leitura mesmo se limitou ao *Manifesto* [*Manifesto do Partido Comunista*]. O *Manifesto* eu li com anotações etc., etc. Entendeu? Mas a base era mais a... Agora uma grande propensão aí... Que foi uma tendência da minha vida de manter o diálogo. Quer dizer, eu convivi sempre com muita facilidade com os comunistas e fazendo amizades e entendendo o radicalismo deles etc. e tal. Nunca rompi, quer dizer, com o problema: “Não. É comunista.” E com isso fazer com que alterasse o meu comportamento humano e social em relação a alguém. E na época tinham duas correntes muito fortemente anticomunistas e que eu repudiava e criticava e fiz *n* discursos contra. No plano externo, aquele senador da Comissão, que inclusive condenou artistas de Hollywood etc. e tal, que era o McCarthy. Eu era muito contra o macarthismo, que era, digamos, a liderança do anticomunismo e conseguiu ter muita força nos Estados Unidos. E no Brasil tinha uma espécie de tradução mais livre e empobrecida que era o almirante Pena Boto. Ele tinha também um anticomunismo, etc.

D.P. – Um, discurso.

J.G. – Um discurso e eu era bastante contra tanto o movimento quanto o outro. Quer dizer, as minhas posições foram sempre não comunistas porque nunca me filiei, nunca me aproximei, mas de qualquer maneira quis conhecer o Prestes e fui uma noite até conhecê-lo na casa de um grande médico em São Paulo no fim do governo Juscelino quando ele começou a...

D.P. – Aparecer.

J.G. – A se movimentar, aparecer etc. e tal. E fui com muita atenção, prestei muita atenção no que ele falou e tal. A minha impressão dele é que ele era um militar brasileiro, antes de tudo ele era um militar brasileiro. Gaúcho, muito simples, com vestimenta assim enxutíssima, um vocabulário limitado sem muita permissividade a imagens, a elucubrações [inaudível], muito direto e olhos muito tristes. A impressão que eu tenho do Prestes. Depois eu cheguei a vê-lo outras vezes e tal, e essa impressão de tristeza nos olhos nunca sumiu.

D.P. – Saiu.

J.G. – Hoje que eu sou viúvo de quatro meses e fui muito ligado, muito amalgamado à minha mulher, a Maria Helena. Eu acho que... Talvez aquela tristeza dele, é uma interpretação muito intuitiva sem nenhuma base, mas de qualquer maneira não sei se era um reflexo do fato de ele ter perdido a Olga Benário, que foi um dos amores da vida dele, da forma trágica como ele perdeu etc. Mas de qualquer maneira eu sempre notei nos encontros que tive com ele, etc., mas principalmente nesse primeiro encontro, uma grande tristeza nos olhos dele. E ele foi muito amigo, mas amigo mesmo, na época a primeira fase do comunismo no Brasil na década de 1930 até ele ser preso em 1935 pela primeira vez, daquele meu tio que eu disse que era músico e que cantava as músicas feitas pela minha... O dono do Café Paraventi, que era um homem rico.

D.P. – Ele era amigo, é? E como era essa amizade? Era por conta de quê, essa amizade? Da Coluna Prestes, de quê?

J.G. – Essa amizade... Não. Foi de uma adesão desse meu tio, que era um homem inquieto em matéria de ideias etc., etc. e foi bater no comunismo achando que era a solução dos problemas e ficou muito amigo e pelo fato dele ser um grande industrial ele representou um papel importante naquela fase do comunismo, porque vinham recursos da Rússia ajudando os comunistas daqui. É o que se conhece o ouro de Moscou e o ouro de Moscou era o meu tio. [risos] Porque como ele era um grande industrial é... O recurso vinha de uma associação paraestatal etc. diretamente a favor dele e ele no mesmo dia distribuía para as fontes do partido etc., etc. Eu soube disso pelo... Posso interromper aqui um minuto?

A.M. – Quer parar um pouquinho?

D.P. – Pode até...

[FINAL DO ARQUIVO 3]

D.P. – Acendeu, pronto. Podemos continuar.

A.M. – Isso. É... O senhor estava falando que o seu tio era o ouro de Moscou.

J.G. – É. E quem me avisou isso foi um pesquisador que escreveu até um livro das impressões ou das pesquisas que ele fez nos arquivos russos que é esse menino que faz um programa de muito sucesso na *GloboNews*, William Waack. Ele uma vez me telefonou e disse: “Olha, eu estou em Moscou acabando de fazer uma pesquisa sobre um assunto que sempre me interessou, o ouro de...”

D.P. – 35. Ele tem um livro sobre 35.

J.G. – Moscou etc.

D.P. – Porque ele tem um livro sobre 1935.

J.G. – É. Então é isso.

D.P. – E aí ele foi pesquisar sobre...

J.G. – Ele disse: “De repente descubro que foi um tio seu. [risos] O Ouro de Moscou e tal. Agora quero dizer desde logo para você José Gregori que ele não ficou com um centavo.” E... Porque na realidade a mecânica era despachar o dinheiro para a firma dele por facilidades de fuga nos controles, poucos que existiam na época, mas em todo caso tinha, e já tinha no dia que chegava o numerário etc., etc. gente do partido à espera e seu tio foi sempre muito zeloso

e pontual em fazer a transferência etc., etc., mas de qualquer maneira o ouro de Moscou foi o Celestino Paraventi, seu tio.

D.P. – [risos] Interessantíssimo. Você chegou a discutir... Você discutia política com esse seu tio ou nunca chegou a...

J.G. – Muito.

D.P. – Muito?

J.G. – Mas nunca... Eu só soube disso depois da morte dele. Então o capítulo ouro de Moscou. Por exemplo, eu discuti muito o problema da Olga Benário e ele tinha grande uma grande amizade pela Olga. Como ele era um homem muito sensível à beleza e ao interesse das mulheres etc., etc. um dia eu disse: “Mas, tio, rolou alguma coisa porque você fala com tanto fascínio e tal.” Ele disse: “Não. Absolutamente. Ela realmente era totalmente fiel ao Prestes e eu digo a você com toda a minha admiração por ela e tal. Eu respeitava demais o Prestes e eu não faria nada que pudesse pôr em risco essa amizade.” Eu acho que foi a única exceção que ele abriu. [risos]

D.P. – Mas você na época, você sabia da amizade dele com Prestes? Sabia de tudo. Você só não sabia do ouro.

J.G. – Sabia. Do ouro... Da amizade sabia.

D.P. – Sabia.

J.G. – E uma vez eu disse: “Tio, eu vou passar na sua casa...” Ele já tinha mais de 80. “Que o Cavalcanti o pintor vai fazer uma exposição hoje...”

D.P. – Quem? O Di?

J.G. – O Di Cavalcanti. E você é muito amigo dele, muitos anos que você não o vê. E eu soube que o Prestes vai lá. Então você vai reencontrar dois amigos. Então ele disse: “Não, se você me garantir a condução porque para eu guiar à noite eu não quero e tal.” “Não, não. Eu passo aí.” E realmente passei e levei o meu tio ao encontro dos dois amigos e interessante a primeira vez que aqueles olhos tristes brilharam foi quando ele falou: “Cavalcanti, você sabe que o Paraventi conheceu Olga, não é? Foi grande amigo da Olga.” Aí os olhos dele tiveram um outro brilho.

D.P. – Brilho.

J.G. – E foi um encontro para os três assim de muita ternura, de muita... E de maneira que eu...

D.P. – Isso foi em que ano, mais ou menos que período? Foi...

J.G. – Olha, eu já sou casado...

D.P. – Anos 60?

J.G. – Eu já sou casado, eu casei em 57. Isso dever ter sido em 61.

D.P. – Tá. Naquelas saídas do Prestes, não é? Já estava ali no governo Jango, não é?

J.G. – É. 61. Está saindo mais...

D.P. – Certo.

A.M. – É... O senhor tinha muito, muitas colegas na faculdade? Havia muitas mulheres cursando Direito nessa época?

J.G. – É. Tinham várias, muito minhas amigas etc., mas ainda o fator era de muito respeito é... O... Nós tínhamos um colega que era um homem muito elegante. O apelido dele era

[inaudível] porque o Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos era o [inaudível], que era um homem de grande apuro de indumentária, etc. Então como esse era um homem bonito muito bem vestido e tal, a gente chamava ele de [inaudível]. Mas todo mundo contava para todo mundo que ele em um dia em um jantar na casa de uma colega que o convidara, a mãe quis servi-lo e ele disse: “Não...” Ele quis dizer “não se incomode” e falou “não se incomede”. E ficou conhecido [risos] na faculdade como Mr. Não Se Incomede, tal o escândalo que a alusão a uma palavra não ortodoxa ainda causava e no meu caso tem um outro ainda que significa bem esse respeito e essa cerimônia ainda entre o sexo, porque nós calouros de repente vem um colega nosso e disse: “Olha, imagina o que é que aquela veterana disse?” “O quê, o quê, o quê?” “Não. Ela falou um palavrão.” “Mas que palavrão?” “Pqp.” “Ah, não é possível.” “Não. Palavra de honra. Vamos lá!” E um a um desse grupinho de cinco [risos] que colocou em dúvida a palavra dele, a gente disfarçadamente foi e ela no meio da conversa com os veteranos e tal lá vinha o qpq. E ela hoje está começando a ser considerada um mito da literatura brasileira, a Hilda Hilst.

D.P. – Hum.

J.G. – A Hilda Hilst.

D.P. – Quer dizer que ela foi sua colega?

J.G. – Foi minha contemporânea.

D.P. – Sei.

J.G. – Mais velha. Ela já estava no tempo do qpq...

D.P. – Contemporânea, ela era da Faculdade de Direito?

J.G. – Da Faculdade de Direito. Ela já estava no quinto ano e eu sou calouro. Eu estou no primeiro ano.

D.P. – Sei.

J.G. – Mas isso para dizer a você a delicadeza e a cerimônia com que ainda se tratava o problema dos sexos. Entendeu? E a verdade é que do ponto de vista mais grave muitas delas no dia de formatura foram se inscrever para o, prestarem exame na magistratura, serem juízas e procuradoras. E nós estávamos nos preparando para a festa etc., etc. e eu vi que muitas delas estava chorando eu achei que o choro era normal em um dia de festa etc., etc., mas de repente achei o choro um pouco convulso, um pouco desproporcionado. Eu disse: “Mas o que é que há então?” “Não, nós íamos, nós fomos nos inscrever para o concurso de magistratura etc., etc. e aqui em São Paulo é exclusivo para homens. Tanto a magistratura como a procuradoria.” E nós estamos em 1955.

D.P. – Nossa!

J.G. – E foi em grande parte a luta dessas, algumas dessas moças minhas colegas e o estímulo que eu já eu pude dar em nome dos Direitos Humanos, “Não, a gente tem que protestar. Isso é uma coisa intolerável etc., etc. que a proibição caiu. Eu acho que em 1960. Ou 61. Quer dizer, quando a gente fala que essas coisas não foram baratas, exemplos assim mostram como é que as coisas eram.

A.M. – [inaudível].

D.P. – Gregori, e que professores lhe marcaram na época da faculdade?

J.G. – Olha, mais que todos pela erudição pela maneira como expunha as ideias etc., o Miguel Reale que dava Filosofia, mas de uma forma muito independente do que ele tinha sido na mocidade porque ele também foi integralista, teve as suas tentações de direita, mas ele conseguia na Filosofia do Direito que é o ele dava fazer o avião voar tão alto, entendeu? Que estava acima da altitude ideológica, não é? E eu sei que eu tive o meu primeiro relógio de pulso nessa época que eu era aluno dele. Então fiquei curioso toda hora de olhar hora. Então uma hora ele estava dando aula assim parou e disse: “Jovem, não olhe tanto para o relógio. Não é o tempo que passa. Nós é que passamos.” [risos] Era um homem assim de

tiradas, não é? É claro que terminada a aula eu virei o cuco da academia, não é? Meus colegas todos [risos]. Mas é... Foi um grande professor e terá sido o homem que mais me marcou como cultura diferenciada etc. Embora naquela época tinha a cátedra vitalícia que era sem dúvida nenhuma um engessamento, mas de qualquer maneira não era fácil a pessoa ser um catedrático de faculdade. Chegava lá com uma bagagem respeitável e eu não tive nenhum assim que tivesse me chamado a atenção pela mediocridade ou por uma incultura ostensiva etc. Todos era uma linha muito boa, mas o que me marcou mais foi o Miguel Reale.

D.P. – Miguel Reale.

A.M. – E discutia-se política em sala de aula ou só fora de aula? Era possível discutir, por exemplo, a questão do petróleo e...

J.G. – Não. Em sala de aula...

A.M. – Ter posicionamentos políticos em sala de aula?

J.G. – Em sala de aula era difícil. Era difícil. Quer dizer, era mais a coisa política e esse anti-getulismo da escola que foi muito forte e que terá em termos de São Paulo colaborado na deposição do Getúlio. Ficou uma coisa mais fora da classe. Embora alguns professores por fora soprando a brasa. Viram uma geração anti-getulista como a nossa. Se vocês me permitirem a imodéstia, alguns discursos muito inflamados contra o Getúlio.

D.P. – Alguns feitos por você. [risos]

J.G. – Alguns feitos pelo depoente. [risos] Eu me lembro de uma frase na antevéspera do Getúlio se matar na presença do Carlos Lacerda em São Paulo. O Getúlio se matou na madrugada de segunda, não é? E esse ato foi em um sábado e um ato tipicamente subversivo, totalmente fora dos padrões etc. E ainda tinha gente que estava defendendo a permanência do Getúlio em nome da legitimidade e eu me lembro que eu um trecho do meu discurso foi... Não, eu estava discutindo a legalidade. “Não, porque a legalidade, a legalidade...” Então

houve um trecho que eu falei: “Abaixo a legalidade! Viva a legitimidade!” E na minha claque, da minha claque fazia parte o Ministro da Justiça do Lula que morreu ano passado.

A.M. – Márcio Thomaz Bastos.

J.G. – O Márcio Thomaz Bastos. E o Márcio toda vez que encontrava comigo ele dizia: “José Gregori, você colocou em algum lugar aí: ‘Abaixo a legalidade!’ Não, o que você disse é: ‘Morra a legalidade e que viva a legitimidade!’ Foi o que você falou porque...” Ele fazia parte da minha claque. [risos]

D.P. – Ele era seu contemporâneo. É isso? Da faculdade?

J.G. – Meu contemporâneo. Mais para baixo, não é? Porque ele foi meu calouro. Então em uma forma Márcio Thomaz Bastos ou em uma forma que eu me recordo, de qualquer maneira dá uma ideia da, do radicalismo a que a gente chegou e que eu, logo depois, praticamente das primeiras horas do dia do suicídio eu tive uma espécie de convulsão ideológica porque eu percebi que eu tinha me jogado inteiro na coisa. E, modéstia à parte, terei sido um dos líderes da deposição do Getúlio em São Paulo, não é? Mas com conexões pelo Rio porque foram parar lá no Rio, em São Paulo oficiais das Forças Armadas etc., da Aeronáutica. Tinha um deputado também que era anti-getulista que foi lá em São Paulo ter contato conosco. O próprio Lacerda na antevéspera estava em São Paulo, não é, no sábado. E a verdade é que a partir do dia 24 de agosto logo de manhã, eu quando comecei a ver a reação do povo, eu fui vendo que o povo mais povo estava triste e eu digo aqui nesse livro e repito perante vocês que foi o dia mais triste que eu acho que São Paulo viveu. O dia do suicídio do Getúlio. Me lembro que logo o...

D.P. – Como é que você soube da notícia?

J.G. – Eu soube pelo seguinte, nós íamos sair na terça-feira cedo em caravana de São Paulo para entregar uma moção para o Getúlio pedindo a renúncia dele. Quem redigiu essa moção fui eu e um ex-deputado do PT que morreu ano passado, talvez vocês tenham ouvido falar, Plínio Arruda Sampaio.

D.P. – Claro.

J.G. – Nós dois redigimos. E estava tudo...

D.P. – Plínio é seu contemporâneo de faculdade também? Não. Fazia Direito?

J.G. – Não. Ele já estava formado.

D.P. – Já estava formado.

J.G. – Mas estava...

D.P. – Nesse comitê, nesse movimento de vocês.

J.G. – Nesse comitê, nesse movimento. Ele tinha se formado há um ano.

D.P. – E ele era do partido? Do Partido Comunista no...

J.G. – Não. Ele era nessa época era do Democrata Cristão.

D.P. – Tá.

J.G. – Democrata Cristão. Ele sempre teve um fundo...

D.P. – Cristão.

J.G. – Católico muito pronunciado.

D.P. – E aí vocês dois redigiram...

J.G. – Redigimos essa moção e íamos entregar em uma caravana de uns 20 estudantes etc., etc. E ia nos dar cobertura, aqui no Rio, para que não houvesse nada etc., etc. um grupo de oficiais da FAB [Força Aérea Brasileira]. Disfarçados e tal, mas estava tudo conectado através de um deputado que eu não me lembro o nome, mas sei que ele morreu eletrocutado. Houve um... Parece que um temporal aqui no Rio e rompeu-se os fios do bairro dele ele foi ver o que é que acontecia e tal e... O pai dele era o dono de uma cadeia de universidades. Pode ser Gama Filho?

D.P. – Pode ser.

J.G. – É. Então ele é o Gama Filho.

D.P. – Gama Filho.

J.G. – Gama Filho. Estava lá em São Paulo também para dar cobertura a essa caravana que ia pedir a renúncia de Getúlio etc., etc. E logo no começo da madrugada, talvez 6h da manhã, no máximo 7h eu recebi um telefonema do Rio, de São Paulo, do Rio de Janeiro dizendo: “Olha vocês vão ter que desativar essa... Porque o Getúlio pediu licença.” Não era ainda a notícia do suicídio. Ele pediu licença. De maneira que não há sentido vocês pedirem a renúncia de quem já pediu a licença e tal. De maneira que vocês repensem aí, mas é o caso de não vir para o Rio etc.” Então eu telefonei para alguns colegas, principalmente para o que ia dar carona para mim e tal, porque eram mais ou menos uns cinco ou seis carros que iriam e no decorrer desses telefonemas etc. De repente vem um telefonema dizer: Olha, parece que o *Repórter Esso...*, que naquele tempo era o *Jornal Nacional* de hoje, “Deu que o Getúlio se matou.” Descrença inicial, mas que foi-se transformando em certeza, não é? E nós então fomos todos, como a gente estava...

D.P. – Pois é. Você comemorou ou você já se sentiu mal nesse momento? Você ficou eufórico ou...

A.M. – Impactado, não é?

J.G. – Eu fiquei chocado. Eu fui para o Largo de São Francisco. Quando eu cheguei no Largo de São Francisco já tinha a notícia de que era suicídio e houve assim um, alguém começou a gritar alguma coisa de deboche etc., etc. e eu me lembro que tinha um caixotinho, eu subi nesse caixote e lembro de ter falado com muita firmeza, naquele tempo não tinham microfone, era peito, não é? Eu disse: “Olha, diante da tragédia e do mistério da morte nós temos que ter grandeza, nós temos que ter a... Manter a atitude do que sempre foi nessa crise, os nossos sentimentos. Não vamos ser inferiores aos sentimentos que nós tivemos em toda essa crise.” Qualquer coisa assim. E isso aplacou um pouco a ameaça de... A única coisa que eu me lembro como se fosse hoje é que o diretor da escola tinha mandado o bedel lá erguer uma bandeira paulista a meio pau e um camarada da turma que estava me ouvindo falou: “José Gregori, uma coisa você não pode me proibir, você tem até razão no que está dizendo e tal, mais uma coisa... Eu vou escalar aquele muro lá e vou tirar a bandeira paulista. Não vou deixar a bandeira paulista a meio pau etc., etc.” Foi o único ato de hostilidade, digamos, à minha palavra de... A partir daí nós fomos tomar um... Aí se dissolveu o que foi uma espécie de comício ou pré-comício e no bar da frente da faculdade o sujeito que estava servindo café estava chorando convulsamente sem dizer nada. Porque ele sabia que os estudantes não estavam com aquele sentimento dele. E ele serviu café e chorava, chorava, mas de escorrerem lágrimas etc., etc. Depois eu comecei a prestar atenção e digo: “Poxa, mas... Sinal trocado. Quer dizer, a gente se empenhou tanto nessas últimas semanas etc., etc. mal dormia que era... Engatava um comício no outro, uma coisa na outra. Sobretudo aquele ato cívico da frase, rebarbativa que eu tinha usado, não é, que tinha sido sábado e disse: “Mas o povo não está aplaudindo, não é?” E eu sei que aí correu boato que os sindicatos iam atacar a faculdade. Aí aquele movimento que tinha vivido até o meu discursinho, virou, porque eles começaram a arrebentar uns tapumes de uma obra que tinha perto e até surgiram umas carteiras que eles quebraram etc. e tal para defender a faculdade. Quer dizer, que a faculdade ia ser atacada pelos sindicatos. Felizmente não foi. Não houve entrevero. Mas houve um momento interessante porque às tantas já quando o movimento era de defesa da faculdade, surgiu um professor que era getulista. Notoriamente getulista, que nunca escondeu o getulismo dele, Canuto Mendes de Almeida. E o Canuto Mendes de Almeida todo de preto, gravata preta etc. e tal ele foi, atravessou o saguão da faculdade e aí todo mundo fez silêncio. A gente gostava muito dele. Ninguém proferiu nenhum tipo de hostilidade etc. Ele ficou lá um pouco depois saiu também sem ser hostilizado. Mas quando chegou por volta de 14h da tarde, 15h da tarde,

os colegas da diretoria do centro acadêmicos, mais dessa comissão organizadora da crise etc. disseram: “Olha, José Gregori, o melhor é você não dormir em casa hoje. Vamos procurar um hotel aí e tal, você vai dormir nesse hotel porque pode acontecer qualquer coisa, não sei o quê e tal.” E eu realmente fui parar em um mafuá [risos] de terceira e passei essa noite nesse mafuá já inteiramente trabalhado por essa angústia de... Para simplificar eu disse: “Fiz a revolução errada.” Entendeu? Estava certo de que estivesse trabalhando pelo povo e tal, mas estou vendo que o povo mesmo, esse povo anônimo etc. e tal está triste. Não acha que a gente os defendeu, não é? E vida afora a partir daí eu fui revendo e separando muito bem e consigo hoje e já terei escrito e falado talvez em conferências etc., etc. que o segundo governo do Getúlio que terminou em tragédia foi um governo muito progressista. Quer dizer, ele realmente... E essa consolidação da Petrobras é... Claro que hoje a gente fala em Petrobras e a coisa tem uma outra conotação, mas eu digo, naquela fase o fato de a gente ter conseguido começar uma exploração com mãos próprias de petróleo e etc., etc. foi, em termos da minha geração, um salto enorme porque realmente os argumentos que existiam e encontraram eram todos argumentos muito autodepreciativos à nossa capacidade: “Não, essa coisa de petróleo não é para o Brasil. O Brasil é uma está preparado para isso. É preciso que tenha outro tipo de conhecimentos e de potência etc. Isso é para povo evoluído, não é?” Então, o fato dele ter encarnado essa, esse desafio contra o *status quo*, pelo menos ideológico foi muito importante. E o fato também dele ter de certa maneira, é um reconhecimento que eu fiz a posteriori, mas muito convicto, ele de certa maneira construiu o Estado brasileiro, não é? O estado brasileiro institucionalmente era muito fraco até o getulismo, não é? Quer dizer, ele... E o fato também de que ele penetrou a história brasileira de uma forma que talvez só Pedro II, ou talvez José Bonifácio... Quer dizer, é um dos três ou quatro nomes mais importantes da história brasileira, não é? Quer dizer, houve uma certa... Eu diria até em termos geracionais porque eu acho que naquela pré madrugada do suicídio a minha geração inteira estava contra o Getúlio, estava contra o Getúlio. Não significava que estivesse a favor do Lacerda porque a gente nunca teve, conseguiu ter convivência com o Lacerda, não é? Sem embargo de, se você perguntar para qualquer cara da minha geração, qual foi o maior orador que a gente ouviu você vai ouvir de mim, vai ouvir do Plínio Arruda Sampaio, vai ouvir do Fernando Henrique, vai ouvir do Almino Afonso que foi o... Como ouviria do Fernando [Lírio] e tal. Foi o Lacerda.

D.P. – O corvo, não é, o corvo.

J.G. – É. O cara era bom mesmo de fala, não é? Ele tinha postura, ele tinha voz, ele tinha gesticulação, ele tinha garra, ele tinha coragem, ele tinha o destemor verbal etc. Então sem prejuízo de analisá-lo como figura, digamos assim é... Do ofício da palavra, não é? Mas não tem nada que ver com o caráter dele e com a falta de caridade cristã que eu acho que ele não teve, entendeu? E ele foi punido. Houve uma punição porque na realidade eu que acompanhei as coisas e tal, sei ninguém nesse país poderá disputar com ele o esforço que ele fez para que houvesse 1964. Ele sempre na vanguarda dos movimentos contra o Jango, sempre na vanguarda dos movimentos a favor da vinda dos militares etc., etc. e ele foi punido do ponto de vista de quando chegou a hora dele os próprios que de certa maneira tinham vindo ao palco por obra e graça dele o alijaram. Como eu já disse uma vez e vou repetir na frente de vocês. Quer dizer, é o próprio noivo a quem não permitem estar presente na festa do casamento. Entendeu? Quer dizer, foi o que aconteceu com o Carlos Lacerda. Quer dizer, o destino puniu os excessos dele, do radicalismo dele etc., etc.

A.M. – E o movimento Cívico de Recuperação Nacional, continuou depois disso?

J.G. – Não. O Movimento Cívico engrossou as fileiras do anti-getulismo e ficou por conta disso. O Mangabeira também saiu de São Paulo, voltou para a Bahia e aí disputou uma eleição para deputado federal. Ganhou, entendeu? E o movimento ficou no que a gente fez que foram poucas coisas para engrossar o caldo do anti-getulismo.

D.P. – Antes de entrar nas eleições de 55, Juscelino, enfim período JK. Como é que você sobrevivia nessa época. Você morava com sua mãe? Você estudante de Direito, você trabalhava em alguma coisa ou não?

J.G. – Eu trabalhei desde o primeiro ano da faculdade, no tempo todo da faculdade e, portanto, nesse tempo também eu sou... Como é? Naquele tempo chamavam solicitador acadêmico que é um pré-advogado de um escritório.

A.M. – É o que hoje em dia equivale ao estagiário?

J.G. – A um estagiário. É. E é claro que o advogado também era anti-getulista porque senão teria...

D.P. – Quem eram o advogado?

J.G. – Chama José Branco Lefèvre.

D.P. – Mas era um escritório importante assim ou um escritório pequeno?

J.G. – Não. Era um escritório pequeno, um escritório pequeno.

A.M – Era de que área?

J.G. – Clínica geral. O pai dele teve uma vida carioca. Foi amigo do meu pai e o meu pai, eu esqueci de dizer na hora que vocês me perguntaram sobre o problema político, ele teve uma fase de nacionalismo também de apoio ao Monteiro Lobato. Não só na questão do petróleo que eu... O Lobato era das poucas vozes que diziam: “Não. Sim. Nós temos capacidade de explorar petróleo.” Mas o Lobato também tinha uma, talvez até por influência do meu pai, um problema de uma concepção nacional de confecção do aço, um método brasileiro de fazer ferro e transformar o ferro em aço etc. e tal com muitas experiências públicas etc. Então eu tenho várias fotografias do meu pai fazendo essa demonstração e tal e um dos assistentes é o Monteiro Lobato e nesse sentido o... Nós tivemos é... Uma vivência com esse amigo do meu pai, eu tive, porque ele sobreviveu ao meu pai, morreu já velhinho e o filho dele tinha esse escritório de advocacia. Então coisa de geração que passa por geração. Quer dizer, ele foi meu padrinho de casamento. Era muito meu amigo e a compreensão que ele teve nas minhas andanças políticas foi por causa disso tudo. Porque na realidade a política briga com qualquer outra atividade porque ela não tem limite, então não dá para você combinar nada com política. Ou você faz política porque ela vai... Se você for um grande maestro, vai chegar uma hora que você não pode reger a orquestra porque você tem um comício para fazer. Se você for um cirurgião não vai poder operar a pessoa porque você tem um batizado para ir, mas esse batizado depende da tua eleição. Entendeu? Então não há atividade mais monopolística, mais

imperialista do que a política. Então eu pude desenvolver no tempo da escola essas andanças, tendo um dinheirinho básico, em um escritório de advocacia porque o advogado era muito meu amigo. E eu até o convidei para ser meu padrinho de casamento. No tempo que a gente casava com padrinho e assinaturas etc. [risos].

D.P. – Vem cá e você morava na casa de sua mãe?

J.G. – Eu morei...

D.P. – Nesse período, você estudante?

J.G. – Morei, até casar, com a minha mãe. Eu fui muito filho. Tenho muitas saudades dela até hoje.

D.P. – Ô, Gregori, e você... Como você está dizendo a política era totalmente lhe absorvia total. Você conseguiu estudar bem Direito ou não? Foi um aluno aí na faculdade... Mais militante do que aluno? Como é que foi essa conciliação aí como estudo?

J.G. – Olha, de moderado para... De relapso para moderado. Eu me lembro que um professor que me prestigiava muito nas minhas andanças políticas quando eu fiz um exame com ele, ele disse: “É. O senhor está falando errado a pronúncia de um autor que para mim serve de índice daqueles que não estudaram a minha matéria porque todo mundo que estudou sabe exatamente qual é a pronúncia e o senhor não falando direito a pronúncia dele está mostrando que também não estudou. Mas eu vou lhe aprovar por outras qualidades que o senhor tem.” Entendeu? Quer dizer, então eu fui um aluno não foi totalmente relapso, porque eu gostava muito de ler e o... Fui muito aplicado com Miguel Reale em Filosofia de Direito. Consegui ser o que passou com maior nota em Economia Política porque gostava da matéria, mas em outras matérias que dependiam mais de frequência, de dedicação etc. eu tive que sacrificar isso por causa das andanças político-universitárias, etc. e no fim políticas mais do que universitárias porque na realidade essa luta anti-getulista foi uma coisa mais de sociedade, não é? É claro que uma parte da sociedade porque a outra, como eu disse, não ficou alegre com a saída do Getúlio.

A.M. – E qual campo do Direito lhe interessava mais nessa época? Algum se destacava ou...

J.G. – Olha, eu gostei muito do estudo de Direito Penal, especialmente pelo tipo de qualidade de texto que você tinha que estudar que era um professor aqui do Rio de Janeiro chamado Nelson Hungria. E... Gostei muito da Filosofia do Direito, gostei muito de Economia Política e no mais eu dei para o gasto sem assim maior envolvimento.

D.P. – E nas eleições presidenciais? Pós-suicídio de Getúlio como é que você se comporta? Juscelino concorrendo com...

J.G. – Olha, eu... Quando veio Juscelino eu votei em branco porque o outro candidato, apesar de no tempo do Movimento Cívico de Recuperação Nacional, ele... Foi um dos nomes que não citei. Que eu esqueci de citar, mas cito agora, o general Juarez Távora. Ele fazia parte do Movimento Cívico de Recuperação Nacional. Era um homem de quase dois metros de altura e ele comandava a Escola Superior de Guerra e ele... Eu me lembro uma vez que ele falou: “O dia em que o senhor estiver sabendo exatamente o que o senhor tem acima do pescoço...” [risos] Essa coisa militar. “O dia em que o senhor souber o que o senhor tem acima do pescoço, a Escola Superior de Guerra gostaria de recebê-lo como aluno etc., etc.” Mas isso é uma coisa para mais tarde, tipo assim bem autoritário. E uma vez eu fui à casa dele convidá-lo para uma conferência etc., etc. e tinha uma fotografia dele moço, ele disse: “Essa fotografia é do tempo em que me chamavam...” Porque logo depois da Revolução de 30 ele foi interventor em alguma...

D.P. – Do Norte. Ele foi do Norte.

J.G. – Do Nordeste é. Do Norte.

D.P. – Eles chamavam chefe das interven...

J.G. – Chamava Vice-Rei...

D.P. – Vice-rei do Norte. Vice-reinado do Norte. É.

J.G. – Vice-Rei do Norte.

D.P. – Não era bem... Ele comandava todos os interventores do Norte do país.

J.G. – É. Eu depois estive pesquisando...

D.P. – É. Que incluía o Nordeste também, não é? Porque na época o conceito de Norte pegava o Norte e o Nordeste. Não tinha Norte e Sul, não é. A divisão era só Norte e Sul. E ele vai ser isso. Vice-Reinado do Norte.

J.G. – “Isso é do tempo chamavam de Vice-Rei do Norte.”

D.P. – E o Nelson... O Aníbal Mendonça, Aníbal Mendonça, Aníbal... É um cara brilhante lá de Pernambuco faz um livro lindo sobre... Quer dizer, lindo, não é? Politicamente acabando como Juarez, não é, o Vice-Rei do Norte? Aníbal Freire, não é? Acho que é Aníbal, Aníbal Fernandes.

J.G. – Aníbal Fernandes.

D.P. – Era um jornalista. Anti-Agamenon, também anti-Estado Novo, anti... Ele faz esse livro que é bem famoso. Vice-Rei do Norte. Quer dizer, esse apelido pegou porque na realidade não era Vice-Reinado, não é? O nome era Vice Interventor do Norte e o pessoal chamava Vice-Rei do Norte.

J.G. – E no governo que se seguiu ao Getúlio que foi o governo Café Filho, o chefe da Casa Militar foi o Juarez Távora. E o governo que se seguiu a 64 ele foi durante algum tempo Ministro de Obras Públicas. Quer dizer, era um homem bem alinhado com, digamos com a vertente anti-florianista do Exército brasileiro.

A.M. – E nesse momento...

D.P. – Aí você votou em branco, não é? Na eleição presidencial?

J.G. – É.

D.P. – Porque você não... JK você achava que não...

J.G. – O JK tinha um problema. Primeiro a simpatia que eu tinha tido por ele naquela visita a que eu já fiz referência. Mas tinha o problema do getulismo dele, na época do getulismo e tinha sempre uma sombra da Pampulha etc. coisa da, do rigor no tratamento da... Do problema de tolerância com corrupção e tal eu achava que ele era um pouco condescendente etc. e tal. E ele na realidade não fez uma grande campanha é... Ele quer dizer, ganhou a eleição sem dúvida, mas mais por força do adversário dele ter sido um candidato muito burocrático, muito sem graça, muito sem maior interesse, o Juarez Távora e o Adhemar de Barros muito criticado, muito polêmico do que ele ter, por exemplo, explodido como uma nova... Ele foi um camarada que foi se revelando à medida que foi fazendo. Quer dizer, eu tenho impressão que ninguém que votou nele naquela eleição tivesse suposto de que ele seria capaz de fazer uma coisa grandiosa como a mudança da capital nos termos que ele fez, sabe? A construção de Brasília, etc. E a inauguração. De forma que a campanha dele foi um pouco apagada. Não teve, por exemplo, oportunidade de contatar com o nosso grupo que era um grupo muito engajado etc. Não tinha ninguém do nosso grupo que fosse engajado ao Juscelino, não é? De forma que eu fiquei no limbo nessa eleição, não votei no Juscelino. De repente... E ele foi uma presidência muito contestada a ponto até de ter episódios de contestação militar, o episódio Aragarças, e de repente através do *Jornal Nacional* na época que foi uma revista que substituiu *O Cruzeiro* em matéria de apuro gráfico etc., etc. A *Manchete*. De repente a *Manchete* começou a publicar as coisas que o Juscelino tinha feito. E foi uma... Ou uma descoberta ou uma redescoberta. Redescoberta para aqueles que sabiam que ele era operoso e como disse a mãe dele, dizem, que a mãe dele no dia seguinte da inauguração de Brasília, ela em um hotel no último andar de um hotel em Brasília olhou Brasília e disse: “Só o Nonô mesmo. Só o Nonô.” [risos] Que era o apelido carinhoso que ele tinha com ela, não é? Quer dizer, salvo esses que conheciam mais o Juscelino na intimidade, eu acho que em termos de Brasil a minha interpretação é que houve assim uma espécie de

uma explosão. Eu disse: “Poxa, esse camarada fez um governo, uma coisa fantástica etc. e tal.” O que de certa maneira facilitou a vida dele, porque ficou na contestação militar porque o Brasil tinha se dividido muito em função do Getúlio e ele também teve a ajudá-lo uma pessoa que pela qual hoje eu tenho muito respeito que foi o Marechal Lott, porque o Lott foi ministro naquele tempo era, não era ministro civil. Não era...

D.P. – Da Defesa, da Guerra.

J.G. – A configuração de hoje. Os ministérios eram o Ministério da Guerra é... As Forças Armadas eram comandadas pelo Ministro da Guerra sem intermediação civil e o Ministro da Guerra dele foi o Marechal Lott que foi muito, uma espécie de blindagem que ele teve, não é? Quer dizer, ele conseguiu de uma maneira ou de outra, embora sem ser por vontade dele direta, mas de qualquer maneira o [Carlos Lacerda] que era o grande inimigo ficou dois anos, dois anos e meio do governo dele exilado em Cuba, por exemplo. A Cuba ainda antes do Fidel, não é? Quer dizer, e qualquer coisa que havia, a crise que se formasse era diretamente como marechal Lott e isso deu tempo e sossego ao Juscelino para ele fazer a grande obra que ele fez. Não só a mudança da capital, mas as outras coisas que ele fez, as usinas elétricas, o tal binômio que ele revelou para os dois estudantes boquiabertos dele ter recebido.

A.M. – Quando ainda era um projeto, não é?

J.G. – Quando era um projeto lá em Minas Gerais.

A.M. – O início do governo do JK coincide com o início da sua vida profissional. Você se forma em 1954 e vai trabalhar em quê?

J.G. – Em advocacia.

A.M. – E aí vai ter um escritório próprio? Vai trabalhar com alguém?

J.G. – Vou ter um escritório com um colega e depois vou ter um escritório próprio.

A.M. – E em que área do Direito?

J.G. – Aí o... Clínica Geral. Clínica Geral. Quer dizer, aí comecei de vez em quando me chamavam para um júri. Às vezes eram coisas administrativas, às vezes era Direito Comercial é... Fui advogado de um banco, fui advogado de algumas associações. Entendeu? E fiquei por isso na, em uma fase em que praticamente com o governo Juscelino eu resolvi pensar no noivado, pensar no casamento e pensar na vida prática porque praticamente desde a faculdade até essa fase foi muito corre-corre em razão de uma movimentação hoje não sei se política ou cívica, entendeu? Porque eu não me tornei nunca um homem assim de partido, de ter uma vida partidária como ela precisa ser levada se você quiser chegar a ter uma liderança mais nítida, entendeu? Eu acho que foi muito cívica e depois vieram os Direitos Humanos que também era uma coisa política. De forma que meu traço é mais um traço de propriamente de civismo do que propriamente de política. Entendeu? Mas de qualquer maneira ela até o começo do governo Juscelino me cobrou um preço alto até de tempo de dedicação e de impossibilidade de conjugar com outras atividades etc. e tal. Então eu só pode pensar mesmo o problema de noivar e de casar, etc. a partir do governo Juscelino, mas conservando sempre apesar de ter abandonado ou diminuído bastante a atividade cívico-política, vamos dizer, o nacionalismo, entendeu? Isso eu continuei. Eu fiquei muitos anos sem tomar *Coca-Cola* porque eu achava que era o máximo da concessão entreguista como a gente chamava na época, você tomar *Coca-Cola*. Até que, já casado, uma noite me convidaram para ir ouvir o Prestes, Luís Carlos Prestes e eu fui. E a dona da casa que nos recebia, muita gente para ouvi-lo, muito gentilmente uma hora chegou e disse, chamando de senador: “Senador, o senhor toma o quê? Quer um uísque?” “Não. Eu não bebo.” “O senhor quer um refrigerante?” Ele ficou meio assim: “O senhor não quer uma *Coca-Cola*?” Ele disse: “É. Eu tomo.” Aí eu disse: “Poxa, se o Luís Carlos Prestes toma *Coca-Cola* porque é que eu estou nesse jejum?” Aí rompi a minha... [risos]

D.P. – Passou a gostar ou não?

J.G. – Passei a gostar.

D.P. – Porque *Coca-Cola* é um vício, não é? Ou você ama ou você odeia. [risos]

J.G. – Gosto.

D.P. – Quer dizer, essa você deve a Prestes, não é? Essa você deve ao Luís Carlos Prestes.

A.M. – Vamos trocar.

D.P. – Essa foi boa. [risos]

[FINAL DO ARQUIVO 4]

D.P. – Gregori, nesse momento aí você falou que você casou em 57, não é? Eu queria saber como é que você conheceu a Maria Helena.

J.G. – Bom, eu conheci a Maria Helena três anos antes dessa data, de 57. Exatamente em função dessa minha atividade, eu vou oficializar cívico-política, não é? E exatamente em um evento a que eu já fiz referência que foi esse sábado em que eu me permiti aquela frase rebarbativa sobre o problema da legalidade e legitimidade. Porque o evento em grande parte propugnava a renúncia do Getúlio e o símbolo era o R e eu lembro que depois do meu discurso etc. e tal, a gente sempre fica mais olhado, mais... Se o discurso for bom até cercado, não é? Aliás, como uma boa aula também. Quer dizer, eu quando dou uma aula e nenhum estudante vem me fazer nenhuma pergunta que às vezes não tem nada que ver, mas só pelo fato de ter chegado perto eu digo: “Ih a aula foi boa.” [risos] E o fato é que tinha lá umas pessoas etc. e de repente se aproxima uma moça morena com uma feição assim que me pareceu... Eu digo: “Se ela não é hindu, deve ter sangue hindu.”, porque ela era bem morena nessa noite e disse: “Posso colocar um R?” E colocou o R e eu gravei a figura pelas feições assim um pouco fora do padrão, não é? Mas só colocou o R não houve nenhum comentário etc. Depois o presidente [inaudível]. Depois que acabou a crise, que o Getúlio se matou etc., etc. “José Gregori, tem umas moças que ficaram muito impressionadas com a sua atividade etc., etc. e uma delas é irmã, são duas irmãs etc. e tal, me convidaram e eu vou passar lá na casa delas e tal. Acho que elas têm uma fotografia...”, naquele tempo fotografia era uma coisa importante, não é, e rara. “E se você quiser, seria bom que você fosse comigo.” E eu fui com

ele, guiando o carro dele. E chegamos em uma rua de São Paulo, Jardim América e vieram as duas moças. Uma mais velha, a outra mais moça e eu olhei para a mais moça e digo: “Poxa, é a moça do R.” [risos] E eu me lembro, eu disse: “Mas você não tem nenhum parentesco hindu?” Ela disse: “Bom, eu tenho um pouco de inglês no nome. Só se algum inglês [risos] em alguma guerra colonial andou fazendo alguma aventura e tal, mas do contrário...” E foi a segunda vez que eu vi a Maria Helena. Depois veio a formatura, logo depois o negócio do Getúlio foi em agosto. Essa ida a casa dela deve ter sido em fins de setembro. Aí veio a formatura em janeiro do ano seguinte. E ela foi na formatura. Um primo dela, que era muito meu amigo, aluno da faculdade me apresentou. E disse: “Essa moça ficou muito impressionada com a maneira que você fala e tal, isso e aquilo” Eu disse: “Puxa! É a moça do R e da minha ida a casa dela e tal. Então já conheço e tal.” Ele disse: “Não, mas vai ser como se eu estivesse apresentando e tal, não sei o quê.” E depois disso talvez uns... Um mês depois, uma amiga dela e vizinha disse: “Olha, vamos telefonar para o José Gregori, vamos telefonar para o José Gregori para ver se ele não quer vir uma noite aqui conversar conosco, não sei o quê e tal.” Então a Maria Helena começou a achar que essa moça estava tendo interesse em iniciar algum tipo de relação. E topou, mas como uma coadjuvante. E eu fui. E as duas realmente estavam lá etc. e tal. É claro que depois apareceu a mãe, depois apareceu o pai, aquela coisa de antigamente em que as liberdades tinham limites bem definidos. E o fato é que eu percebi que a outra tinha interesse etc. E eu simpatizei com a forma como a Maria Helena falou das coisas e etc. e começamos a ir... Eu deixei o meu telefone, ela telefonou para mim, eu telefonei para ela. Até que um dia, talvez um mês depois disso, eu perguntei a idade dela e naquela época, como sempre, mas eu devia ter... Ela tinha 17 anos. Eu tinha sete anos mais. Quer dizer, que eu tinha 24, não é? Eu achei ela muito jovem e fiquei meio assustado, com 17 anos. Eu digo: “Mas você só tem 17 anos?” “Só 17 anos e tal, não sei o quê.” E quando eu desliguei o telefone, eu digo: “Não. É muito jovem e tal... Não sei o quê.” Foi a única hora de dúvida em uma coisa que estava assim, engatilhando. Mas aí ela telefonou e houve muito telefonema intermediado pela minha irmã. Eu tinha uma irmã muito querida e muito ciosa da minha independência e tal. Então queria saber quem era e tal, isso e aquilo. Eu já tinha dito: “Não. Ela é muito jovem. Tem 17 anos e tal.” E ela sempre que me passava o telefone dizia: “É a de 17 anos.” [risos] Eu sei que a coisa foi se telefonizando, não é? Mas um dia houve uma possibilidade de através da prima dela se ir a uma festa. Aí o namorado da irmã passou em casa me pegou, levou nessa festa. Aí dançamos um pouquinho

e tal. Era uma festa de carnaval é... E... Mas ainda não era um namoro e nenhuma das suas denominações, que hoje tem várias etc. e tal. Mas a coisa só configurou talvez, essa festa foi no carnaval, um mês depois em que a mesma prima que tinha convidado para esse, para essa festa de carnaval me convidou para uma... Para irmos ao cinema. Um grupo grande, de seis ou sete pessoas e tal e que ela iria também. Aí houve realmente uma configuração mais de namoro etc. Embora naquele tempo a primeira vez que você saísse com uma moça em cinema seria o máximo do desequilíbrio emocional e da falta de compostura e tal, você pegar na mão ou ousar qualquer outra aproximação, entendeu? Mas de qualquer maneira já era um filme que você tinha assistido do lado e eu tenho esse cinema como marco inicial.

D.P. – Certo.

J.G. – Veio logo depois outras, outras possibilidades da gente se encontrar. A gente se encontrou e eu realmente comecei a namorar. Namoramos um ano certo. Noivamos um ano certo e nos casamos. Quer dizer, eu fiquei casado com ela 57 anos, um de namoro, 58 e um de noivado, 59. Eu não cheguei a emplacar o sexagésimo ano. Foi uma união muito estável, muito próxima. Ela foi uma grande companheira porque gostava de política. Tinha tido o anti-getulismo inicial que tinha nos aproximado, não é? Também ela fez uma revisão do getulismo no sentido de separar o joio do trigo e me acompanhou muito. Foi uma grande companheira. Foi o braço direito da Dona Ruth Cardoso. Foi a Secretária Executiva do Movimento Diretas Já. Grande parte do Diretas Já foi lá em casa porque ela convocava reunião do comitê interpartidário lá. Com isso a gente conviveu muito com o pessoal do PT [Partido dos Trabalhadores], porque era um comitê interpartidário. Ela chegou a ser presidente de uma paraestatal dedicada ao problema de pesos e medidas e no concernente a trabalho. Quer dizer, ela se afirmou como uma pessoa capaz de uma atividade própria, não é? E... Mas como companheira foi sempre uma pessoa que entendeu meus altos, meus baixos, as minhas ausências e depois foi uma grande embaixatriz do Brasil em Portugal, quando nós estivemos lá. E nos últimos seis anos ela curtiu uma doença que foi se multiplicando em doenças, mas com muita energia, com muita fibra e eu fiz questão de ser um... E digo isso imodestamente, um grande companheiro porque eu vi que a doença grave precisa de uma assistência especial etc. Ela ficou sempre lúcida, com dificuldade apenas de locomoção. Ela andava com um andador com rodas. Em supermercados e shoppings naqueles carrinhos

especiais etc., mas nunca perdeu a lucidez. Mas as doenças foram se multiplicando. Ela teve câncer, depois venceu o câncer e teve problemas no pulmão, depois teve problemas coração e finalmente a coisa... Sempre nós tivemos a possibilidade, mas por coincidência do que propriamente uma coisa assim vinda de prestígio, mas coincidências. Uma equipe de médicos muito importantes, não é, a ponto de eu dizer: “Olha, vocês são da equipe da República porque vocês cuidam da Dilma, cuidam do Lula e cuidam da Maria Helena Gregori. De maneira que vocês são a equipe da República.” Mas mesmo uma equipe tão categorizada como essa do Sírio Libanês lá de São Paulo etc., na última crise dela, no começo desse ano, não pode segurar e em pleno carnaval ela, depois de uma melhora, teve uma crise que foi fatal etc. É uma pessoa que me acompanhou muito, que cresceu muito na participação que teve. Foi uma grande amiga, como prova tudo que eu ouvi da Ruth Cardoso, que é uma pessoa que respeito muito, era muito equilibrada. Acho que foi uma grande mãe, uma grande amiga também e foi uma grande avó. Com muito carisma, não é? Eu me lembro que ela fez um movimento em São Paulo quando Paulo Salim Maluf queria mudar a capital de São Paulo, queria tirar de onde é a capital de São Paulo, cidade de São Paulo, e levá-la para o interior. E não sei por que a Maria Helena resolveu sozinha, até sem me ouvir, ela disse: “Não, isso ele não vai fazer, não. Isso não vai fazer e tal.” E ela, pumba! Criou um movimento cívico [risos] contra a mudança da capital. E eu me lembro. Ela arrumou as amigas e começou a se movimentar etc., etc. E queria o apoio de um líder sindical nascente, mas já com muito prestígio que era nada mais nada menos que o doutor Luís Inácio Lula da Silva e eu encontrei com o Lula na assembleia, nesse tempo eu era deputado estadual, digo: “Lula, a Maria Helena minha mulher e tal está querendo a sua adesão ao manifesto contra a mudança da capital etc.” “Olha, José Gregori...”, aquele jeitão dele, “Se eu puser o meu nome nesse manifesto e elas prometerem, a Maria Helena e as amigas dela, que me deixam em paz eu assino. [risos] Porque o dia inteiro elas estão em cima de mim, já há duas semanas e tal. Eu não aguento mais.” Quer dizer, era o tipo da constância da Maria Helena como também na redemocratização, mas ainda um pouco de Figueiredo, que os estudantes saíram às ruas etc. Ela fez um movimento de mulheres pelos Direitos Humanos para dar apoio aos filhos etc., etc. que iam para as passeatas etc. Quer dizer, ela teve iniciativas próprias que ela tomou e geriu praticamente sem a minha interferência, entendeu? De maneira que em um registro como esse que, eu tenho que pôr em cima dessa mesa a memória e o coração eu digo que realmente Maria Helena Gregori foi uma grande companheira.

A.M. – Bonito.

D.P. – Vamos voltar aos anos 60, não é? Nós vamos ter as eleições também concorridíssimas presidenciais do Jânio *versus* Lott, aquela conjuntura. E como é que você se posiciona nisso?

J.G. – Aí eu tive essa, esse movimento inicial através do velho Mangabeira de aproximação com o Jânio, mas confesso que fiquei com muitas dúvidas a respeito da personalidade política e não cultivei essa proximidade, pelo contrário fui me afastando, e talvez o elemento desencadeador de uma ruptura foi uma frase que ele falou com muita convicção de que o estado é mau patrão. Uma vez ele ou em uma entrevista ou em um pronunciamento pela televisão ele falou: “Olha, por definição, o estado é um mau patrão.” E eu achei isso, um pouco para quem tinha feito aquela carreira dele etc. e tal. Isso realmente não me passou goela abaixo. Mas o fato é que quando vieram as eleições eu apoiei o Lott e foi um apoio aí mais discreto porque aí eu estava em uma fase de o pêndulo estar mais voltado para a vida doméstica, a vida privada etc. e tal. 1960. Mas não apoiei...

D.P. – A eleição do vice era separada. Você votou em Milton Campos ou votou no Jango?

J.G. – Não votei no Milton Campos.

D.P. – Votou em Milton Campos. Jango não, não é?

J.G. – Jango, não. O Jango depois de dois anos, de 60, eu me aproximei do San Tiago Dantas. Comecei a ouvir os pronunciamentos de San Tiago depois comecei a ler a obra jurídica dele etc. E foi um caso de paixão realmente e uma vez eu vim para o Rio de Janeiro e pedi para um primo meu que representava uma firma que tinha sido cliente dele e tal para eu poder visitá-lo etc. Esse meu primo que era uma pessoa muito educada, muito fina e que tinha prestígio com as pessoas que ele ia conhecendo, tinha um bom relacionamento embora não íntimo com o San Tiago e arrumou para eu ir à casa do San Tiago, quando o San Tiago morava na rua Dona Mariana, aqui em Botafogo. Uma casa de muito bom gosto, com muitas obras de arte, uma casa senhorial. E nessa casa eu me lembro que eu disse: “Olha, eu tenho

acompanhado a sua vida pública...”, ele era deputado federal e de deputado federal ele foi a ministro do exterior. Ele disse: “Eu estou percebendo que a sua política exterior está sendo muito contestada e tal, mas ela coincide muito com as minhas ideias. Política externa independente...” Eu tinha ficado muito impressionado com a tese que ele defendeu em uma conferência de Punta del Este de que não se devia abandonar Cuba, mas fazer com Cuba o que a Europa tinha feito logo depois da Guerra com a proximidade da Finlândia com a Rússia. Tinham achado um tipo de tratado que a Finlândia se comprometia com certas coisas e em compensação ninguém tocava na Finlândia e ele tinha a mesma ideia e elaborou toda uma doutrina para preservar Cuba. E eu digo: “Poxa, em uma hora como essa todo mundo querendo comer o fígado de Cuba, etc. um chanceler brasileiro ter uma ideia dessa e fazer uma coisa assim bem equilibrada, factível e tal.” Quer dizer, através desses raciocínios assim sobre coisas defendidas por ele eu fui me aproximando muito do pensamento dele e quis conhecê-lo, consegui essa noite e me pus à disposição e disse: “Olha, eu estou em São Paulo e tenho muito contato. Sou professor da PUC com jovens etc., etc. e acho que posso lhe ajudar e a próxima vez que o senhor foi a São Paulo e gostaria de colaborar e tal.” E ele realmente uma semana depois ele foi a São Paulo e mandou uma agenda grande e tal e eu fiz questão de que ele cumprisse essa agenda. E quando terminou essa visita a São Paulo que demorou dois dias, na qual inclusive ele foi jantar em casa porque eu tinha colocado também conhecer certas pessoas que eram minhas amigas, eu fiz esse jantar com a Maria Helena e ele no aeroporto disse: “Olha, conheci em São Paulo o que será, sem dúvida, uma das molas mestras da minha política e tal.” Acabamos amigos nessa visita que ele fez. E realmente até o fim da vida dele a nossa amizade só foi crescendo. Foi muito curta porque ele durou pouco, mas de qualquer maneira muito intensa porque na realidade eu, na hora que ele me convidou para ser do gabinete dele eu praticamente deixei todas as minhas atividades e depois eu fui chefe de gabinete dele em São Paulo. Montei um... Porque ele disse: “Olha, é impossível que o Ministro da Fazenda...” aí ele era Ministro da Fazenda, não mais do Exterior como tinha sido quando eu o conheci. “Não é possível que um Ministro da Fazenda não tenha alguma coisa operativa em São Paulo, de maneira que se você organizar um sub-gabinete do Ministro da Fazenda em São Paulo desde já eu estou te convidando para ser o chefe desse gabinete etc.” E eu montei. A primeira ideia que eu tive naquele tempo, como eu acho que é até hoje, mas naquele tempo com mais ênfase, o industrial brasileiro respeita mesmo o Banco do Brasil, entendeu? Então eu disse: “Bom, eu vou montar o gabinete no Banco do Brasil.

Descobri uma sala boa no último andar do Banco do Brasil e eu disse: “Porque pouca gente me conhece dessa área econômico-financeira, colocando o gabinete aqui no Banco do Brasil todos eles vão respeitar.” [risos] Então coloquei lá no último andar do prédio do Banco do Brasil, na ladeira São João, o gabinete do San Tiago e depois até o fim do governo dele no Ministério da Fazenda ficamos juntos. Vivi em Brasília o episódio em que ele foi indicado com Primeiro-Ministro ainda no regime parlamentarista. Quer dizer, muita aproximação. Inclusive com a Dona Edméia que era mulher dele e que detestava político. Tinha muito ciúme do fato de, de repente, o companheiro ter ficado à mercê dos políticos e em prejuízo da companhia que ele tinha nela, não é? Então ela fazia questão de mostrar que não estava feliz do lado de político, mas a mim ela me tratava de uma maneira muito especial porque quando ele começou a ficar doente etc., etc., quando a gente fazia viagem ela dizia: “Gregori, esses remédios o San Tiago tem que tomar em certas horas etc., etc. Está aqui a lista das horas e tal. Eu confio que você vai dar esses remédios para ele etc. e tal. Quer dizer, isso para dar uma ideia de como a gente tinha se aproximado, não é? Quer dizer, da nova geração que ele conheceu nessa fase eu acho que eu e o Marcílio Marques Moreira fomos os dois que nos aproximamos mais dele. E com isso eu fiz uma imersão na política congressional brasileira porque teve a indicação dele para Primeiro-Ministro ainda no regime parlamentarista, não é? Conheci também em função da chefia de gabinete em São Paulo o mundo econômico-financeiro. Quer dizer, eu me enriqueci muito como, como militante dessa, desse plano cívico-político pelo fato de ter estado do lado do San Tiago. Além de ser um homem de grande inteligência e grande capacidade de explicar as coisas. Quer dizer, ele fazia as reuniões sobre às vezes política e fazia questão que todo mundo falasse e ele tinha uma chapa, ele dizia: “Todo mundo já falou? Tem mais alguém querendo falar?” Quando havia o silêncio ele disse: “Bom, se eu bem entendi, os senhores me corrijam, mas se eu bem entendi, o que os senhores estão querendo é o seguinte: diante do problema x, os senhores estão querendo isso e isso.” E eu muitas vezes ouvi pessoas do meu lado e disse: “Puxa, era isso que eu queria dizer, mas eu não consegui dizer com a clareza dele.” Quer dizer, ele era um didata nato, excepcional. E com ideias modernas e muito sensível a uma coisa que ele sentia, que o Brasil precisava dar certo porque senão ia acontecer alguma coisa de muito sério como realmente aconteceu [risos], não é? Infelizmente, além de tudo ele foi um grande profeta. Ele fez o possível para evitar 64 e o fato dele não ter conseguido evitar, ele... O último, a última tentativa dele ele fez uma Frente Ampla na qual estava o antigo PSD [Partido Social

Democrático], não é? Porque ele dizia: “O PSD é o Brasil, é o Brasil mais verdadeiro na sua... Enraizamento sociológico etc. e tal e antes que ele, a gente consiga mudá-lo, não se pode excluí-lo.” Então ele colocava o velho PSD e na cogitação dessa Frente Ampla, mas também as lideranças sindicais. Porque no plano que ele apresentou, no projeto que ele apresentou tinham várias reivindicações que os sindicalistas que foram muito fortes no governo do João Goulart reivindicavam, não é? E eu tive a oportunidade de estar do lado dele quando ele discutiu item por item desse projeto de agenda para uma Frente Ampla com os sindicalistas, não é? E me lembro como se fosse hoje que o porta-voz era um líder comunista chamado Oswaldo Pacheco, era o presidente do Sindicato dos Portuários e um dos itens era a abolição da vitaliciedade de cátedra. E eu, quando estava quando estava se aproximando desse item, disse: “O que é que o Pacheco vai falar sobre isso?” porque isso é uma coisa técnica e é uma coisa do mundo acadêmico que ele não teve oportunidade de frequentar. Era um homem do trabalho, da estiva, não é, mas muito bem-dotado de inteligência etc. Então quando chegou nesse item o Oswaldo Pacheco disse: “Professor esse item é muito específico, é muito profissional, é uma coisa da vida dos professores etc. Mas quero dizer ao senhor que nós ouvimos professores democráticos, em quem nós confiamos, que disseram que é uma coisa boa de maneira que nós aprovamos.” [risos] Então mostra exatamente também o espírito agregador do San Tiago porque ele colocou itens para essa Frente Ampla, que acabou não tendo tempo de vingar porque antes disso veio o movimento de primeiro de abril, mas ele fez o possível para ser uma espécie de, de salvador da, do que tinha restado da democracia brasileira para que não viesse o colapso do primeiro de abril.

D.P. – Quem fez um esforço também grande nessa época foi o Celso Furtado, não é, com o Plano Trienal.

J.G. – Foi.

D.P. – Você acompanhou essas discussões do Plano Trienal para tentar emplacar as negociações que foram feitas porque ali também teve um pouco isso. Os grupos rejeitando...

J.G. – O San Tiago Dantas jogou muito com o Celso Furtado. O San Tiago, Ministro da Fazenda e o Celso Furtado era Ministro do Planejamento. Eu viajei muito para ser preciso,

talvez umas três vezes seguramente, entre Rio – Brasília, Brasília – Rio, Rio – Brasília com os dois. E durante todo o tempo do voo eles foram discutindo itens específicos, o que mostra que a convivência dos dois era muito próxima e muito respeitosa.

D.P. – Dois republicanos, não é?

J.G. – Dois republicanos, não é? Quer dizer, o San Tiago tinha um respeito das pessoas mais de esquerda, não só os esquerdistas, mas também dos próprios comunistas, não é? Eu ainda outro dia encontrei o Marco Antônio Coelho, que foi dirigente comunista, que sofreu, que foi torturado e tal. E o Marco Antônio Coelho disse: “Olha, José Gregori, eu não tenho lembrança de uma transposição tão grande na minha vida de assim uma desconfiança total de uma pessoa e de repente significa uma, quase que uma entrega total do que a que houve comigo e com o San Tiago. Porque realmente ele foi ganhando a minha confiança. É um cara tão sério, tão agregador e tal que eu, da maior desconfiança que tinha com o moço, do Partido Comunista, chegado de Minas para começar a vida pública em um grande cenário e o San Tiago tinha sido advogado de grandes empresas americanas e lá longe ainda tinha sido integralista, que foi a versão brasileira, ainda que canhestra, do fascismo, não é?” De maneira que se julgar a vida capítulo a capítulo e achar que cada capítulo é decisivo em relação ao outro, não é? Quer dizer, se não for como eu sou devoto da Nossa Senhora do Acaso, a pessoa não entende como é possível essa plasticidade, não é? Um pouco também não entende a vida. A vida é uma coisa dinâmica e tal, dificilmente pode ser uma caixa preta de coerência, entendeu? Você tem que achar a coerência nas grandes linhas, quer dizer, nos grandes princípios é que, com os quais você tem que ter a coerência. E a verdade é que o San Tiago ia conseguindo aproximações sucessivas porque a gente ia descobrindo a boa intenção dele em que os capítulos anteriores não tinham realmente nenhuma influência com capítulo atual que ele estava vivendo, não é? E nesse sentido, eu acho que o Celso Furtado terá tido, eu não ouvi dele nada que fosse recriminador ao San Tiago que tinha um papel de não de concorrência, mas de qualquer maneira difícil de você em um Ministério ajustar o Ministério do Planejamento com o Ministério da Fazenda. O Plano Trienal, eu talvez, eu digo isso imodestamente, lá no tempo que eu fiquei como subchefe, quer dizer, como chefe do subgabinete lá em São Paulo, eu acho que ninguém no Brasil propagandeou e distribuiu tanto exemplar do Plano Trienal como eu. Eu pedia para Brasília, era uma coisa até bem impressa

com capa cinza etc. e eu distribuía. Quer dizer, ninguém passou por aquele gabinete sem receber o Plano Trienal. Quando eu ia representar o San Tiago e disse: “Mas eu vou ter que falar?” “Vai.” “Quantas pessoas vão estar lá para ouvir?” “Ah, umas 100 etc., etc.” Eu pumba, pegava 100 exemplares do Plano Trienal. Eu fui eu acho que o maior distribuidor do Plano Trienal, que era muito bem feito.

D.P. – E era também um grande fã do Plano Trienal [risos]. [inaudível].

J.G. – E era fã do Plano Trienal porque achava que dava um rumo em um Brasil que estava muito se esgarçando, não é? E o Plano Trienal era um rumo equilibrado, bem feito. O Celso era um homem digno, muito sério e muito fechado. Quer dizer, para político eu acho que ele tinha boas qualidades e tal, mas eu acho que faltava um pouco no Celso o problema da, de expansividade, não é, e agregação assim a grandes correntes etc. Mas um homem de muito respeito. Muito respeito. E acho que os dois conviveram bem. É claro que o Plano Trienal foi superado pela realidade porque o Plano Trienal supunha na maioria das suas metas que a inflação fosse vencida e a inflação foi disparando. Não se tinha ainda a meu ver naquela época pré-revolução, o instrumental de combate efetivo à inflação. Mesmo que a inflação ainda naquela época fosse moderada e não a inflação explosiva que deu no tempo do, um pouco antes do Plano Real do presidente que veio depois do Collor, o...

D.P. – Itamar.

A.M. – Itamar Franco.

J.G. – Itamar Franco / Fernando Henrique Cardoso, não é? Quer dizer, aí foi criado todo um equipamento para poder vencer a inflação, não é? Naquele tempo não tinha isso. O Ministério, no tempo que o San Tiago foi Ministro da Fazenda as coisas ainda eram muito soltas. Era um Brasil ainda muito amador para um tipo de crise, de inflação descontrolada como aquela que já começou a se viver no tempo do João Goulart, não é? Porque os fatores políticos eram complicados. Quer dizer, a renúncia do Jânio foi um fato muito grave porque de repente você convoca o povo para votar, não é? Na nossa República o momento de votação é muito importante porque às vezes é o que a maioria dos cidadãos fazem do ponto

de vista cívico-político, não é? Tirando a eleição não participam de partidos, não tem atuação, etc. Então houve uma eleição em que o Jânio ganhou maciçamente. Ninguém teve dúvida de que ele teve mais votos e merecia mais a eleição etc., etc. De repente sem razões claras e sem razões plausíveis, de uma hora para outra o sujeito renuncia dando a entender que nessa implausibilidade podia estar embutido um golpe de estado, que complica mais a situação, não é? Quer dizer, então foi fato grave. Depois a posse do Jango quase que custa uma guerra civil porque Brizola defendeu a posse que um grupo importante e sério e poderoso do Exército não queria. De maneira que isso tudo marcou muito o Brasil com consequências e o primeiro mandato do parlamentarismo ainda foi, digamos assim, bem manejado por uma pessoa de indiscutível talento para isso que foi o Tancredo Neves. Mas depois com a rejeição pelo congresso do nome do San Tiago Dantas a coisa ficou meio solta. Quer dizer, de repente a coisa se estilhaçou, não é? Então era difícil realmente que o Plano Trienal combatesse a inflação porque eu vi em um combate aí já mais próximo também da máquina fazendária, eu vi como o Itamar Franco e o Fernando Henrique combateram a inflação e puseram em vigor o Plano Real já com instrumental brasileiro e tal. Já era diferente, não é? Já era uma coisa de plausibilidade, de uma coisa que pode ter consequência. Naquele tempo, depois dos anos do Juscelino, que tem todos os méritos, mas foi uma fase inflacionária. Depois de uma renúncia totalmente, para ser gentil, inexplicada do Jânio Quadros e um mandato do Tancredo como primeiro-ministro muito curto e com uma rejeição tão ideológica a favor da direita como foi a do Santiago, era difícil que se segurasse qualquer instrumental que se tinha a inflação brasileira. Eu não quero dizer que com isso a única solução possível fosse o golpe de estado que veio e nos asfixiou por 20 anos. Mas eu digo, qualquer outra solução para evitar esse golpe de estado tinha que quer na linha do que o Santiago tinha imaginado. Quer dizer, uma Frente Ampla que contemplasse várias reivindicações, vários setores inclusive os setores novos que tinham surgido no Brasil etc. Quer dizer, tinha que ser uma ação de sabedoria política misturada com uma grande competência também de ortopedia política. Quer dizer, tinha que ser uma coisa muito bem feita para evitar o primeiro de abril.

A.M. – O senhor conheceu Brasília nos primeiros anos, não é, nos anos iniciais da cidade. Qual é a sua impressão sobre a cidade naquela época?

J.G. – Olha, a primeira vez que eu fui à Brasília eu devo ter tido a impressão que todo brasileiro com algum tipo de formação deve ter tido. Quer dizer, você não sabia se estava no Brasil ou em outro planeta porque realmente você sentia antes de chegar, sobretudo se fosse de carro como eu fui, você estava no meio do sertão / deserto e tal...

A.M. – Foi de São Paulo à Brasília de carro?

J.G. – É. É. E de repente surgia um planeta do *Flash Gordon*. Quer dizer, uma coisa assim, o mundo é das estrelas, um mundo diferente, não é? Quer dizer, nesse ponto a mãe do Juscelino tinha razão na sua exclamação lá na janela do hotel: “Só o Nonô!” E eu tive sorte porque quando eu com dois amigos que foram companheiros de viagem, nós estávamos vendo o Palácio do Planalto, nessa hora parou um carro e desce o Oscar Niemeyer e eu tive logo depois da inauguração. A inauguração foi 21 de abril. Isso devia ser maio, no mesmo ano da inauguração. Então a gente chegou perto do construtor, do responsável e ele estava com um francês. Eles estavam conversando, ele até revelou qual era o assunto e tal e disse: “Não, eu estou aqui com o *monsieur* o nome me escapa e pensando em um [inaudível] aqui na, aqui na frente do Palácio etc. e tal.” Acabou não saindo, mas era o que ele estava imaginando. E nós não sabíamos como elogiá-lo, não é? Você está diante do Michelangelo depois que ele acabou de pintar a Capela Cistina você não sabe o que dizer, não é? Eu acho que nessas ocasiões o melhor é ficar quieto, mas é irrecusável que você tem vontade de dizer alguma coisa e é... Eu disse: “Sem dúvida que pelo que eu tenho visto, arquiteto, Deus o inspirou.” E eu me lembro que ele me olhou assim e disse: “Deus eu não posso garantir, mas os deuses, sem dúvida.” [risos]

D.P. – Isso para um materialista, não é?

J.G. – Para um materialista... é.

D.P. – Convicto como ele, não é?

J.G. – É. “Deus...

D.P. – Deus...

J.G. – “Eu não posso ter certeza, mas os deuses ajudaram.”

D.P. – Gregori, esse momento também é um momento de muita é... Agitação e efervescência política, não é? E o camponês entra em cena, não é? O Nordeste, o camponês. Como é que era a sua relação em relação a essa bandeira da Reforma Agrária que era o carro chefe da reforma de Jango. Como é que você via essa iniciação do trabalhador rural na cena política brasileira?

J.G. – Olha, eu achei sempre que isso era uma coisa fundamental. Quer dizer, na realidade desde essa eleição do Jânio Quadros que eu vi que o modelo participativo do Brasil não cabia naquilo que estava institucionalizado. Quer dizer, o Brasil tinha, digamos assim, se expandido em relação ao modelo porque estava recebendo novas dimensões que já não cabiam mais no modelo e por isso é que os expansionistas passaram para mim a serem priorizados, não é? Eu acho que o San Tiago foi um expansionista nesse sentido, não é? E uma das coisas que estavam desbordando, digamos assim, dos limites do Brasil era esse problema agrário. Eu digo: “Epa! Esse problema agrário é uma coisa que precisa ser cuidado de uma outra forma, etc.” Então um grupo de jovens que se reunia em São Paulo em função da posse do João Goulart me pediram e disse: “Olha, o senhor é capaz de fazer um manifesto a favor da Reforma Agrária, etc.” Aí eu fui estudar. Estudei bastante. Inclusive os projetos de Reforma Agrária que tinham surgido até então etc. e fiz um manifesto de defesa. Infelizmente eu perdi. Com tanta mudança eu perdi a... Porque senão tinha sido colocado em um fax, de maneira que ele estaria vivo até hoje, mas tinha algumas assinaturas que eu consegui com esses amigos coletar nesse manifesto. Uma delas é até, no comecinho da vida dele quando ele estava ainda na Escola de Sociologia e Política lá em São Paulo, uma das assinaturas era do Darcy Ribeiro. A favor da Reforma Agrária. Então passou para ser...

D.P. – Esse manifesto você não tem cópia, não? Não está em canto nenhum?

J.G. – Não tenho cópia.

D.P. – Não está no aqui no arquivo? Não está em canto nenhum?

J.G. – Não está.

D.P. – É?

A.M. – Não foi publicado em nenhum jornal? Nada?

J.G. – Não foi publicado. Tinha manifesto... O manifesto tinha assinatura de alguns juízes de Direito e tal e...

D.P. – O objetivo era entregar para o congresso, para quem? Ou para o Jango?

J.G. – Para Jango, no sentido de defender a Reforma Agrária. Ainda não eram as Ligas Camponesas. Mas em uma das assinaturas que eu pedi foi é... Para um amigo comum que conhecia o Julião. Esse amigo comum disse: “Olha, você pode pedir pessoalmente porque ele vai fazer um comício na Praça da Sé...”, que era o centro de São Paulo naquela época, “Você pode pedir diretamente.” Eu fui a esse comício e o comício foi tão pequeno, tão pouco expressivo.

D.P. – Só estava no comitê organizador, como diria o... [risos] Como diria o nosso...

J.G. – Só estava o comitê organizador como diria o Velho Otávio Mangabeira. Que eu coloquei o comitê organizador inteiro no meu carro, praticamente e telefonei para a Maria Helena e disse: “Olha, arruma aí o jantar que eu estou levando seis ou sete pessoas a mais etc., etc.” E uma delas era o Julião. E a partir daí, depois desse jantar nós fomos em um debate que havia em uma peça bastante intensa, do ponto de vista de reivindicações e tal do negócio da terra no Teatro de Arena de São Paulo, não é? Eu me lembro que um dos artistas era o Lima Duarte. Isso eu me lembro.

D.P. – O nome da peça você lembra, não?

J.G. – O nome da peça eu não me lembro, mas... Uma pesquisa...

D.P. – Era questão rural ou urbana? Não era *Eles Não Usam Black Tie* não, não é?

J.G. – Não.

D.P. – Que também está passando nessa época. Do Guarnieri não é não, não é?

J.G. – Um pouco antes. Um pouco antes. Ainda não houve o golpe. E o fato é que nasceu uma camaradagem com o Julião. Eu acabei amigo do Julião e ele veio a São Paulo talvez uns 40 dias depois dessa noite e fundou as Ligas Camponesas de São Paulo, me convidou e eu aceitei para ser o secretário das Ligas Camponesas. E fizemos muitos comícios, muitas andanças pelas Ligas Camponesas e fui conhecendo também alguns pernambucanos que tinham sido do governo ou estavam se preparando ou... Tinha sido o governo Arraes e...

D.P. – Quer dizer, estavam no governo Arraes, não é?

J.G. – Estavam no governo Arraes. Estavam no governo Arraes. E... Mas o Arraes via também as Ligas Camponesas com prudência, não é? Porque o Arraes era um homem de pé no chão e sabia distinguir o feijão do sonho.

D.P. – É. Ele estava apostando mais nos sindicatos, não é? Achava que havia...

J.G. – É. Nas coisas assim mais... Mais firmes, não é? E a verdade é que a... Nasceu uma amizade, cultivada porque cada vez que ele ia a São Paulo a gente se encontrava etc. Mas...

D.P. – Você chegou a ir no institu... No Galileia, no Engenho Galileia com o Julião?

J.G. – Eu fui.

D.P. – Lá em Pernambuco com ele?

J.G. – Lá em Pernambuco. Aí conheci o Antonio Callado...

D.P. – Callado.

J.G. – Que tinha feito um trabalho sobre o movimento.

D.P. – É. Agora a fita parou.

J.G. – Acabou?

D.P. – O tempo passa e a gente nem percebe.

[FINAL DA 1ª ENTREVISTA]

2ª Entrevista: 26.05.2015

A.S. – Rio de Janeiro, 26 de maio de 2015. Segunda entrevista com José Gregori, a cargo das pesquisadoras Dulce Pandolfi e Angela Moreira, para o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no âmbito do projeto “Arqueologia da reconciliação.” Na nossa primeira entrevista nós encerramos a nossa conversa falando sobre a sua visita ao Engenho Galileia em 1963. Então, acho que nós poderíamos retomar desse ponto.

J.G. – Bom, como eu acho que já disse, eu fiz uma aproximação com Francisco Julião, tendo em vistas as minhas, à época, opções e urgências a respeito da reforma agrária. Deu certo, foi um encontro em São Paulo, assim, casual, mas muito já afetivo, porque o levei para casa. Depois, de casa, houve um espetáculo no Teatro de Arena e com debate. De maneira que, ao cabo daquela primeira noite, nós estávamos bem identificados. Eu o achei um homem bem-intencionado, com recursos de advogado, com um movimento que deu para perceber que era maior na imprensa do que na realidade, mas, de qualquer maneira, era um grito importante a respeito da necessidade de mexer na terra, ainda fora do proscênio de participação político-social. Toda uma classe que já tinha atingido um ponto de maturidade a merecer uma participação. E ele estava sendo, de certa maneira, o parteiro dessa ascensão dessa classe.

Depois tivemos uma série de encontros em São Paulo. Às vezes reuniões programáticas, às vezes conferências que ele ia fazer e das quais eu participava. Finalmente, ele esboçou uma organização de ligas camponesas em São Paulo e me convidou para secretário geral. E houve um evento no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo para concretizar esse convite. E, a partir daí, a gente amiudou mais os contatos e aí surgiu uma ida minha para Recife, onde eu fui ao engenho onde ele tinha um contingente, assim, mais expressivo de pessoas ligadas às ligas camponesas. Era uma organização ainda muito inicial. Quer dizer, não tinha nada de mais profundo do que uma fichazinha em que cada um dava o nome, a idade, a filiação. De qualquer maneira, existia um halo de liderança. É claro que, mexendo com um pessoal acostumado a um tipo de submissão política e, às vezes, até com pendores religiosos e tal. Um pessoal que estava embarcando nessa ideia, nessa mística, vamos dizer assim, de reforma agrária e vendo o Julião como, – seria um exagero dizer –, um salvador. Mas, de qualquer maneira, um padrinho para ajudá-los. Quer dizer, eu tive uma boa impressão, embora conhecendo fosse uma coisa ainda, em termos de organização e de capacidade de luta em face de quem se opunha a esse propósito, ainda muito pequena. Mas seguimos a vida dentro desse bom entendimento. Aí ele começou a ser muito solicitado para visitas no exterior e, sobretudo, para Cuba. E, realmente, ele foi ficando, crescentemente, um admirador de Cuba, sobretudo porque contatos em Cuba eram diretamente com Fidel Castro. O nosso diálogo foi rareando e, ao mesmo tempo, eu achei que o traço mais específico, mais brasileiro do movimento dele, aquela ligação, a espontaneidade do campo, principalmente da região nordestina, etc., estava começando a se ideologizar em demasia. Aí ele me disse: “Olha, com os imprevistos da situação brasileira, vou mandar meus filhos estudarem em Cuba, talvez minha mulher vá também para Cuba. Estou cada vez mais impressionado com a organização em Cuba.” Aí houve um distanciamento, que eu achei que ele tinha ficado um pouco impressionado demais com uma influência externa e talvez perdesse aquela colagem com o que o movimento tinha de mais interessante, a meu ver, mais inédito, que era uma maneira própria de ver o socialismo. Porque, na realidade, a nossa visão, fundamentalmente, era socialista, não era capitalista. Isso fez com que eu, logo depois, pedisse demissão do cargo que eu tinha.

D.P. – Quer dizer que era uma estrutura formal mesmo, não é?

J.G. – É, uma estrutura formal.

D.P. – Funcionava como se fosse uma ONG quase?

J.G. – É, seria uma ONG incipiente. Mas ainda na linha...

D.P. – E tinha uma sede em São Paulo?

J.G. – A sede em São Paulo, estatuto registrado no registro de títulos e documentos. Seguiu a tramitação de uma associação naquela época, que nenhum vislumbre do que depois veio a ser a sistemática do terceiro setor, etc. Guardo dele uma impressão positiva, como uma figura que acreditou naquilo que ele dizia. Era um bom romancista. Tinha feito vários livros. Antes de se tornar uma figura conhecida, se dedicava à literatura de fundo regional. Agora, é claro que a tarefa era descomunal. Era muito acima do que suportaria os ombros dele, ou de outro líder até mais capacitado, mais forte. Mas, de qualquer maneira, eu acho que foi um momento importante, do ponto de vista de mostrar o quanto o modelo tradicional institucionalizado era insuficiente para representar todas as forças que já tinham maturidade para agir, reivindicar e ter um lugar ao sol. Isso sem dúvida nenhuma, mas não deixou também de ser, no outro extremo, uma sinalização para que as forças do outro lado se unissem e houvesse a confluência que houve em 1964, do ponto de vista de que a questão da terra era muito sensível, muito ainda na mão de um patriarcalismo antigo e muito bem estruturado, muito bem imbricado, sobretudo, no nordeste. Praticamente não tive mais notícia do Julião. Depois eu sei que ele mudou para o México. De Cuba foi para o México e terminou os seus dias no México. Morreu precocemente.

D.P. – Gregori, eu queria fazer uma perguntinha. Nesse período, a Igreja é um ator importante dessa luta política que está sendo travada no Brasil. E, como se sabe, um grupo de católicos se aglutinou em alguns movimentos. Um deles é a Ação Popular, em 1962. Um braço da Ação Católica, enfim. Você foi da Ação Católica?

J.G. – Não.

D.P. – Você participou desse movimento? Você nunca foi militante? Porque engraçado, alguém me falou assim: “Ah, o Gregori foi um membro da Ação Católica.”

J.G. – Não, não fui.

D.P. – Você nunca participou dessas...

J.G. – Não, a aproximação que eu tive com a Igreja, que foi estreita, foi a que se deu com o Dom Paulo Evaristo⁵, na Comissão Justiça e Paz.

D.P. – Isso um período depois?

J.G. – Um período depois.

D.P. – Depois do golpe. Mas antes do golpe você não está nesse movimento?

J.G. – Não, antes do golpe não. Eu tinha muito boa convivência com alguns moços que depois foram para [inaudível], mas alguns foram para a Ação Popular. O Plínio de Arruda Sampaio, Jorge Cunha Lima, o Paulo Cotrim, o Darcy Passos, o Chopin Tavares de Lima e depois, no tempo em que eu fui secretário e chefe do sub-gabinete lá do Ministério da Fazenda em São Paulo, eu tive contato com alguns novos membros da Ação Popular. Quer dizer, de outra geração mais recente, como Aldo Arantes, o Brant, que eu acho também que foi da Ação Popular. [Inaudível] Mas eu, pessoalmente, não. O meu perfil sempre foi muito avesso ao grupismo. Uma questão de temperamento. Nenhum tipo de restrição teórica. Eu até brincava. Eu digo: “Olha, lá no Rio de Janeiro, no Carnaval, tem um sujeito que aparece todo ano com um cartaz do ‘Eu sou o bloco do eu sozinho.’” Eu sou mais assim, porque, realmente, eu me filiei no MDB⁶ muito depois, me filiei no PSDB muito depois e fiquei por conta disso. Nunca fui da Ação Popular, nem da Ação Católica, nem da JUC, nem da JEC. Questão mais de temperamento do que propriamente por restrição teórica, ou qualquer tipo de...

D.P. – E quando o San Tiago sai do ministério, esse intervalozinho antes do golpe de 1964, você fica aonde? Institucionalmente.

J.G. – Olha, eu fiquei um pouco por conta da vida profissional. Nesse interregno eu tive duas advocacias importantes, que era de uma cooperativa de café em São Paulo com muitos associados. E em uma briga que a Volkswagen teve, porque ela tinha capital brasileiro e tinha capital alemão. Maciçamente capital alemão, mas tinha uma fração de capital brasileiro, que assegurava ter um representante no conselho fiscal. Então eles me convidaram para ser esse

⁵ Dom Paulo Evaristo Arns, na época, arcebispo de São Paulo.

⁶ Movimento Democrático Brasileiro.

representante fiscal para ter um braço, digamos assim, interno nessa briga, nessa divergência, por razões contratuais e de gestão entre o grupo brasileiro, que era o grupo Monteiro de Carvalho e o grupo alemão. De maneira que isso me ocupou muito e restringiu muito o meu espaço público, mas não interrompeu a minha convivência com San Tiago. E o golpe me pegou tendo aceito, um pouco antes, o lugar de assessor jurídico de uma comissão de alto nível, que foi feita para estudar a Petrobras. Houve uma crise entre os sindicatos e os militares e o João Goulart resolveu substituir o presidente, que era militar, se não me engano, o general Abílio qualquer coisa, que agora me escapa, e o grupo sindical. E para que se fizesse essa harmonização, ele nomeou uma comissão em que tinham representantes militares, tinham representantes sindicais, representantes da sociedade civil e um deles, da sociedade civil, era o Fernando Gasparian. E o Fernando Gasparian indicou para o presidente, que na época, era um ex-ministro do Jango nos transportes, Hélio de Almeida. O meu nome como assessor jurídico foi aceito e eu vinha, passava toda a semana participando dessas reuniões dessa comissão. Se reuniam em um prédio lá do porto e, quando veio o primeiro de abril eu estava nessas funções. O que me permitia também manter um contato com o San Tiago Dantas. Aí era um contato de um acompanhante desse último esforço, ao que eu já fiz referência, dele tecer fio a fio a tal frente ampla, que reunia sindicalistas e reunia membros dos partidos mais tradicionais, como o PSD, que existia na época.

D.P. – O golpe lhe pegou de surpresa?

J.G. – Não. Eu acompanhei muito a movimentação já no tempo do San Tiago e depois o pós San Tiago, quando veio Carvalho Pinto sucedendo e depois um ex-presidente do Banco do Brasil. Na realidade, eu tinha muita participação com grupos oposicionistas e o Brasil daquela época foi principalmente no ano...

D.P. – Você teve participação, ou você tinha relação?

J.G. – Relação. Mas seguia bem as coisas e estava presente nos atos públicos, etc. E via que a única maneira de segurar o rojão era, lá atrás, ter feito o San Tiago primeiro ministro do parlamentarismo e mantido o parlamentarismo um pouco mais. O que não foi possível, porque o Jango conseguiu fazer vitoriosa a tese do plebiscito. Houve um plebiscito, ganhou o presidencialismo. Então, eu tive sempre muita apreensão em relação a como estava ficando o

Brasil. Do ponto de vista pessoal biográfico é uma das fases mais saudosas, porque nunca, realmente, eu vi o Brasil tão aberto e tão ensejador de participação. Mas isso significava que todas as forças estavam praticamente expondo os seus produtos em uma feira, que não tinha nenhum gerente. Então, realmente foi um período de grande abertura democrática, grande excitação criativa, sobretudo para jovens. Nós estávamos perto dos 30 anos. Talvez não tivesse ainda 30, mas eu sabia que alguém do outro lado estava contabilizando tudo que estava acontecendo. Então sempre tive um tipo de ponderação. Por exemplo, uma vez fizeram um ato no Cine Paramount em São Paulo em que a figura central era o Almino e amigos e ex-auxiliares do Almino, como o ministro do trabalho do Jango. Quando terminou o ato e a gente foi comer pizza... Realmente no Brasil não tem ato cívico que não termine com a pizza, que não é, propriamente, comemorativa. É conferidora do que houve. Integra o ato. Não tem ato sem o *post ato*, que às vezes se estende toda madrugada, etc. Então eu me lembro, quando eu cheguei na mesa, estavam lá o Almino e todos esses amigos, etc., etc., etc. “Me diga uma coisa, por que vocês esconderam de mim a Serra Maestra onde vocês estão?” “Que Serra Maestra?” “Não, porque se não há Serra Maestra, o que houve hoje foi uma provocação absolutamente irresponsável. Porque as ligações do Almino e dos auxiliares do Almino com o governo Jango são evidentes e se provocou, se incendiou... E tudo isso, se não tiver um segmento lógico, como seria esse de uma opção revolucionária, é uma coisa que vai levar água no moinho da reação sem nenhum proveito para nós.” Eu acho que esse episódio resume um pouco a maneira como eu estava. Que de resto, era, de um ponto menor, a posição do San Tiago também. San Tiago tinha muito receio de que se estivesse cutucando setores mais conservadores, esses setores se organizando, depois, por pesquisas posteriores, tipo a que foi feita com institutos que foram criados especialmente para financiar ligações com o exterior, porque logo depois chegou aqui o famosíssimo general Walters da CIA. Quer dizer, o outro lado, em função de rompantes, que eram realmente inspirados, mas sem nenhuma base fática. Quer dizer, da mesma maneira como o Engenho Galileia era apenas um símbolo de uma redefinição do problema agrário no Brasil, também o socialismo que estava, digamos assim, implícito na nossa mensagem, era mais teórico do que realmente prático. Embora houvesse exatamente o defeito de visão, a ideia de que havia setores militares como o almirante Aragão, como o general Assis Brasil, que fossem pessoas de poder nas Forças Armadas e que tivessem se identificado com as nossas aspirações. Mas isso, no frígir dos ovos, mostrou o

quanto essa posição era ilusória. A mim, como paulista, chocou muito a passeata de Deus pela liberdade, uma coisa assim.

A.S. – Marcha da família com Deus pela liberdade.

J.G. – Porque eu estava no Rio, mas pedi que a Maria Helena fosse discretamente em uma janela que tivesse acesso ver realmente qual era a consistência [da ação]⁷. E à noite, quando ela ligou, eu estava até na casa do San Tiago, tinha jantando com ele. E me lembro de ela dizer: “Tinha muita gente, mas muita gente. Da classe média não exclua ninguém.” A não ser a mãe dela, o pai dela e a irmã dela, que eram bem representativos dessa classe média, mas que por solidariedade ao genro e ao cunhado, não foram. Se desligaram de um grupo que, historicamente, vinha bem lá de trás, passando por 1932, etc. Mas, salvo essas exceções, a classe média estava em peso nessa. E através da vertente religiosa, principalmente de feição mineira, em função de um padre americano que tinha vindo aqui fazer pregação do rosário.

D.P. – Padre [inaudível].

J.G. – Padre [inaudível]. Também com uma componente religiosa de beatas e senhoras já mais idosas. Aí de fundo mais popular. Quer dizer, então era uma mix séria, porque era todo o setor agrário, porque a marcha foi organizada na sociedade rural pelo presidente da rural da época, foi realizado por uma freira que tinha até parentesco com Rui Barbosa e pelo governador do estado, que era o Ademar de Barros, que era, sem dúvida nenhuma, um homem de luta, um homem de ação, um homem de participação, um homem de não esconder o jogo que estava fazendo. E mais, a gente já sabia que nas sombras o setor internacional, principalmente o mais ativo, que seria o americano, também estava solidário. A partir dessa marcha, eu me lembro que a minha análise com o San Tiago ficou muito pessimista. Naquela hora começou. “Pelo o que eu conheço, essa coisa está muito difícil para o Jango. Estão se reunindo forças que são ideológicas, por um lado, têm interesses reais a defender. Porque grandes empresários estão nisso. Grandes fazendeiros estão nisso. Grandes exportadores estão nisso.” Dois e dois são quatro. E agora essa vertente religiosa também coloca um componente muito sério no que era a principal bandeira deles, que era o anticomunismo. O Jango tinha cedido à influência comunista. Esse era o grande espantalho. E a nós sobra o quê?

⁷ O mais próximo do que foi possível ouvir.

A nós sobra a defesa das reformas de base, mas que ainda não ficaram bem claras no que consiste. De maneira que a gente tem, de um lado, uma hipótese e começa a ver que estão construindo uma realidade. Eu me angustiei muito nessa época e tive pouca dúvida de que a direita ia levar a melhor na hora que houvesse um embate.

D.P. – Esse não era o pensamento dominante do ponto de vista de quem estava no poder. Porque se tinha uma ideia que havia o dispositivo militar a favor do Jango, então qualquer reação seria barrada. Ou seja, se tinha possibilidade da polarização, mas a ideia, pelo menos, pelos estudos que eu faço, a ideia era muito de que esse golpe seria barrado, caso viesse. Sabia-se que estava sendo preparado, mas que ele não passaria, até por conta dessa reação das Forças Armadas.

J.G. – Perfeito. E aí tinha muita literatura política, muito panfletismo. Então vinham exemplos que funcionaram em outras épocas, em outros países, etc. e tal. Quer dizer, se fosse assim não teria tomado o Palácio de Inverno. Se fosse assim, o Fidel não teria feito a revolução dele. E vinham esses exemplos, e eu já estava com um tipo de experiência, pelo fato de ter passado no Ministério da Fazenda e ser de São Paulo, e ser advogado. Já a mim, eu contabilizava como arroubos mais teóricos do que realmente práticos. De maneira que, para responder com muita franqueza, o golpe não me surpreendeu. Inclusive porque era o esforço que o San Tiago estava fazendo, que eu estava secundando, no sentido de apresentar uma alternativa, desde o tempo do parlamentarismo, que naquele tempo era muito tempo, porque cada dia valia por cinco. Porque se aproveitava cada minuto, que foi um momento de grande participação. E nesses tempos parece que as coisas se distanciam, então parecia que o parlamentarismo, que derrotara o San Tiago, era uma coisa que já tinha ficado em um passado remotíssimo e tal. Mas cronologicamente era uma coisa de um ano e meio.

D.P. – Para não perder o fio da meada, você tinha falado que dois fracassos contribuíram também para essa aceleração. Um foi a antecipação do plebiscito para a volta do presidencialismo e, portanto, o San Tiago deixa de ser primeiro ministro, etc. e tal. E o outro teria sido o quê? O fracasso da Frente Ampla? Essas tentativas desse período para tentar... É isso?

J.G. - É. Houve também uma coisa que foi muito negativa, que em uma determinada hora, o Jango, visando mais o Carlos Lacerda e a pregação radical do Lacerda, ele chegou a enviar um pedido de estado de sítio. Então isso também [inaudível] a esquerda. Porque a esquerda não soube considerar, não soube entender, não soube explicar por que aquele estado de sítio que, aparentemente, poderia começar a atingir a direita, mas de repente, podia infletir contra a própria esquerda. Em segundo lugar, havia a grande interlocução de dois agitadores, no melhor sentido da expressão, mas agitadores. Leonel Brizola de um lado, Carlos Lacerda do outro. Só que o Lacerda falava para uma classe média que existia e que passou a agir em função do que ouvia. E as forças para as quais o Brizola falava ainda eram forças que viriam a ocupar, talvez – felizmente, parece que vieram a ocupar –, uma posição no Brasil. Mas naquele momento, ainda eram muito abstratas. Quer dizer, a consciência nacional, o sentido das forças ocultas, mas verdadeiras, do povo, etc. Ele se organizou minimamente e assim mesmo não deu certo, porque aí a revolução militar era muito forte, mais tarde no Grupo dos Onze. Esse Grupo dos Onze existia também um pouco como as ligas camponesas. Quer dizer, era uma coisa mais de imprensa do que propriamente de efetividade. De maneira que seja pela ajuda inegável que a direita recebeu dos americanos e dos europeus em geral, porque a Guerra Fria ainda vigorava e o problema de você ter o comunismo como alvo era uma coisa que tinha poder arrebanhador grande. Dois: um grande irrealismo da parte da esquerda. Três: uma não-identificação, como ficou provado no pedido do estado de sítio do Jango, com realmente o caminho que ele devia seguir. Se ele devia ser o João bom senso, que ele foi no começo do governo dele, ou se ele devia ser um cunhado que cedesse ao canto de sereia do cunhado Leonel Brizola. Se deveria ouvir o San Tiago, ou se deveria ouvir o Neiva Moreira, para prestar uma homenagem a um camarada que foi muito ativo e muito respeitável. Isso tudo, em uma hora de limite em que realmente as coisas vão para o vamos ver, são muito importantes. Quer dizer, quem estiver com os pés plantados na realidade, leva uma grande vantagem. Quem estiver ainda com uma força, ainda que inspirada, ainda que legítima, mas sem sustentação, leva uma grande desvantagem. Foi o que aconteceu com a esquerda. Tinha a melhor mensagem? Sem dúvida. Tinha a melhor gente? Sem dúvida. Tinha o vigor da juventude? Sem dúvida. Estava acompanhando os ventos históricos mais atualizados? Sem dúvida. Correspondia a um Brasil mais amplo e expandido em relação às forças sociais? Sem dúvida. Mas não teve a capacidade estratégica nem organizacional de tirar partido dos seus fatores de vantagem. Pagou-se o preço que se pagou e, de certa maneira, eu acho que a

história explica. Às vezes a história se faz de uma forma que não é agradável para quem sofreu, mas ela explica que, realmente, a direita foi mais realista e mais objetiva do que a esquerda. Embora do ponto de vista de outros fatores a esquerda levasse uma imensa vantagem.

A.S. – Em que ocasião o senhor conheceu o João Goulart pessoalmente?

J.G. – Olha, eu conheci apresentado pelo San Tiago, logo que eu comecei a trabalhar com o San Tiago, em uma conversa, assim, meramente formal, de apresentação. “Olha, o José Gregori vai trabalhar comigo, é um homem de toda confiança.” Eu tive uma impressão altamente favorável da simpatia e simplicidade dele. Me acolheu apenas com um sorriso, mas desses sorrisos que engolem a pessoa, do ponto de vista de não se perceber nenhuma intenção de estar fazendo pose, mas realmente satisfeito. San Tiago tem um auxiliar jovem. E depois eu tive uma segunda vez em que eu fui representar o San Tiago em uma passada dele por São Paulo, que ele fez um pronunciamento e eu estou representando o San Tiago. Me dá um grande abraço. “Como é que está a saúde dele?” Porque havia uma grande preocupação já com a saúde do San Tiago. E disse: “Olha, eu gostei muito do que o senhor falou.” Ele disse: “Não, foi um recadinho singelo. Foi um recadinho singelo.” Era um homem simples. Finalmente, tive um terceiro encontro em uma hora dramática. Eu sou um dos poucos, dos pouquíssimos, que estive no Palácio das Laranjeiras na madrugada de 31 para primeiro de abril. Porque o San Tiago...

D.P. – Então conte para a gente. Isso aí é importantíssimo. Os detalhes, o cafezinho.

J.G. – [riso] O San Tiago... Eu estava nessa comissão da Petrobras. Aí falei com o San Tiago, mais ou menos, por volta de 5h da tarde. E ele disse: “Olha, José Gregori, notícias que estão vindo de Minas são altamente alarmantes. Parece que há um início de sedição militar etc. Mas se eu fosse você, ia para São Paulo imediatamente ficar lá com a Maria Helena.” E eu, curiosamente... Estou abrindo aspas. “Curiosamente, o presidente me chamou ao palácio hoje. Eu vou por volta de 8h, 8h30min me encontrar com ele. Não sei bem qual é o tipo de conversa. Me surpreendi um pouco com o convite, mas não deixarei de ir. E depois contarei para você e tal. Você lá em São Paulo.” E eu disse: “Olha, professor, diante disso eu vou ficar aqui no Rio. Vou ficar com o senhor. Eu comecei essa experiência com o senhor e, qualquer

que seja o desfecho que nos aguarda, eu quero estar ao seu lado. A Maria Helena saberá compreender isso.” “Bom, então já que você decidiu, você passa aqui por casa, porque eu estou sem motorista. Você vai guiando o carro para a gente ir ao palácio.” E eu fui. Tivemos a maior dificuldade para chegar ao palácio, porque o Lacerda já tinha começado a tomar ponto estratégicos do caminho para o palácio. Na Rua Farani. Eu tive que descer do carro para explicar. “Olha, eu estou com uma alta autoridade no carro.” O policial não queria. Era um policial estadual, não queria me deixar passar. E logo adiante tinha alguns caminhões de lixo fazendo uma espécie de bloqueio, a mando do Lacerda, do esquema lacerdista. O fato é que em um percurso da rua Dona Mariana, onde morava o San Tiago, até o palácio, não teria demorado mais do que 15min. Demorou uma hora. Porque eu tive que descer uma vez, mas abrir o vidro e conversar, reivindicar a passagem do carro mais umas duas vezes. Quer dizer, tive dificuldade de chegar lá.

D.P. – Oito horas da noite, mais ou menos?

J.G. – Cheguei lá no dia 31. Chegamos ao palácio, pouca gente. E na porta tinha uma figura do movimento estudantil, que foi o Bartolomeu Santos, que dizem, protegido do Agamenon Magalhães. E o Bartolomeu era um homem, assim, um pouco... A minha sogra, que era gentil e grande dama, chamava esses cavalheiros de adamados. Então o Bartolomeu era um pouco adamado. Ele disse: “Zé Gregori.” Ele estava lá no saguão com dois, ou três companheiros. Logo no saguão de entrada do Palácio das Laranjeiras. “Não, o Juscelino esteve aqui, já está tudo resolvido. Pode dizer aí para o professor San Tiago que já está tudo superado.” San Tiago continuou andando, mas ouviu. E quando eu me perfilei ao San Tiago, ele disse: “Olha, seu amigo aí está completamente por fora. Não tem nada resolvido. Tudo por resolver.” Mas, de qualquer maneira, uma coisa que o Bartolomeu me falou, que ele era muito bem informado, me deixou muito apreensivo. Ele disse: “Não, inclusive porque estamos...” Porque ele era muito de pluralizar a favor dele. Então ele disse: “Estamos já tratando da greve geral.” Eu disse: “Uma greve geral agora aí é que vai ser a gota d’água. De qualquer maneira, nós chegamos no primeiro andar, tinha alguns ministros do Jango. Eu me lembro que tinha o ministro eu acho que da saúde, um médico de Mato Grosso. Eu fico devendo o nome. Tinha um deputado sergipano. Depois escreveu um livro, *Eu, réu sem crime*. Deputado federal. Tinha um alto funcionário do Ministério do Trabalho, que tinha sido chefe de gabinete do Almino Afonso. Gusmão. Não sei se Lúcio Gusmão, mas Gusmão com certeza. E esse

Gusmão nos disse, na hora que o San Tiago, que me viu. Disse: “Olha, o Heron Domingues...” Que era Repórter Esso da época. E o Repórter Esso era o Jornal Nacional da época. Disse: “O Heron Domingues deu que o Jango foi deposto.” Então, o San Tiago falou: “Bom, nós estamos aqui comprovando que já começou a guerra psicológica. Já estão falando coisas que não estão acontecendo.” Aí chegou o chefe de imprensa do João Goulart, que era o Raul Riff. Ele disse: “Olha, professor, daqui a pouco nós vamos subir, que o presidente quer falar com o senhor. Enquanto isso, vamos tomar um café.” Agora, eu me lembro desse detalhe, porque, na realidade, um governo quando está caindo, já não tem mais quem sirva café. O café não apareceu. Eu não vi nenhum garçom e comecei a ver um palácio muito rarefeito de pessoas. Mas vi que estava descendo do lugar em que o Raul Riff me deu a entender que o presidente Goulart ia receber o San Tiago. Quer dizer, vindo desse segundo andar, o Ministro da Fazenda, que tinha sucedido o Carvalho Pinto, acompanhado de uma figura que, historicamente, eu nunca pude comprovar se realmente ele foi uma pessoa importante ou não. Mas qualquer dia a [AGB]⁸ terá que se debruçar um pouco sobre essa figura, porque houve uma época que tudo que acontecia no fim do governo Juscelino, começo do governo Jango, depois do governo Goulart, ele tinha uma imensa fama de uma espécie de Rasputin, camarada que resolvia as coisas sempre nas sombras. E eu nunca pude comprovar, entendeu? O nome dele eu acho que eu vou ficar devendo, embora esteja no meu livro. Eu sei que está vivo ainda. Depois me disseram que ele terminou o período mais útil da vida dele como o homem, como a sombra, como uma espécie de *ghost writer* do Roberto Marinho. Então, em matéria de fama, ele foi... Deixa eu ver se eu acho. Saber o nome dele.

D.P. – Agora ele está procurando o nome do Rasputin do personagem aí que...

[FINAL DO ARQUIVO 1]

J.G. – “O presidente encontrava-se em seus aposentos no primeiro andar do palácio. Antes de ser chamado, San Tiago cruzou com o novo ministro da Fazenda, o gaúcho Ney Neves Galvão, que substituíra, dias antes, o paulista Carvalho Pinto. Ao seu lado, uma figura misteriosa da República. Alguém que nunca pude medir, efetivamente, sua real importância, embora lhe conhecesse a fama Rasputin de muitos ministros e homens importantes, como *ghost writer*, conselheiro, homem de ideias, o que, nessa condição, tornara-se personagem

⁸ O mais próximo do que foi possível ouvir.

fluente de Juscelino, Jango e, mais tarde, Roberto Marinho. E de dois presidentes gerais. Era o advogado Jorge Serpa, uma espécie de eminência parda, comentava-se, adotando sempre um tom de participação nas sombras, nos bastidores do poder.” Então fica aí a sugestão para um dia vocês verem realmente.

D.P. – Você sabe aquela casa [inaudível] Serpa, que era a casa que ele morava, que é aqui na... É belíssima. Uma casa linda aqui na Praia do Flamengo. Era da família. Foi a casa dele. Hoje em dia, é uma casa de chá, que é linda. Tinha até entrada para as carruagens, dizem. Já fui até festa de casamento ali. [Inaudível].

J.G. – Mas aí o San Tiago, às tantas, foi chamado e ficou lá longamente. Enquanto ele ficou lá, eu fiquei andando e vendo o palácio mal iluminado e desamparado de gente. A ponto, por exemplo de... Uma hora tinha um telefone tão irritantemente insistente, que eu atendi. Era um jornalista de São Paulo querendo falar com o Raul Riff. Mas, de qualquer maneira, às tantas um mordomo, qualquer coisa assim, mas com o uniforme do palácio, disse: “O senhor conhece o José Gregori?” Eu digo: “Você está falando com o próprio.” Ele disse: “Tem um telefonema interurbano de São Paulo.” Eu fui atender, era a Maria Helena. E a Maria Helena disse: “Olha, eu acabo de ouvir no rádio e na televisão. Eu estou com o rádio e a televisão ligados. O Adhemar de Barros dizer que o [inaudível] aderiu ao movimento democrático, que equivale dizer que o [inaudível] já não está mais com o João Goulart.” Aí disse: “Mas isso você está recebendo de notícia, ou...” “Não, eu vi com meus olhos isso. Acabei de ouvir.” Aí eu desliguei e vi...

D.P. – Ela falou para você ir embora para São Paulo? Estava aflita?

J.G. – Não, não falou. Ela já sabia onde eu estava e tal e tinha conseguido me achar. Aí eu vi o Riff lá em cima, no corredor de cima. Eu disse: “Riff, Riff. A minha mulher, Maria Helena, acabou de ouvir em São Paulo. Telefonou agora por interurbano, que o Ademar aderiu às forças adversas.” O Riff saiu, literalmente, correndo. Mas correndo mesmo. Podia até ter levado um tombo e complicado as coisas de tal a velocidade que ele... E entrou na tal sala onde, eventualmente, o San Tiago estivesse conversando com o João Goulart. Para você ver como é que a comunicação chegava.

D.P. – Mas não tinha uma televisão? Não tinha um rádio ali na sala que você estava? Nada?

J.G. – A televisão estava embaixo, no tal lugar, pouco depois da recepção. A tal televisão que o Heron Domingues teria falado da deposição e tal. Mas depois essa televisão se apagou e eu não vi televisão em lugar nenhum do palácio. Bom, às tantas, o Raul Riff lá da sacada do primeiro andar disse: “Olha, o ministro San Tiago Dantas, está te chamando.” Aí eu subi e o San Tiago me disse: “Olha, José Gregori, veja se você consegue falar com o Afonso Arinos.” Afonso Arinos foi para Minas Gerais e, nesse movimento, teria assumido a posição de uma espécie de ministro do exterior, de homem que está assessorando o governador, que era o Magalhães Pinto. Como uma espécie de agente externo, de relações exteriores, etc. “E eu quero conversar com ele para ver se não é possível uma...” E foi a primeira vez na minha vida, e única, que eu, evidentemente, divergi do San Tiago. Eu digo: “Professor, eu tenho a impressão que nessa hora não há mais possibilidade. Nenhuma fórmula, assim, dialogadora, etc. Claro, o senhor está me pedindo, eu vou fazer o maior empenho para ver se falo o que o senhor quer conversar com ele, mas, na minha opinião, o senhor está se expondo a um tipo de desgaste que não vai ter efeito.” Ele disse: “Não, eu levo em consideração isso tudo que você está falando, mas insisto que você faça um esforço para ver se localiza o Afonso Arinos.” E realmente no telefone que eu tinha falado com a Maria Helena, eu consegui, depois de muito esforço, porque naquele tempo não existia essa praga útil chamada celular, nem o telefone móvel, etc. Tinha que pedir à telefonista. E na hora, quando muito, no palácio tinha uma telefonista trabalhando. A maior dificuldade. Mas consegui falar e coloquei o Afonso Arinos.

D.P. – Você conseguiu falar com o Afonso Arinos?

J.G. – A ponto de dizer: “O professor San Tiago quer falar com o senhor. Um minutinho, só um minutinho, que ele está em uma outra sala.” Eu só me lembro dele falar: “Eu espero o San Tiago.” Aí, bati na porta, o San Tiago que abriu. Aí eu vi que era uma espécie de quarto de descanso, onde tinha um sofá e o João Goulart estava recostado nesse sofá, com a gravata fora do eixo, mas de paletó. Aí o San Tiago disse: “Presidente, esse é o Zé Gregori. O senhor se lembra que eu apresentei?” Ele disse: “Ah, me lembro sim.” E fez uma coisa que até hoje eu conto e me emociono. Quer dizer, em uma posição já inteiramente vencida, ele fez questão de se levantar para me cumprimentar. Com aquela dificuldade, porque uma perna era dura, ele não tinha movimentos em uma perna. Com muita dificuldade e tal, ele fez questão de levantar para “como está o senhor e tal?” E digo: “Poxa, em uma hora dessas esse camarada se levantar?” Aí eu virei para o San Tiago e disse: “Professor, o chanceler já está na linha.”

Não quis falar o nome. “Já está na linha, mas é um outro telefone, na outra sala.” E o San Tiago saiu atrás de mim e falou com o Afonso Arinos. Eu não sou testemunha do telefonema que eles deram, a não ser na saída do palácio, mais ou menos às 3h da manhã, eu guiando o carro de volta para a rua Mariana, quando o San Tiago fez um balanço da situação. Ele disse: “Aquele telefonema, conforme você previa, não foi um êxito.” O San Tiago era muito rebuscado. “Não foi um êxito, porque o Magalhães Pinto disse que só conversaria se houvesse a renúncia do Goulart. Então como é que se pode estabelecer uma negociação que começa pelo afastamento de um dos interlocutores?” Em segundo lugar, nesse balanço, ele disse: “A situação do presidente é muito grave. Você viu que ele está desamparado. Teve uma conversa com Assis Brasil, mas aí o homem falou pouco e me pareceu que está com a cabeça fora dos acontecimentos. Eu não vi nenhuma palavra de providência eficaz sendo tomada, mas, de qualquer maneira, é verdade aquilo que a Maria Helena antecipou, que... Foi a Maria Helena, não é?” O Riff deve ter dito que foi a mulher do José Gregori. Eu digo: “Foi a Maria Helena.” “Que o Ademar realmente passou para o outro lado, mas o coronel Zerbini, fiel ainda ao presidente, está vindo com tropas de São Paulo para a fronteira do Rio para deter as tropas de Minas Gerais. Mas, de qualquer maneira, você vê, o clima é muito ruim no palácio. Porque não se vê ninguém agindo, ninguém tomando providências, etc.” E eu, mais ou menos 3h30min da manhã, o deixei na casa. Eu digo: “Olha, é melhor o senhor ficar com o carro. Eu vou arrumar um táxi e vou para o Hotel Glória”. Onde eu estava hospedado. De maneira que foi essa minha experiência na noite crucial de 31 de março para primeiro de abril. Muito pouca gente talvez... Depois a gente soube nos dias seguintes e depois em rememoração dos acontecimentos, que aquelas dificuldades que eu consegui enfrentar às 7h30min da noite foram aumentando e os que quiseram se solidarizar com o presidente lá, foram quase impedidos pelo esquema que o Lacerda montou no... Porque também não são muitos acessos lá para esse palácio.

D.P. – No dia seguinte, você...

J.G. – Bom, no dia seguinte eu... Estávamos hospedados no Hotel Glória eu, o Gasparian, porque fazíamos parte da comissão, e estava lá também hospedado o deputado federal famosíssimo, Rubens Paiva⁹. Então, eu e o Rubens Paiva pedimos para o Gasparian um

⁹ Político torturado e morto em 1971.

automóvel com motorista para nos ajudar, para ir nos lugares que a gente queria ir, etc. O Gasparian cedeu esse carro e nós, logo cedo, por volta, no máximo de 10h da manhã, fomos, por sugestão do Rubens Paiva, no prédio dos Correios. Aquele tempo era na rua 15...

D.P. – Quase todo mundo foi para lá. Correios e Telégrafos, para ficar recebendo...

J.G. – Pois é. Correios e Telégrafos e tal. Na Praça XV. Aí estava o Serra.

D.P. – Aí o Betinho¹⁰ foi, o Serra. Eles saem do palácio, eles tentam entrar no palácio e vão para lá.

J.G. – E lá estava, em uma mesa enorme, reunida toda a esquerda. Estava o Serra, me lembro que o Serra, com aqueles olhos dele assim, aprofundados, muita ansiedade. Devo ter visto o Betinho. Vi o Neiva Moreira, que estava na ponta da mesa com telefone e na hora que eu e o Rubens Paiva chegamos, o Neiva Moreira colocou o telefone, que era pesado, no gancho e disse: “O Arraes acabou de ser deposto em Pernambuco.” Quer dizer, as notícias eram mais trágicas. Aí o Rubens Paiva disse: “Olha, o José Gregori é muito ligado ao San Tiago e tal. Nós estávamos querendo daqui ir à casa do San Tiago para ver se aquela frente que ele estava tentando armar e tal pudesse funcionar nessa hora com documento, ou com alguma reunião.” Aí a mesa achou que era uma boa ideia. Olhei para o Rubens e disse: “Então vamos. Temos a facilidade de ter carro.” Entramos no carro e fomos para a casa do San Tiago, para dizer que esse grupo achava de boa providência ele tentar armar uma reunião a mais ampla possível, com a presença sempre de alguns membros do PSD, que era o partido do Juscelino. Quando chegamos no San Tiago, também assimetricamente com a notícia do Neiva Moreira, o San Tiago disse: “Eu estou recebendo a notícia que o Forte de Copacabana acabou de cair. Eles tomaram o Forte de Copacabana.” Eu me lembro até de ter dito: “Poxa, em cada lugar que a gente chega, a gente houve uma notícia pior que a outra.”

D.P. – E no trajeto vocês também encontraram barreiras?

J.G. – Não. Bom, mas de qualquer maneira, eu vi o quanto tinha sido negativa a ideia da greve geral. Porque o Rio estava começando a ficar inteiramente vazio, como se fosse 3h da manhã, 4h da manhã. De vez em quando a gente cruzava com um carro. Tanto assim que a

¹⁰ Herbert José de Sousa (1935-1997) foi um sociólogo e militante dos direitos humanos.

gente foi em 10min dos Correios até a rua Dona Mariana, ou se tanto. Quer dizer, o Rio estava completamente paralisado. Fizemos toda a Cinelândia, ninguém na Cinelândia. E lá o San Tiago disse: “Bom, vamos tentar fazer essa reunião. Não vai ser fácil. Mas, de qualquer maneira, vocês podem levar a notícia para esse grupo, que eu vou me empenhar.” Aí: “Rubens, vamos voltar lá para os Correios.” Entramos no carro, voltamos. Quando chegamos lá, não tinha mais ninguém. Ninguém. O prédio, que é um belo prédio, um prédio histórico...

A.S. – Por volta de que horas isso?

J.G. – Olha, devia ser 15 para 1h, 1h no máximo. Da tarde. Quer dizer, eles deviam ter dado ordem de evacuar. Vários armamentos em cima das mesas e alguma munição espalhada no chão. Eu me lembro que...

D.P. – Quer dizer, vocês entraram no prédio, o prédio não estava tomado. Não tinha ninguém na porta.

J.G. – Não. O prédio totalmente abandonado. As portas abertas, etc. Só nós dois. Armas no chão, etc. e tal. Depois eu vi o quanto foi sábia a ideia, – eu não sei de quem foi –, de não fazer uma resistência, porque teria sido inútil, teria sido uma perda, eventualmente, de vidas. Eu acho que o melhor que eles fizeram foi realmente tomar essa atitude de evacuar.

D.P. – Eram poucas armas, ou não?

J.G. – Não, tinha algumas poucas metralhadoras, me lembro. Eu até vi uma bala no chão e tive como souvenir essa bala muito tempo. Agora eu preciso... Não sei se eu perdi. Fazer uma pesquisa, se eu encontrar, eu mando para vocês. Ponho em um estojinho e tal.

D.P. – Porque ali algumas pessoas foram para o prédio da UNE, não é? E a UNE estava pegando fogo.

J.G. – Por exemplo, eu sei que o Serra foi parar...

D.P. – Na UNE. Ele e Betinho foram para a UNE.

J.G. – Foram para a UNE, mas logo depois, quando nós voltamos, saímos desse local abandonado, a meu ver, com muito discernimento. Eu acho que realmente qualquer

resistência naquela hora não teria sido eficaz. Aí nós voltamos para nos encontramos com o Gasparian no Hotel Glória e, quando chegamos na porta do Hotel Glória, tivemos notícia de que a UNE estava incendiando. Aí nós nem paramos no hotel para almoçar, mas pegamos o Gasparian e fomos. Realmente no último andar da UNE tinha fogo, tinha um carro de bombeiro na porta.

D.P. – Vocês foram até o prédio?

J.G. - Fomos até o prédio e vimos arder o que poderia ser um depósito de material e tal no último andar da UNE. Não houve um incêndio total, porque os bombeiros chegaram. Aí vimos alguns poucos populares, mas um dos populares que chegou, falou: “A Sandra Cavalcanti e o Raul Brunini estão falando na Rádio Globo que o movimento contra o Jango é vitorioso.” Até então o rádio estava, não censurado, mas estava dando mais notícias ainda do lado do governo. Esse popular, que estava também do nosso lado vendo o incêndio é que trouxe essa notícia que a Sandra Cavalcante e o Raul Brunini, que era locutor da Rádio Globo, tinham feito um pronunciamento. Aí nós voltamos para o hotel, ficamos no hotel. Chegaram os outros deputados federais que estavam no Rio. Um deles eu me lembro que era o João Doria, o pai do João Doria, que hoje é uma figura expressiva lá em São Paulo, com ligação com pessoas das classes produtoras. E eu resolvi ir à casa do Renato [inaudível]. O Renato [inaudível] naquele tempo morava em um apartamento do lado do Copacabana Palace. Edifício Chopin. Onde também, se não me engano, o João Goulart tinha um apartamento. E o Renato [inaudível] estava recebendo o ex-governador do Maranhão, [inaudível], que era um homem muito expansivo, nordestino cheio de [inaudível]. Alternava comentários do que estava se passando com histórias da vida dele. E eu estava tão exausto, uma noite tão pesada e de emoções.

A.S. – Isso já era à noite?

J.G. – Isso era fim de tarde. Mas eu me lembro que o [inaudível]... O interlocutor dele era o Renato. Eu era apenas uma testemunha. Nunca se dirigiu para mim. “Você sabe, não é, Renato? Eu, de vez em quando, vou a comício e pergunto o que é democracia?” Ele disse: “Tome nota aí. Democracia é o governo que eu apoio.” Cheio dessas tiradas e tal. Uma outra que eu guardei foi: “Você sabe, não é, Renato? Quando o sujeito fala em organograma, eu

considero uma ofensa pessoal. O seu organograma é uma ofensa pessoal.” E eu fiquei entre o pitoresco e o patético da situação, porque depois de ver a UNE arder, pelo o que a UNE significou para a minha geração... Naquele tempo ela era o grande centro de nacionalização dos estudantes, porque quando eu vim para o primeiro congresso na UNE, eu tomei conhecimento dos meus colegas do Piauí, do Rio Grande do Norte. Ainda o Brasil era muito separado, porque a viação ainda era uma coisa para ricos, não tinha as redes de televisão, os telefones funcionavam, quando funcionavam, com muita dificuldade, com muita despesa. De maneira que a minha imersão nacional de conhecer o Brasil, foi quando eu vim em 1951 para o congresso da UNE. Então, depois a gente disputou, se teve muita luta na UNE, de maneira que eu estava completamente angustiado com a derrocada da UNE e mais a madrugada com o San Tiago. E a notória insuficiência do lado, vamos dizer, democrático, para conter o movimento militar. Mas, de qualquer maneira, eu, do apartamento do Renato [inaudível] voltei para o hotel.

D.P. – Você e quem?

J.G. – Não, eu estou sozinho. Mas no hotel reencontrei o Gasparian, apenas para um boa noite. E aí, uma hora depois, por volta, mais ou menos, de meia noite, o Gasparian me telefonou e disse: “Olha, eu estou recebendo telefonemas. Parece que o Jango foi para o Rio Grande do Sul e lá tem aquele general que era nosso companheiro na comissão de alto nível da Petrobras, representando as Forças Armadas.” Que era o general Ladário. Não sei o sobrenome, mas o nome dele é Ladário. Não sei se Ladário Telles. Problema de pesquisa, mas o primeiro nome era Ladário. “O Ladário é o comandante da região. Ele está fiel ao Jango e com o Brizola eles estão resistindo. Quer dizer que a coisa não está definida.” Então, eu fui dormir com esse contravapor de que era possível uma revolução diferente dos acontecimentos. Mas liguei para São Paulo e a Maria Helena disse: “Bom, aqui em São Paulo se nota muita buzina, muita vela nas janelas dos apartamentos e pelo fato de caras notoriamente contra o João Goulart terem ido à televisão, etc. e tal, eu tenho a impressão que essa resistência de que falou o Gasparian para você, aqui em São Paulo não ocorreu, pelo o que eu tenho visto.” Então eu fui dormir com a má notícia de São Paulo, com a boa notícia do Gasparian no Rio Grande do Sul e, no dia seguinte, acordei e nós soubemos que no Rio Grande do Sul o João Goulart... Foi aí que o João Goulart não quis resistir à intenção que o Brizola parece que tinha de resistência e tal, porque viu que seria uma sangueira inútil. E

nesse ponto ele teve o apoio do tal general Ladário. Aí eu fiquei por conta de providências que nenhuma delas teve maior significado, a não ser esse deputado Doria, que é pai desse rapaz, que agora tem uma certa expressão em São Paulo, chamado João. O pai dele talvez se chamasse Pedro Doria. Ele disse: “Olha, Rubens.” Porque como eu dizia, ele eram deputados federais e tal. “Eu já fiz aí uns telefonemas, tomei umas providências etc. Se for necessário, eu tenho dois ou três lugares para embaixadas para asilo.” Quer dizer, já era uma conversa completamente diferente do telefonema do início da madrugada do Gasparian. Uma coisa de jogo está decidido, porque parece que lá em Brasília, o [inaudível] Andrade tomou uma atitude de declarar vaga à presidência e já governa o país o [inaudível].

A.S. – Imediatamente, muitas pessoas vinculadas ao governo João Goulart começaram a ser presas para averiguação, responderem a inquéritos policiais militares. Vocês tinham esse receio nesse momento, ou isso é uma situação que só se configura depois para vocês? Qual era o clima? Era um clima de receio de ser preso, ou era só uma ideia de voltar para casa, voltar para São Paulo?

J.G. – No meu caso pessoal, eu quis ficar um pouco mais. Eu não voltei no segundo dia, nem no terceiro. Eu fiquei mais dois dias no Rio de Janeiro. Aí tendo contatos com San Tiago, falavam na possibilidade de haver uma eleição congressional e depois os primeiros rumores de que iriam fazer um ato jurídico. De repente, se configurou como um ato institucional, declarando cassações de mandato, etc. Quer dizer, essa caça às bruxas é uma coisa que começa a se delinear no terceiro dia. No primeiro que se seguiu, o *day after*, foi mais um problema de acerto lá em Brasília. Depois, em termos de repercussão no Rio de Janeiro, a coisa começa no terceiro dia.

D.P. – Se bem que no Nordeste, Pernambuco foi um pouquinho diferente.

J.G. – Pernambuco foi diferente. Foi imediato.

D.P. – Não, o Arraes estava preso já. O [inaudível] Silveira estava preso. O Gregório Bezerra já está sendo exposto pelas ruas. O pessoal já no campo já tinha prendido muita gente.

J.G. – Lá a coisa começou de imediato.

D.P. – E você não via... Porque o pessoal fala muito que aqui no Rio de Janeiro as pessoas foram para a rua. Você não via esse movimento que a Maria Helena viu em São Paulo? Falam que Copacabana era cheia de lencinhos brancos, o pessoal na janela... Você viu isso no dia 2, no dia 1?

J.G. – É, sim. Vi, vi, vi. Mas sem muita... Não era uma coisa impactante. Muita vela nos apartamentos, muitas velas nos apartamentos. Não buzinaço. Mas tinha muita vela. Foi a maneira como eles se manifestaram e nós, no segundo dia, eu me lembro que escolhemos um restaurante e eu me lembro de ter falado para o Rubens e para o... O Rubens foi para Brasília de novo no terceiro dia. Ele ficou no primeiro dia junto comigo para essas excursões que eu já contei. No segundo dia ele ainda ficou aqui e no terceiro dia ele foi para Brasília. Consegui transporte para Brasília. E nessa segunda noite, nós fomos jantar, por sugestão minha. Eu digo: “Olha, hoje vamos em um restaurante mais popular que tiver para saber como é que essa coisa está nas camadas menos classe média.” Fomos em um restaurante simples de Copacabana. Acho que uma churrascaria. E estava normal. Estava normal. Quer dizer, onde eu vi no dia seguinte ao golpe euforia foi na hora que eu tomava café no Hotel Glória. Porque eu estava hospedado do Hotel Glória. Na madrugada do San Tiago, do palácio, eu fui para o Glória, dormi no Glória. No dia seguinte, que já era primeiro de abril, fui tomar café no hotel e em uma mesa, realmente, dois velhos estavam com um sorriso, muito felizes, de orelha a orelha. Um era o Benedito Valadares, que estava tomando café ele, o grande jurista Pontes de Miranda e o dono de uma companhia de cimento de Minas Gerais, um grande industrial de Minas Gerais, que tinha o nome da indústria dele Itaú e foi quem acabou tendo um pequeno banco também chamado Itaú e que depois esse banco foi absorvido pelo complexo Itaú, o complexo financeiro de hoje. Então, esse big trio, altamente representativo do establishment, realmente não podia disfarçar a felicidade que eles estavam. Esse industrial era um engenheiro e sei que é o dono do cimento Itaú. O sobrenome dele depois eu descubro e te mando.

D.P. – Mas essa coisa que a Angela falou. Então vocês não estavam apreensivos? No segundo dia, quer dizer, sabiam que tinham sido derrotados, mas que ia ser essa sangria, que as pessoas iam ser presas, caçadas...

J.G. – Não.

D.P. – Aqui o clima ainda não era assim?

J.G. – O clima não era assim. Talvez Pernambuco, pelos fatos que você falou, já fosse uma outra... Aí eu, no terceiro dia, um amigo meu muito chegado... O nome dele é Roberto Caiuby. Ele veio de São Paulo, veio de ônibus e disse: “Não, eu vim especialmente para te comboiar. Está na hora de você voltar. A Maria Helena está muito apreensiva.” E aí, no terceiro dia não dormi no Rio. Tomei o Veracruz, que era o trem que ligava o Rio a São Paulo e voltei para São Paulo.

D.P. – E aí também você não viu nas estradas, você não viu tropas, não viu militares, não viu barreira, nada? Já estava tudo...

J.G. – Não. A coisa tinha silenciado e eu fui tomar conhecimento do ato institucional que veio, que não tinha número, era só ato institucional, já em São Paulo. Porque eu acho que ele veio no terceiro dia, ou quarto dia.

A.S. - Imagino que a comissão de alto nível tenha automaticamente se desfeito.

J.G. – A comissão de alto nível se encerrou no dia seguinte. Em uma reunião matutina.

A.S. – No dia seguinte dia primeiro de abril?

J.G. – É. No próprio dia primeiro de abril. Porque o golpe foi de 31 para primeiro. Então, no dia primeiro de abril de manhã, a comissão se reuniu e por sugestão do Hédio de Almeida, toda documentação, etc., tinha que ser entregue por um ofício, que ele sugeriu, endereçado ao Mazzilli. Então, eu disse: “Olha, eu queria, não só como jurista, mas como político, manifestar uma outra opinião. Porque eu acho que isso legítima, por parte da comissão, o governo que está aí. Para nós, para todos os efeitos, é um governo ilegítimo. Ainda que tenha seguido a ordem constitucional, na mecânica de segmento não houve legitimidade, de maneira que eu acho que se deve fazer um documento dizendo que todos os documentos que estão catalogados em tantas pastas e, se quiserem assinar esse papel, mas sem endereço a ninguém. Quer dizer, nenhuma autoridade, a meu ver, tem legitimidade para receber essa papelada, porque é alguém que se impôs pela força.” E meu ponto de vista foi vitorioso. O Helder de Almeida: “Ah, não tinha pensado nisso.” [Inaudível] Vaz Pereira: “Eu acho que o José Gregori tem razão.” O Gasparian também. Então ficou aquela documentação dizendo

que, a partir daquele momento, todos se demitiam e que os documentos [inaudível] até então, estavam empastados em tantas pastas, que ficavam na sala tal, número tal, no endereço tal, etc., mas sem cabeçalho.

A.S. - Sem endereçamento.

J.G. – Sem endereçamento.

A.S. - E você sabe se essa documentação foi preservada? O que aconteceu com ela?

J.G. - Olha, uma boa pergunta. Porque foi logo no começo. E foram coisas importantes, porque eles estavam fazendo um trabalho bem feito de verificação técnica da Petrobras. Eu me lembro, uma vez um técnico foi explicar como é que eles detectavam um veio petrolífero. Tem uma parte assim que é quase que de inspiração, como se fosse a inspiração poética. Lá só mesmo a intuição de uma pessoa bem dotada de ouvido e de olhos é capaz de dizer: “Não, realmente esse veio é auspicioso e tem futuro.” Isso em termos de 1964. Pode ser que hoje tenha mecanismos diferentes, mas eu sei que o depoimento desse técnico me chamou muita atenção, mas, ao mesmo tempo, prova o grau de detalhamento com que essa comissão estava agindo. Era mais uma comissão de gestão, do ponto de vista de saber se a gestão da Petrobras era mais eficaz ou não. Como diria o Victorino Freire, naquela outra frase que eu citei: “Qualquer palavra que cheirasse a corrupção, seria um insulto pessoal, porque não estava posta nenhuma dúvida a respeito de problema de corrupção.” Era um problema de gestão e que o poder militar, que sempre dominara na Petrobras, estava sendo confrontado pelo poder sindical. Então, isso criou a crise e, para harmonizar a crise, o João Goulart criou essa comissão. Mas sem nenhum tipo, ainda que fosse insinuado, de que a Petrobras tivesse qualquer problema de corrupção, quanto à aplicação de dinheiros, muito menos de propinas.

D.P. – Aí você chega em São Paulo e retoma seu escritório de advocacia? Como é que fica sua vida profissional?

J.G. – Bom, aí muitas ameaças telefônicas. Naquele tempo telefone podia ser secreto. Não tinha bina, não tinha... E muita boataria de que aí sim começaram as prisões. Logo depois do Ato Institucional vários amigos foram presos e chegaram até a pedir a minha ajuda para ver se, através do San Tiago, não se podia falar com o Milton Campos, que o Milton Campos foi

no Ministério da Justiça e alguns amigos ligados ao Almino foram presos. Agora, no meu caso pessoal, eu só recebi muitas ameaças e um motorista que, na época, a Maria Helena tinha, que se dizia amigo de um delegado, esse motorista, não sei se para mostrar serviço, mostrar prestígio, ou se realmente ele estava sendo veraz, eu sei que ele dizia a cada 15 minutos que o delegado com quem ele tinha trabalhado e tal, vinha me prender. E eu fiquei nessa expectativa, porque, realmente, já se cogitava e já tinha alguns asilados. Poucos, mas tinha. Eu já ouvira falar em asilo desde lá atrás, com o pai desse João Doria dizendo que tinha negociado vagas em embaixadas, mas eu disse: “Para o que der e vier, eu não sairei do Brasil.” Foi uma decisão que eu tomei, principalmente, no trem na volta do Rio para São Paulo. Eu disse: “Não, eu sou arrimo de família.” Tinha uma ligação muito estreita com a minha mãe e sabia que a escora dela era eu. “Depois tenho três filhas, a mais velha com seis, sete anos, outra com dois anos. Eu acho que vou correr os riscos de ficar aqui. Não vou sair de jeito nenhum.” Mas, em todo o caso, vou ficar uma semana sem sair de casa. E realmente fiquei. Cheguei nesse dia e fiquei em casa. E aí, interferindo um pouco nesses amigos que estavam presos, falando com o San Tiago. San Tiago até chegou a falar com o secretário do Milton Campos sobre a prisão deles, mas era tudo muito difícil, porque a coisa estava muito... O chamado poder ainda não estava completamente definido. Quer dizer, ia ter uma eleição, ter um presidente, e o pobre do Mazzilli governava um governo meio mais para fantoche do que para governo mesmo. Depois houve a eleição da qual resultou a eleição do Castelo Branco. Mas, em todo caso, tem um fato pitoresco, que um amigo meu, que eu consegui, assim mesmo, soltar via San Tiago, via secretário do Milton Campos, etc. Que era um patriota, um homem muito querido, muito estimado em São Paulo, chamado Wilson [inaudível]. Tinha sido do partido socialista e tal. E ele disse que, durante a prisão, tinha muitos comunistas, muitos socialistas, outros sindicalistas, no Dops, em São Paulo. Uma vez apareceu um que era bispo de uma igreja brasileira. Ainda os evangélicos não tinham adquirido a projeção que têm hoje. Era um bispo de uma igreja dissidente, ou em formação. E ele pleiteou lá junto aos amigos: “Olha, que tal se a gente realizar uma missa? Afinal de contas, eu sou bispo.” E eles toparam. O delegado acabou concordando que fizessem a missa e tal. Improvisaram uma vela, um castiçal, um altar. Ele não tinha paramentos, mas de qualquer maneira, durante a tarde, ele fez uma espécie de uma capa multicolorida, etc., e começou a fazer a cerimônia. Era um sujeito que eu conheci. Ele era muito alto. Eu acho que faltava um parafuso. Mais um problema de parafuso, mas pitoresco no que falava. Então, ele

começou, na hora do evangelho, leu, apareceu uma bíblia e ele leu lá um trecho e começou na mais rigorosa liturgia e, de repente, ele disse: “E como disse bem São Paulo nesse trecho, nós temos que odiar as ditaduras, os regimes que foram feitos para massacrar o homem, os militares que traem a pátria, desobedecendo a Constituição.” [riso] O discurso mais subversivo possível. Veio o delegado e os investigadores e: “Acaba já essa missa. Todo mundo para a cela.” Pegaram os castiçais, apagaram os castiçais e tal. “Você então vai para a solitária, porque abusou da nossa confiança.”

A.S. – E ele foi preso mesmo?

J.G. – Foi preso. Foram todos para curtir e o delegado disse: “Agora vocês vão ter muito tempo para rezar. Agora aproveite para rezar.” Quer dizer, mesmo a coisa estando em um alto grau de colapso, o fator hilário não desaparece, não é?

D.P. – E esse seu amigo que você conseguiu, por interferência, que ele... Como é o nome dele?

J.G. – Wilson [inaudível].

D.P. – E ele sai e pronto?

J.G. - Ele saiu...

D.P. – Teve IPM ele?

J.G. – Não, não teve IPM contra ele. Geralmente seguia o IPM, não é? Com ele não houve nada. Ele continuou arrebanhando muita gente na casa dele, porque ele era um sujeito muito sociável, boêmio e tinha uma boa advocacia. Depois ele não tinha filhos e passou o resto da vida viajando. Viajava muito, não gostava de avião, viajava de navio. E ficou um pacato [inaudível]. Mas uma figura... Todos os que na fase de militância dele tiveram contato com ele têm muito boas recordações a respeito dele.

D.P. – Aí depois dessa semana você assume o escritório? Você ficou essa semana em casa resolvendo, fazendo essas ligações?

J.G. – É, aí surgiram... Na segunda semana eu saí. Eu saí e a única coisa ostensiva foi um udenista muito lacerdista, que eu conhecia do movimento estudantil e com quem eu tinha boa camaradagem e ele comigo. Em uma rua central de São Paulo, a gente se cruzou e ele levantou os dois braços como um torcedor no dia seguinte do Fla x Flu, em que o Flamengo ganhou. Ele disse: “Zé Gregori! Zé Gregori!” Quer dizer, foi a única provocação festiva. Ele é filho do grande pintor brasileiro Lasar Segall. Até já morreu e ele, irmão de um outro que teve uma posição política completamente diferente. Esteve preso, esteve exilado, etc. O outro irmão dele. São dois irmãos, que vivem bem, mas um em uma posição, o outro em uma coisa posição completamente diferente.

A.S. – Nós precisamos trocar a fita novamente.

J.G. – Vamos aproveitar para almoçar?

D.P. – Vamos. Podemos fazer isso.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

A.S. – Bom, nós estávamos conversando sobre a prisão do seu amigo Wilson [inaudível] e como você, por meio do estabelecimento de alguns contatos, conseguiu que ele fosse solto. Eu pergunto agora se você atuou também como advogado apresentando, impetrando habeas corpus no STF, STM, algum outro tribunal de justiça, para tentar soltar presos políticos, pessoas que estavam presas ainda sem essa configuração de prisão política.

J.G. – Bom, nessa fase inicial, não. Nessa fase inicial era mais do ponto de vista de contatos pessoais e amizades políticas, ou mesmo afetivas. Quer dizer, essa fase mais orgânica, do ponto de vista de prisioneiros e tal, foi mais no tempo da Comissão Justiça e Paz. Quer dizer, uma coisa que aconteceu de seis a sete anos depois. Mas essa primeira fase foi uma fase de impacto, que o Brasil vinha de uma fase muito democrática, em que os governadores, de uma maneira geral, inclusive os presidentes, tinham respeitado as regras constitucionais, etc. Então, quando se deu a primeira safra de prisioneiros em função do ato institucional que não tinha número, pegou todo mundo de muita surpresa. Mas, de qualquer maneira, foi uma oportunidade para que várias figuras se destacassem como não só bons profissionais, mas como homens destemidos e, no fim, militantes da democracia, como Heleno Fragoso, aqui no

Rio de Janeiro, o velho Sobral Pinto ainda deu seus recados. E em São Paulo teve toda uma corte de advogados que foram, aos poucos, se especializando nesse tipo de advocacia. Eu ia citar o Zé Carlos Dias, o doutor Simas, doutor Bandeira de Melo, doutor Belizário dos Santos Júnior.

A.S. – Simas é o Mário Simas?

J.G. – É o Mário Simas. Mário Simas e o Luiz, que tem um sobrenome complicado. Depois eu completo.

A.S. – Barandier? Barandier era em São Paulo também?

J.G. – Barandier era do Rio. São Paulo era Luiz Eduardo Greenhalgh. Foram, de certa maneira... O Edval Piveta... Quer dizer, homens que praticamente ficaram na especialização de prisioneiros políticos, prisão política. A prisão política, felizmente, teve um interregno grande aqui no Brasil antes da revolução e tal, em que ela foi muito pouco utilizada. E, realmente, foi uma coisa que a luta forjou a especialização. Eles foram aprendendo com os fatos e se tornaram muito competentes e, como eu disse, mesclando essa competência com esse destemor, porque não era fácil fazer essas defesas. Talvez como a gente já está na revolução em processo, como viria a recordar um antecedente da revolução, que foi o comício do dia 13, sexta-feira, na Central, em que eu tive oportunidade de estar presente. Foi um comício no fim da tarde, do lado da Central do Brasil e o interessante é que no palanque tiveram representantes como oradores de várias correntes e tal, mas exatamente a nossa corrente não foi representada, não foi convidada. Mas nós estávamos lá.

D.P. – Você diz a nossa corrente qual? Corrente San Tiago? Qual nossa corrente?

J.G. – Corrente San Tiago.

D.P. – Não foi representada?

J.G. – Não foi representada.

D.P. – Mas você já era o representante do San Tiago.

J.G. – É, mas eu estava como popular assistindo.

D.P. – Você não estava no palanque, não?

J.G. – Não tive nenhum acesso ao palanque.

D.P. – E o San Tiago não foi?

J.G. – O San Tiago também não foi.

A.S. – Não foi convidado?

D.P. – Mas ele foi ao comício ou não foi ao comício?

J.G. – Não foi ao comício. Mas a verdade é que o comício foi um bom comício, do ponto de vista das exigências de um comício e tal, mas a impressão que me ficou é que não foi muito, muito massivo. Foi no trecho entre a Central do Brasil e o antigo Ministério da Guerra. Tinha muita representação de sindicatos. Me lembro que a representação da Petrobras estava com tochas acesas. Era um bom comício, mas não tive aquela ideia de uma massa compacta. Mas, de qualquer maneira, foi um comício em que o Brizola falou que não se podia esperar nada do Congresso da época, que tinha que abrir haver uma constituinte. O João Goulart deu notícia de que tinha desapropriado uma empresa particular de petróleo. Foi um comício em que, pela primeira vez, assim em público, apareceu a madame Goulart, Maria Tereza ao lado do presidente. Me lembro da beleza dela e a mocidade que ela representava. Mas não guardei particularmente...

D.P. – E a questão da reforma agrária? Porque ele levanta lá, ele dá um passo importante nesse comício.

J.G. – Deu. Ele fez a desapropriação das terras vizinhas às estradas. Trinta quilômetros, se não me engano, de lado a lado.

D.P. – E cria o Supra nessa época, eu acho também. Superintendência da Refoma Agrária. Se eu não me engano, nesse dia, eu acho que ele...

J.G. – Foi um comício, do ponto de vista de conteúdo, importante. Do ponto de vista de forma, nem tanto. Porque não teve uma peça oratória qualquer deles, os oradores, que tivesse chamado atenção. Mas conteúdo importante. O fato é que eu voltei de trem. E, por

coincidência, no carro restaurante estávamos eu, um menino que era chefe de gabinete do ministro da aviação da época, Marco Antônio Mastrobuono, estava o Plínio de Arruda Sampaio e estava o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

D.P. – Esse trem ia para São Paulo?

J.G. – Vinha do Rio para São Paulo. Ainda besuntado do comício. Saiu talvez uma ou duas horas depois do término do comício.

D.P. – Vocês vieram de São Paulo só para o comício, ou vocês já estavam aqui?

J.G.- Não.

D.P. – Aí é a volta só.

J.G. – É. Cada um teve um programa diferente, mas acabou indo ao comício.

D.P. – E acabou voltando junto.

J.G. – E acabou voltando junto.

A.S. – Isso é à época da comissão de alto nível? Era por conta disso?

J.G. – É ainda. Eu sei que o Plínio de Arruda Sampaio resolveu fazer uma análise e disse: “Olha, você veja a situação que nós estamos, porque nenhum de nós foi convidado para o comício. Logo, se for o Jango que deu o golpe, nós estamos alijados. Se for o Jango que sofrer o golpe, nós estamos exilados. E aí, nesse exílio que será muito prolongado, nós voltaremos como tantos outros exilados que a gente conheceu de outras épocas. Ninguém nos conhecerá, ninguém vai saber por que a gente foi exilado, etc.” Então ele fez uma análise muito negativa do momento. E eu sempre, quando encontrei o Plínio, disse: “Ainda bem que você não foi um bom profeta. Quer dizer, a sua profecia só valeu a metade.” Falando em exílio, etc. Mas realmente o alijamento não aconteceu porque a gente teve a oportunidade de dar a volta por cima e ainda voltamos ocupando posições importantes, etc. Governando até o Brasil. Mas entre nós ficou muito comentado esse episódio do trem pós comício. Também o Fernando Henrique de vez em quando recorda nas entrevistas dele. Mas, de qualquer maneira, o comício foi...

D.P. – Ele e Plínio talvez tenham vindo só para o comício. Você não sabe muito bem, não é?

J.G. – O Plínio talvez, porque era deputado federal e, com toda certeza, o Plínio sim. Ele não, porque ele ainda tinha uma vida exclusivamente acadêmica, ainda não tinha entrado na política, mas se interessava. Eu acho que ele veio atendendo a um convite do Fernando Gasparian, porque nesse dia 13, que era uma sexta-feira, nós almoçamos os três juntos. Então é possível que tenha sido um convite do Fernando Gasparian. Mas, feito esse parêntese, nós tivemos a oportunidade de, na primeira parte, sem ser através de habeas corpus, de ações institucionais, criarmos uma espécie de corrente de solidariedade, porque aí já tinham alguns que tinham sido forçados a sair do país e estavam sem eira nem beira por muitos países estrangeiros. Tinha outros que tinham que sair das suas cidades para vir para São Paulo. Eu me lembro uma vez que eu recebi um jornalista que foi importante na reformulação da Folha de São Paulo, Claudio Abramo, que foi lá em casa ver se eu arrumava um lugar para o Paulo Francis, que tinha saído do Rio e estava em São Paulo. Então, a nossa demanda era uma demanda grande, que a gente teve que fazer listas de apoio financeiro mensal, para mandar para alguns que estavam no exterior. Tínhamos que, às vezes, arrumar alojamento para quem tinha se transferido de moradia. Mas foi uma corrente de solidariedade informal. De qualquer maneira, reveladora de um espírito de solidariedade interessante. Não houve um “agora cada um por si e Deus por todos.” Quer dizer, houve realmente, eu testemunhei provas de muita amizade, muita ajuda e sempre, é claro que em uma época em que já começavam as represálias e, portanto, a pessoa corria risco em ser leal, ou ser solidário a um amigo, ou amiga. Então foi assim, voltando a pouco e pouco para a advocacia, que eu vivi a pós-revolução. Primeiro com a minha decisão de não sair do país. Segundo com o pouco que eu pude fazer nessa corrente informal de solidariedade que se criou. Terceiro, até setembro eu ainda continuei os meus contatos com o San Tiago. A partir de setembro ele faleceu e aí eu fiquei mais por São Paulo. Não vinha com tanta frequência para o Rio de Janeiro. De qualquer maneira, criou-se logo na segunda ou terceira semana uma corrente de resistência vinda através de um jornal tradicionalíssimo no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*. E a primeira pontada crítica ao regime foi do Carlos Heitor Cony, que era um cronista de trivialidades e com preocupações exclusivamente literárias, mas que, de repente, escreveu, no pequeno espaço dele no *Correio da Manhã*, uma crônica crítica aos militares, à revolução, à falta de respeito aos direitos da Constituição, etc. E em torno desse ato pioneiro do Cony o

jornal foi se... O jornal que tinha sido muito anti-janguista a ponto daqueles célebres editoriais, intitulado *Basta e Fora*. No entanto, em torno do *Correio da Manhã* é que se formou a primeira resistência ao regime militar. Porque os outros grandes veículos estavam praticamente por conta da revolução, que direta ou indiretamente apoiaram a revolução dos militares. Então o *Correio da Manhã* se tornou uma espécie, como a gente diz da brincadeira de criança, uma espécie de piques, onde todo mundo corria para colocar uma palavra de crítica, uma palavra de reclamo contra abuso, etc. E em torno desse período do *Correio da Manhã*, que também não durou tanto porque logo houve a represália pela forma de dificultar o acesso ao papel importado e problema de anúncios de governo, de paraestatais. Eu sei que o *Correio da Manhã*, naquele tempo dirigido por uma baiana bastante guerreira... Me lembro do último sobrenome.

D.P. – [Nelmar]¹¹.

J.G. – [Nelmar]. Teve um rechaço grande por parte do governo e teve que, aos poucos, ir diminuindo a sua atuação até praticamente deixar de ser publicado. Mas, de qualquer maneira, essa parte do *Correio da Manhã*, eu estive, assim, como força auxiliar, bastante ligado, porque nessa época eu estreitei muito a minha convivência, a minha amizade, com dois jornalistas que foram da vanguarda desse grupo do *Correio da Manhã*, que foi o Hermano Alves e o Márcio Moreira Alves. A ligação deles com São Paulo era eu que fazia. Eles publicaram livros, eu organizei a noite de autógrafos em São Paulo. Fiz os convites. Era na minha casa que eles se hospedavam.

D.P. – Aliás, o Márcio lança aquele livro *Torturas e torturados*, que foi o pioneiro.

J.D. – Primeiro.

D.P. – Eu acho que sai logo em 1966, não é?

J.G. – Saiu em 1966, exatamente. Então eu fiquei por conta...

D.P. – Foi a Paz e Terra? Foi a editora do Gasparian?

¹¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

J.G. – Não, não foi Paz e Terra. Em função dessa resistência deles, eles se projetaram, ganharam o apoio, pelo menos daqueles que não tinham concordado com o golpe, ou daqueles que vinham se afastando do golpe. Porque alguns apoiaram o golpe, mas depois, aos poucos, foram se afastando no pós-golpe. A verdade é que eles ganharam um tipo de apoio que fez com que eles se candidatassem a deputado. E foram eleitos. Tanto um quanto o outro. E aí eu tive uma fase, mas sempre uma fase, digamos assim, periférica, uma fase mais auxiliar do que propriamente estar no centro do furacão. Mas, de qualquer maneira, eu fiz reuniões em casa para apresentar os dois para deputados de São Paulo, meus amigos.

A.S. – Isso já na época Arena e MDB, não é?

J.G. – Aí já não. Aí ainda na primeira eleição...

D.P. – Não, primeira eleição ainda eram os partidos...

J.G. – Ainda eram os partidos excepcionais.

D.P. – Quando tem a vitória de Israel Pinheiro e do Negrão de Lima é que o regime resolveu acabar com os partidos.

A.S. – Em outubro de 1965.

J.G. – Eles foram eleitos ainda no regime...

D.P. – Em 1965. Outubro.

J.G. – Depois é que se começou a organizar o MDB e a Arena. Então foi no começo do mandato deles. Eu fiz muitas reuniões em casa para colocá-los em contato com os deputados paulistas, que eram meus amigos. Tenho consciência que quem apresentou o Márcio Moreira Alves e o Hermano Alves para o Mário Covas fui eu, em uma dessas reuniões. Também apresentei, na época, um deputado paulista, Santilli Sobrinho, aos dois e o importante do Santilli Sobrinho é que o filho dele, aluno da Universidade de Brasília, em uma das incursões policiais no campus, o filho foi agredido. E em função da agressão ao filho do Santilli é que o Márcio Moreira Alves fez aquele discurso que redundou no AI-5. Isso quatro anos depois da minha apresentação ao pai do aluno agredido. Então, essa época é uma época, do meu ponto de vista pessoal de interregno, de moderada incursão auxiliadora, digamos assim. Mas, de

qualquer maneira, ainda sobravam alguns focos de resistência. Em São Paulo sobrou ainda, por algum tempinho, depois de 1964, o jornal *Última Hora* e no Rio o *Correio da Manhã*, que eu já me referi. O *Jornal do Brasil* foi, aos poucos, assumindo uma posição mais independente, o *Estadão*, assim, moderadamente, equilibrado, mas às vezes apoiando ostensivamente o regime militar. A *Folha* não tinha ainda a expressão de hoje, mas, de qualquer maneira, também fazia um tipo de equilíbrio entre apoio e desapoio. Mas realmente, nessa primeira fase o jornal trincheira foi o *Correio da Manhã*. E esse grupo do qual eu acho que tem livros publicados e tal, dominando. Mas eu me lembro bem do Cony, me lembro bem do Márcio, me lembro bem do Hermano. Me lembro bem do Jânio de Freitas, me lembro bem do Paulo Francis. Me lembro bem do Milton Rodrigues, me lembro bem do... Eram todos brilhantes e podendo, eles criticavam mesmo o regime militar e tal. O Márcio, até como lembrou muito bem a minha amiga, professora Pandolfi, chegou a fazer uma denúncia em um dos seus artigos, a começo de tortura. Isso fez com que o Castelo Branco tivesse que nomear uma comissão chefiada por um dos seus auxiliares mais íntimos, que era o Geisel, para apurar essas torturas, etc. Que perto do que veio a ser o problema da tortura no Brasil mais tarde, depois do AI-5, aí eram ainda veniais. Quer dizer, havia maus tratos, mas não aquela tortura sistêmica que o Brasil infelizmente conheceu depois do AI-5. Mas eu acho que foi essa a fase imediatamente posterior ao golpe.

D.P. – E aí você ajuda o Márcio quando o Márcio é cassado e obrigado a sair do Brasil. Qual foi o seu papel nessa história? Márcio Moreira Alves, que você tinha uma relação.

J.G. – Bom, aí depois desse discurso do Márcio... O Márcio fez um discurso candente e ele era um sujeito muito criativo e ele disse que estava se aproximando o dia do militar e os militares que fossem noivos deviam ser punidos pelas noivas, que naquele dia não deveriam aceitar convites para cinemas, para chás e para passeios, etc. Isso chegou nos quartéis como se o Márcio tivesse insinuado um tipo de não relacionamento mais íntimo. Conclusão: os militares tomaram de ódio contra o Márcio, exigiram a cassação, veio a cassação do Márcio e, em função da cassação, veio o AI-5, que de certa maneira, configurou o regime ditatorial no Brasil, que até então tinha sido de altos e baixos nesse particular. Castelo ainda é um regime de ambiguidades, mas ambiguidades entre um constitucionalismo [inaudível] e um arbítrio. Não se pode dizer que ele tenha sido um presidente ditatorial, mas sem dúvida foi um presidente autoritário do ponto de vista do que foram os outros depois da queda do

Getúlio, que governaram o Brasil sob a Constituição de 1946. O Márcio foi rigorosamente cassado, no sentido jurídico, de ter perdido o mandato e caçado no sentido pessoal, de que queriam realmente infligir castigos. E temia-se pela vida do Márcio. Logo o AI-5 saiu à noite do dia 13 de dezembro e no dia 14, logo de manhãzinha, a empregada me acordou e disse: “Olha, aquele jornalista do Rio está aí querendo falar com o senhor.” Era o Márcio. E é claro que eu tive o problema de dar acolhimento ao Márcio da forma mais sigilosa possível, porque o clima era um clima de que o risco era um risco de vida. Em matéria de represália que ele poderia ter sofrido. Aí eu coloquei-o na primeira noite na minha casa, mas na segunda noite eu já tive um outro cuidado, que eu digo: “Eu tenho três crianças aqui em casa. Maria Helena e tal. E realmente hoje o Márcio é considerado um inimigo público da pátria. Da pátria deles, mas de qualquer maneira, inimigo público.” E aí o Márcio era uma pessoa muito talentosa e tinha amigos boêmios em São Paulo. Essas amizades que se faz em bar às vezes são de grande valia. Não só como companhia, mas como solidariedade. E eu procurei um antigo amigo dele, que tinha sido delegado de polícia em São Paulo. O João Leite. E transferi o Márcio para a casa do João Leite. E digo: “De você ninguém vai desconfiar.” E esse João Leite era um sujeito inteligente, bonachão e muito solidário. Morava em um apartamento na Vila Buarque, em São Paulo, e acolheu o Márcio. Depois o Márcio foi para Campinas, foi acolhido por um amigo que eu tinha feito no tempo do San Tiago, que veio depois a ser prefeito de Campinas e, a meu ver, é o criador da Bolsa Família. O prefeito Grama. Ele disputa tanto com o Buarque, que foi governador de Brasília, Cristovam Buarque, e é um trabalho para pesquisador saber qual dos dois deu a primeira configuração legal e tal ao Bolsa Família, que se chamava Bolsa Escola. Depois com o Lula é que a coisa foi estendida para outros benefícios e chamaram de Bolsa Família. E o Márcio ficou uma semana por conta desse ex-prefeito de Campinas e de um outro ex-prefeito também, deputado federal, o Amaral. Também foi muito solícito. Depois eu tive que recambiar o Márcio para São Paulo, porque ele, a partir da decretação do AI-5, ele sensatamente desapareceu também em relação à família dele. E o pai dele estava desesperado. O velho Márcio Moreira Alves, à procura do filho. Foi para São Paulo e tinha parentes ligados ao banco Itaú. O banco Itaú solidariamente mobilizou alguns gerentes para ajudarem a procurar o Márcio e um deles disse: “Poxa, mas aqui em São Paulo ele frequenta muito a casa do Zé Gregori. Então vai ver que ele pode dar alguma notícia sobre o Márcio. Mas eu não posso aparecer lá, porque o Zé Gregori vai pensar que eu sou da polícia com a história de ser gerente do banco Itaú etc. O Zé Gregori é muito

amigo de um frade meu amigo.” Então pegou esse frade como uma espécie de testemunha, de álibi, e apareceram os dois lá em casa. Eu, no começo, mesmo com a presença do frade, não excluí a hipótese de o frade estar submetido a algum tipo de pressão. Tive um começo muito reativo. Eu disse: “Não, não conheço. Por leitura, Márcio.” Mas a pouco e pouco eles foram me dando provas das ligações deles com as famílias. Como eu também era amigo da família, uma hora depois eu me rendi e disse: “Tudo bem. O que nós podemos fazer para o Márcio?” Ele disse: “Não, o problema é que o pai dele está aqui desesperado e quer reencontrar o filho.” Então eu disse: “Bom, vamos ao pai.” Primeira coisa. E realmente eles me levaram à casa do pai, que estava hospedado na casa do primo dele, que era um dos diretores, proprietários, do banco Itaú. E eu me lembro, esse pai do Márcio era um homem muito inteligente, mas muito expansivo e muito carioca. Quando ele me viu na porta, eles não tinham dito que iam me procurar. Disseram que iam procurar um amigo do Márcio, mas não revelaram quem era. Quando ele me viu, ele disse: “Poxa, como é que eu não lembrei de você?” Aí ele estava tão nervoso, tão angustiado, com 15 dias de ausência do filho, ou mais, talvez até um mês, que ele pegou e deu uma cabeçada na parede. Essa coisa de dizer “ah, eu bato a cabeça na parede” existe. Eu vi funcionar. [risos] O Márcio Moreira Alves. Ele chegou na parede e: “Como é que eu não lembrei do Zé Gregori? Tão amigo do Márcio. Eu sou uma besta.” Ele ia dar a segunda batida e eu consegui evitar. Eu disse: “A segunda racha.” Bom, a verdade é que combinamos, eu disse: “Olha, doutor Márcio, o senhor faz o seguinte: vá na praça tal o mais discretamente possível, que eu levo o Márcio lá. Eu sei onde é que ele está e eu levo lá o Márcio. Vamos combinar só a hora. Matutina, bem cedo para não ter problema. Mas vá o mais simples possível para não chamar atenção.” E exatamente por esse gênio carioca e expansivo do Márcio, no dia seguinte eu peguei o Marcito e fui à procura do local que a gente tinha fixado na praça. Eu disse: “Bom, aquele senhor que está lá longe não deve ser, porque eu nunca vi ninguém com uma blusa de couro mais fina, mais chique do que essa. Nem um boné, que ninguém usa um boné europeu aqui em São Paulo.” É como o velho Márcio tinha entendido que devia ser a indumentária que ele devia pôr para receber o filho. A verdade é que os dois se encontraram e depois desse encontro, talvez três dias depois, através de uma figura que era importante nesse momento como homem de oposição, que era um grande advogado, que tinha sido ministro da justiça do Jânio Quadros. O Pedroso Horta. O Pedroso Horta, que tinha clientes que eram ortodoxos em matéria de pagamentos de impostos e importação e exportação, ele conseguiu que o Márcio tomasse um aviãozinho em um

campo de aviação clandestino no interior de São Paulo e fosse para o Paraguai. Quer dizer, para mim, realmente, foi um dia de grande alívio, porque a gente sabe, pelo o que veio depois, o que o Marcito teria sofrido se tivessem posto a mão nele. As irmãs do Marcito, elas se aproximaram muito de mim. Foram muito solidárias sempre ao irmão. Tanto a Branquinha, como a Maria Helena. A mãe do Marcito, que era uma grande dama ligada a movimentos sociais e católicos do Vaticano, e o próprio pai, ficaram meus amigos muito reconhecidos. Uma coisa que eu não podia deixar de fazer e acho que fiz bem feito, do ponto de vista de não ter deixado vestígios. Mas, de qualquer maneira, no interregno em que eu estava dando cobertura para o Márcio, no mesmo dia em que ele era meu hóspede, chegou outro. Chegou o Hermano. E eu disse para o Hermano: “Olha, claro que vamos te ajudar e dar acolhida, mas não pode ser aqui em casa, porque aqui já está o Márcio. Vamos arrumar uma outra.” E o Zuenir Ventura conta isso naquele livro, *1968: o ano que não terminou*. Como uma espécie de congestionamento na linha de ajuda. Mas, de qualquer maneira, essas duas figuras foram simbólicas. O fato dos riscos que as pessoas correram a partir do AI-5 e, pelo fato de eu os ter ajudado como amigos e como antigo companheiro de ideais, etc., eu fui, aos poucos, me inclinando a esse tipo de ajuda e procurei alguma coisa mais orgânica para essa ajuda e foi assim que eu fui parar na Comissão Justiça e Paz, dirigida pelo Dom Paulo Evaristo.

A.S. – Deixa só voltar um pouquinho. Tem um detalhe que eu não entendi muito bem. Você mencionou que esse amigo da família do Márcio Moreira Alves, que também era gerente do Banco Itaú, entrou em contato com você por intermédio de um frade com receio de que você achasse que ele era vinculado à polícia, alguma coisa assim. Por que haveria esse vínculo entre o fato de ele ser gerente no banco e uma suspeita de ele ser policial?

J.G. – Não, o problema em uma hora daquela, em que eu estava, digamos assim, caprichando todos os meus dotes de detetive e leitor de livros policiais, [inaudível] para dar a maior blindagem de confidencialidade ao fato de estar como responsável do Marcito, chegar uma pessoa se dizendo gerente de banco e querendo saber onde estava o Márcio, mesmo com a companhia de um frade que era meu amigo, eu, na minha teoria, digamos assim, conspiratória, chegava ao ponto de dizer: “Bom, vai ver que ele, sendo da polícia ou do Exército, forçou até o frade a ter esse papel, de que a missão é uma missão de paz.”

D.P. – Retrata bem o clima da época. Quer dizer, era todo mundo desconfiando de todo mundo.

J.G. – Porque foi na carne viva do AI-5.

D.P. – Porque se usava muitas iscas, não é? As famosas iscas, que era um pouco isso. Uma pessoa conhecida com outro. A pessoa conhecida já tinha sido presa, estava lá como ponte, então...

A.S. – E o vínculo com a Comissão de Justiça e Paz começa então em 1969?

J.G. – Começa alguns anos depois desse fato que eu contei, mas no bojo de uma decisão, que foi crescendo em mim, de achar que meu papel era um papel de ajuda, de resistência. Porque realmente aí já se esboçava e até mais do que se esboçava, já se executava também opções em que a violência entrava em cena e tal e eu disse: “Não, não é esse meu papel. Isso eu não vou fazer. Mas também não posso, em nome da não violência, ficar apenas em casa advogando. Eu preciso fazer alguma coisa. Talvez esse papel de ajuda, de pronto-socorro, possa ser mais sistematizado, ganhar mais organicidade.” E comecei a procurar uma forma de ajudar. A primeira que eu achei foi reunir lá em casa alguns advogados, porque começavam a chegar as primeiras notícias de tortura. Tortura com morte. Então, eu disse: “Olha, vamos discutir o quanto a gente pode aprofundar essas notícias, para saber se são verazes ou não e depois como é que a gente pode trabalhar essas notícias.” Então, semanalmente, tinha um grupo que se reunia em casa para fazer análise do que cada um... Uma espécie de bolsa das notícias sobre as torturas letais.

A.S. – Quem compunha esse grupo?

J.G. – Olha, eu me lembro da Betty Lafer, que na época era casada com Celso Lafer. A filha de Zé Mindlin.

D.P. – Ela era advogada?

J.G. – Não. Ela era indigenista, antropóloga. O próprio Celso Lafer¹², o Zé Carlos Dias¹³, o Fábio Konder Comparato¹⁴, o jornalista, que depois foi correspondente de uma emissora

¹² Jurista, professor da USP e ex-ministro do Comércio e das Relações Exteriores.

muito popular em São Paulo, a Jovem Pan. Elpidio Reali Junior. Morreu recentemente. Depois ele se transferiu para a França e ficou lá. E Roberto... É um jornalista que escreve até hoje no *Estado*. Roberto... Eu acho que é Roberto... Em todo o caso, depois eu confirmo. Porque pode ser Roberto Silveira.

D.P. – Quer dizer, não eram só advogados, então? Era um grupo mais amplo.

J.G. – Era um grupo mais amplo. De advogado mesmo era o Comparato, eu e o Zé Carlos Dias. Nós ficamos sabendo que no Rio de Janeiro... Esse caso eu me lembro bem. Eu acho que foi até a [inaudível] Lafer que trouxe essa notícia. Um estudante de medicina, ou já médico, judeu, ele foi torturado e tal, até a morte. O primeiro nome dele era Istael. Depois vinha o sobrenome hebreu, que também a gente pode depois pesquisar. E aí eu soube disso através de uma informação assim, assado. Bom, no fim, quando a gente comprovava, às vezes a gente mandava através de circuitos internacionais, de amigos internacionais, para o exterior e saía, muitas vezes saía a notícia em órgãos estrangeiros. Isso funcionou durante alguns meses. Poucos. Porque o Celso Lafer e a Betty, que eram casados na época, foram para o exterior. Esse Elpidio Reali foi morar na França e, com isso, o grupo praticamente se dissolveu. Mas felizmente foi na época em que eu recebi um convite do Zé Carlos Dias falando: “Aquela procura que você tem de uma coisa que possa substituir lá aquela nossa comissãozinha informal, é um trabalho que o bispo de São Paulo está desenvolvendo lá na Cúria e tal. Uma comissão, se eu não me engano...” Ele não sabia bem o nome. “Eu vou me filiar a esse grupo. Você podia se filiar também. Eu conheci uma pessoa que faz parte desse grupo pequeno, super restrito o grupo. Mas tive a melhor impressão dessa pessoa, que é Margarida Gennevois.” E eu fiquei interessadíssimo. Eu digo: “Olha, é tudo que eu tenho procurado. É uma coisa assim, ainda mais com uma figura de proa da Igreja e tal.” E, realmente, foi assim que eu fui conversar com Dom Paulo. Dom Paulo me acolheu e eu me tornei um dos oito, ou nove, – não tinha mais do que isso –, membros da Comissão Justiça e Paz.

D.P. – Quem eram os outros membros?

¹³ Advogado conhecido pela defesa de presos políticos e coordenador da Comissão Nacional da Verdade.

¹⁴ Advogado e professor aposentado da USP.

J.G. – Olha, o Zé Carlos Dias, o Hélio Bicudo, o Fábio Konder Comparato, a Margarida Gennevois, um sociólogo, Procópio Ferreira. Uma figura adorável. Procópio. Uma senhora, Íris Arié, um operário da Pastoral Operária, que eu fico devendo o nome. O Simas, Mário Simas. Já estamos em sete, não é?

A.S. – Oito. Com você nove.

J.G. – Comigo nove. É, esse é o núcleo inicial. E o Dom Paulo, que presidia, pelo menos uma vez por mês, as reuniões. E a Comissão Justiça e Paz cumpriu um papel importante, porque as tais denúncias de torturas que a gente ia conhecendo nesse grupo informal infelizmente foram se revelando verdadeiras. Então tinha o problema das famílias dos torturados, dos desaparecidos e tal, que não tinham a quem recorrer, porque o regime era fechado, não permitia habeas corpus, a imprensa era censurada. Então, como a gente costumava dizer, quando você não tem nenhuma porta em que bater, você vai se queixar ao bispo. E o bispo era o Dom Paulo. Então, foi para as famílias o veículo de não perderem contato com alguma esperança a respeito, no caso, do paradeiro dos familiares. E, no outro caso, problema de sabê-los vivos e se havia alguma maneira de minorar os castigos que eles estavam recebendo, ou mesmo abreviar a prisão. E essa Comissão Justiça e Paz ganhou muita respeitabilidade, porque nós éramos muito cuidadosos nas...

D.P. – Tem que parar para trocar a fita.

[FINAL DO ARQUIVO 3]

D.P. – Então, você estava contando da Comissão Justiça e Paz. Eu queria até lhe perguntar uma coisa. Vocês tinham alguma relação? Porque aqui no Rio o Cândido Mendes também teve um papel importante junto à Igreja. Até se montou uma comissão bipartite ou tripartite junto à Igreja e um grupo de empresários para exatamente tentar... Enfim, um pouco o papel que vocês tinham. Mas vocês tinham contato com Cândido Mendes? Como é que era?

J.G. – Tínhamos um papel institucional, porque éramos, na realidade, duas comissões oriundas de uma determinação, de uma autorização do Vaticano. Mas tínhamos pouca convivência [inaudível].

D.P. – Duas comissões por quê? Você está dizendo essa daqui e...

J.G. – Essa e a de São Paulo.

D.P. – A do Rio e de São Paulo. Elas eram indicadas, referendadas pelo Vaticano?

J.G. – Elas eram indicadas pelo Vaticano. Referendadas pelo Vaticano.

A.S. – Por que elas não poderiam existir se não fossem referendadas, ou por que tinha esse adendo de terem sido referendadas?

J.G. – Não, elas foram, na realidade, uma deliberação, uma criação pontifícia. As duas eram pontifícias. Agora, a gente tinha pouca convivência, embora uma vez por ano se fizesse uma reunião das duas.

D.P. – Uma vez por ano juntava as duas, é?

J.G. – Juntava as duas.

D.P. – Aqui ou em São Paulo?

J.G. – Geralmente era aqui.

D.P. – Você esteve presente em alguma dessas reuniões?

J.G. – Eu estive presente em uma dessas reuniões. Me lembro bem do Cândido, sem dúvida. Mais do pai do Nelsinho Mota, que fazia parte.

D.P. – O pai do Nelsinho Mota?

J.G. – É. O Nelsinho é esse menino que é empresário, que é compositor, que é articulista de jornal. Ele era filho do Cândido Mota Filho. E tinha também a Marina.

D.P. – Que era ligada a Dom Helder. Dom Helder é lá de Pernambuco. Marina foi uma espécie de secretária de Dom Helder na época.

J.G. – Isso.

A.S. – Qual o sobrenome dela?

D.P. – Ela tem até um livro sobre Dom Helder. Ela era um braço direito. Até me procurou uma época da minha vida.

J.G. – Braço direito. Uma pessoa muito ativa.

D.P. – Acho que era Bandeira.

J.G. – Marina Bandeira. Como o Cândido era o presidente daqui do Rio e era uma figura muito talentosa, muito culta, mas muito específica, muito... Ele tem um estilo próprio. Então, nós, realmente estivemos juntos em uma coisa, assim, mais orgânica, quando lá em São Paulo foram presos dois ex-presidentes da Justiça e Paz. Houve um momento em que foram presos Zé Carlos Dias e o Dalmo Dallari. Aí, muito solidariamente, o Cândido foi a São Paulo e esteve presente em uma das reuniões em que a gente tratou do assunto.

D.P. – Eu acho que o Dalmo Dallari não apareceu naquela listagem. Ele está desde o início, não é?

J.G. – Ele está naquela. Pode suprir.

A.S. – Quando foi isso?

J.G. – Ele também, Dalmo Dallari. Esqueci.

D.P. – Quando é que eles foram presos e como é que foi essa prisão deles?

J.G. – Olha, essa prisão foi no período áureo da ditadura. Eu acho que era presidente Médici. E houve um momento que eles prenderam mais de 40 pessoas lá em São Paulo, inclusive toda a cúpula sindical do ABC. Inclusive o Lula.

D.P. – Mas aí é mais para a frente.

J.G. – Ah, é mais para a frente?

D.P. – A prisão do Lula é mais para frente. Porque Lula só surge em 1978. A gente está falando aqui de 1970, no início. Lula só surge... Até então ninguém nem conhecia. Ele só começa em 1976, 1977...

J.G. – Então a prisão dos dois se deu depois de 1978.

D.P. – Isso você tem certeza que foi junto com a dos metalúrgicos, não é?

J.G. – Foi.

D.P. – Então deve ter sido 1978, 1979.

J.G. – Foi, porque eu me lembro que a gente contava... Quer dizer, no Brasil sempre tem que, – e eu estou procurando fazer isso também –, de vez em quando, amenizar com alguma coisa pitoresca, que no Brasil o histórico tem sempre o hilário junto. Dizem que os sindicalistas foram presos, colocados em uma sala e, de repente, surgem o Dalmo Dallari e o José Carlos Dias. Diz que foi uma festa. “Estamos salvos! Logos os dois juntos.” [risos] E os dois: “Falem baixo, falem baixo. Nós também estamos presos.” [sussurro] Aí um deles falou: “Não, presos, não. Estamos fuzilados.” [risos] Nessa altura, se os dois foram presos também...

D.P. – Nesse período aí dos 1970... Inclusive, em 1971 é preso o Rubens Paiva, que depois desaparece. Janeiro de 1971. E aí? Você acompanhou? Como é que foi essa coisa? O início, a prisão, essa coisa estourou logo? Você foi ligado ao Rubens Paiva, ou ela...

J.G. – É, no começo eu fui ligado ao Rubens Paiva, não dos mais amigos dele, mas de qualquer maneira, companheiro de geração, estivemos juntos em congressos de estudantes e éramos amigos. Ele morava, eu até conhecia a casa dele, no fim do Leblon. No começo, eu estava até... Foi logo no começo do ano. Eu estava até com as meninas e a Maria Helena em uma temporada, em uma praia próxima lá de São Paulo. No começo eu achei uma coisa inverossímil. De repente, uma pontadinha da imprensa de que Rubens Paiva tinha desaparecido e havia até quem dissesse que ele tinha sido executado, qualquer coisa assim. Então, primeiro momento, troca de telefones com amigos comuns, inclusive com o Gasparian. Uma bruta vontade de não acreditar. Mas depois a coisa foi se adensando e eu tinha um colega de turma que era cunhado dele, casado com uma irmã dele. A fonte ficou mais direta na família desse parente. E a coisa foi ficando cada vez mais clara que o Rubens tinha, pelo menos, desaparecido. A Eunice tinha ficado em custódia, tinha sido presa também, mas tinha já voltado para casa. Se não me engano, uma filha menor também foi levada à

delegacia, depois voltou. Quer dizer, todo um arcabouço de tragédias que a gente já conhecia, em função da Justiça e Paz, mas sempre repercutindo em área não tão próxima como essa. O fato é que com isso houve muita pressão, que a gente podia fazer, no sentido de se descobrir. O próprio sócio dele em uma firma construtora, que era nosso amigo, solicitava essa coisa de... “Agora está com coronel fulano. Talvez você conheça esse coronel fulano para telefonar, para pedir informações, etc.” Quer dizer, houve sempre uma época de muita pressão, mas com a esperança de que ele estivesse recolhido em algum lugar, que a revolução, por interesse próprio, não quisesse revelar. Mas à medida que o tempo foi passando, foi ficando mais claro e o Rubens Paiva surgiu como um dos determinantes da política de direitos humanos do governo Fernando Henrique. Porque quando o Fernando Henrique ganhou a eleição, ele tomou posse em janeiro, mais ou menos em março, ou abril. O filho do Rubens Paiva, que é o escritor, o Marcelo Rubens Paiva, era articulista da Veja e fez uma espécie de carta branca para os amigos, como dizendo: “Bom, vocês sempre falaram em direitos humanos e tal. Agora vocês estão no governo e o que vocês têm feito, ou o que vocês vão fazer?” Era uma carta desabrida, de um jovem que escrevia, como escreve, muito bem, mas uma carta bem em tom cobrativo. Eu me lembro que em função não só da carta, mas já de algumas cobranças que o Fernando Henrique como presidente tinha recebido de homens em duas viagens que ele fez a Paris, o Fernando Henrique convocou a mim e ao Jobim. Jobim era ministro da justiça e eu era o chefe de gabinete. Disse: “Olha, a coisa está madura. Não dá mais para esperar. Nós temos que fazer alguma coisa em matéria de direitos humanos.” Eu falei: “Sobretudo agora, depois da carta do Marcelo. Acho que também faz parte.” Aí ele disse: “Bom, vamos então estabelecer uma política de direitos humanos e eu acho que tem que ser uma coisa que as pessoas acreditem.” “Para acreditar, eu acho que nós temos que colocar em cima da mesa um assunto tormentoso.” Aí eu me lembro até, o Fernando Henrique disse: “Tormentoso? Que assunto seria esse?” Eu digo: “Olha, dos desaparecidos políticos. Isso é uma espécie de tabu. É uma coisa difícilíssima e nós temos que fazer alguma coisa.” Jobim também concordou. Em função dessa conversa, eu ganhei a carta branca de estudar uma forma de tratar do assunto. E aí fui concebendo o que seria depois a Lei dos Desaparecidos Políticos, que veio de um projeto. Sempre dentro dessa perspectiva também de dizer: “Olha, na hora que nós surgirmos com uma política de direitos humanos, é preciso o aval de uma grande causa, porque mexendo nessa grande causa as pessoas vão respeitar. Vão

dizer: ‘Epa, esse pessoal não está brincando. Eles querendo tratar desse assunto a partir de coisas que são realmente difíceis.’”

D.P. – Certo. Mas essa é uma longa história, que não vamos nem começar a entrar nela hoje, então a gente queria retroceder. Importante esse marco.

J.G. – Importante esse marco e essa ligação do sacrifício do Rubens Paiva através do testemunho do filho, que foi o motivo forte da implementação dessa política.

A.S. – Eu queria falar um pouquinho ainda sobre a atuação da Comissão de Justiça e Paz. Eu queria entender melhor como é que funcionava a dinâmica de trabalho de vocês. Vocês recebiam...

J.G.- Bom, a gente se reunia a cada 10 dias. Esses nove, oito.

A.S. – Tinha uma sede?

J.G. – Não, a gente se reunia na Cúria. Tinha um galpão, como tem até hoje, nos jardins, atrás do prédio principal da Cúria, que fica em uma rua em um bairro nobre de São Paulo. Avenida Higienópolis. E tínhamos uma pauta. Eu até mandei nos meus arquivos, eu achei uma ou duas pautas de reuniões. Se eu fosse organizado, podia ter guardado todas as pautas e tal, separado. Mas, de qualquer maneira, às vezes a pessoa nos procurava, a gente fazia uma primeira entrevista, no sentido de saber do índice de veracidade que ele estava dizendo e uma pequena apuração de quem era a pessoa. Porque sempre existia a possibilidade de que a gente estivesse sendo alvo de alguma exploração, de alguma mistificação, para desmoralizar. Então a gente tinha esse cuidado de fazer uma triagem. Agora, verificada que a coisa procedia, aí a pessoa era convencida, assegurada a confidencialidade, etc., se fosse o caso. Geralmente era. Aí eu preferia fazer a denúncia cercada de discrição. Agora, outras não.

D.P. – Mas a denúncia era para o exterior? Sempre isso?

J.G. – Não. Era denúncia do fato.

D.P. – Do fato com vocês. A família, ou o parente, chegava lá e fazia isso? E aí vocês tomavam que procedimentos?

J.G. – Aí nós, em primeiro lugar... “Bom, tudo que a senhora está falando, pode ser reduzido em um depoimento. A senhora vai fazer acusações sérias. E depois nós vamos ver o que nós fazemos com essa peça, do ponto de vista de ou propor uma ação, ou uma investigação, uma denúncia pública.” Quer dizer, isso, por exemplo, aconteceu, com essas palavras que eu estou reproduzindo, com a viúva do Manuel Fiel Filho, que foi um camarada que foi torturado até a morte logo depois do Vladimir Herzog¹⁵. Quer dizer, uma distância de duas, três semanas. Esse operário, que pertencia à parte sindical e tivesse uma filiação Partido Comunista, foi preso e, como aconteceu com o Herzog, dessa prisão resultou uma morte a que eles também, como tinham feito com o Herzog, atribuíram a suicídio. A mesma coisa. Um carimbo, bateram duas vezes em uma distância temporal de 15 dias.

A.S. – A União foi responsabilizada judicialmente. Foi por conta da atuação de vocês?

J.G. – Tanto em um caso, como no outro, chegava ao ponto... Tanto chegou no caso Herzog como chegou no Manuel Filho, de a gente, com o patrocínio ou de um advogado da comissão, ou de um advogado da confiança da comissão naquele elenco que eu enumerei lá atrás no nosso depoimento, propunham uma ação como propôs e ficou claro que o Herzog tinha vivo entrado em uma dependência policial e tinha saído morto. Ainda não tinha o detalhamento de como é que tinha sido, mas esse fato fez com que um juiz corajoso de São Paulo já impusesse uma primeira condenação. E aí fizemos a mesma coisa com esse operário Manuel Filho. [Vida]¹⁶ afora nós demos também uma ajuda a essa viúva, do ponto de vista de que ela tinha ficado sem eira nem beira e, através do governo Montoro, foi possível arrumar uma colocação para ela. Ela estava em uma linha de não poder sustentar os filhos. Sempre um amparo para a pessoa que nos tinha procurado, conforme as circunstâncias.

D.P. – Mas vocês travavam a batalha jurídica também, [inaudível] seja um apoio moral.

J.G. – A batalha jurídica também. Às vezes a pessoa dizia: “Olha, eu tenho advogado, eu cuidarei disso. Queria só o apoio de vocês.” Então a gente dava apenas o apoio. Não precisava cuidar da parte jurídica. Mas geralmente ou era a própria comissão que patrocinava, ou então era alguém geralmente desse staff que eu enumerei. Agora, paralelamente a isso, a gente tinha um problema, ou uma atividade, digamos assim, institucional, através de projetos

¹⁵ Vladimir Herzog, jornalista preso, torturado e morto em 1975.

¹⁶ O mais próximo do que foi possível ouvir.

de lei que estavam discutindo, que a gente estudava no sentido de fazer a crítica para torná-lo menos autoritário. Setores internacionais que a gente tinha ligação e que, chegando no Brasil, a gente fazia com que eles visitassem e vissem que a comissão tinha polos de radiação das coisas, mas sobretudo a atividade dela foi o fato de, como instituição respeitável, a gente poder dizer logo quando a pessoa era presa, ou detida, ou sequestrada, – porque as três coisas, na realidade, se confundiam. Não era uma ordem do juiz cercada de todas as garantias. “Agora o senhor pode telefonar para o seu advogado.” Não. Na realidade, era um sequestro feito por pessoas do que a gente chamava de sistema de segurança do Estado. E era o fato da polícia, ou da segurança, melhor dizendo, porque era a polícia amplificada, saber que a Comissão de Justiça e Paz sabia que eles tinham posto a mão na pessoa. Eu estou convencido que a gente salvou muita gente com... Geralmente, não era só eu, mas eu fui muito frequentemente a pessoa que comunicava à polícia, através da cúpula política, da ordem política e social da polícia. Muito frequentemente com o próprio diretor da ordem política e social, que foi o delegado Tuma, que terminou a vida como senador da República. Romeu Tuma. “Oh, Tuma, eu tenho aqui a notícia dada pela mãe de que fulano de tal foi detido. Eu queria saber se esse cidadão vai dormir em casa.” E ele me dava a resposta. Primeiro lugar, um silêncio, como dizendo: “A Comissão Justiça e Paz já sabe.” Dois, às vezes, depois desse silêncio, ele me dava a resposta imediata. Dizia: “Não, ele vai dormir em casa. Pode dizer isso para a mãe dele. Vai dormir em casa.” Geralmente, estatisticamente, essa coisa se confirmou. Ou então ele dizia: “Gregori, eu vou pesquisar.” Agora, tinha vezes que a situação tinha tal gravidade, que ele não me atendia. E eu sabia que ele não estava me atendendo por causa da gravidade, porque ele usava sempre a mesma desculpa. “Olha, o Tuma pede muitas desculpas ao senhor e tal, mas ele não vai poder atender, porque ele está em um velório.” Eu me lembro uma vez que eu até telefonei uma vez, velório. Dia seguinte, velório. No dia seguinte uma segunda vez, velório. Quando chegou na terceira vez eu digo: “Bom, mas essa cadáver já deve ter apodrecido, porque não é possível ele estar nesse velório há 48h.” Mas, de qualquer maneira, o que eu acho que foi o gancho de fazer com que a polícia tivesse... A segurança, melhor dizendo, mudado o seu comportamento de quase que imediatamente começar a maltratar a pessoa, ela no começo contava com o sigilo. “Eles não sabem que nós estamos com essa pessoa. Então podemos fazer o que quisermos com ela. De repente, jogar em uma esquina, etc.” Agora, de repente, telefona o Zé Carlos Dias, ou o Zé Gregori, ou o Dalmo Dallari. Quer dizer, fruto dessa credibilidade que a gente foi adquirindo. Isso no Brasil

daquela época era muito importante. Você não ser confundido com [inaudível], com um sensacionalista, um cara que quisesse chamar a atenção para si. Eles foram compreendendo um pouco a seriedade do nosso trabalho. Dizia: “Olha, eu sei que fulano de tal desde tantas horas está com vocês. Eu só quero saber se ele vai...” Não tratava nem de defendê-lo. Dizia: “Olha, é um absurdo o que vocês fizeram, prender o camarada.”

A.S. – Era uma identificação de paradeiro.

J.G. – É. “Queria saber se ele vai dormir em casa.”

D.P. – Quer dizer, você já colocava, de partida, que a pessoa estava presa. Você nem colocava assim: “Eu quero saber se fulano foi preso. Está preso. Eu quero saber se vai dormir em casa.”

J.G. – Exato. Porque eu sabia que a informação deles ia ser pouco confiável. Dizer que está, ou não está.

D.P. – O importante era saber que vocês sabiam.

J.G. – Então a gente fazia essa averiguação. Geralmente nessa averiguação a gente concluía que o sujeito realmente tinha sido preso. Às vezes não. Aconteceu pouquíssimas vezes, mas a pessoa não estava presa, ou fez uma viagem e não comunicou à mãe. Teve até um marido que passou o Carnaval fora. Esqueceu de falar para a mulher que ia passar o Carnaval fora. Mas são irrelevantes estatisticamente. Mas teve casos assim, que a pessoa não estava presa. Mas, geralmente, estava presa, porque a gente fazia essa averiguação preliminar e me dava essa força de dizer: “Fulano está recolhido por ordem aí da segurança. Só queria saber se vai dormir hoje em casa ou não.”

A.S. – Essa averiguação preliminar, ela era uma averiguação que passava por órgãos como Dops, DOI-CODI, Cenimar? Vocês já tinham uma espécie de roteiro por onde vocês tinham que perguntar sobre o paradeiro da pessoa?

J.G. – Geralmente a pessoa que ia se queixar é quem nos dava a maneira... Às vezes ela dizia: “Realmente...” Pondo entre aspas, no dia que a mãe chegou lá e disse: “Olha, meu filho, infelizmente entrou nesse negócio da luta armada, saiu de casa, isso e aquilo, está morando

fora. Eu tenho aconselhado ele a não continuar, mas ele continuou. Nós mantemos contato dia sim, dia não e há três dias que eu não consigo saber onde ele está.” Quer dizer, tinha sempre alguma coisa na vida anterior da pessoa, ou então não era uma pessoa que tivesse optado pela luta armada, mas era um militante. A gente sabia, naquela época, mais ou menos, ou por nomes em manifestos, ou por atos públicos que a pessoa... Ou entrevistas, ou notícias de jornais, etc. “Fulano de tal foi preso.” Eu sabia quem era, já é verossímil uma pessoa como essa, que está se expondo, que está criticando, seja presa. Quer dizer, geralmente era uma averiguação informal, de que realmente era possível que ele tivesse sido preso [inaudível] característica. Mas qual foi a última vez que ele foi visto? Quem foi a última pessoa que o viu? “Foi fulano.” “Mas a que horas?” Essa pessoa podia... Se não tivesse tanta confiança no informante, que estava fazendo a queixa, às vezes eu pedi... “Mas esse amigo dele que o viu pela última vez podia vir aqui?” “Ah, eu trago ele daqui a pouco e tal.” Aí falava com a pessoa, etc. Quase sempre, para não dizer sempre, quando foi o meu caso, mas os outros também, que a gente falava com a polícia: “Olha, eu sei que fulano foi detido.” A gente chegava quase com o dia e hora. Com plena convicção. Quer dizer, então ficava difícil para a polícia... O que a gente fazia, porque aí a gente chegou à conclusão de dizer: “Bom, então agora a ideia deles é liquidar o camarada o quanto antes, antes do nosso telefona. Então nós temos que nos apressar.” Então a gente, nas nossas comunicações... “Olha, se você souber de alguma pessoa que tenha desaparecido, que você acha que foi presa e tal, comunique imediatamente com a Comissão Justiça e Paz.” Aí chegamos à conclusão de que a gente tinha um expediente muito difícil. Muito pouco brasileiro. Então botamos um auxiliar. Quer dizer, desde cedo o telefone estava disponível. Essas coisas vão acontecendo desse jeito. Conforme o resultado você vai... Como em um jogo de armar, você vai pondo a peça que falta. Por exemplo, essa coisa de aumentar o expediente disponível da comissão foi muito importante. A gente colocou uma auxiliar lá desde cedo. Então a pessoal podia qualquer hora telefonar para... Antes do celular. Para poder fazer a denúncia. Agora, o post denúncia sofreu muito a variação de... Cada caso foi um caso, foi conduzido de uma maneira, etc. e tal. Quer dizer, a verdade é que do meu ponto de vista de convicção pessoal, onde eu acho que a comissão foi mais indispensável em um regime como aquele foi a credibilidade que ela assumiu de poder dizer que a pessoa estava recolhida às ordens da polícia.

D.P. – Mas vocês tinham um mapa? Sabiam que aqui funcionava o banco, um DOI-CODI, que aqui era polícia? Vocês já tinham um pouco esses aparatos, os aparelhos da repressão mais ou menos mapeados e vocês recorriam sempre ao Tuma, ou vocês iam também... Por exemplo, a Oban, centro da tortura.

J.G. – Geralmente, a gente começava pelo chefe. Na questão de Oban, aí era Mário Simas e Zé Carlos Dias. Quer dizer, a gente foi dividindo tarefas. Essa comunicação inicial mais rápida possível, porque a gente foi criando uma maquininha para poder fazer essa comunicação logo, geralmente era por minha conta. Às vezes era já pelo Zé Carlos Dias como advogado constituído. A família resolveu procurar a Comissão Justiça e Paz para dizer: “Olha, nenhum advogado quer aceitar. Eu quero saber se algum da comissão...” Aí era o Zé Carlos Dias que tratava, o Simas que tratava. Eles que tratavam. Como membros da comissão em que, digamos, 80% da polícia de São Paulo uma época ficou sabendo quem eram os membros da Comissão Justiça e Paz, o que significou que também nós tínhamos grandes adversários lá, para não dizer inimigos. Nem sempre o diálogo... O diálogo com o doutor Tuma sempre teve seu objetivo. Nunca deixou de ser cordial, embora ele soubesse de tudo, ele guardou sempre uma distância do protagonismo. Agora, tinha alguns que eram [inaudível] contrários à Comissão Justiça e Paz e externavam isso e era uma dificuldade conversar com eles. Eu não tive nenhum contato –, quem teve em nome da comissão foi o Mário Simas, a maioria deles –, com o célebre doutor Fleury. Os meus contatos foram com auxiliares dele. Com ele mesmo eu não tive nenhum. Mas quando se tratava de ter um contato com o Fleury, geralmente, por essa divisão de tarefas, quem ia era o Simas.

A.S. – E ele respondia? Ele atendia o Simas?

J.G. – Olha, uma vez o Simas me disse que foi uma coisa muito conflituosa, muito dolorosa. Porque era, segundo o Simas e todas as evidências, uma pessoa de índole dura, de tratamento policialesco, no sentido mais típico da expressão. Mas o Simas manteve um diálogo. Quer dizer, às vezes, desse diálogo, com o acréscimo de ser da Justiça e Paz, fez com que talvez as decisões que eles tivessem tomado, porque era tudo muito arbitrário, tudo muito individual. Uma coisa como essa funciona na base, às vezes, da vontade de um delegado ou de um chefe dizer: “Olha, esse aqui vamos liquidar. Esse aqui vamos manter vivo.” Não é um tribunal que toma uma decisão dessa, nem uma máquina que cientificamente é apertada para dar uma

resposta a um impasse, a uma dúvida. É uma coisa absolutamente voluntarística. Por isso que a ditadura é terrivelmente cruel. Por causa disso. Porque de repente uma pessoa e só essa pessoa, por critérios exclusivamente dela, decide se a pessoa vai ficar viva ou vai ser liquidada. De maneira que o fato do trabalho do advogado em cada caso é muito importante, porque às vezes a decisão ainda da tortura está tomada, mas a tortura não ser letal ainda não está tomada. Então a maneira como o advogado conduz o caso pode evitar o desfecho de morte. Quer dizer, então advocacia criminal política envolve também o aspecto de política de clarividência que o advogado tem que ter, porque a coisa escapa todo ao meandro do que está estabelecido na lei. Então você às vezes... A gente era cobrado. “Mas como? Você conversa com o Tuma?” Eu digo: “Não, eu converso com o Tuma e tenho certeza de que a cada conversa dessa alguém deixa de apanhar, ou alguém deixa de morrer. Enquanto eu tiver essa convicção, eu vou conversando com o Tuma.” Da mesma maneira como o Simas mantinha esse diálogo com uma figura tão discutível, como esse delegado Fleury. Mas quando a coisa se dá e o regime é um regime quase que de terror você entende melhor essas coisas do que quando a gente está no céu aberto da democracia.

D.P. – A comissão, ela tem um período. A gente sabe que a ditadura também teve momentos diferentes, mas eu queria que você falasse um pouquinho, porque eu sei que teve um papel muito importante também... Essas denúncias foram feitas também no exterior e algumas pessoas foram chave para isso. A irmã do Arraes, Violeta Arraes. Eu fiz até uma entrevista com ela. Ela construiu quase uma rede na França, em outros países, onde essas denúncias iam. Vocês tinham esse canal? Claro que eu sei que vocês tinham, mas isso tinha um mecanismo? Era através da embaixada? Como é que essas denúncias chegavam lá fora? Vocês participavam disso também? Porque teve momentos que a coisa estava fechada. Nos anos 1970, 1972.

J.G. – É, não sistematicamente, mas várias vezes. A Violeta era amiga de todas. Uma figura querida. Casada com um francês também que a entendia e a apoiava muito. Eu fui advogado da filha da Violeta, que cassaram a cidadania da filha e eu consegui restabelecer a cidadania brasileira. O Zé Carlos era amigo também do filho da Violeta e tal. Todos se davam com Violeta. Violeta era uma unanimidade. Com aquele jeito dela e tal. Aquele apartamento muito agradável em Paris. A verdade é que a coisa se fazia, mas sem que isso tivesse obedecido um rito muito sistemático.

D.P. – As coisas saíam, não é?

J.G. – As coisas saíam.

D.P. – Alguns levavam denúncias? Outros quando viajavam...

J.G. – Depois que as coisas passam, você fica sabendo que na fuga de fulano tal pessoa ajudou, porque em um determinado momento essa pessoa ficou sem condução, não sei o que, telefonou para um primo e disse: “Ah, meu tio está [inaudível], ele tem uma fazenda lá, ele pode te levar.” Então a gente fica sabendo que na fuga de cicrano uma figura que não tinha nada que ver com a história entrou também. Por exemplo, eu soube de pessoas que ajudaram aquele grande compositor brasileiro que fez o *Caminhando*.

A.S. - Geraldo Vandré?

J.G. – O Geraldo Vandré. Uma pessoa que é um advogado, diretor de empresa automobilística e, de repente, o Vandré foi parar na casa dele. Era o Vandré, ele era admirador, não sei o que e tal. E ele reteve o Vandré lá várias vezes quando a polícia estava atrás do Vandré. Quer dizer, essas coisas obedecem um pouco aquilo que eu falei no começo. A nossa senhora do acaso tem muita interferência no encaminhamento dessas questões.

A.S. – É possível mensurar, mais ou menos, quantas pessoas procuraram a comissão ao longo desses anos? Vocês têm o registro?

J.G. – Olha, nós não temos. Se você considerar os estrangeiros uruguaiois, argentinos, paraguaiois, – mais uruguaiois e argentinos do que paraguaiois –, calculava muito mais. Porque a gente, através de convênios que fez com a seção de refugiados, que funcionava até aqui no Rio, em Santa Teresa... Quer dizer, computar esses estrangeiros que nos procuravam, que chegavam aqui também sem eira nem beira e tinha que arrumar asilo para eles, às vezes até alimentação, mais os brasileiros, eu diria que é coisa de milhares. Eu não sei, aí eu prometo que vou falar com a Margarida se a gente fez alguma pesquisa quantitativa. Mas eu não estaria muito longe de dizer a você que a comissão funcionou mais intensamente em um período de sete anos. Ela terá recebido, seguramente, um pedido por dia. Não menos do que um por dia. São 30 por mês. Não é isso? Vezes 12 são 360. Se você multiplicar por sete, quer dizer, eu acho que, fora as vezes quando eram grupos. Por exemplo, uma vez a polícia

bloqueou, cercou, não deixava sair. Eram mais de 200 estudantes que estavam na Faculdade de Medicina. Os estudantes não saíam e a polícia não tinha coragem de entrar. Estava naquela coisa, por um fio de cabelo. Aí os estudantes colocaram: “Só sairemos se o Gregori interceder.” Fizeram um cartaz desse jeito. Aí pela televisão eu soube disso. Tomei um taxi, naquele tempo, peguei meu carro, me lembro bem. Fui lá para a Faculdade de Medicina e consegui, com nosso sistema de agir, que eles saíssem. Bom, saíram 200. Indiretamente, não deixaram de ser 200 beneficiados pela Comissão Justiça e Paz. Quer dizer, de atendimento é difícil de mensurar. Agora, mais especificamente, coisas que se tornaram, digamos... Eu faria uma avaliação de um por dia, no mínimo. Em sete anos é um problema de multiplicar 320 por sete. Sete vezes dois, 14. Sete vezes três, 21. Seguramente umas três mil pessoas tiveram um atendimento mais específico. Na Lei dos Desaparecidos que a gente fez depois, com a comissão que eu criei para dar consequência prática à lei, o Brasil tem cerca de 450 desaparecidos. Seguramente, esses 450 passaram pela Comissão Justiça e Paz.

A.S. – A comissão elaborava listas de desaparecidos? Os nomes das pessoas. Fazia esse tipo de registro?

J.G. – É, ela não era um modelo de organização, porque realmente o momento que a gente vivia e eu tentei passar isso nesse depoimento... O problema da confidencialidade, do cuidado com as coisas e tal, porque sempre tinha a desconfiança que o sujeito do outro lado, o interlocutor, não fosse de confiança. Então isso fez com que ela, em matéria de arquivos e documentação, não é um primor. Mas justificadamente, porque realmente os tempos eram... Às vezes uma lista dessa na mão da polícia era tudo que a polícia sonhava ter. Mas de qualquer maneira, eu, quando fiz o projeto dos desaparecidos, eu queria que, desde logo, a coisa começasse a ter consequência. Eu sou daquele tipo de legislador que acha que a lei precisa entrar em vigor mesmo antes da aprovação pelo Congresso. Eu sou apressado nesse sentido. Então, eu disse: “Bom, definindo a condição do beneficiado pela lei, eu já quero anexar no próprio projeto uma lei dos desaparecidos, que serão beneficiados pela lei.” E, para elaborar essa lei, eu me baseei em algumas listas fragmentadas e frágeis da Justiça e Paz. Listas que os familiares tinham elaborado, listas internacionais, que tinham saído em revistas especializadas, em informes da Anistia. Foi um mix e eu, já de saída, quando apresentei o projeto, o anexo do projeto era: “São reconhecidos como desaparecidos e, portanto, os

benefícios dessa lei, etc., às seguintes pessoas.” Eu já fiz uma lista. Aí eram, mais ou menos, uns 350. Depois a comissão que eu criei funcionando acrescentou mais 100.

D.P. – E me diga uma coisa. Claro que também você já deu a entender que vocês não tinham ata dessas reuniões, não é? Não tinham ata. Mas vocês faziam reuniões abertas, às vezes, ou só funcionava esse grupo pequeno? Em alguns momentos vocês faziam assembleias com mais gente, ou não?

J.G. – Não, a gente fez. Por exemplo, a gente fez uma reunião. A gente, às vezes, fazia reuniões temáticas, mas em regra eram bem fechadas. Eram os nove, quando muito. Quando tinha um assunto mais específico a gente convidava a pessoa. Em regra a coisa reservada e era fechado. Agora, fizemos muitas reuniões temáticas. Por exemplo, uma vez a gente fez uma reunião com os advogados, esse pequeno staff, no sentido de saber como é que a gente podia ajustar o trabalho da comissão de forma a ajudá-los mais. É claro que, quando você abre muito, surgem muitas ideias e as pessoas, nem todas, se transportam para o clima que a gente estava. Quer dizer, eu me lembro que a gente fez uma vez uma reunião temática e o sujeito disse: “Bom, a gente não pode distribuir carteirinhas? ‘Eu sou Associação dos Amigos Comissão Justiça e Paz’? Porque assim, se quiserem me prender, eu tiro essa carteirinha.” Quer dizer, o problema da dispersão, ou da expansão da Justiça e Paz sempre foi uma coisa desejável, mas nunca se encontrou uma coisa que realmente aumentasse a eficácia da Comissão Justiça e Paz. Enquanto ela foi uma coisa do bispo, que depois se tornou cardeal Dom Paulo, conosco, e nós entre nós, ela inclusive facilitou o problema de gerência política que seria também uma das coisas que poderiam surgir. Porque a temperatura política do Brasil também ia mudando. Alguns vão fazendo opções políticas. Em regra, a gente estabeleceu, como regra não escrita, que quando o sujeito fosse para alguma atividade política e tal, ele se desligasse da comissão. Eu disse: “Olha, se desligar é uma coisa muito forte, mas a gente pode pensar em criar um conselho em que o sujeito vá para o conselho. Então, confirme as circunstâncias a gente foi dando uma largueza maior, porque, na realidade, o trabalho dela teve momentos, principalmente para aqueles que eram oposicionistas, a meu ver, de uma maneira direta ou indireta, porque ficaram sabendo e gostaram da nossa atuação, eles queriam expandir a comissão.

[FINAL DO ARQUIVO 4]

A.S. – Bom, você estava comentando que alguns membros da comissão, quando assumiam outra atividade política, eventualmente, teriam se desvinculado da comissão e outras pessoas queriam, inclusive, expandir a comissão. Você estava mencionando que vocês pensaram em criar uma espécie de conselho;

J.G. – E criamos. Ninguém que fizesse essa opção pública... Não no sentido partidário, porque a gente sabia que cada membro da comissão tinha uma simpatia partidária e tal. Não significava, necessariamente, uma militância, mas, de qualquer maneira, tinha lá suas preferências partidárias. Aí era uma coisa convivível com a atuação na comissão. Agora, quando a pessoa passava... Por exemplo, eu passei a ser candidato a deputado por uma legenda. Aí eu pedi demissão. Para não sair completamente do âmbito da comissão, a gente criou um conselho. Então eu fui para o conselho. Onde eu devo estar até hoje. Eu acho que estatutariamente eu ainda pertenço a esse conselho, ao conselho da Comissão Justiça e Paz. Mas não sou membro.

A.S. – Mas fica como membro até que ano então?

J.G. – Como membro eu fiquei até 1973.

D.P. – Então, na realidade, a comissão, ela não é extinta. Ela continua, não é?

J.G. – Não, não. Ela continua até hoje. Tem uma feição diferente hoje. Quer dizer, ela é uma ONG com preocupações de discutir teses. Ela foi uma das lançadoras daquele problema que fez surgir a Ficha Limpa. Encabeçou aquelas listas necessárias de milhares de assinaturas. Agora ela fez um manifesto bem feito sobre a minoridade, a não mudança da minoridade. Mais no sentido de manifesto, de expedir opinião. Mas organicamente não tem mais a feição de uma das vanguardas, digamos assim, das pontas de lança de resistência à ditadura, que criava uma série de probleminhas, que agora não existem mais. Mas, de qualquer maneira, ainda vez por outra, seja em São Paulo, seja no Rio, seja no próprio Nordeste, há um despejo em que a polícia exagera no cumprimento do mandato judicial. Ela se reúne, ela critica, ela interpela o governo. Ela ainda tem essa atitude cobrativa.

A.S. – Uma atuação política.

J.G. – Uma atuação política, nesse sentido. Mas com uma feição diferente. Nós éramos uma pequena confraria de boa vontade agindo como se a gente estivesse agindo nas catacumbas.

D.P. – Você que sempre foi um pouco avesso a essa militância mais orgânica, mais partidária, por que você ingressa no MDB em 1974?

J.G. – Olha, foi em razão de alguma necessidade menos pessoal do que talvez eleger alguém no diretório que fosse amigo, etc., intermediado, seguramente, por algum pedido da Maria Helena. Maria Helena era, realmente, mais...

D.P. – Maria Helena era filiada ao MDB?

J.G. – Maria Helena era filiada também e não tinha essa mesma... Esse meu traço assim meio avesso a pertencer organicamente a grupos. De maneira que foi em razão... Não teve uma razão especial.

D.P. – Mas entrando no MDB você participa da vida partidária nesse período?

J.G. – Olha, eu participei intermitentemente. Houve, logo no começo do MDB, uma possibilidade de São Paulo disputar... Do PMDB... Primeiro PMDB.

D.P. – Primeiro MDB, que a gente está falando de 1974.

J.G. – Eu fui também do PMDB. Eu fui dos dois.

D.P. – Mas eu estou perguntando do MDB. Nesse momento era sempre uma coisa...

J.G. – Foi sempre em função de “vai ter uma eleição, mas só votam aqueles que pertencerem ao partido.” Seguramente foi uma necessidade desse tipo, operacional.

D.P. – E claro, a gente tem o reconhecimento que esse partido também tenha se tornado uma força.

J.G. – Não foi uma deliberação como, por exemplo, foi a entrada na Comissão Justiça e Paz, que eu procurei desenvolver todo, digamos assim, o background que foi me solicitando, aos poucos, que tivesse uma atitude que se encaixou muito bem na existência da Comissão Justiça e Paz.

A.S. – Profissionalmente, você continua com o escritório nesse tempo? Simultaneamente à atuação na Comissão Justiça e Paz.

J.G. – Bom, aí são vários períodos. Quer dizer, tem... É, eu continuei com o escritório. O que mudou é que talvez no começo da Comissão Justiça e Paz eu tivesse um tipo de escritório com sócios que, aos poucos, eu fui me tornando um homem só, quer dizer, um advogado só. Escritório único, sem ser uma firma de advogados.

D.P. – E essa fundação que você participa também, a Fundação Padre Anchieta de Cultura, isso é o quê? Você participa?

J.G. – Isso é o conselho da TV Cultura, que uma vez por mês faz uma reunião jurídica e convida os membros juristas ou advogados do conselho. Esse conselho tem 35, 40 pessoas. E ela se reúne uma vez por mês além desse conselho que eu, por ser advogado, faço parte para deliberações administrativas da TV Cultura, repercussão de campanhas boas que a TV Cultura tenha feito, ou propositura de outras campanhas que a TV Cultura possa fazer. O problema da comunicação em geral. É uma coisa mais ligada ao funcionamento de uma TV pública, que no Brasil ainda é uma coisa com uma expressão heroica muito grande, porque a concorrência é muito séria e a TV pública ainda lida bastante com o problema de pouca audiência e isso significa pouco poder. Mas de qualquer maneira, a atual administração está fazendo força para que ela exerça um papel. Ela consegue fazer um bom programa político, de grande repercussão, que é o Roda Viva. Tem alguns programas infantis que até hoje detém uma boa audiência. E ela é sempre um parâmetro de uma maneira de olhar a televisão diferente de um olhar meramente empresarial. Embora a televisão seja uma coisa cara, embora seja uma coisa que não possa ser eficaz, a não ser que esteja disposta a ter uma feição também empresarial, ela não pode ser só empresarial. Ela tem que ter sempre viva uma luzinha pelo menos dizendo que ela tem uma feição ativa. Nesse sentido, e eu quando fui ministro da justiça lutei muito para que aquilo que cabe ao conselho do Ministério da Justiça de fixar idades indicativas, propagandas, etc... Era uma coisa que até o meu tempo, praticamente era um enfeite, não era cumprido. E eu fiz questão de que houvesse cumprimento e consequências no não cumprimento. Comprei uma grande briga com as televisões, especificamente com a TV Globo. Mas conseguimos chegar a um modus vivendi que não precisou irmos à maiores consequências, etc. Mas eu sei que não é uma coisa fácil

como eu queria, e era apenas o que eu queria, que tivesse uma televisão de mais qualidade e com menos violência. E fiz força durante muito tempo, preguei no deserto, mas Deus sabe quanta força eu fiz no sentido de que “vocês precisam se organizar, vocês têm que ter um código de ética. Agora, eu não vou dar para vocês a minuta desse código de ética. Vocês é que têm que pegar, vocês, televisões.” Eu soube que uma vez houve um almoço, que o velho Roberto Marinho participou, Sílvio Santos participou, o Saad da Bandeirantes participou, o pastor também participou. Eles estiveram muito próximos de aceitarem essa ideia de que eles iriam elaborar um código de ética. Chegaram a elaborar. Quer dizer, foi uma meia vitória eles colocarem no papel. Agora, o que eu não consegui, um pouco talvez porque a minha luta não foi suficiente, mas um pouco porque também eu não tive tempo, tive que sair e ir para Lisboa. Eles não puseram em vigor esse código de ética, mas até hoje existe um código de ética em uma gaveta, que eles foram capazes de consensar entre eles, mas sem ter entrado em vigor.

A.S. – Quais as consequências para a TV que não cumprir o indicativo de idade? Pagamento de multa, alguma coisa assim?

J.G. – Era, no meu caso, a portaria de briga, seria comunicado ao procurador de justiça e o procurador de justiça interpelaria a televisão para que cumprisse e, se não cumprisse, ele podia representar no sentido de perda da concessão. Era uma coisa forte. Por isso é que deu uma briga grande também.

D.P. – Eu acho que a gente podia caminhar para a coisa da anistia. Porque estão sendo criados, nesse momento, no governo Geisel, depois da morte do Vladimir Herzog, do Manuel Fiel Filho, da Zerbini, uma das criadoras do comitê, movimento pela anistia, depois o CBA. Não sei se a Ângela quer colocar alguma coisa antes. E aí eu queria saber como é que vocês estão se colocando e se tinha diálogo, por exemplo, da Comissão Justiça e Paz com esse movimento da Therezinha Zerbini, depois com o CBA, até chegar lá na Lei da Anistia, que eu não sei se... Mas, enfim.

J.G. - Olha, a Anistia me chegou por intermédio da Helena, minha mulher, como notícia de que em uma assembleia de estudantes, a que a Maria Helena foi convidada a estar presente... Porque naquele tempo ela representava uma fração do movimento feminista. Eu não me lembro sob que sigla funcionava esse movimento. De qualquer maneira, era um...

D.P. – Ela atuava no movimento feminista, a Maria Helena?

J.G. – No movimento feminista e nessa condição, exatamente porque veio do tempo que ela, um pouco antes, tinha organizado o movimento contra a mudança da capital e tinha conseguido interromper a mudança, ela ganhou essa dimensão de pessoa participativa e eficaz. E foi convidada para uma assembleia de estudantes, um movimento estudantil que se reuniu. E ela me disse: “Olha, tem uma esposa de um general que falou em anistia. E foi a primeira vez que eu ouvi falar da Therezinha Zerbini. Aos poucos, por mil fatos que vem a caso mencionar, eu me aproximei muito da Therezinha Zerbini. Fizemos conferências juntos, campanhas juntos, etc. E com esse trabalho, que não seria exagero dizer, pioneiro, da Therezinha Zerbini, a anistia ganhou consistência. Aí se fez um movimento em torno da anistia lá em São Paulo. Esse movimento precisava de uns estatutos, de se registrar como movimento e tal. Me pediram para fazer o estatuto, eu fiz esse estatuto. Nessa época militava muito nesse movimento, além da Therezinha Zerbini, uma pessoa que era professora universitária, cientista lá de São Paulo, chamada Judite [inaudível], cujo o filho [inaudível] é hoje um cineasta. Participavam também o Luiz Eduardo Greenhalgh e o colega de escritório dele, que é o ex-deputado federal Airton Soares. E a Ruth Escobar, a teatróloga, que hoje está esquecida, talvez até injustamente, porque foi uma figura muito combativa, muito patriota. Mas ela está desligada. Quer dizer, parece que tem aquela moléstia em um grau bem adiantado. O fato é que nós, como casal, militamos muito no movimento de anistia e eu fiz, a pedido deles, o estatuto do Movimento Pela Anistia.

A.S. – Do movimento feminino?

J.G. – Não, do movimento de anistia.

D.P. – É porque tinham os comitês brasileiros de anistia e o movimento da Therezinha Zerbini, que é o que surge primeiro, não é?

J.G. – É.

D.P. – Chamava Movimento Feminino da Anistia.

J.G. – Depois a gente conseguiu integrar esse movimento de São Paulo ao movimento nacional. Nós fizemos um encontro aqui no Rio. Tinha uma... Hoje deve ser uma senhora. Mas uma moça muito combativa, que tinha um defeito na perna. O nome dela não me ocorre.

D.P. – Eny Moreira. Ela hoje é da Comissão da Verdade aqui do Rio. Nós a estamos entrevistando também.

A.S. – Nós vamos entrevistá-la daqui a dois dias novamente.

J.G. – Ah, é? Recomendações do Zé Gregori então a ela. Mas a Eny Moreira, que representava no Rio, também se juntou e aí nós fundamos o Comitê Nacional. Não sei se chamava Comitê Brasileiro de Anistia ou Comitê Nacional.

D.P. – É Comitê Brasileiro.

J.G. – Agora, eu fiquei mais...

D.P. – Você esteve aqui presente na reunião que foi feita no colégio Bennet?

D.P. – No Colégio Bennet. Depois fizemos uma outra que também tratava de anistia, mas não só de anistia, no antigo prédio, que é uma torre, na praia São Conrado. A torre do Niemeyer.

D.P. – Hotel Nacional, não é?

J.G. – Hotel Nacional. Fizemos um encontro lá também, que tratava de vários assuntos, inclusive da anistia.

A.S. – Mas temas correlatos?

J.G. – Temas de reconstrução democrática.

A.S. – Quando isso?

J.G. – Olha, quando é que foi isso? Espera aí. Isso foi antes do Tancredo? Quando é que é o Tancredo?

D.P. – O Tancredo é em 1985. Eleição dele é em 1985.

J.G. - Isso deve ter sido 1982, 1983. Aqui no Rio quem coordenou essa organização foi o professor Antônio [inaudível]. E um dos temas foi anistia.

D.P. - É, porque a Lei de Anistia é de 1979. Que é votada, não é? E hoje em dia está essa...

J.G. - É, então é essa. Então é antes da lei. Esse movimento é 1978.

D.P. - Os comitês brasileiros estão se surgindo exatamente em 1976, 1977.

J.G. - Por aí houve também esse movimento. A gente vinha para o Rio como a Eli ia para São Paulo para se reunir só sob o [inaudível] da anistia, mas esse foi um encontro mais amplo, que tratou da temática democrática, inclusive da... Você se lembra disso? Foi um negócio importante.

A.S. - E quem participava? Eram integrantes da sociedade civil?

J.G. - É. Por exemplo, eu vim na condição do presidente da Comissão Justiça e Paz. Me lembro até hoje do [inaudível] me recebendo e tal, com toda a pompa e circunstância nesse belo local, que agora dizem que estão reformando. Em vias de reabrir.

D.P. - Passou anos fechado.

J.G. - Passou anos fechado, que é o Hotel Nacional, lá em São Conrado.

D.P. - Esse era um período que as reuniões proliferavam, não é? Se fazia muito nesse período do Geisel. A sociedade civil no Brasil estava muito mobilizada, então em lugares a coisa começou a pipocar mesmo.

J.G. - Exato. Um pouco antes tinha surgido aquela disposição do Geisel, que de certa maneira revogou o AI-5. Foi logo depois, porque eu me lembro que no meu pronunciamento eu fiz referência específica à portaria do Geisel, ao decreto do Geisel.

A.S. - É 1978.

D.P. - E aí vem a Lei da Anistia. Você lembra do debate da lei? Você deve ter sido uma pessoa atuante, mas na época a sociedade dividiu. O pessoal do CBA, por exemplo, foi contra a lei que foi votada, mas ninguém tinha força para criticar muito. Você lembra disso?

J.G. – Eu fui, sou e serei uma pessoa que respeita muito a Lei da Anistia. Eu acho que foi um movimento importante. Não sei se por que eu me filiei mais à vertente da Zerbini, que a gente foi para o interior desde aquela coisa para explicar o que era anistia... Porque ninguém sabia o que era anistia.

D.P. – Vocês iam para o interior?

J.G. – A gente ia para o interior fazer debates, sempre tinha... O delegado de plantão ia também assistir. A Zerbini, enquanto viva, contava sempre: “O Zé Gregori conseguiu ser aplaudido pelo delegado do Dops que foi. A gente fez uma reunião e tal e uma hora ele pediu uma salva de palmas para uma coisa que ele falou e tal, sobre o negócio da democracia e também o delegado aplaudiu.” A Therezinha era uma pessoa muito expansiva, muito espontânea, muito pura. E foi uma pioneira. A verdade é que eu me filiei mais a essa linha de passar adiante essa questão da anistia e acho que ela foi uma coisa plantada, semeada na sociedade civil. Quer dizer, não foi um ato de benquerença democrática do governo Figueiredo. Da mesma maneira como o habeas corpus foi, em grande parte, fruto da batalha individual daquele que foi presidente da OAB, aquele carioca que escreveu *Os donos do poder*.

D.P. – Raymundo Faoro.

J.G. – Raymundo Faoro. Foi uma coisa muito atribuível à luta de uma personalidade como o Faoro a restauração do habeas corpus. Eu acho que a anistia foi uma coisa, uma ideia, que se transformou em um movimento que abrangeu várias camadas. Foi uma coisa que foi para a rua. Não foi uma coisa capsulada no desejo do governo. Foi uma coisa com raízes sociais e... De maneira que eu sempre fui muito pró anistia, mas na linha da Therezinha Zerbini, que eu prestigiei muito e, sempre que posso, presto homenagem a ela, porque eu acho que a redemocratização foi uma série de luzinhas que foram se reacendendo, ou se acendendo e uma dessas luzinhas foi a anistia pela Therezinha Zerbini. E eu disse isso, usando essa mesma figura das luzinhas que vão se reacendendo, mesmo que sejam luzinhas. Para aquela menina não tem maiores aproximações e tal, mas em todo o caso, eu falei para ela. De Cuba. Não sei como é o nome dela. Que fez lá o movimento de oposição etc. É Gimenez?

D.P. – Ela é cubana? Que tem um blog?

J.G. – Cubana. É.

D.P. – [Inaudível], não é?

J.G. - É alguma coisa assim. Eu falei: “Olha...

D.P. – É a blogueira famosa que esteve aqui no Brasil, não é?

J.G. - Teve também um movimento que começou assim bem pequenininho e tal, depreciado porque é muito da condição humana o tudo ou nada. Ou você é capaz de ter um Mercedes Benz, ou então você não tem resolvido o seu problema de condução. O sujeito diz: “Olha, eu me viro bem com uma bicicleta.” O outro diz: “Olha, eu não tenho nem bicicleta, mas tenho patins e me locomovo.” Quer dizer, a pessoa desde logo não é capaz de imaginar a nuance que existe das coisas. Sobretudo nesses processos de reabertura, a noção de processo, nem sempre, a pessoa entende, mas eu que vivi, sei que é um processo. A coisa vai indo devagar, etc. Você tem que ter aquela persistência e eu acho que uma das luzinhas que se acenderam, que foram importantes nesse processo, foi a anistia, que ganhou essa amplitude de ter até correntes, ter maneiras de atuar não diferentes, mas, de qualquer maneira, colocando mais ênfase nisso ou naquilo. Mas acho, e quero deixar registrado que acho, um exagero a crítica de que a Lei da Anistia é uma lei da ditadura e que ainda a consciência nacional não... Eu acho que são pessoas que não participaram dessa luta e não viram a ideia da anistia como eu vi, por ter participado, tão disseminada entre pessoas que estavam, digamos assim, sem nenhuma crença em que o regime pudesse modificar. Então eu acho que é um movimento sério, importante e de densa significação, movimento [inaudível] no Brasil. Respeitando todas as siglas que se formaram a respeito dele, mas apenas não aceitando essa crítica de que, afinal de contas, a anistia é uma coisa que a ditadura fez por temporização, etc. Quer dizer, a anistia já estava feita na sociedade feita quando a atitude do governo foi mais homologatória do que propriamente criadora da anistia.

D.P. – Me parece que a crítica que eu ouço mais as pessoas fazerem é reconhecer que a anistia foi resultado dessa luta e até saberem que naquele momento era difícil avançar mais, mas que essa lei precisa ter uma releitura dela, porque no que se colocou, se anistiava os crimes conexos aos crimes políticos, a leitura que se fez, é que então os torturadores – não está dito, mas é uma leitura possível. Até teve esse debate agora, votação no Supremo. Enfim,

que com isso também os torturadores no Brasil estariam anistiados. Esse é um debate muito forte, que está até hoje.

J.G. - É um debate que existe.

D.P. – Você concorda com essa crítica que é feita à lei nesse ponto? Não que ela não seja importante. Não que ela não... Mas que essa leitura que o regime deu ao atribuir os crimes conexos, os crimes políticos também anistiados e dizer que crime conexo ou crime político seria anistiar os torturadores... Porque crimes conexos aos crimes políticos, até onde eu sei, são as pessoas que auxiliaram os crimes políticos, mas não os que detonaram os opositores do regime.

J.G. – Eu acho o seguinte: a abrangência da lei veio também pela, digamos assim, efetividade com que ela foi trabalhada. Isso é uma das consequências no mundo jurídico. Quer dizer, aquilo que está exatamente escrito, às vezes é o trabalho interpretativo por usos e costumes, é ampliado, ou às vezes é restringido. Eu acho que no caso da anistia houve uma ampliação. Quer dizer, ela acabou beneficiando a todos, do ponto de vista com a Lei da Anistia todas as correntes puderam se organizar e todas elas, desde que submetidas à Constituição, puderam atuar. Nós tivemos governos de praticamente todas as índoles desde a Lei da Anistia. Quer dizer, ela devolveu a possibilidade de atuação política no Brasil a todos. E eu acho que os torturadores, muito embora possam ter sido ou não, do ponto de vista técnico e formal, abrangidos pela lei, na realidade eles foram abrangidos [inaudível], porque toda vez que se teve notícia de que alguém que ocupasse um cargo público tinha tido algum raspão com a tortura, essa pessoa foi alijada. Isso aconteceu no governo Itamar, aconteceu no governo Collor, aconteceu no governo Fernando Henrique e acredito aí já menos, porque a coisa tinha se tornado regra, no governo Lula também. E não tenho dúvida nenhuma, – e digo isso com inteira objetividade, porque não sou a corrente política da presidente Dilma, – que se ela soubesse, ela não hesitaria um segundo em demitir a pessoa que tivesse qualquer relação com esse [inaudível]. Dois: a reprovação social que tivesse relação com a tortura. A reprovação social do torturador foi do ponto de vista ético, do ponto de vista social, quase que uma unanimidade. Quer dizer, eu sei o quanto algumas famílias de pessoas acusadas como torturadoras, o quanto essas pessoas foram completamente alijadas ou tiveram um tipo de tratamento social que recebiam modificado. Isso mostra o tipo de, digamos assim, valores que

estão prevalecendo na sociedade. Hoje seguramente o corrupto não tem a desbenerência social que tem o torturador. O torturador é uma figura muito mais repugnante no Brasil, do ponto de vista do rechaço que encontra, do que o corrupto. Então eu acho que, do ponto de vista do que foram as coisas no concreto, no cotidiano, o fato de do ponto de vista interpretativo, do ponto de vista da hermenêutica que se pode ter na análise da lei, o fato de haver essa dúvida se os torturadores foram abrangidos ou não, não evitou que a sociedade brasileira tivesse colocado o torturador na mais baixa escala de estima que é possível. Isso de um lado. Do outro lado ela acabou beneficiando aqueles que tinham sido vítimas do movimento militar. Quer dizer, bem-feitas as contas, são mais de 40 anos. Vamos falar desde o Tancredo. São 40 anos que o Brasil é governado por pessoas que sofreram, foram perseguidas no regime militar. Isso não se deve só à Lei de Anistia, mas eu acho que a anistia foi um elemento recondutor da democracia no país, de maneira que tenho muito respeito por ela.

D.P. – Eu só acho interessante... A gente tem uma percepção diferente, porque é engraçado. Essa percepção que você tem, que a sociedade brasileira tem repulsa pelo torturador e pela tortura, eu tenho minhas sérias dúvidas. Algumas pesquisas que eu já li e tudo, a sociedade brasileira é muito conivente com a tortura. A impressão que eu tenho que tem um... Tanto que a tortura é uma coisa que acontece até hoje na sociedade, nas delegacias e as pessoas têm muito aquela frase: “Bandido bom é bandido morto.” Então a sociedade é conivente com isso.

J.G. – Aí você tem toda razão. Eu assino embaixo. O que eu acho que, nesse momento, precisa se fazer, é aquela tortura política, que foi praticada no Brasil, essa eu acho que é repudiada. Quer dizer, essa é que é, digamos, o território discriminado como objeto dessa repulsa, desse desprezo, dessa condenação. Não a tortura em geral, porque eu concordo com você, que ainda nesse pensamento...

D.P. – Mas por que você acha que tem essa diferença? Só para entender. Qual é a evidência que você tem que você acha que teve essa repulsa? Ou é o nosso meio apenas? Será que a gente está olhando do ponto de vista nós?

J.G. - Não, eu acho que o problema é mais... Eu acho, por exemplo, que ela foi submetida, digamos, a uma análise de milhões, para não ficar na nossa classe. Embora também a nossa

classe seja de milhões, mas eu falando de milhões, eu estou abrangendo outras classes. De certa maneira, a tortura foi um elemento que não foi bandeira, não seria objetivo dizer, mas de qualquer maneira foi elemento auxiliar na primeira eleição da presidente atual. O fato de ela ser torturada é um fato de carregar uma respeitabilidade, uma credibilidade. Da mesma maneira, o fato do Fernando Henrique de não ter sido torturado no sentido físico, mas, de qualquer maneira, ter colocado uma máscara nele quando ele esteve no DOI-CODI. Da mesma maneira, os maus tratos de pelo menos uma prisão que foi prisão... Pelo fato de ser prisão é sempre uma coisa que atenta contra a pessoa do Lula. Quer dizer, então os momentos que a gente tem fora das pesquisas de julgamento mais coletivo, eu acho que toda vez que se colocou em um prato de balança a tortura, ela mereceu um tipo de repúdio nesse sentido que eu...

D.P. – Só um ponto, ainda voltando à Lei da Anistia. Nós entrevistamos aqui algumas pessoas. Entre elas o Gilnei, que foi um preso político. Atualmente é casado com a Iara Xavier, uma militante também de família desaparecida. E o Gilnei ele conta com muita força, porque quando vem a Lei de Anistia, por exemplo, como se dizia que a Lei de Anistia não abrangia os crimes de sangue, aqueles que ainda estavam presos, eles não saíram da prisão com a Lei de Anistia. Eles saem depois porque o regime... O Gilnei fica preso.

J.G. – Por essa jurisprudência, ou essa hermenêutica, que foi ampliando. Houve isso no Brasil. Quer dizer, do ponto de vista estritamente formal, nem todas as pessoas que ganharam a liberdade, elas foram abrangidas. Vou dar um exemplo menor, porque não houve violência física, mas houve violência moral. O caso do Fernando Henrique. Quando o Fernando Henrique foi candidato a senador em São Paulo, houve um procurador que, corretissimamente, do ponto de vista formal, impugnou a candidatura do Fernando. Por quê? Porque havia uma lei que dizia: “Todos aqueles que foram abrangidos pelos atos institucionais são inelegíveis.” O Fernando Henrique foi aposentado da universidade por um ato institucional. Logo, ele é inelegível. Fernando Henrique corre à minha casa. E eu digo isso que eu estou dizendo a vocês, eu disse a ele. “Olha, do ponto de vista estritamente formal, esse procurador tem toda razão. Agora, nós estamos em um processo político de abertura e a sua candidatura, inclusive do ponto de vista de resultados, é duvidosa, porque nós sabemos que há um favorito.” Naquele tempo era o Montoro. “Mas nós estamos nessa luta.

Estamos saindo meia-noite, estamos fazendo a força [guiar]¹⁷, correndo todos os riscos, etc. porque nós estamos o quê? Estamos em um processo de abertura democrática. E nesse processo de abertura democrática, essas coisinhas da lei são coisinhas que a gente tem que largar. Então vamos fazer todo um trabalho, que será jurídico, na medida que a gente possa contratar um bom advogado para dar um parecer contra esse camarada e tal, mas vamos dizer que a impugnação à sua candidatura é uma violência, etc.” Fizemos isso e conseguimos rechaçar no tribunal de São Paulo e, finalmente, a coisa foi parar no Supremo Tribunal Federal. E no Supremo Tribunal foi todo um trabalho de convencer juiz para juiz. Ainda era o governo Figueiredo. No fim, o negócio lá empatou e um jurista nomeado pelo regime militar desempatou a favor do Fernando Henrique. Quer dizer, para todos os efeitos, do ponto de vista estritamente formal, jurídico, o Fernando não poderia ser candidato. Entretanto, ele foi candidato.

D.P. – Por que não estava abrangido pela Lei da Anistia?

J.G. – Porque ele não estava abrangido pela Lei da Anistia. Agora, ele foi eleito suplente. Naquele tempo, suplente era quem tinha mais votos. Não era uma coisa engatada, algemada, como é hoje, o suplente segue o principal. O principal ganhando ele, automaticamente, é o suplente. Naquele tempo eram mais votos. E ele teve mais votos que o candidato do partido contrário, que era o Arena. Era o Cláudio Lembo. Então ele ficou suplente do Montoro. O Montoro cumpriu dos oito anos quatro anos no senado. Depois pediu licença para se candidatar a governador. Com isso, vagou e o Fernando subiu como suplente. Começou essa etapa. Então, do ponto de vista do aspecto estritamente jurídico, eu faço sempre como pano de fundo o momento em que nós estávamos e o que nós estávamos, digamos assim, no pano de fundo, fazendo no processo histórico que a gente estava, para não propriamente relativizar, mas colocar na perspectiva adequada o julgamento meramente técnico-formal. Porque há momentos em que o técnico-formal tem que sim ser combinado com o aspecto político. Tem horas que você pode ser absolutamente inglês, mas tem horas que você tem que ser inglês e napolitano.

A.S. – Uma das críticas que se faz à interpretação vigente sobre os crimes conexos presentes na Lei de Anistia é a impossibilidade de responsabilização criminal de pessoas que

¹⁷ O mais próximo do que foi possível ouvir.

cometeram violações aos direitos humanos, violências e tal, que é uma vez mais esse ponto que a Dulce já mencionou e que está em debate ainda hoje, 30 anos após o processo de redemocratização. Voltando para o período pré-edição da Lei de Anistia, esse era um ponto que configurava a agenda de vocês para a edição de uma lei de anistia? A possibilidade de responsabilização dessas pessoas.

J.G. - Não. Do ponto de vista da corrente que eu me filiei e que, como eu disse, e modestamente passo até a pedir perdão por isso, por essa modéstia. Mas me fez amassar muito barro, porque realmente a campanha da anistia foi uma das campanhas a que eu me dediquei. A gente falava anistia irrestrita. E tendo que explicar o que era bem a anistia, como mais tarde eu tive que explicar também o que era Estado democrático de direito. Então, essa didática que eu desenvolvi, honestamente, em um depoimento como esse, que é uma coisa que tem que ser definitiva, eu sempre pensei que era, como eu costumava falar, uma pedra em cima. Porque, na realidade, na Justiça e Paz também chegaram notícias de violências praticadas em vários outros setores que não especificamente o setor do governo. Quer dizer, a violência não foi uma excepcionalidade. Houve um momento de paixão, houve um momento de luta, houve um momento de entrega em que a pessoa também, do ponto de vista estritamente jurídico-formal, pratica a violência. Com todas as consequências que a violência traz. A violência, sei eu, por causa daquilo que eu praticamente comecei o meu depoimento, de uma família vítima da violência. Eu sei que a violência é uma coisa irradiadora, quer dizer, não se restringe apenas a um momento e à pessoa x ou y que é atingida. E na luta política brasileira houve muita paixão e, digamos assim, o que tinha mais sentido para você fazer realmente a democracia funcionar, você falar uma pedra em cima do que, de repente, você dizer: “Não, é um fragmento que vai apenas cobrir essa corrente, ou aquela corrente.” Quer dizer, os azuis estão contemplados, os vermelhos, não. Então, como queria um italianão, que uma vez me viu falando no interior e tal, disse: “Doutor, olha, eu concordo com tudo do senhor, mas o senhor pretende anistiar também os comuna?” [riso] Quer dizer, ele achava que... Por que os comunas? Eu digo: “Mas por que não os comunas? O que você tem contra eles?” Então, essa abrangência da Lei da Anistia, pelo menos como eu a defendi e como eu a entendi desde o começo, como um bom pedaço do processo de redemocratização brasileira, era uma coisa que tinha que abranger a todos, independentemente do que essa pessoa tivesse feito do ponto de vista político. Eu acho, Pandolfi, que foi uma decisão, embora não unânime,

você disse muito bem, tem partes respeitabilíssimas que têm outra visão. Do meu ponto de vista das minhas circunstâncias, de ter sido um homem da Comissão Justiça e Paz, que teve tanta vivência com o sofrimento, com o que a coisa política traz nas famílias, filhos, noivas, etc., eu acho que a decisão brasileira foi uma decisão mais agregadora e mais impulsionadora da democracia do que se tivesse sido uma anistia que tivesse segmentado. É um ponto de vista. Eu respeito os outros, mas realmente, na perspectiva do que eu vi o quanto a paixão política deforma, o quanto a paixão política faz com que os valores às vezes sejam esquecidos, eu acho que essa coisa brasileira, que talvez tenha sido a jabuticaba brasileira, mais uma vez, de ter feito uma anistia ampla, foi uma coisa boa. Agora, quero dizer que não foram os militares que deram essa amplitude.

D.P. – Nesse momento, antes da Lei da Anistia, teve também um movimento muito forte da sociedade de visitar os presos políticos. O Teotônio Vilela, o senador, que aliás era do partido Arena, fez essas coisas. Você visitava também esses presídios nesse momento? Você esteve alguma vez nos presídios ou não? Nessa pré-anistia. Porque foi um momento que se abriu um pouco para a sociedade.

J.G. – Eu acompanhei algumas visitas que o Dom Paulo fez. Antes do Teotônio Vilela quem se lembrou dessa população encarcerada foi Dom Paulo. Não é uma questão de mérito, é uma questão de cronologia. Talvez o Teotônio Vilela tivesse até tido a participação que ele teve antes do que teve. Mas do ponto de vista do correr da folhinha, vamos dizer assim, o Dom Paulo tinha uma pastoral, uma maneira de, sem entrar no mérito, sem com isso querer dizer se eles estavam certos ou errados, ele desde o começo advogou que a Comissão Justiça e Paz devia ser abrangente. Por isso é que quando eu fiz a Lei dos Desaparecidos Políticos eu tanto me lembrei do... Talvez seja um projeto que eu fiz e que um sujeito que, há muito tempo, tinha perdido a perna direita em uma bomba. Eu fiz um projeto para dar indenização para ele e ele se tornou um bom democrata e tal, participou depois.

D.P. – Só não entendi. Essa pessoa perdeu a perna em um...

[FINAL DO ARQUIVO 5]

D.P. – Essa teoria da jabuticaba tem que falar um pouquinho mais.

A.S. - Bom, você estava mencionando uma pessoa que foi beneficiada pela Lei 9.140.

J.G. - Bom, ela foi beneficiada por um projeto especial que foi feito depois da Lei 9.140.

A.S. – Ah, foi depois.

J.G. – É depois. Um projeto especial em que ela deveria receber uma pensão pelo fato de ter perdido a perna, – se não me engano, a perna direita –, em uma explosão de uma bomba que jogaram contra o consulado americano em São Paulo. E da mesma maneira que eu apresentei simultaneamente um projeto que criava também uma comissão para familiares do dominicano Frei Tito, que se suicidou em Paris e, ao que consta, por laudos médicos, muito em decorrência da tortura que tinha sofrido enquanto esteve preso.

A.S. – Esse projeto posterior à Lei 9.140, que remete a essa situação da explosão da bomba, é de que ano?

J.G. - É de 2001. O outro também, 2001. Porque foi praticamente simultaneamente. Agora, já que estamos falando em lei, deixa eu aproveitar esses 15 minutos para falar uma coisa. Como eu acho que tenho razão quando falo da nossa senhora do acaso. Pesquisas que eu tenho feito com companheiros meus, que trabalharam comigo no Ministério da Justiça. A primeira versão no Brasil criando a delação premiada fui eu que fiz. E quando eu fiz era em um projeto que nós iríamos mandar e eu era o secretário nacional de direitos humanos, criando uma coisa que inexistia no Brasil. Hoje felizmente existe. Parece que vai bem. De proteção à testemunha. Porque, realmente, me diziam: “Os juízes às vezes querem condenar e não podem condenar porque o sujeito que tem a prova suficiente para condenação é a ameaçado e prefere a sua integridade a fazer a denúncia.” Então nós criamos o serviço de proteção à testemunha, serviço nacional. E começou no âmbito federal de uma maneira bem modesta, quase que caseira. Eu cheguei até a levar uma vez um protegido que não tinha onde ficar, pelo menos durante algum tempo, para a minha casa lá em Brasília. No bojo desse projeto, eu fiquei muito impressionado porque assisti uma conferência de um daqueles juízes que tinham feito na Itália, feito um trabalho muito sério contra o narcotráfico e esse conferencista, que era um homem de boa cultura, boa formação profissional, ele dizia: “Sem a delação premiada esqueça, você não consegue punir o narcotraficante.” Eu aproveitei e descobri o assessor técnico, que era o Humberto Espínola. Eu disse: “Humberto, eu vou, nesse projeto de criação

do serviço pessoal à testemunha, eu vou redigir um artigo criando um tipo de tratamento especial, com diminuição de pena e tal, a quem ajudar a Justiça a descobrir os crimes, pensando exclusivamente no narcotráfico.” Essa foi, a meu ver, a primeira semente da delação premiada. Depois foi objeto de melhoras, projetos mais abrangentes, etc. Mas acho que a primeira configuração da delação premiada com objetivos bem diferente daquele que eu supunha quando redigi. Porque eu só supus abranger os narcotraficantes. Não me passou, realmente, pela ideia, – quero deixar isso registrado –, que isso pudesse ser também um elemento, um instrumento de combate à corrupção como nos últimos tempos tem se verificado no Brasil. É um pouco esse problema de que quando você faz a lei, você não abrange todas as circunstâncias que decorrerão dessa lei, da sua aplicação.

A.S. – E ela foi pensada no âmbito do Ministério da Justiça e foi apresentada pelo presidente?

J.G. – Foi apresentada como projeto oficial do presidente, assinado pelo ministro da Justiça. E foi aprovado na Câmara no contexto, quer dizer, no corpo da lei que criou o serviço nacional de proteção à testemunha.

A.S. – Eu queria voltar um pouquinho para a questão da Lei de Anistia. Há uma associação possível de ser feita, – até porque depois ela foi replicada –, entre a ideia de anistia e os princípios de pacificação e de reconciliação nacional. Esses eram princípios que estavam previstos ou pensados, ou sendo debatidos no âmbito ainda dessa luta pela anistia, antes mesmo da sua edição?

J.G. – Olha, eu acho que, do ponto de vista cronológico, eu acho pouco provável. Eu acho que começou-se, através da ideia da anistia, a pensar-se que, digamos, era possível um país democrático em que aqueles que tinham sido exilados voltassem e até voltassem a poder fazer política, etc. Quer dizer, eu acho que essas coisas de identificar um momento seminal das ideias e valores não é fácil, porque não tem uma solenidade para marcar isso, não tem cronômetro para dizer “foi a tantas horas e aos tantos minutos”, etc. Mas de uma maneira geral, eu acho que essa ideia da anistia, tendo em vista o momento em que ela veio e ainda era o regime militar, ainda tinha um chefe poderoso, do ponto de vista de cadeia de comando... Quer dizer, reconduziu a ideia de que aqueles que tinham sido alijados e em uma época foram totalmente não só deslembados, mas humilhados e tornados como réus de um

crime de lesa à majestade, de lesa à pátria, etc. Quer dizer, eu acho que recolocou a ideia de que o Brasil é maior do que uma fase política e eu atribuo à anistia um grande fator colaborador da redemocratização brasileira que, felizmente, até agora, tem se inclinado mais em uma vertente pluralista do que em uma vertente discriminadora. Quer dizer, realmente, eu estive presente à chegada de ex-exilados. Vou me lembrar de três. Do governador Arraes, do Márcio Moreira Alves e do Almino Afonso. Quer dizer, eu me lembro que eles ainda tinham que passar por algumas obrigações de natureza burocrática pelo fato de serem ex-exilados. O mal-estar daqueles que representavam o Estado ou a ordem estabelecida nos moldes ainda do regime militar de terem que aceitá-los de volta. Quer dizer, nenhum foi humilhado, não foi, digamos, ofendido, mas a Comissão Justiça e Paz foi chamada para estar presente na chegada deles e nas três chegadas eu vi o quanto era doído para o regime aceitá-los de volta. Então, acho que nesse sentido a Lei da Anistia não deixou de ser um marco importante, não o único. Se foi o principal ou não aí já é uma coisa um pouco subjetiva, mas foi um marco importante na redemocratização brasileira, que felizmente, na sua essência é uma redemocratização pluralista.

D.P. – Quer falar um pouquinho do MDB? Você candidato... Esse assunto da Comissão de Mortos e Desaparecidos, da lei, isso vai ser uma longa história. Então, acho que a gente podia, talvez, aproveitar esse tempinho aqui e falar sobre você eleito deputado estadual em 1982. Governo Figueiredo, na eleição do Montoro. Enfim, foi o momento que teve eleição direta para governo de estado. Momento que o MDB está naquela sua pujança. Como é que foi a decisão da sua candidatura? Você que sempre foi um pouco avesso a essa vida mais partidária. Foi uma decisão pessoal? Foi uma decisão do grupo? Foi o que?

A.S. – E antes disso teve a fundação do PMDB também, não é?

D.P. – Não, não. Ele está tentando o MDB. Setenta e nove, a gente está falando de 1979.

J.G. – O PMDB ainda virá. Ainda é MDB.

D.P. – Não, desculpe. A Angela tem razão. PMDB é fundado em 1979 e você é eleito deputado estadual em 1982. É PMDB.

J.G. – É PMDB?

D.P. – É PMDB. Em 1979 tem a reforma partidária, tem a anistia. Tem duas coisas muito importantes no Brasil. A anistia e a reforma partidária. O PT recém-formado, Brizola formando o PDT¹⁸, o regime impedindo o MDB de continuar, então o pessoal monta aquela estratégia, forma o PMDB.

A.S. – A extinção do bipartidarismo.

D.P. – A extinção do bipartidarismo e [inaudível] o PMDB. Então, quase que naturalmente, as pessoas que eram do MDB entraram para o PMDB. Você deve ter entrado nesse processo. No meu caso, pelo menos, eu acho que nem fazia nova filiação. Não lembro muito bem, mas foi uma coisa quase automática. Mas, enfim, já é o PMDB, 1982, a primeira eleição direta para governador. Brizola candidato aqui no Rio, Montoro em São Paulo, Tancredo em Minas, Marcos Freire, que é derrotado, que ia ser uma vitória, todo mundo contando lá em Pernambuco, mas é derrotado pelo [inaudível]. Enfim, é um momento de muita animação do quadro político. E aí como é que é a sua candidatura pelo PMDB a deputado estadual em 1982?

J.G. – O que houve foi o seguinte. Eu tinha ganhado uma certa notoriedade pela atuação na Comissão Justiça e Paz e surgiu uma possibilidade de um acordo do meu grupo, o grupo que tinha lançado a candidatura, ou quase anti-candidatura do Fernando Henrique quatro anos antes e que tinha perdido para o Montoro, que era o candidato favorito. Quatro anos depois, no meio desses quatro anos, se fez um acordo. O grupo do Fernando Henrique, vamos dizer assim, – do qual eu fazia parte, Maria Helena também, – se aliou ao grupo do Montoro e criou-se um escritório, do qual Maria Helena fazia parte como representante do grupo Fernando Henrique.

D.P. – Qual é a diferença entre esses dois grupos? Era uma sutileza, era o que? Porque todos estavam no PMDB.

J.G. – É, mas o problema é o seguinte: a diferença era um pouco ideológica. Esse grupo que se reuniu em torno do Fernando Henrique quis, um pouco antes de criar a candidatura, ou anti-candidatura do Fernando Henrique por uma coisa que existia na época, que era sublegenda. Hoje desapareceu, mas naquele tempo existia sublegenda. Um pouco antes quis

¹⁸ Partido Democrático Trabalhista

fundar o partido socialista. A gente chegou a se reunir, até uma vez em um fim de semana prolongado, em uma chácara, que o Plínio de Arruda Sampaio conseguiu, que era de propriedade da Cúria. Quer dizer que a Igreja também não deixou de ter uma certa participação, ou cumplicidade na nossa vida político-partidária.

D.P. – Fala um pouco dessa reunião.

J.G. – Essa reunião foi uma reunião interessante, porque basicamente de intelectuais.

D.P. – O Plínio estava também?

J.G. – O Plínio de Arruda Sampaio arrumou o espaço. O Fernando Henrique certamente. O Almino Afonso certamente. A Ruth Cardoso certamente. O Zé Gregori, o Chico de Oliveira certamente. Falou para burro. Sempre brilhante. O [inaudível]. Quer dizer, intelectuais...

D.P. – O Chico [inaudível] era desse grupo? Entra depois um pouco, não é?

J.G. – É, o Chico entra depois. Nesse grupo exatamente o Chico acho que ainda não estava. Mas eu sei que com muita erudição em discussões inesquecíveis, do ponto de vista acadêmico, a gente passou um fim de semana e eu acho que era em Imbu, em uma fazendinha, um sítio, discutindo. E depois veio também o Mário Covas. Mário Covas fazia parte também desse grupo. Mas a verdade é a seguinte: embora a gente tivesse concensado algumas ideias, mesmo com tanta gente tão erudita, na verdade, na prática, existia uma legislação para não se criar partido político. Então as dificuldades eram intransponíveis. Mas, de qualquer maneira, a ideia de ter um grupo que refletisse uma nova democracia e que essa nova democracia tinha que ter um sopro socialista... Quer dizer, o herói dessas noites, em grande parte, era o Foucault. Eu me lembro da Ruth falando no Foucault e ao mesmo tempo se falava muito em Mitterrand. Ao mesmo tempo se falava de um outro, que foi muito amigo deles, que ainda é vivo hoje, que foi um homem importante em 1968. [inaudível]. Eu sei que foi uma delícia de fim de semana. Mas uma coisa de intelectuais para intelectuais. Quer dizer, se houvesse hoje seria possível até sair um partido político, mas naquela época, toda a legislação era no sentido de dificultar, tornar impossível. Mas houve alguns consensos. Muita discussão, muita...

D.P. – Isso foi depois que o Montoro foi eleito senador, ou foi nesse bojo aí? Setenta e quatro ainda?

J.G. – Não. O Montoro é apenas favorito. Já é candidato, mas não é o senador. É uma tentativa de nós nos lançarmos à política através de um partido político. Não conseguimos. Então pensamos em aproveitar a sublegenda e aí é que nasceu a possibilidade de termos um candidato na sublegenda, que era meio um partido dentro do partido. Para responder à sua pergunta, a sutileza da diferença desse grupo, vamos dizer Fernando Henrique com o grupo Montoro. Era um pouco de estágio. O Montoro ainda estava no estágio [inaudível]. Nós já estávamos no estágio [inaudível]. O Montoro ainda estava no estágio Emmanuel Mounier. Nós já estávamos nos [padres]¹⁹ operários. Quer dizer, o Montoro estaria no estágio Dom Agnelo Rossi. Nós estávamos no Helder Câmara. E assim pequenas coisas fizeram com que a gente preferisse um caminho próprio, que foi diferente do Montoro, mas muito civilizado, do ponto de vista de que não houve nenhum atrito maior. O Montoro foi eleito, como se previa, nós fizemos uma boniteza de conseguirmos o segundo lugar e a suplência para o Fernando Henrique.

D.P. – Mas ainda voltando para a reunião, esse é o momento que está surgindo o ABC. O ABC, a figura do Lula. Vocês analisaram nessa reunião, por exemplo, esse surgimento desse... Porque ainda não tem o PT, mas já está o embrião ali.

J.G. – Não tem o PT, mas tem a nossa convivência, que foi diferente da convivência dos motoristas, nas greves do ABC. Nós fomos muito... A Comissão Justiça e Paz teve muito a ver com as greves do ABC. Primeiro em campanhas solidárias, da qual se destacou a Maria Helena Gregori, porque ela deu a ideia de levarmos medicamentos para os grevistas. Depois apareceu uma ideia, que eu acho que foi da Rhada Abramo, mulher desse Cláudio Abramo, desse jornalista, de levarmos também mantimentos em uma liga solidária aos grevistas, que na realidade a gente não falava grevistas, para não assustar. Nós falávamos do novo sindicalismo do ABC, etc. E, por outro lado, nós íamos, como eu disse: “Farda respeita farda. Como nós não usamos farda, nós vamos de gravata e bem vestidos. Vamos ficar ente os operários e a Polícia de Choque. Eu acho que vai ser um bom colchão de isolamento.” Então durante dias e dias e dias, eu, Zé Carlos Dias, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Escobar,

¹⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

fomos para São Bernardo e ficamos nessa posição. E o comandante, que era um coronel do Exército, só ficava nos olhando e, realmente, ele deu ordem para às vezes a Polícia de Choque agir, mas sempre levou em conta esse colchão de isolamento que nós representávamos. Isso nos aproximou muito do Lula e dos sindicalistas que, naquele tempo, estavam em volta do Lula. O Lula era o presidente do sindicato do ABC. Mas houve uma intervenção. O general Figueiredo, através do ministro do trabalho, interveio no sindicato e destituiu o Lula. E o dia que os interventores foram lá foi muito trabalho nosso, dessa turma de gravata e blazer, fazer com que os interventores pudessem ter entrado no sindicato, saído dos seus cargos oficiais e entrado lá sem uma luta. Teria sido terrível. Em cima, para proteger os interventores e tal. Seguramente aí o coronel teria liberado a Polícia de Choque. Fazia parte também desse grupo o ex-ministro Almir Pazzianoto, que naquele tempo era o advogado do sindicato do Lula. E nós passamos uma noite de plantão, porque não ficou claro a que horas iam chegar os interventores. Poderiam chegar a qualquer hora. Então como podiam chegar também de madrugada e tal, a deliberação nossa e dos sindicalistas do Lula, inclusive do Lula, era nós ficarmos em vigília. Eu sempre brinco com o Lula, digo: “Nós passamos acordados uma noite. Pelo menos uma noite.” E ficamos lá no sindicato sem dormir, cochilando às vezes, mas com plantão, à espera dos interventores, que na realidade só chegaram às 7h da manhã e aí foi todo um trabalho. Estava também presente o ex-deputado Flavio Bierrenbach.

A.S. – Muito obrigada.

D.P. – Obrigada, Gregori.

J.G. – Eu é que agradeço.

[FINAL DA 2ª ENTREVISTA]

3ª Entrevista: 02.06.2016

D.P. – Depois de quase um ano, vamos retomar nossa conversa, voltando para o ponto onde a gente tinha parado. A gente estava discutindo a Lei da Anistia, a redemocratização do país... Então, a gente queria que você falasse um pouquinho desse processo. Porque a própria lei –

quer dizer, todo o debate em torno da lei –, ela ficou mal discutida, aqui. Ficou... A gente... Você falou da aprovação da lei, mas foi um embate grande na sociedade, que se arrasta até hoje.

J.G. – Até hoje.

D.P. – Então, a gente queria, um pouco, saber o seu ponto de vista sobre esse debate, hoje, ainda, na sociedade, também. Quer dizer, retomando, lá em 1979, e a repercussão, ainda hoje, dessa discussão.

J.G. – Bom, fazendo uma lembrança, que talvez seja repetitiva do que eu já tenha dito, eu acho que a anistia foi um instrumento muito valioso na chamada democratização ou redemocratização do Brasil. E ela foi um processo, quer dizer, não foi uma coisa de um dia para outro, nem foi fruto de uma campanha só. Foi uma coisa muito disseminada. Mas eu acho que, na hora em que se vê, na perspectiva de história, é justo reconhecer, por exemplo, o trabalho da Therezinha Zerbini, que morreu acho que exatamente nesse nosso intervalo de depoimento. Porque ela tinha sofrido os rigores do regime militar arbitrário, porque era esposa de um general que foi fiel ao ex-presidente João Goulart até o último minuto. E ela tinha ideia que, na época, consideravam ideias avançadas e, naquele tempo, foi um tempo todo costurado na base do anticomunismo, ainda como resquício da Guerra Fria. Mas lembro que ela foi perseguida, foi presa e, como dona de casa e tal, de repente, ela começou a falar em anistia. Que, naquele tempo, era uma coisa ainda muito pouco discutida e tal. Então, a primeira fase de quem se engajou nessa luta, como aconteceu honestamente comigo, era explicar o que é anistia, porque as pessoas não tinham muita ideia do que era anistia. E, com isto e com essa persistência da Therezinha Zerbini, a gente conseguiu, logo depois, com a volta do movimento estudantil para as ruas – o movimento estudantil, no Brasil, pelo menos era, não sei se ainda persiste, mas era um pouco cíclico: de repente, os estudantes ganhavam militância, esta militância os levava para a rua, e, na rua, tinha embates, se fosse necessário, com a polícia, com a segurança; e, de repente, tinha fases em que, realmente, você, sobre os temas, tinha participação de todos, mas não tinha nenhum representante da juventude estudantil. Então, coincidiu que quando a Therezinha levantou, eu acho que pioneiramente, a ideia da anistia, estava começando um ciclo de presença estudantil, e ela aproveitou muito

bem, com boa oportunidade – ia a toda assembleia estudantil etc., já senhora, e, uma determinada hora, pedia a palavra e *pumba!*, trazia o negócio de anistia etc. E como era um tema, para aquela geração, praticamente inédito, tinha que explicar tecnicamente do que se tratava e tal. Aí, eu entrava como coadjuvante. Quer dizer, a Therezinha Zerbini fazia a apresentação do tema, o pedido de adesão à causa etc., e eu entrava para explicar o que é anistia etc. Eu sei que isto teve grande repercussão num ritmo vagaroso. É coisa de mais de dois ou três anos entre, digamos, o grito inicial e até isso ficar maduro para o próprio regime ter que aceitar, e uma das últimas versões do projeto veio dos escaninhos oficiais. Mas, de qualquer maneira, foi, na época, um elemento mobilizador. Quer dizer, porque, aqui – aqui, eu digo, Rio de Janeiro –, o movimento foi muito ativo; tinha uma militante que eu tenho o maior respeito – o nome me foge, mas ela tinha um defeito na pele...

D.P. – Eny Moreira.

J.G. – Eny Moreira.

D.P. – Advogada, não é?

J.G. – É. Advogada, militante... Se dedicou de corpo e alma.

D.P. – É, tinha duas mulheres, ali, muito importantes, eram ela e Iramaia Benjamim, que era mãe de dois ex-presos políticos, e elas disputavam, lá...

J.G. – No Rio, foi muito ativo, muito participante, e vejo tanto a...

D.P. – É que aqui foi criado o CBA, não é? Comitê Brasileiro pela Anistia. E o senhor está, nessa época, na Comissão de Justiça e Paz, de novo como presidente, ainda, não é?

J.G. – É. Aí, eu fiz a ponte com a Comissão de Justiça e Paz, porque Dom Paulo, que era, assim, da Comissão de Justiça e Paz, aderiu, também, ao tema da anistia. Eu até mesmo fiquei um pouco marcado por esta fase. Porque ela foi mobilizadora num sentido de se criarem n comitês de anistia pelo Brasil – eu acho que o mais ativo foi, realmente, o do Rio

de Janeiro – e isto implicava em ida física, na altura que era necessário fundar o comitê de anistia etc. E a palavra que passou, na época, como mensagem central era o problema das raízes gregas e romanas da anistia, que era uma coisa que sepultava o passado, começava uma vida nova etc. Era uma coisa geral e irrestrita. Porque tinha muita gente que era contra a anistia, mas não era totalmente contra, desde que ela não beneficiasse tal categoria, tal tipo de ação política. Então, nós, que éramos do comitê, dizíamos: “Não, ela tem que ser geral e irrestrita”. Quer dizer, ela tem que beneficiar a todos. De maneira que foi, sem dúvida, um dos ingredientes da construção democrática e esteve presente na constituinte e esteve presente nesse debate, que, você diz bem, ainda não terminou, sobre o problema de se foram beneficiados pela anistia, também, aqueles que, em nome do Estado que vigorava naquela época, também, feriram os direitos humanos com tortura, com violência etc. Eu acho, sem dúvida, que à medida em que o tempo vai passando e houve... um tipo de restrição a que a anistia também seja excepcionada aos, digamos assim, que foram mais violentos em defesa do regime militar... Na medida em que o tempo vai passando, eu acho que, [julgando]²⁰ o debate que foi suscitado pela Comissão da Verdade, eu acho que ele vem esmaecendo, no sentido de que aquelas razões mais históricas vão mudando de ângulo de visão, de perspectiva etc., e acho que é possível que, numa revisão do Supremo Tribunal – porque o Supremo entrou nesse debate e proclamou uma decisão pela qual a Lei de Anistia não se aplicava a um determinado setor – que era irrestrita etc. – eu, hoje em dia, depois da Comissão da Verdade, acho que é possível que, depois de um reexame judicial, traga uma outra visão. É claro que eu acho que a punição daqueles que recorreram à violência, sobretudo ao que corporifica mais a violência, que é o problema da tortura, que era sistêmica... Eu acho que já puniu os torturadores. É a minha convicção. Eu não tenho dados estatísticos, mas algumas informações que nenhum torturador que tenha, realmente, responsabilidade pela tortura teve algum tipo de reação da sociedade brasileira que não fosse de repúdio. No governo Fernando Henrique, do qual eu fiz parte, surgiu, uma vez ou outra – poucas vezes, mas surgiu –, o problema de que tal diplomata tinha envolvimento com a tortura ou tal funcionário da Polícia Federal tinha envolvimento com a tortura ou mesmo algum militar tinha algum envolvimento com a tortura. Os poucos casos denunciados foram imediatamente objeto de atitude do governo num sentido de excluir, se fosse militar, do lugar em que ele estivesse servindo, se fosse policial... E, uma vez, sucedeu que eu fui o

20 Termo mais aproximado do que foi possível ouvir.

instrumento, porque um diretor da Polícia Federal que eu tinha nomeado, como ministro da Justiça, num desdobramento dos poderes constitucionais que eu tinha – chefiar a Polícia Federal –, teve envolvimento, na fase em que ele era apenas delegado etc., com uma história mal contada de tortura numa cidade do interior de São Paulo. E ele negava completamente etc., e negou isso até dramaticamente, no meu gabinete. Chegou às lágrimas etc. Mas tinha um ponto de dúvida. Eu digo: “Olha, este é um assunto em que não pode haver dúvida, de maneira que você foi nomeado uma semana atrás e vai ser, a partir deste momento, *desnomeado*, porque é ponto de honra do governo Fernando Henrique não tolerar nenhum tipo de envolvimento com a tortura”. E, logo em seguida, nós conseguimos, com a ajuda do Hélio Bicudo, que era, na época, deputado pelo PT, o que teria facilitado a minha *desnomeação*, porque quando eu *desnomeei*, ainda não tinha configurado na lei brasileira o crime de tortura. Quer dizer, quando havia a tortura policial, que, infelizmente, ainda se tem notícia de que persiste – felizmente, a tortura política terminou, mas a policial ainda tem que ser extinta, no Brasil, mas não foi –, se recorria a um problema de... a figura do direito penal dos ferimentos seguidos de mortes ou ferimentos seguidos de consequências gravosas para a saúde etc. Mas foi esse caso concreto que eu vivi, tendo de *desnomear* um diretor da Polícia Federal, que apressou a pressão que o governo fez para sair a lei configuradora do crime de tortura, que existe até hoje.

D.P. – Mas você... Só pegando os dias de hoje, por exemplo, quando o Bolsonaro²¹, no dia do julgamento do impeachment na Câmara, faz aquela declaração célebre homenageando o Ustra – o Brilhante Ustra²², um dos maiores torturadores do Brasil –, o senhor não acha que isto tem a ver com essa impunidade – a sociedade, eu sei que não tem uma sensibilidade para isto – mas essa impunidade com que os torturadores ficaram na sociedade brasileira ao ponto de, na casa do povo, um parlamentar fazer apologia de um torturador? O senhor não acha que isto é uma coisa muito grave? O senhor tem conhecimento do episódio, não é?

J.G. – Tenho. Na hora em que ele fez a declaração de voto, não é?

21 Jair Bolsonaro (PSC-RJ), deputado federal em 2016. Hoje, Presidente da República (sem partido).

22 Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI do Segundo Exército de 1970 a 1974, homenageado por Jair Bolsonaro por ter participado da tortura da presidente Dilma Rousseff.

D.P. – É. Ele faz uma homenagem ao Brilhante Ustra.

J.G. – Olha, em relação à figura mencionada, eu não excluo nenhum tipo de comportamento, porque, realmente, é uma figura que, uma vez, em plena sessão da Câmara, disse que um dos erros da Comissão foi não ter fuzilado o José Gregori e o Fernando Henrique Cardoso. Quer dizer, portanto, é um tipo que nós não podemos levar a sério num sentido de responsabilização etc. De maneira que... É claro que foi grave, que ele continua Deputado ou Senador...

A.S. – Ele é Deputado Federal.

J.G. – Deputado.

D.P. – Pelo nosso estado, ainda.

J.G. – Fazendo até prole, porque parece que o...

D.P. – É, já tem um filho...

J.G. – Um filho que está na...

D.P. – Foi, agora, patrono de turma, aqui, na universidade de Campos²³.

J.G. – É claro que foi uma coisa grave. Se eu fosse deputado, eu me alinharia entre aqueles que poderiam, pelo menos, tentar cassar o mandato por ofensa ao decoro. Quer dizer, é um tipo de indução à violência numa época democrática, portanto deve ter base legal ou regimental para, pelo menos, tentar a cassação do mandato. Mas o repúdio que a declaração... Mesmo em se tratando de uma pessoa, digamos assim, carimbada pela sua absoluta impropriedade em relação a muitos assuntos etc., o repúdio foi muito grande. Quer dizer, eu acho que a tortura já é uma coisa que a sociedade brasileira tem como repugnante. E isto, pelas informações que a gente tem, alcançou aqueles que eventualmente foram ou

23 Referência a homenagem feita ao político por alunos da Faculdade de Medicina de Campos.

nominados, ou indicados, ou suspeitados como tendo envolvimento direto com a tortura. Quer dizer, eu não conheço nenhuma biografia de político pós-Constituinte, Constituição de 1988 etc., que tenha andado longe ou andado incólume uma vez apontado como responsável ou, pelo menos, ligado à tortura. Mesmo o mais notório, que é o coronel Ustra, ele foi objeto de algumas ações que não prosperaram, do ponto de vista técnico, porque colidiam com a decisão do Supremo. Mas, de qualquer maneira, salvo aqueles que são cúmplices de alma ou de responsabilidade no que ele tenha feito, o repúdio à figura é total. Quer dizer, sempre que surge o nome dele – mesmo agora, quando ele é, já... se eu não me engano, morreu ano passado ou dois anos atrás... Quer dizer, eu acho que, embora não tenha havido um tipo de punição institucionalizada, a minha convicção é de que a tortura foi totalmente rechaçada pela sociedade brasileira. E, hoje, quando, nestes dias em que nós estamos prestando depoimento, surge um outro tema que merece, também, virar uma coisa que ganhe a repugnância da sociedade, é o problema do estupro, a tortura, já, digamos, ela, se se pode usar a figura... quer dizer, cristalizou-se numa coisa repugnante. Unanimemente repugnante pela sociedade brasileira. O que ainda não acontece com o estupro, mas eu tenho a convicção de que, com esse caso, independentemente de ser um caso x ou y, onde protestos que está levantando vai fazer com que o estupro mude de plano em relação ao nível de aceitação pela sociedade brasileira.

D.P. – O problema é que – várias pesquisas até mostram isto –, em relação aos direitos humanos, a população brasileira ainda, digamos, tem uma percepção muito frágil. Eu tenho uma certa discordância, assim, do que o senhor entendeu. Eu acho que... Algumas pesquisas, por exemplo, quando se pergunta sobre se deve recorrer à violência para obter confissão de presos, uma parte expressiva acha que sim. Eu tenho uma discordância. Eu acho que... Claro, assino embaixo do que você está falando, eu acho que para um setor grande da população é isso, mas tem outra certa população que não tem essa percepção e daí que, mesmo o Bolsonaro sendo essa figura horrorosa, ele se permitir dizer uma aberração dessas, ou até os torturadores, mesmo, na Comissão da Verdade, vários deles terem declarado em público que fizeram e que fariam de novo. Então, a minha... Então, [o negócio]²⁴ é o seguinte: se a gente tivesse tido uma postura mais radical com relação à tortura – dizendo que é um crime

24 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

inafiançável e imprescritível, que as pessoas que cometeram este crime teriam que ter, enfim, tido algum tipo de pena...

A.S. – Ser responsabilizadas.

D.P. – Ser responsabilizadas. Nem que fosse entregar uma cesta básica, mas, enfim, serem taxadas como tal, eu não sei se a sociedade brasileira, hoje, estaria num patamar mais importante do ponto de vista dos direitos humanos, mais envolvida com este debate, menos... Entendeu? É claro que eu concordo com o senhor, mas eu acho que a população, digamos assim, uma parte esclarecida, da intelectualidade... Mas tem uma parte ainda grande que aceita e naturalizou isso. E eu acho que esse debate tem a ver, quer dizer, essas duas coisas... Não sei se a Ângela quer completar...

A.S. – É, na verdade, eu gostaria de fazer uma pergunta um pouco neste sentido, também, porque o texto, em si, da Lei de Anistia, em nenhum momento ele deixa claro que a anistia também deveria beneficiar os violadores de direitos humanos. Não tem este tipo de assertiva. No entanto, ela foi estendida a essas pessoas e, durante um tempo, que, assim, surge uma teoria de dois lados, que é uma teoria com a qual a gente não trabalha, de uma anistia que teria beneficiado os dois lados; e a minha pergunta é no sentido de conhecer a sua opinião sobre por que é que, já nesse momento, essa foi uma interpretação válida, que, depois, em 2010, o STF vai confirmar.

J.G. – Aí, do ponto de vista de, digamos assim, datar esse tipo de sentimento de aplicação da anistia, foi, um pouco, consequência de como a anistia como tema e como causa percorreu o Brasil. Como sempre, uma coisa que vinha por uma pedra em cima de uma determinada fase histórica. Aí, foi muito o que ocorreu. Em segundo lugar, porque houve violência não-exclusiva. Quer dizer, houve momentos em que a reação ao regime militar penetrou pelo território da violência, também. Então, havia sempre essa preocupação de que uma pedra em cima estabeleceria uma espécie de consenso nacional em torno do apaziguamento dos espíritos e isto seria uma coisa mais útil para a redemocratização. De maneira que, datando isso, por que é que, na época, não houve um rechaço a ideias que estão, hoje, como eu disse, principalmente na Comissão da Verdade, sendo mais aceitas do que antigamente. Inclusive...

É a minha opinião. Quer dizer, eu tenho a impressão, hoje, de que o Supremo, talvez, tenha, mais dia, menos dia, a oportunidade de rejulgar, reexaminar, à luz de uma outra perspectiva histórica e, de repente, cobrar algum tipo de tratamento diferenciado em relação à Lei de Anistia de quem tenha torturado e quem não tenha torturado. Eu acho que é uma... Hoje, a Comissão da Verdade, para mim, foi muito forte no sentido de rever uma porção de coisa. E não vou dizer numa mesa que tem historiadoras que eu respeito o quanto o tempo vai influenciando na questão das coisas serem vistas de maneira diferente do que foram exatamente, no momento em que desabrocharam como fatos.

A.S. – E, como o senhor tocou na importância da Comissão Nacional da Verdade, eu vou pular, e, depois, a gente volta um pouquinho no tempo. A importância da Comissão Nacional da Verdade, das Comissões da Verdade estaduais, universitárias, sindicais... Houve, realmente, um processo de expansão e de reconhecimento da necessidade de criação das Comissões da Verdade. A Nacional, ela termina os seus trabalhos e entrega o seu relatório final em dezembro de 2014. O senhor acha que, de lá para cá, entre o fim dos trabalhos da Comissão da Verdade e a conjuntura atual, esse trabalho repercutiu na sociedade brasileira? Inclusive no sentido de trazer a questão dos direitos humanos para uma agenda nacional. O senhor que foi secretário de Direitos Humanos, o senhor acha que este é um tema que a sociedade brasileira considera importante como um todo ou é um tema que não... que fica relegado a uma discussão mais geral?

J.G. – Eu acho que influiu pouco. Aí, talvez tenha sido uma... uma deficiência técnica de que, depois da Comissão da Verdade, que se desincumbiu... dentro das dificuldades etc., acho que se desincumbiu bem. Eu seria a última pessoa a fazer críticas aos integrantes da Comissão da Verdade etc.. Mas deveria se ter instituído uma outra comissão, a Comissão do Relatório. Porque foi proposto, lá, algumas coisas que tinham que acontecer. Quer dizer, não foi só uma evocação de um passado que ficou mais claro em razão dos trabalhos da Comissão da Verdade. Também foram propostas algumas coisas e... que, sem essa constituição de uma outra comissão de execução, digamos assim, ou de implementação do que foi proposto, ficou muito no arquivo, à espera de pesquisadores. Quer dizer, eu acho que teve pouca dinâmica, no sentido de influir. É claro que para as pessoas mais diretamente ligadas, influiu... No meu sentido, por exemplo: eu era convictamente contra qualquer tipo de modificação na Lei de

Anistia; hoje, eu sou uma pessoa que acha que uma revisão que venha de uma decisão judicial que implique na contrariedade, que implique na possibilidade de que seja uma decisão mais histórica do que propriamente de ajuste de contas de um setor contra outro setor, eu acho que é uma coisa que eu espero, até, que aconteça. Não é só uma coisa que eu acho desejável, mas eu acho que até, mais dia, menos dia... Os problemas brasileiros são tantos. A conjuntura está tão cheia de problemas que tem que resolver de hoje para amanhã que esses temas vão sendo relegados a um outro momento. Mas eu acho que, nesse sentido, a Comissão da Verdade influenciou, para as pessoas mais diretamente envolvidas no tema e que seguiram ou acompanharam os trabalhos e leram o relatório. Mas com concordo com você que, do ponto de vista da sociedade brasileira e dos direitos humanos como esse tema que, permanentemente, nós temos que alargar e estender para a sociedade etc., influenciou pouco.

A.S. – E o senhor acha que essa modificação de interpretação, de alcance, com relação à Lei de Anistia, ela necessariamente deve passar por uma via judicial? Ela não poderia passar, por exemplo, por uma via legislativa? Se tem um senador... O Randolfe Rodrigues²⁵, ele apresentou um projeto de lei de revisão da Lei de Anistia, de revisão do sentido de crime conexo, presente na Lei de Anistia. O senhor acha que, necessariamente, precisa passar por esse processo de judicialização dessa interpretação, ou há outros caminhos? A discussão da sociedade civil, o caminho legislativo...

J.G. – Olha, eu, no momento, para essas questões de alta... que a gente chama, tecnicamente, de alta indagação jurídica, eu estou preferindo o judiciário. Deus queira que este meu entusiasmo não esmoreça (riso) daqui por diante.

A.S. – O que é alta indagação jurídica?

J.G. – São problemas de muita complexidade. Entendeu? Quer dizer, vários ângulos para serem examinados, e um tipo de olhar que, digamos assim, se desapaixone de qualquer interferência partidária e mesmo de qualquer predomínio que um setor possa ter sobre o outro na sociedade. Isto, em tese, é o que se deseja do judiciário. Então, eu acho que essa questão, pela delicadeza e complexidade que ela tem, eu prefiro que, com a tradição que ela ganhou

25 Senador pelo PSOL-AP de 2011 a 2015 e pela Rede-AP a partir de 2015.

com o julgamento do Supremo, eu preferia que fosse o próprio Supremo que rejudicasse. Que, agora, inclusive, tem novos juízes, a época é diferente, houve, como eu disse e repito, o marco da Comissão da Verdade... Mais tempo decorrido, também, nessas questões, é importante. Então, eu acho que seria mais adequado para o tipo de questão que o poder que julgou o alcance da anistia para um determinado nível e não tem condições, segundo o julgamento, de ultrapassar esse nível reexaminasse para saber se esse nível ainda deve ser mantido ou se a Lei de Anistia está beneficiando mais gente do que deveria beneficiar. Eu prefiro isto. Não sei se é um olhar, assim, um pouco contaminado por uma conjuntura difícil, que nós estamos vivendo, porque o ideal é que a gente pudesse prestar esses depoimentos que vocês conduzem tão bem, do ponto de vista histórico – a gente estabelecesse uma espécie de vácuo da conjuntura que nos envolve. Como não é, a gente está muito premido pelo que tem acontecido, sobretudo nestes últimos oito meses, no Brasil etc. e tal, de maneira que eu não vejo que a Câmara atual – considerando o Congresso, quer dizer, incluindo Câmara e Senado – tenha uma visão mais adequada, mais técnica do que deve ser um bom julgamento numa revisão dessas, da Lei de Anistia. Eu acho que o Congresso não teria a menor possibilidade de atuação do que o judiciário.

D.P. – Que bom, não é? Quer dizer que os trabalhos da Comissão da Verdade, pelo menos, deram... coisas importantes...

J.G. – [É nobre.]²⁶

D.P. – Não, até este seu depoimento, eu acho que é muito bom, dizendo... O senhor mudou a percepção sobre uma possível revisão da Lei de Anistia, a partir desses trabalhos da Comissão da Verdade. Então, vamos voltar, agora, para os anos 1970, final dos anos 1970. Aquele projeto *Brasil: Nunca Mais*²⁷, que foi de uma extrema importância, e que ele foi, no

²⁶ Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

²⁷ Projeto realizado pelo então Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor James Wright, além de uma extensa equipe, entre 1979 e 1985, de documentação de processos do Supremo Tribunal Militar e identificação de atos de tortura e assassinato de presos políticos durante a ditadura. Reunido em livro de mesmo nome lançado em 1985 pela Editora Vozes.

início, um projeto sigiloso, que envolveu Dom Evaristo Arns, alguns advogados, o [Paulo]²⁸ Wright... O senhor tomou conhecimento, na época, deste projeto, ou só depois?

J.G. – Não, na época, eu tomei conhecimento. E eu fazia parte da Comissão de Justiça e Paz e tal, que foi um elemento alimentador da... Porque muito das queixas e denúncias e notícias do crime e tal chegou via Comissão de Justiça e Paz. Talvez eu já tenha me referido, mas agora eu repito, que, depois de 1964, de repente, começaram a chegar notícias de tortura. E, naquela época, ainda não tinha nada institucionalizado que se encarregasse dessa verificação. Então, houve um... um juntar de amigos, digamos assim, para fazer uma espécie de bolsa de notícias. E este grupo se reunia em casa – no começo, mal acreditando, porque, realmente, a nossa geração tinha desconhecido a violência política nesses termos. E nós somos pós a ditadura do Getúlio Vargas. Quer dizer, nós somos frutos, na adolescência, da democracia que vigorou no Brasil sob a égide da constituição de 1946. E, realmente, não tínhamos dúvida a respeito das características do golpe militar etc., mas sempre há uma descrença de que uma atividade política etc. leve a esse extremo. Tanto que, nas primeiras notícias, a gente... “Mas será que...” – “Não, mas, olha, os elementos, os indícios são muito fortes e tal.” De repente, outro tinha ouvido de outro lugar e tal. Então, a gente fez um grupinho, que era o Fábio Comparato, o Celso Lafer, que estava no Brasil, neste época, a Betty Lafer, com quem ele era casado, na época, o José Carlos Dias, um menino que, depois, foi para a França e foi muitos anos locutor da Pan-americana, da Jovem Pan, em Paris, o Elpidio Reali Jr., o Roberto Macedo, que é um economista que, hoje, escreve artigos no Estado²⁹. E nós... Eu disse: “Bom, uma vez por semana, vamos nos reunir, cada um traz as notícias que estão surgindo a respeito dessa violência etc.”. E uma delas, que surgiu, dizia respeito a um estudante – ou médico, isto eu já não me lembro mais – que, aqui no Rio de Janeiro, ele, judeu, teria sido executado. Esta foi a notícia mais grave desse *pool* que se formou, *ad hoc*, semanalmente, lá em casa, durante alguns meses. E isso tudo, depois de algum tempo, o Dom Paulo fundou a Comissão de Justiça e Paz. Nós passamos para a Comissão de Justiça e Paz. Depois, a Comissão de Justiça e Paz passou para o pessoal do Tortura Nunca Mais. Mas não é que há uma...

D.P. – Brasil Nunca Mais.

²⁸ A entrevistadora se confundiu com o nome do pastor James Wright.

²⁹ O entrevistado se refere ao jornal Estado de São Paulo.

J.G. – Brasil Nunca Mais.

D.P. – Uma continuidade, não é? [³⁰Vamos dizer assim.]

J.G. – Uma continuidade. Esse *pool* se desfez exatamente porque a situação foi ficando cada vez mais difícil, e o Celso Lafer, de certa maneira, saiu do Brasil com a Betty Lafer; foram estudar no estrangeiro. É claro que não foi só amor ao estudo. Foi, também, uma forma de autoexílio. O mesmo aconteceu com o Elpídio Reali. Ele foi para a França e ficou com a família na França e tal. Uma das filhas dele fez carreira artística na França etc. E ficamos eu, o José Carlos Dias e o Fábio Comparato, e os três, não por coincidência, mas como uma espécie de continuidade, foram companheiros na Comissão de Justiça e Paz.

D.P. – O senhor chegou a pensar em se autoexilar? Sair do Brasil, nessa época, com a família...

J.G. – Olha, eu fui muito aconselhado a. Porque começaram a surgir ameaças, começou a... a surgir uma situação, assim, complicada. O problema é que eu era arrimo de família do ponto de vista da minha mãe, já com mais de 70 anos etc. E eu disse: “Talvez eu possa, a pouco e pouco, ter uma atividade de bastidor aqui que será mais útil à causa democrática do que sair – você se autopreserva, mas, de certa maneira, você se autolimita do ponto de vista de ação. Então, eu vou ficar aqui e tentar ver se eu consigo, digamos assim, nadar nesse mar, mas em silêncio”. Mas, na época, houve aconselhamentos de amigos, que, inclusive, estavam no estrangeiro e tal, para que eu também saísse. Mas eu tentei um outro caminho, de ficar, e a maneira como Dom Paulo configurou a Comissão de Justiça e Paz foi uma maneira de... A gente teve muito cuidado em fazer a nossa atividade sem confronto. O confronto era a existência da Comissão. O confronto era as reuniões.

A.S. – Mas não tinha uma dinâmica de denúncia aberta.

J.G. – Mas não tinha uma dinâmica... Entendeu? Aberta.

30 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

A.S. – Internacional.

J.G. – Quer dizer, nós não *bolsonoramos* a Comissão. E nem fizemos estridência. Quer dizer, era uma maneira de agir que conseguisse resultados etc. sem entrar na ostensiva provocação etc. Mas eu não tenho dúvida, pelos poucos documentos que eu consultei, que, a partir de um determinado momento, o regime, setores do regime sabiam que nós estávamos agindo dessa maneira etc. E o meu nome sempre esteve nas listas dos militares mais radicais como um dos nomes de alguém que precisava, de uma forma ou de outra, ser silenciado. Quer dizer... Mas a verdade é que, também, a gente conseguiu um tipo de respeitabilidade social, porque a gente não denunciou nada que não fosse efetivo. Quer dizer, não fomos flagrados em nenhum tipo de... de alarme a uma coisa que não fosse realmente alarmante. Quer dizer, a nossa estatística de coisas realmente efetivas era muito grande. Quer dizer... E não aderimos a qualquer tipo de rechaço, de desforra. Tem a palavra mais exata, ou mais utilizada e tal... É o problema de... Ele não é... Quer dizer, o cara que não quer olho por olho, dente por dente.

A.S. – Não é uma lei de talião.

J.G. – Não é...?

A.S. – Não era lei de talião, não é?

J.G. – É, não é lei de talião, não é...

D.P. – Eu acho que até já passou por esta parte, mas me ocorreu de perguntar uma coisa. O senhor era amigo do Rubens Paiva? Porque foi um caso muito chocante, na época, porque foi no auge da... do endurecimento do regime, e uma pessoa que morava na Delfim Moreira, uma pessoa que não estava envolvida, digamos, com nenhuma organização de esquerda. Você tinha uma amizade com ele, assim, pessoal?

J.G. – Ele era companheiro de geração. Creio que a gente tivesse quase a mesma idade. E foi meu amigo desde as lutas acadêmicas, embora casado. Ele casou cedo com a esposa, que está ainda viva...

D.P. – Eunice.

J.G. – A Eunice. Mas ele era militante das causas estudantis. Ele fazia engenharia, eu fazia direito. Nós tivemos, em dois, pelo menos, congressos da UNE, juntos, e, depois, ele se elegeu deputado federal, e quando aconteceu, a primeira reação foi de incredibilidade. Quer dizer, por que executar o Rubens Paiva?

A.S. – Mas desde o momento da prisão ou...?

J.G. – É. No ocorrido.

A.S. – Desde o momento em que ele foi preso, foi uma...

D.P. – Quer dizer, quando o senhor soube que ele foi preso? O senhor soube logo, assim, no primeiro dia, no início, ou só soube depois? Como é que foi?

J.G. – Não. Soube, talvez, alguns dias depois. E a coisa transitava como sendo uma coisa, pelo menos, esquisita, porque ele tinha sido preso com a mulher; depois, a mulher tinha voltado, mas ele não. Onde é que está Rubens Paiva, não sei o quê? Ele tinha, ainda, pai vivo, que era um homem muito... socialmente, muito articulado, muito amigo de muita gente etc., de maneira que a noção de que pudesse ter acontecido alguma coisa fatal foi uma ficha que custou a cair.

A.S. – E vocês discutiram a situação no âmbito da Comissão, também, de Justiça e Paz?

J.G. – Não, eu acho que o caso dele foi...

D.P. – Porque a Comissão não era formada, ainda.

A.S. – Ainda, não. Mas o caso...

D.P. – Não. Nesse momento...

J.G. – Foi anterior.

A.S. – Mas o caso, ele ganha fôlego, de novo, no final da década de 1970.

D.P. – [inaudível] A Comissão foi formada em 1971. Ele é preso em janeiro de 1971.

J.G. – É.

D.P. – A Comissão é de 1972. Mas vocês já tinham esse grupo, não é?

J.G. – Sim.

D.P. – É isto que eu estou perguntando. Se foi um objeto de discussão... Porque foi um caso muito... Como você disse, demorou a cair a ficha. Mas você lembra, assim, de alguma atuação importante, nesse momento, junto a parlamentares... Porque, no MDB, tinha aquele grupinho... Por exemplo, o Fernando Lyra, que eu entrevistei, ele teve um papel muito forte nas tentativas de descobrir o Rubens Paiva. Ele foi na casa da Eunice...

J.G. – Ele já era deputado.

D.P. – Ele era deputado, na época. Fazia parte do MDB autêntico. E ele, até, no depoimento, tem uma parte muito bonita, contando que... saindo da casa da Eunice Paiva já com, digamos, a repressão um pouco atrás dele, que foi um... Ele levou tudo codificado, enfim... Mas foi um assunto, assim, de vocês... Porque deve ter sido um caso... Isto, eu imagino, [nesse meio...]³¹

J.G. – É. Foi. Foi, mas sempre veio cercado, pelo menos, no começo, de dúvida.

31 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Do que aconteceu...

J.G. – É. Incredulidade de que tivesse acontecido o pior.

D.P. – Quase inacreditável que pudessem ter matado ele, não é?

J.G. – É. Que tivesse acontecido o pior.

D.P. – Que é que vocês achavam? Que ele podia estar... Essa versão da fuga, ninguém acreditava, não é?

J.G. – Não. Inclusive, ela não surgiu contemporaneamente. Ela não surgiu de imediato. Esta foi descartada logo. Mas como o pai revelava, também, alguma esperança de que ele estivesse vivo... Quer dizer, o invólucro familiar predominou no sentido de fornecer uma réstia de esperança etc. A coisa não... Não apareceu o cadáver. Quer dizer, não apareceu a materialidade da execução. De maneira que ficou sempre uma coisa, assim, meio envolta num pouco de esperança de que ele tivesse, de repente, sido jogado para algum ponto no interior do Brasil etc.

A.S. – Esta é a crueldade do desaparecimento.

J.G. – É. Porque você não tem certeza de nada, como não tinha...

[Interrupção da gravação]

J.G. – E, realmente, só aumenta, como você falou bem, a... A coisa fica um pouco torpe. Mas, eu digo, para as providências que você possa tomar etc., isto dificulta, porque... A família envolvida, amigos envolvidos, políticos envolvidos – cada um tem uma maneira de... Como eu disse, um resto de esperança, de “talvez, a gente falando com fulano, consiga-se saber”. A conduta do ministro da Justiça, na época, professor Alfredo Buzaid, foi no sentido de não dizer a verdade. Muito difícil que ele não soubesse. Mas a notícia que se tinha é de que ele

deu esperanças numa conversa que teve com familiares do Rubens Paiva. Quer dizer, então, até se consumir a certeza de que ele realmente tinha sido executado, houve um lapso de tempo, do ponto de vista de militância, do ponto de vista de cobrança de medidas. Ficou mais difícil de unificar numa linha única. Quer dizer, não foi o caso, por exemplo, do Herzog, em que apareceu a vítima. Como suicídio. Aí, tinha que desfazer um fato, como começou a ser desfeito na hora em que o rabino não aceitou que ele fosse enterrado no cemitério israelita reservado aos suicidas. Quer dizer, então, tinha-se a materialidade de um óbito, e, então, era mais possível você trabalhar numa linha única. O negócio do Rubens Paiva, no começo, constituiu uma névoa. Sabia-se da prisão, sabia-se da devolução da mulher e da filha, mas o pai alimentava, como pai, a esperança, que, às vezes, contagiava os amigos, de que o Rubens ainda estivesse vivo.

D.P. – Não é à toa que o Paulo Malhães, aquele torturador, no depoimento que ele deu na Comissão da Verdade, ele diz uma coisa chave. Ele diz exatamente isso, não é? Dizendo: “Para nós, torturadores, era melhor desaparecer do que matar. Porque, matar, a família chora e, depois, esquece, e o desaparecimento é eterno, a dor fica para sempre”. Não é? É uma crueldade total, mas ele diz isto com todas as... Pois é. Então, foi esse um...

J.G. – É. E foi a metodologia que eles usaram no caso do Rubens. Inclusive, com a conivência do ministro da Justiça, na época. Ilustre professor de direito de São Paulo³². O nome eu já falei, não preciso repetir. Mas, eu digo, isto colaborou para esse tipo de... Que, para eles, partido da ditadura, era quase uma tática para ampliar a punição ao desgarrado ou ao opositor, mas que, na realidade, produzia efeitos. Como eles queriam, porque deixava muita gente em dúvida pela impossibilidade de aceitar que eles tivessem sido tão cruéis, porque toda notícia que a gente tinha, anterior, é que o Rubens estava trabalhando com afinco numa firma de engenharia com grandes obras, com grande atividade, porque ele era um sujeito ativo e empreendedor etc., morando numa casa no Leblon, e a família toda, diariamente, ou, pelo menos, uma vez por semana, ia à praia. Quer dizer, não se tinha notícia de que o Rubens tivesse feito alguma opção, naquele momento em que ele foi preso de contestação de qualquer forma. A campanha da anistia ainda não tinha surgido. Ou a Comissão de Justiça e Paz não tinha sido constituída ainda e tal. Foi um momento em que

32 Alfredo Buzaid foi professor da USP.

você é contra mais, digamos assim, pela sua atitude interior do que pelo que você está militando. Existe isto, também, nos processos históricos. De maneira que... “Mas como? O Rubens não estava fazendo nada que fosse diferente da grande engenharia, grande... Eu, outro dia, encontrei com ele no exterior. Ele estava comprando máquinas.” Todo mundo tinha testemunhas, tinha retalhos de uma atividade profissional intensa em engenharia que ele estivesse exercendo. De repente, recebe o castigo máximo do regime? Será que ele estava agindo clandestinamente? Mas também não era o estilo do Rubens. Ele era um sujeito muito afirmativo, assim. De maneira que foi uma coisa que foi se desdobrando aos poucos, não foi uma coisa de impacto imediato.

D.P. – Em 1979, também, quer dizer, junto com a Lei de Anistia, vem a rearticulação partidária – aquele debate grande, extinção do MDB, criação de novos partidos... O senhor faz a opção pelo PMDB? O senhor participa deste processo?

J.G. – Olha, eu fiquei na seguinte situação: eu fui para Brasília a convite do Marcos Freire para chefiar o gabinete do Marcos Freire como ministro da Reforma Agrária. E...

D.P. – É, mas isso já é depois, não é? Depois da... Isso é na Nova República, não é?

J.G. – É na Nova República.

D.P. – Eu estou falando um pouquinho antes, 1979, quando tem a rearticulação partidária, aí o MDB é extinto, a ARENA³³, e aí começa a surgir o...

J.G. – [inaudível] Criação do MDB.

D.P. – Do PMDB. Que aí tem o P na frente – PMDB. 1979. Está surgindo o PT³⁴... Está surgindo...

J.G. – PMDB. Primeiro, é PMDB. Depois, é MDB.

³³ Aliança Renovadora Nacional.

³⁴ Partido dos Trabalhadores.

D.P. – Não. Ao contrário.

J.G. – Não, é ao contrário. Primeiro, MDB. Então, está surgindo o MDB.

D.P. – PMDB, não é? Não, o MDB já foi em 1966.

A.S. – 1965.

D.P. – 1965, 1966, logo depois das eleições. Quando tem as eleições...

J.G. – Não, aí, do MDB, eu participei, porque quem esteve muito ativo na costura do MDB foi um deputado baiano, que era um grande orador, chamado Vieira de Melo. E ele fez várias reuniões, em São Paulo, de pessoas que tinham interesse de estar na oposição, e eu participei destas reuniões. Não sei se foram reuniões totalmente clandestinas, mas, de qualquer maneira, foram um pouco reservadas. Mas ele estava muito ativo, porque ia-se criar o MDB. O partido de oposição...

D.P. – É, logo no início do regime. Um ano depois.

J.G. – Os partidos tradicionais tinham sido extintos pelo...

D.P. – Em 1965, é.

A.S. – AI-2³⁵.

D.P. – O AI-2 extingue.

J.G. – Pelo AI-2. Em outubro. De mil novecentos e...?

³⁵ Ato Institucional Número 2, baixado em outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e instituiu o bipartidarismo e as eleições indiretas.

A.S. – 1965.

D.P. – Logo depois das eleições. Teve eleição. Quando o Negrão de Lima ganha no Rio de Janeiro, e o Israel Pinheiro em Minas, eles resolvem acabar com... extinguir os antigos partidos.

J.G. – Ele ganhou a eleição em outubro, e esse AI-2 é de...

A.S. – 21 de outubro de 1965.

J.G. – De outubro.

D.P. – Aí, o senhor participou dessas discussões, mas...

J.G. – Essas discussões, eu me lembro, e me lembro do destaque que tinha, na época, o trabalho desse Vieira de Melo, baiano, grande orador e que tinha sido opositor do Carlos Lacerda – porque era bom de tribuna – na época do Juscelino Kubitschek. Eu acho que o Vieira de Melo chegou até, uma época, a ser líder do partido do Kubitschek. Então, de repente... “Olha, vão constituir um partido de oposição; virá a São Paulo, para reunir pessoas que tem interesse nisso, o Vieira de Melo.” E eu fui a algumas reuniões. Uma faz reuniões, na casa de um ex-deputado federal que era ligado ao PDC³⁶, que também tinha sido extinto – todos os partidos foram extintos –, e ligado, também, ao Montoro³⁷: Teófilo Ribeiro de Andrade Filho. Foi deputado federal, pelo menos, um mandato. E tinha uma turminha que, depois, fez carreira no MDB, se candidatando a deputado e tal. Aí, saiu o MDB.

D.P. – É. Em 1979. Aí, em 1979, é a reforma partidária...

J.G. – Mas não é esta reorganização que você fala.

³⁶ Partido Democrata Cristão.

³⁷ André Franco Montoro exerceu vários cargos, entre os quais, ministro do Trabalho do presidente João Goulart.

D.P. – Não, é desta que eu estou falando.

J.G. – É desta?

D.P. – E porque, em 1979, tem duas leis, assim, que marcam um pouco o período: uma, a da Anistia, e outra que é a nova reformulação partidária. Então, eles extinguem a ARENA e o MDB, que estava se firmando na sociedade, tinha tido a campanha do Ulysses³⁸ como outro candidato – o MDB cresceu nas eleições, então, o regime resolve – também uma bandeira da oposição – criar novos partidos: o MDB não existe mais, a ARENA não existe mais, e aí é criado o PMDB.

J.G. – PMDB.

D.P. – Aí, é criado o PDT, do Leonel Brizola, o PT, do Lula...

J.G. – Olha, eu fiquei um pouquinho, nessa época de criação do PMDB, como coroinha de dois camaradas que trabalharam muito pelo PMDB, lá em São Paulo: o Mário Covas e o Fernando Henrique. Fernando Henrique se interessou muito pelo PMDB. Mas, sobretudo, o Mário Covas. O Mário Covas percorreu o interior – ele tinha um velho Galaxy, que ele mesmo guiava – “Mas, Mário, não é mais fácil tomar um avião e tal?”, mas ele gostava de guiar. E o fato é que, com aquele carrão, ele ia para cima e para baixo. E eu participei um pouco dessa organização, mas não participei muito porque eu estava muito comprometido, nessa época, com a Comissão de Justiça e Paz. E Dom Paulo achava que ainda não era a hora partidária. Então, nós, por exemplo, tivemos uma atitude em relação ao PMDB de colocar pessoas que já defendiam direitos humanos – poucas comissões de direitos humanos que estavam plantadas no interior de São Paulo – à disposição do Mário para o Mário falar em novo partido etc. Mas não nos integramos partidariamente. Quer dizer, fui mais uma linha auxiliar da criação do PMDB do que propriamente um integrante do PMDB. Porque Dom Paulo ainda não estava convencido que fosse essa a melhor... Ele disse: “Olha, o que a gente pode fazer com a bandeira dos direitos humanos, que tem uma abrangência maior do que um

38 Ulysses Guimarães.

partido, mesmo que seja um partido respeitável, de oposição etc.” Então, eu fiquei mais, digamos assim, na periferia da constituição do PMDB.

A.S. – Essa bandeira dos direitos humanos que o senhor menciona neste momento, ela cobria quais temas? A questão das violações durante a ditadura, a questão dos mortos e desaparecidos... Quais eram os outros temas que eram compreendidos no âmbito dessa bandeira de direitos humanos?

J.G. – Olha, na época, a principal foi o problema da redemocratização, que nós nos baseávamos num artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que todo poder vem do povo manifestado em eleições livres. Então, isso constituiria o que a gente chamava de Estado democrático de direito. Este era o eixo em torno do qual a gente fazia pregação política. E parece incrível, hoje, mas, naquela época, você tinha que explicar o que era Estado democrático de direito, porque as pessoas não sabiam. Quer dizer, é o mal das ditaduras e tal, é que elas asfixiam as novas gerações. E é pela nova geração que você consegue oxigenar as coisas. Eu, hoje em dia, tenho isso como convicção. Não fossem as novas gerações, você não oxigenava, porque é difícil a pessoa mudar depois que ela se formou e tal. E, portanto, tirando aquela geração que, digamos assim, bebeu água de bica, a outra que não bebeu, se você não explicar, se você não disser, não há um contágio inevitável. Quer dizer, a coisa não vem por osmose. A gente pensa que, puxa, nós conseguimos um regime de tal maneira tão bem formado, etc., que isto é suficiente para que todas as pessoas... Não, não é. Aquela coisa da plantinha que tem que ser regada diariamente, quando se trata de democracia, é uma verdade. De forma que a gente tinha que explicar o que era... para que é que servia a anistia. A anistia servia para devolver a luta política representativa. Por que tinha que ser representativa? Porque, senão, não seria um Estado democrático de direito, seria uma coisa unilateral, uma coisa imperfeita. Então, nós tínhamos que falar em Estado democrático de direito, explicar do que se tratava. Então, ficamos mais nisto. O que, digamos assim, para as pessoas mais ostensivamente empunhando a bandeira dos direitos humanos dificultava a participação partidária, ainda que fosse no MDB.

D.P. – Agora, nesse período, também, vários grupos se reuniam – intelectuais, etc. e tal...

J.G. – Eu me lembro de uma discussão – só para ilustrar – sobre a oportunidade ou não de as pessoas dos direitos humanos passarem ostensivamente para a vida partidária. E um amigo meu dizia: “José Gregori, os comunistas...”

D.P. – Quem é o seu amigo? Qual é o nome dele?

J.G. – Era o... era um deputado estadual...

D.P. – Tudo bem.

J.G. – Foi militante do Partido Comunista. Eu lembro.

D.P. – Certo.

J.G. – Depois, eu mando o nome dele. Porque eu acho que ele teve muito espírito. Ele disse: “José Gregori, os comunistas já se intitulam comunistas ou continuam a brigar como emedebistas no MDB?”. Eu disse: “Não, continuam”. “Então, não está na hora das pessoas de direitos humanos também deixarem de serem pessoas dos direitos humanos.” Era um deputado estadual que... de sobrenome estrangeiro. Eu mando para vocês, o nome dele. Vai ter uma revisão?

A.S. – Sim.

D.P. – Tem, tem uma revisão. Tem.

J.G. – Aí, coloca o nome.

D.P. – Mas, aí, eu estava perguntando exatamente assim: por exemplo... Vocês faziam discussões sobre, por exemplo, necessidade de ter um jornal alternativo dessas esquerdas. Enfim, nessa conjuntura já do final dos anos 1970, quando o regime está começando a dar os seus tropeços, vários grupos se reuniram para... Vocês faziam palestras? Enfim, montaram centros... Todo um debate em torno disto, ou vocês ficavam só na Comissão de Justiça e Paz,

ou havia, também, este objetivo de divulgar, de tentar... ou participar de projetos? O senhor lembra de ter participado de algum projeto junto a Gasparian, ou, enfim, grupos que estavam articulando... quando teve aquele jornal... enfim, algumas tentativas de jornais – não só o *Movimento* – você tem dois jornais importantes, nessa época, pelo menos, que as esquerdas participaram – *Opinião*, *Movimento*, além do *Pasquim*, do... Vocês também estavam articulados com essa coisa de imprensa, de...?

J.G. – Também. Sempre como apoiadores. E sempre que surgia problemas de direitos humanos, que ainda era um assunto pioneiro, digamos assim, eles, jornalistas, tanto de um grupo como do outro... Porque, primeiro, surgiu o *Opinião*, depois, surgiu o *Movimento*. Eram dois grupos paralelos do ponto de vista de serem contra o regime e tal, mas tinham, digamos, uma feitura ideológica um pouco diferente. O *Movimento* era um pouco mais liberal, o... Desculpe, o *Opinião* era mais liberal; o *Movimento* era um pouco mais ligado ao PCdoB. Quer dizer, tinha uma linha ideológica mais nítida do que o *Opinião*. Aí, quer dizer, do ponto de vista do que era apoiar, do ponto de vista do que era ajudar, nós fizemos. Um pouco porque procurávamos, e outro pouco porque éramos solicitados, porque o tema dos direitos humanos, na concepção tanto de um jornal como outro, surgia como uma necessidade daquele tempo.

D.P. – O senhor lembra do senhor ter participado... Teve o famoso ato do... não é fundação, mas, enfim, de reafirmação da luta pela anistia, ocorre lá em São Paulo, no Tuca³⁹, que o Comitê Brasileiro de Anistia vai, e vários intelectuais vão. O senhor estava presente neste ato? Estava lá?

J.G. – Estava lá. Eu tenho...

D.P. – Este ato é um marco na história da anistia.

J.G. – É. Tenho a impressão de que, uma vez, a revista *IstoÉ* publicou uma fotografia, eu estou nesta fotografia. Este ato foi muito importante. No Tuca. Encheu o Tuca. E foi, talvez,

39 Teatro da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

um... Estive presente, também, em duas ou três – mas uma, com certeza – no estádio de futebol da Portuguesa, em São Paulo, de instalação daquela conferência... a Conferência da...

D.P. – Dos Bispos?

J.G. – Não, da Ciência.

D.P. – Ah, SBPC⁴⁰.

J.G. – SBPC.

D.P. – É, que também foi um marco, não é? Foram marcos, assim, que...

J.G. – Também foi um marco. Este foi realizado num estádio de futebol, e... Muita presença, muita gente. E a gente teve coragem de falar de anistia, teve coragem de falar em direitos humanos etc. Eu estive, não só fisicamente, com Maria Helena, minha mulher e o nosso grupo, a nossa pequena tribo, mas, também, do ponto de vista de organização, do ponto de vista de apoio etc. Tanto em um quanto outro. O Comitê de Anistia de São Paulo teve uma época que passou muito pelo escritório do... deste menino aqui, que tem aparecido às segundas-feiras na TV Cultura, discutindo com o Marco Antonio Villa. Em São Paulo, é um programa de sucesso da televisão. São às segundas-feiras. Discute um ex-deputado pelo PT.

D.P. – É o Greenhalgh? Não?

J.G. – O Greenhalgh. Era o escritório do Greenhalgh. Com esse ex-deputado que aparece no programa do PT. No programa do PT! Que era do PT e foi expulso do PT porque votou pelas Diretas.

D.P. – Airton.

40 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

J.G. – Airton Soares⁴¹. O escritório era: Airton Soares e Greenhalgh. Perto de uma via famosa de São Paulo, a Brigadeiro Luís Antônio. E lá no escritório deles, se reunia a Comissão de Anistia. Aí, eu faço justiça e não posso esquecer de dois nomes que trabalharam muito pela anistia, em São Paulo: uma bióloga chamada Judith Klotzel – foi uma passionária em matéria de anistia – a anistia foi um grande...

D.P. – Foi uma campanha bonita, não é?

J.G. – Foi uma campanha bonita.

D.P. – Até tem gente que, até fazendo uma comparação com a Comissão da Verdade, diz que faltou, na Comissão da Verdade, esta sensibilização da sociedade. Porque, na época da anistia, nossa, era camiseta, bandeiras, bottoms...

A.S. – Shows.

D.P. – É. Shows. O negócio espalhou...

J.G. – Não... E tipos como a Eny Moreira e a Judith Klotzel. A Judith Klotzel morreu no ano passado – bióloga, famosa na USP, nas coisas que fez etc., e se dedicou inteiramente à anistia. Maria Helena, minha mulher, também foi uma batalhadora pela anistia. Therezinha Zerbini, eu já falei. O escritório do Airton Soares com o Greenhalgh. E eu acabei fazendo o primeiro estatuto de Comissão de Anistia. Não sei se, de repente, não está no meu arquivo. Está?

A.S. – Está.

J.G. – É histórico.

A.S. – [Fernando encontrou e me mostrou.]⁴²

⁴¹ Acima, o entrevistado certamente se refere ao episódio ocorrido em 1985, quando Airton Soares desobedeceu à ordem do PT e compareceu à sessão do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves por meio de eleição indireta.

⁴² Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Ah, é?

J.G. – Ah, é? Encontrou? Pois, olha, eu vim no avião dizendo: “Eu preciso dizer para elas...”

D.P. – É o primeiro estatuto da...

J.G. – O primeiro estatuto de Comissão de Anistia do Brasil.

A.S. – Tem anotações ao lado, as suas observações... Está aqui, no arquivo.

D.P. – O seu escritório era seu e... Você trabalhava com quem, mesmo, nesse momento? Como advogado, eu estou dizendo.

J.G. – Como advogado? Eu tinha uma advocacia de partido, quer dizer, eu tinha um clientão, nessa época, que era o Grupo Klabin⁴³, via Celso Laffer, que era meu amigo. E o mais era Comissão de Justiça e Paz e pessoas com problemas – por exemplo, problemas que surgiam... A Violeta Arraes, irmã do Miguel Arraes, quis registrar a filha como brasileira e não conseguiu, porque disseram que tinha passado o prazo, não sei o quê etc., e eu tive que, judicialmente, fazer toda uma batalha para reconhecer, para tornar possível o reconhecimento da filha da Violeta Arraes, irmã do Miguel Arraes, como brasileira. Isto para dar um exemplo dos problemas, digamos assim, correlacionados com um grupo que está fazendo oposição a uma ditadura militar.

D.P. – E, no momento da anistia, o seu escritório também estava... Porque, aí, foram vários de pessoas que estavam clandestinas, precisavam tirar documento, legalizar sua situação. Você trabalhou como advogado, também, nestes casos, ou não? Porque, por exemplo, o escritório do Eduardo Greenhalgh ficou dedicadíssimo a isto. Mas você também trabalhou um pouco...

43 Fabricante e exportadora de papéis.

J.G. – A gente se reunia... Por exemplo, o Comitê Paulista de Anistia se reunia no escritório dele. Era uma pauta de colocar assuntos que estavam merecendo estudar etc., cada um levava alguns para estudar em casa e tal, depois, trazia... Agora, o escritório, digamos assim...

D.P. – Central.

J.G. – Centralizava e distribuía, porque vinha a maioria através do escritório deles. Mas a gente estava, digamos assim, na linha de suporte da atividade pró-anistia que o escritório exercia.

A.S. – E depois da anistia? Porque, por exemplo, o processo – talvez seja o mais emblemático, porque é o primeiro – movido pela dona Dilma Borges, a viúva do Mário Alves⁴⁴; depois da edição da Lei de Anistia, a abertura de um processo na justiça comum para a responsabilização do Estado brasileiro pelo desaparecimento do seu marido. Então, é uma forma, também, de lidar com as consequências do texto e da interpretação da anistia de 1979. O senhor se envolveu com essas questões, também? Assim, o que... Depois da Lei de Anistia, o que fazer, já que os familiares de mortos e desaparecidos ficaram... Tinha a previsão de um atestado, de uma declaração de ausência para cumprir essas formalidades burocráticas, mas, ainda assim, não resolvia a questão dos familiares.

J.G. – É. Aí, as questões foram mais judicializadas. Quer dizer, aí, apareceu mais, além do escritório do Airton Soares e do Greenhalgh... Engraçado. Um parêntese. Nunca mais ouvi falar do Greenhalgh. Não sei nem se ele...

D.P. – Não, está vivo.

J.G. – Está vivo? Dois: a questão da judicialização. Quer dizer, aí, tinha o escritório deles, tinha o escritório do Mário Simas, tinha o escritório do – não tanto do problema de anistia, mas mais de problemas ainda... processos que vieram da Lei de Segurança Nacional – o José Carlos Dias, o escritório dele – ele tinha uma auxiliar menino-prodígio, que era o Arnaldo Malheiros Filho, que morreu semana passada. Depois que eles viraram generais, foram

44 Secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, morto no DOI-CODI, no Rio de Janeiro, em 1970.

advogados de empreiteiras, mas é do processo da vida. Mas, de qualquer maneira, nessa fase, estavam todos lutando exclusivamente por aqueles que estavam postos a correr pela ditadura militar. Depois, se tornaram figuras importantes e tal. Tinha muita gente que procurava, nesses casos, o Márcio Thomaz Bastos – ele também teve uma participação em defesa de pessoas com processos movidos pela ditadura. Aqui...

D.P. – O Fábio também tinha...

J.G. – O Fábio Comparato.

D.P. – O Fábio também trabalhava nessas coisas, não é?

J.G. – É. O Fábio, mas não tanto na advocacia, porque ele fazia uma advocacia exclusiva na área comercial. Mas tem um nome meio esquecido, um nome importante aqui do Rio: Heleno Fragoso.

D.P. – Ele é advogado?

J.G. – Muito importante... Força muito importante. Um homem articulado, um homem inteligente...

A.S. – Sobral Pinto, não é?

J.G. – Sobral Pinto.

A.S. – O senhor conheceu a Mércia Albuquerque, de Pernambuco? Ao lado da Eny Moreira e da Noblat, foi uma das poucas mulheres advogadas responsáveis pela defesa de presos políticos.

J.G. – É. Lembro dela.

D.P. – Mas o Heleno Fragoso era uma figura, não é? Ele morreu super cedo.

J.G. – Morreu moço.

D.P. – Muito moço. Altíssimo. Um advogado [alto... mas de uma alta competência, respeitabilidade...] ⁴⁵

J.G. – Alta competência. Combativo.

D.P. – Quem trabalhava com ela era o Nilo Batista, não é? Os dois trabalhavam juntos, no mesmo escritório.

J.G. – É.

D.P. – E Rosa Cardoso era estagiária deles, na época. Depois, foi para a Comissão da Verdade.

J.G. – E, aqui no Rio, tinha...

D.P. – Aqui, tinha um grupo grande. Modesto da Silveira.

J.G. – Modesto da Silveira também é um nome para lembrar como resistente.

D.P. – Marcelo Cerqueira.

J.G. – Marcelo Cerqueira.

D.P. – O Osvaldo, não é? O Osvaldo Mendonça.

J.G. – Osvaldo Mendonça. O grupo do Rio sempre foi muito ativo. E tinha uma Comissão Nacional de Justiça e Paz também funcionando no Rio, dirigida pelo Mendes de Almeida, o...

⁴⁵ Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Cândido. Cândido Mendes.

A.S. – Funcionava onde? Você lembra em que prédio, em que bairro...?

J.G. – Funcionava no prédio da faculdade dele⁴⁶.

A.S. – Da faculdade, lá no Centro?

J.G. – No Largo do Comércio, não é? Não. Na Praça da República.

A.S. – Não, não.

J.G. – Como é que chama aquela praça?

A.S. – Na Rua da Assembleia, não é?

D.P. – Rua da Assembleia. Perto da Praça XV. Na Rua da Assembleia.

J.G. – Na Praça XV. Onde era um... [Correios e...] ⁴⁷

A.S. – Ainda é um prédio da [inaudível] ali.

J.G. – É um prédio histórico, lá. Ele tem um prédio grande em frente. Era lá.

D.P. – É. Tinha um prédio tipo um convento, e tem, em frente... Tem um prédio que depois construíram, enorme.

J.G. – Fazia parte dessa comissão uma ativista, que eu preciso descobrir o nome dela, porque é um nome para lembrar.

⁴⁶ Universidade Cândido Mendes.

⁴⁷ Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – É do Rio?

J.G. – Aqui no Rio. Foi muito ligada a problemas de menores. Ela foi secretária da entidade dos menores, aqui. Mudou tanto de nome, não é?

D.P. – Funabem⁴⁸...

J.G. – Funabem e tal. E era ligada ao cardeal, ao Dom Eugênio⁴⁹. Dom Eugênio é uma figura que merece uma visão, mais dia, menos dia, de revisão, porque, realmente, eu soube de casos, pelas pessoas beneficiadas, de atitudes corajosas que ele tomou. E, entretanto, ele tinha uma certa fama de ser um pouco... não a favor, que seria exagero, mas de ser um pouco complacente com o regime dos militares. Eu o conheci mais por convivência, quando ele já tinha se aposentado. Ele morava no Sumaré, e várias vezes eu vinha ao Rio e ia visitá-lo. Mas ele já estava, aí, substituído por outro encarregado da arquidiocese etc. Eu o conheci pouco, na época em que a panela ferveu, digamos assim. Mas soube, lá na Comissão de Justiça Paz, onde a atividade e participação de Dom Paulo era muito reconhecida, muito... e até midiática, porque os jornalistas sabiam que os assuntos que passavam pela Igreja que eram contra o regime necessariamente vinham um pouco mais, antigamente, de Dom Hélder, e depois, de Dom Paulo. Mas tinha, aqui no estado do Rio, um bispo que foi muito valente, muito...

D.P. – O Waldyr Calheiros⁵⁰? [inaudível]

J.G. – Waldyr Calheiros.

D.P. – Tem um livro muito bonito com ele, dele junto com mais duas pessoas. [Horas e horas de entrevista com...]⁵¹

J.G. – Uma figura respeitabilíssima.

48 Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, mais tarde rebatizada de Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), atualmente chamada de Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, ou Fundação CASA.

49 Dom Eugênio Sales, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro de 1971 a 2001.

50 Bispo de Volta Redonda e Barra do Piraí de 1966 a 1999.

51 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Incrível. Aliás, uma das primeiras pessoas a denunciar a tortura [comum]⁵². Porque, lá em Volta Redonda, teve um caso famoso, e ele denuncia e, enfim... Foi um marco, também, essa luta aí, pelas... Hoje, tem vários estudos – era um assunto, até então, desconhecido, pelo menos, do grande público, para nós, pesquisadores – que mostram essa relação da Igreja com os militares no sentido de buscar uma solução para os casos graves de violação dos direitos humanos. São as comissões Bipartite ou Tripartite... Tem coisas, inclusive, aqui no arquivo do CPDOC do General Muricy⁵³. E tem um brasilianista, o [Serbe]⁵⁴, que até participou comigo desse livro sobre o Dom Waldyr Calheiros, que ele tem uns estudos bem interessantes e... Enfim, essa documentação veio à tona. Na época, você ouviu falar dessa comissão? Era uma comissão envolvendo Cândido Mendes, setores da Igreja – através de Cândido Mendes –, que se reuniam com os militares clandestinamente, teve alguns sucessos, enfim, variou um pouco, e era chamada Comissão Bipartite ou Tripartite.

J.G. – Eu tive referências. Vinham não diretamente, mas vinham através de quem, lá da nossa comissão, tinha mais contato com o Cândido Mendes, aqui no Rio, que era a Margarida Genevois⁵⁵, uma militante, uma pessoa inteiramente dedicada à Comissão e da família Bulhões Pedreira, aqui do Rio de Janeiro. O irmão dela foi um grande advogado tributarista. É uma figura ainda viva, idosa, e uma figura muito respeitável, muito ativa, e ela tinha contatos e nos informava, que era uma coisa delicada, uma coisa...

D.P. – Não, era sigilosa, na época, era...

J.G. – Era uma coisa delicada, uma coisa que podia ser, eventualmente, mal interpretada. Mas essa coisa de você atuar na área adversária sempre te sujeita a muita variação de interpretação. Mas ela era uma pessoa muito confiável e ela dizia: “É, o Cândido, no estilo dele, tem feito muita força, aí, para diminuir a...”. E, realmente, um dia, tem que se fazer justiça a certos amortecedores que funcionaram mesmo na linha de pessoas apostadamente do regime militar. Primeiro, para fazer justiça, e, segundo, para mostrar que o processo político

52 Termo mais aproximado do que foi possível ouvir.

53 Antônio Carlos Muricy.

54 Nome mais aproximado do que foi possível ouvir.

55 Ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

não cabe na chamada generalização, que é preciso... Porque há níveis diferentes de participação etc. Por exemplo, o Severo Gomes⁵⁶ foi um homem que participou da revolução, que foi ministro, várias vezes da revolução, etc. Entretanto, no depoimento de muita gente – intelectuais que não foram torturados, ou não foram maltratados e tal por causa da influência do ministro Severo Gomes.

D.P. – Que, aliás, era muito próximo do Ulysses, não é? Não era isso?

J.G. – Muito próximo do Ulysses. E até ele, digamos assim, passar totalmente para o lado oposicionista, ele ficou como homem do regime – que o foi, porque participou a revolução etc. –, mas, em todo caso, não perdeu o sentido, mesmo na ditadura, de que os direitos humanos tinham que ser respeitados. Eu acho que, nessa linha, um nome que se aproxima desse personagem que eu estou querendo destacar, na linha, digamos assim, da... uma certa insurgência, que surge mesmo nos regimes fortes, de não aderirem totalmente aos mais radicais, mas acharem que se justifica o regime, mas sem as violências que estão sendo praticadas em nome do regime, um outro nome que eu mencionaria é o do ex-governador Paulo Egydio⁵⁷. Também foi sempre um camarada que, podendo, tinha condições de, digamos, corroborar ou apoiar a violência, mas era uma voz em sentido contrário. Quer dizer, eu acho que essa visão não-reducionista é própria dos direitos humanos. Quer dizer, seria se injusto se, na perspectiva dos direitos humanos, não procurasse pessoas que participaram do movimento de 1964, talvez tenham feito a Marcha com Deus pela Liberdade⁵⁸, aplaudiram o exílio do ex-presidente Jango e bateram palmas para o Lacerda etc., mas não são pessoas que colaboraram para a violência que acabou caracterizando, até sistemicamente, a revolução de 1964.

A.S. – O senhor participou do Tribunal Tiradentes, que aconteceu no Teatro Municipal, em São Paulo? Em 1983, se não me engano. De julgamento simbólico da Lei de Segurança Nacional.

⁵⁶ Ministro nos governos Castelo Branco (Agricultura) e Geisel (Comércio).

⁵⁷ Paulo Egydio Martins, governador de São Paulo de 1975 a 1979.

⁵⁸ Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

J.G. – Eu acho que eu fui do júri.

A.S. – Foi do júri?

J.G. – Fui do júri, mas não falei.

A.S. – Mas como foi a experiência?

J.G. – Olha, foi interessante. Primeiro, porque foi no Teatro Municipal; segundo, porque teve um bom público – na época, não era fácil. E, se eu não me engano, foram Hélio Bicudo e o Greenhalgh.

A.S. – Isso. O Lula foi, também. Acho que foi uma testemunha de acusação da lei.

J.G. – Foi, foi testemunha.

A.S. – Isso. E foi promovido pela Comissão de Justiça e Paz, não foi?

J.G. – Foi.

A.S. – Foi um momento, assim, de vislumbre de novas possibilidades de um cenário político? Porque era um ato, de certa forma, ousado, de enfrentamento.

J.G. – Foi um momento importante. Teve repercussão. Quer dizer, não foi coisa... Às vezes, você fazia coisas... Uma vez, nós fizemos um ato religioso na Igreja da Penha, em São Paulo. Já era um regime menos radical – o governador era Paulo Egydio, o presidente era Geisel –, e o ato marcou um congresso da UNE que proibiram, e dominava a polícia de São Paulo, com ligações com Brasília, um policial muito violento, de uma família meio Bolsonaro – Erasmo Dias –, e, no entretanto, esse ato, que redundou muitas prisões – inclusive da minha mulher, a Maria Helena – de estudantes, não teve muita repercussão. Quer dizer, essa medida da importância das coisas num processo de resistência à ditadura e pró-democracia é interessante, porque, às vezes, coisas que você supunha que ia ser um ato... Mas, de repente,

aconteceu qualquer coisa, ou uma frase que foi dita, ou a maneira como a imprensa publicou – tinham grande repercussão. E outras, que tinham grande preparativo, que você mexia com a Igreja etc., seja porque a própria Igreja ficava um pouco assustada e os jornalistas percebiam que não havia muito consenso – porque essa coisa do jornalismo é... A fotografia jornalística é uma coisa que depende, um pouco, do fotógrafo. Depende, um pouco, do jornalista avaliar uma determinada situação. Às vezes, ele acha uma coisa que os organizadores não tiveram grande esperança de repercussão, eles acham que é uma coisa que, “poxa, isto tem que ser repercutido”, e dão uma importância que os próprios organizadores supunham que a coisa não tivesse. Às vezes, é o contrário. De maneira que...

D.P. – E a prisão de Maria Helena? Como é que foi?

J.G. – Nós fizemos esse ato – o tal ato que não teve grande repercussão –, que era produzido, quer dizer, organizado pela Comissão de Justiça e Paz para afirmar o programa de fé e democracia, ligar uma coisa à outra. E escolhemos um santuário famoso, em São Paulo, que não é tão famoso quanto a Penha do Rio, que não tem a escadaria, mas é uma coisa histórica. Fizemos lá na Igreja da Penha, que é uma coisa bem popular, bem... objeto de devoção etc. E os estudantes que iam fazer o congresso da UNE foram, também. E, no fim do ato, abriram uma faixa dando a entender que, a partir daquele momento, estava instalado o congresso da UNE, que tinha sido proibido expressamente por esse chefe de polícia cujo nome eu mencionei. E aí, ele pôs a polícia para prender todos os estudantes. Quer dizer, qualquer jovem que estivesse lá. E estava cheio de jovens. Ele, *pumba*, prendeu. Prendeu uns 40. E a Maria Helena protestou: “O que está acontecendo?” etc. E foi exatamente na hora em que eu fui pegar o carro. Foi a hora que... Isso, ela tem documentado. Tem no meu livro, aí, a fotografia. Um jornalista... Ela: “Que violência é esta? Vocês enlouqueceram?” e tal. Aí, o Erasmo: “Prende, também”. E ela estava com mais duas amigas, e: “Prende as amigas, também”. Mas, depois, isto... Devem ter dito a ela: “Olha, mas o marido dela é o presidente da Comissão de Justiça e Paz, e ela é amiga da mulher do governador e etc.” Então, ele disse: “Tira do camburão. Ela vai presa no meu carro”. Aí, foram lá, e disse: “Dona Maria Helena Gregori, a senhora sai”. “Por quê?” – “Não, porque a senhora vai no carro do próprio secretário para a detenção.” Ela disse: “Não, eu não vou sozinha. Eu estou com duas amigas, aqui. Ou vão as duas amigas, ou eu não vou”. No fim, houve uma parlamentação etc. Tiraram

as duas amigas e botaram no carro. E, quando eu voltei, minutos depois, com o carro, prenderam a Maria Helena e um monte de estudantes etc. Aí, eu fui à casa... A igreja tinha que fechar. Igreja tem isso: tem hora de abrir e tem hora de fechar. Eu me lembro que eu falava para o padre – eu digo: “Mas, olha, face ao ocorrido, não é caso de fechar a igreja. A igreja é o nosso espaço. De repente, esse maluco vem aqui, de novo, prender o que restou”. “Não, mas o templo tem hora de fechar, mas eu ponho à disposição a casa paroquial.” Então, lá fomos para a casa paroquial. E, de lá, eu procurei falar com o governador. Eu disse: “Olha, eu não estou pedindo para soltar a Maria Helena, mas se encostarem um dedo nela, eu esquecerei todas as regras de direitos humanos, menos uma, que é a da legítima defesa”. E: “Não, mas eu estou fora de São Paulo, vou procurar me informar” etc. Eu sei que, depois, eles me convidaram para ir à polícia, porque disse que ela ia só... a prisão dela ia ser objeto de um processo, que só iam ouvi-la. Relaxaram a prisão.

A.S. – Das amigas, também?

J.G. – Das amigas, também. E aí, eu fui à polícia. Ela estava acabando de prestar depoimento.

D.P. – Isto, na delegacia? Lá no...

J.G. – No Dops⁵⁹. No prédio do Dops. O histórico edifício que, hoje, é um museu, que você deve conhecer, porque eles fazem...

A.S. – Museu da Resistência.

J.G. – Vocês já visitaram lá? Atos que eles fazem e tal. Está muito bem cuidado, bem... Isto foi uma das coisas boas que o Covas fez. Eu cheguei lá, e se apresentou para mim, disse: “Olha, José Gregori, eu sei quase tudo sobre o senhor, e o senhor não sabe nem meu nome”.

D.P. – Quem falou isto? O delegado?

⁵⁹ Departamento de Ordem Política e Social.

J.G. – É, o delegado. Muito elegante etc. Eu disse: “Bom, estou vendo que, pelo menos, estou diante de um homem franco, o que eu acho que é bom num policial”. Disse: “Meu nome é Romeu Tuma” – foi assim que eu conheci o Romeu Tuma⁶⁰. – “Sua senhora está prestando depoimento. Vai haver processo, mas não prisão. O senhor está de carro, aí?” Eu não estava. Mas eu digo: de repente, ele oferece um automóvel etc. e tal. Então, ele disse: “Estão?”. Eu: “Estou. Estou”. “Ah, está bom.” Não demorou mais umas duas horas, veio a Maria Helena. Agora, o depoimento que ela prestou... Toda a cúpula do Dops, eles mandaram buscar as minhas fichas. Não eram coisas sobre ela e nem sobre o fato dela ter... O processo que ela teve, que tivemos que nos defender etc., foi embaraço da ação da polícia etc. E o que eles queriam saber eram... “Consta aqui que José Gregori fez isso, não sei o quê, e tal.” Ela disse: “Não, vocês chamem o José Gregori, que ele vai dizer. Eu não...” Quer dizer, é aquela coisa que a gente ouvia naqueles romances que diziam que, no stalinismo puro, o pai era obrigado a depor contra o filho etc., quer dizer, a esposa a depor contra o marido. E: “Consta aqui que a senhora esteve numa reunião, mas estava presente, também, o José Gregori, e estava o filho do diretor da Folha, estava o doutor Hélio Bicudo, e não sei o quê, e tal”. Tudo relacionado a outras pessoas para envolver. Quer dizer, era uma espécie de delação sem prêmio. [Riso]

D.P. – Sem ser premiada.

J.G. – Eu sei que foi uma coisa muito aflitiva, mas bonita, porque correu que a Maria Helena estava presa, e isto despertou uma grande comoção nas pessoas que já estavam, digamos assim, na resistência. E, quando nós voltamos, mais ou menos perto da meia-noite, para casa etc., a casa estava cheia, e quem tinha corrido, quase que em primeiro lugar, era o casal Antônio Cândido Mello e Souza⁶¹ e a Gilda, mulher dele, que era viva, na época. Aqui do Rio, eu recebi a solidariedade da Clara, mulher do Rubens Paiva, da Dalva Gasparian, da Renina Katz⁶² – que é uma artista, que tinha sido casada com o Renato Archer⁶³, uma mulher bonita, elegante, que tinha sido de sociedade –, claro que da Eny Moreira... Quer dizer, foi uma coisa que congregou, e se viu que já se tinha uma rede. Era uma rede grande.

⁶⁰ Ex-senador pelo estado de São Paulo e ex-diretor da Polícia Federal.

⁶¹ Sociólogo, crítico literário e escritor. Autor de *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*, entre outros.

⁶² Gravurista, desenhista e ilustradora.

⁶³ Militar, cientista, diplomata e político. Primeiro ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil, de 1985 a 1987.

D.P. – Isso foi em que ano, exatamente?

J.G. – Olha, isso foi em...

D.P. – Era o governo de quem?

J.G. – Era o governo de Paulo Egydio. Quer dizer que... Foi em 1973, talvez. É Geisel. Geisel e Paulo Egydio.

D.P. – [Inaudível] o Médici, não é?

J.G. – É.

D.P. – 1973, é Médici. Geisel é em 1974.

J.G. – Ah, o Geisel é em 1974? Mas o Médici coincidiu com o Paulo Egydio? Eu acho que eu...

D.P. – Aí, não sei. Foi no governo Paulo Egydio? A gente vê isso.

J.G. – É. Governo Paulo Egydio. Secretário de segurança, esse...

D.P. – Essa figura.

J.G. – Essa figura que não deixou saudades, o Erasmo Dias, que era muito, assim, bolsonariano. Quer dizer, falava o que vinha à cabeça e tal.

D.P. – E aí, já no governo Figueiredo, a gente tem várias coisas: atentado do Riocentro⁶⁴... Como é que você vivenciou esta... As bombas...

J.G. – Olha, o atentado do Riocentro, eu vivenciei por solicitação do Severo Gomes, que tinha ligação com um... acho que um coronel aqui do Rio de Janeiro, que fez denúncias a respeito do problema do carro, do para-choque do carro, no sentido de que a bomba não podia ter sido jogada. O tipo de detalhe, de vestígio da explosão mostrava que a bomba tinha explodido dentro do carro. É uma figura que se esforçou muito, aqui no Rio de Janeiro, e deve estar... Tem uma antiga jornalista que fez um livro sobre o Riocentro. Ela é mãe de um artista da música popular brasileira. O nome... Pensador. Gabriel, o Pensador.

D.P. – Belisa Ribeiro.

J.G. – Ela tem um livro sobre o Riocentro e, neste livro, ela destaca muito o papel desse coronel aposentado, que ficou contra o exército porque se convenceu, tecnicamente, pelos vestígios, de que a bomba não podia ter sido jogada. E eu ajudei muito este coronel. Ele foi a São Paulo. Ele, para provar a tese dele, tinha que ter um para-lama etc., e lá chego eu para esperá-lo no aeroporto, e ele com aquele para-lama etc. Adoraria me lembrar do nome dele, agora. Mas eu acho que não...

A.S. – Não, a gente pode inserir esta informação, claro.

D.P. – Mas, nesse momento, você não está mais na Comissão de Justiça e Paz, não é? Você já é uma pessoa... Enfim, já está fazendo isso [inaudível], não é?

J.G. – É, aí, já estou fazendo como pessoa física. Mas nós tínhamos uma participação – e daí é que eu me aproximei mais do Severo Gomes – numa comissão chamada Teotônio Vilela⁶⁵, que foi constituída quando se teve notícia de abusos aos direitos humanos no que chamavam,

⁶⁴ Atentado a bomba que seria realizado no Riocentro, no Rio de Janeiro, em 1981, durante uma festa do Dia do Trabalhador. A bomba, porém, explodiu no carro, matando o sargento Guilherme Pedreira do Rosário e ferindo o capitão Wilson Dias Machado, que planejaram o ataque para culpar militantes de esquerda.

⁶⁵ Ex-senador, deputado estadual e vice-governador de Alagoas, primeiro pela ARENA, e, mais tarde, pelo PMDB. Morreu em 1983 em decorrência de um câncer generalizado.

naquele tempo, de hospício. Hoje, seria centro de internamento de pessoas precisando de assistência neurológica etc. Mas, naquele tempo, era um hospício de um bairro... Juqueri. E, no Juqueri, tinha uma prisão para pessoas que cometem crimes e não voltam à liberdade, mas também não são penalmente responsáveis, mas têm que ficar isoladas da sociedade. E nós tivemos denúncias de que a situação, lá, era terrível etc. Finzinho do governo do Paulo Egydio e começo do governo Montoro⁶⁶. Aí, o Paulo Sérgio Pinheiro teve a ideia para dar mais significado e repercussão a esse caso: ele constituiu uma comissão especializada em receber denúncias desses organismos que passavam para a sociedade a ideia de que há certos males irreparáveis e, aconteça o que acontecer, são pessoas que têm que ficar isoladas, mesmo, e tal. Isto explica muito o tratamento que o Mal de Hansen produzia na época, o problema de distúrbios neurológicos e essa parte que o direito penal não penaliza a pessoa porque a pessoa não tem o juízo necessário, mas, em compensação, isola da sociedade. E isso era apenas uma preocupação de isolamento em que nada mais, da perspectiva dos direitos humanos, interessava. Já estava isolando, se estava cumprindo a lei. E, então, nós fomos avisados desses abusos, desses absurdos e fomos fazer uma visita. Mas, aí, já, o Paulo Sérgio disse: “Vamos transformar isto numa Comissão Teotônio Vilela”. O Teotônio Vilela tinha, já, a moléstia, mas ainda era vivo. Éramos eu, o Antônio Cândido de Melo e Souza, o Teotônio Vilela, o Paulo Sérgio Pinheiro, o Severo Gomes, a Margarida Genevois e, aqui do Rio, o Hélio Pellegrino⁶⁷, o Fernando Gabeira... Hélio Pellegrino, Fernando Gabeira... Bom, éramos estes. Quer dizer, uma comissão de peso, portanto. E ela não se restringiu só a esse caso. Ela, durante muito tempo, ficou com essa incumbência de tratar da parte dos direitos humanos daquela parte mais esquecida, que a sociedade realmente achava até, sem verificar, que os direitos humanos estivessem sendo respeitados. E...

A.S. – Essa comissão funciona até quando?

J.G. – Olha, funciona até uns três anos atrás.

D.P. – Três anos atrás? Agora?

⁶⁶ O entrevistado certamente se confundiu. Após Paulo Egydio, quem assumiu o governo de São Paulo foi Paulo Maluf, que ficou no cargo de 1979 a 1982. André Franco Montoro foi governador de São Paulo de 1983 a 1987.

⁶⁷ Psicanalista e escritor.

A.S. – 2013?

J.G. – É. Ela abrigou algumas carreiras que começaram... Por exemplo, essa menina que, agora, vai ser diretora dos Direitos Humanos...

A.S. – Flávia Piovesan⁶⁸.

J.G. – Flávia Piovesan foi estagiária da Teotônio Vilela. O menino que é diretor da escola de direito da FGV, em São Paulo...

A.S. – O... Vou lembrar o nome dele.

J.G. – É. É um menino que escreve muito bem, muito bem-dotado. Foi estagiário da Teotônio Vilela. Tinha uma correspondente da Teotônio Vilela que era uma militante de direitos humanos pelo mundo, no estilo dela, mas uma pessoa de um fundo humanístico extraordinário, que morreu há pouco tempo, irmã do Marcito Moreira Alves⁶⁹.

D.P. – A Maria Helena⁷⁰.

J.G. – Maria Helena. É um nome...

A.S. – Que escreveu um clássico, não é? *Estado e segurança nacional*⁷¹.

J.G. – É um nome que tem que ser lembrado – Maria Helena Alves. Irmã da Branquinha⁷².

D.P. – Da Branquinha. Você tem visto a Branquinha?

⁶⁸ Jurista, secretária de Direitos Humanos do governo interino de Michel Temer.

⁶⁹ Jornalista e deputado pelo MDB. Inicialmente apoiador do golpe militar, tornou-se opositor do regime após a declaração do AI-1.

⁷⁰ Maria Helena Moreira Alves, socióloga.

⁷¹ A entrevistadora se confundiu. O livro de Maria Helena Moreira Alves se chama *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*.

⁷² Branca Moreira Alves, historiadora e militante feminista.

J.G. – Não tenho.

D.P. – A Branquinha, depois, casa com o Modesto, não é? Você sabe.

J.G. – É verdade.

D.P. – Mas, então, a comissão foi até 2013. Que coisa incrível.

J.G. – É.

A.S. – Tem algum arquivo da comissão?

J.G. – Tem.

A.S. – Fica onde?

J.G. – Fica na... Eles fundaram... Praticamente, a Comissão Teotônio Vilela fundou o Núcleo de Estudos da Violência, na USP, de São Paulo. Eu acredito que o Paulo Sérgio tenha levado tudo para o Núcleo.

A.S. – Tem que perguntar para ele.

D.P. – Me diz uma coisa: aí, você vai ser candidato...

J.G. – O Paulo está, também, neste programa, [você disse]⁷³, não é?

D.P. – Está, está. Já fizemos até uma entrevista com ele.

A.S. – Já concedeu a primeira entrevista.

⁷³ Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Tivemos que [cortar]⁷⁴... Ele até vinha ao... Tem um mês, não é?

A.S. – É.

D.P. – Mas deu um desencontro. Uma pena.

A.S. – Deixa eu só fazer uma pergunta com relação a esse... ao Juqueri, não é? O hospital que o senhor mencionou. Essa virada, também, da década de 1970 para a década de 1980, ela é um momento, assim, de efervescência de movimentos sociais, não é? O da anistia, talvez, seja aquele sobre qual a gente mais fale, mas é também um momento de organização de movimentos sociais por moradia, por direito à cidade e por reforma psiquiátrica – pela desinstitucionalização, pela luta antimanicomial... Vocês também acompanhavam estes movimentos, no âmbito da Comissão Teotônio Vilela?

J.G. – Tinha um médico, tinha um deputado estadual, Breda. Certeza absoluta no sobrenome. O prenome, se é Paulo Breda, eu não tenho tanta certeza. O Breda era médico psiquiatra e foi um pioneiro que levou as ideias daquele italiano... Sobre essas ideias que você falou – manicomial etc. Quer dizer, na realidade, eram prisões aceitas pela sociedade. Quer dizer...

A.S. – Não tinha prisão perpétua, mas...

J.G. – Não sei, hoje, qual é o tratamento adequado etc. Não entro nisso porque é uma área especializada. Mas aquilo que eu vi, porque percorri todo o estado – algumas vezes, até com o Teotônio Vilela – ainda vivo, mas já careca, já estava fazendo quimioterapia –, eram lugares esquecidos pela sociedade. Quer dizer, é como o que a gente chamava de leprosário, onde estavam os morféticos. Quer dizer, os nomes já assustam, mas era uma coisa aceita. E muita gente dizia: “Puxa, mas os direitos humanos descobrem cada coisa”. Entendeu? Eu ficava feliz. Eu dizia: “Opa! Estamos atingindo os nossos objetivos”. Eles surgem na hora que não tem nada no lugar. Então, a Teotônio Vilela, para não haver ibidem e idem, quer dizer, para não repetir o que a Justiça e Paz fazia ou já tinha feito – porque, na época da Teotônio Vilela, já, a Justiça e Paz não era tão ativa como tinha sido –, ela se dedicou a esse problema

74 Termo mais próximo do que foi possível ouvir.

manicomial, se dedicou ao problema da violência no sentido de procurar causas, quer dizer, fazer um exame mais profundo do problema da violência, que não vem da maldade, que é a coisa mais difícil de alguém que não é militante dos direitos humanos entender.

D.P. – Vocês chegaram a entrar em contato, aqui no Rio, com a Nise da Silveira⁷⁵, que também tem um trabalho... tinha, não é?

J.G. – Tinha. Ela já estava senhora, bem, mas tivemos. E, por isto, a gente levou o Gabeira, levou o Hélio Pellegrino, tinha esse Breda, que eu falei agora, tinha um pintor famoso, também, Glauco...

D.P. – Rodrigues?

J.G. – Glauco Rodrigues. Um que faz quadros muito especializados, assim. Parece coisa de trem. Você conheceu ele? Glauco.

D.P. – Conheço o nome.

J.G. – Sei. Glauco. E a mulher do Cláudio Abramo⁷⁶, a Radha Abramo⁷⁷, fazia parte, também, da Teotônio Vilela. Bom, o depoimento do Paulo vai ser 70% sobre a Comissão Teotônio Vilela, então, eu não preciso me preocupar muito em detalhar.

D.P. – E aí, como é que você entra para ser deputado estadual?

J.G. – Bom, aí, o problema é o seguinte: chegou, finalmente, a possibilidade de eleição direta para governador. Um pouco antes – quatro anos antes –, o Fernando Henrique tinha feito uma espécie de anticandidatura a senador contra o Montoro. Mas o Montoro estava super eleito. E foi uma coisa de sacrifício que a gente visou... “Ora, nós não temos nenhuma ambição de ganhar, porque sabemos que, praticamente, o Montoro está eleito, mas vai ser um momento

⁷⁵ Psiquiatra crítica do tratamento agressivo dos pacientes nos hospitais psiquiátricos brasileiros.

⁷⁶ Jornalista de orientação trotskista. responsável por mudanças estilísticas nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

⁷⁷ Crítica de arte.

de aglutinação do nosso grupo.” Porque a gente tinha querido formar um partido socialista. Chegamos a nos reunir várias vezes e com afinho, mas a legislação não permitia formação de novos partidos, muito menos de partido socialista.

D.P. – Quem era, exatamente, o grupinho que se reunia?

J.G. – Olha, que eu me lembro bem, o Mário Covas, o Fernando Henrique e a Ruth⁷⁸, o Francisco de Oliveira – Chico Oliveira –, o...

D.P. – Antônio Cândido participava disso?

J.G. – Participava disso. Antônio Cândido participava disso. Quem mais? Um outro sociólogo, que foi muito amigo do Fernando Henrique, um sujeito importante... Depois, eu mando o nome.

D.P. – O Weffort⁷⁹?

J.G. – O Weffort. Weffort participava. O Moisés... [inaudível] o Moisés. A gente chegou a se reunir... Plínio de Arruda Sampaio⁸⁰, Armínio Afonso⁸¹, Rubens Paiva – em memória. Quer dizer, não...

D.P. – É, porque o Rubens já...

J.G. – É, o Rubens já tinha ido.

D.P. – Década de 1970, não é?

78 Ruth Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso.

79 Francisco Weffort, cientista político, ministro da Cultura do governo Fernando Henrique Cardoso.

80 Plínio de Arruda Sampaio, membro do PT de 1980 a 2005 e do PSOL de 2005 a 2014, partido pelo qual foi candidato à presidência em 2010.

81 Ministro do Trabalho e Previdência Social de João Goulart.

J.G. – É, já tinha ido. Mas em memória, porque quiseram convidar a Eunice. Porque a gente, entre outras coisas para a organização, conseguiu de Dom Paulo... Dom Paulo falou: “Para a política partidária, eu ainda acho que é cedo. Agora, a tentativa de criar um partido socialista é uma coisa que vale a pena. Tentem. Tentem”. Dom Paulo era assim. Quer dizer: “Tentem”. Para mim, ele disse: “José Gregori, o PT é bom para fazer movimento. É muito importante, é indispensável porque ele movimenta a sociedade. Mas vocês têm que se organizar porque vocês têm maior capacidade para governar. Eles não sabem governar”. Então, ele estimulou o PT, mas sempre do PT um olhar de um partido feito para mobilizar a sociedade, não para governar. E o PSDB, ele estimulou “porque vocês têm quadros que sabem governar”. “Vocês não sabem mobilizar como eles, mas sabem governar.” Então, eu digo sempre que, na raiz dos dois partidos, tem muito estímulo, por razões diferentes, do Dom Paulo. E, na época, ele achou interessante essa ideia de tentativa de criar um partido socialista e cede uma aula de um seminário em Imbu para a gente passar um fim de semana só discutindo a formação do partido. Mas, não preciso dizer para vocês, são tantas as pescarias que voltam a ser peixe no processo histórico que esta foi mais uma pescaria que voltou a ser peixe. Não deu certo. Mas disseram: “Nós podemos formar” – o que a lei, naquela época, permitia – “uma sublegenda” – que era um partido dentro do partido – “para disputar a eleição” – que tinha, naquela época, que era a eleição de senador –, “embora o Montoro já esteja eleito. Mas a gente mobiliza, já que não conseguimos fazer o partido socialista, e temos chance de, eventualmente, sermos o suplente do Montoro”. Naquela época, o suplente não acompanhava automaticamente o titular. Eram votações autônomas. “De repente, a gente tem mais voto do que o candidato da ARENA.” Então, criamos, no MDB, uma sublegenda para a candidatura a senador do Fernando Henrique Cardoso. Nessa época, a Maria Helena se envolveu muito em política, começou a conhecer, eleitoralmente, São Paulo etc., e eu fiz a assessoria jurídica da candidatura dele. Mas nos aproximamos muito do casal Fernando e Ruth. E nos aproximamos... Foi um pouco a transição da Justiça e Paz para a política partidária, embora, partidariamente, a gente não fosse MDB puro malte, porque, na realidade, a gente estava fazendo uma sublegenda. Aí, dessa candidatura do Fernando, a gente colheu um primeiro resultado, porque, de repente, a gente teve mais votos do que o candidato da ARENA, que era o Cláudio Lembo. Aí, o Montoro, conforme a gente previa, foi quase que homologado como senador, mas o suplente dele era o Fernando Henrique Cardoso. O Montoro ficou quatro anos como senador; o Fernando, como suplente. No fim do quarto ano, o Montoro saiu para se

candidatar a governador, e o Fernando assumiu a posição dele e foi senador pelos outros quatro anos do mandato. E aí, surgiu um movimento – quando o Montoro saiu, e já que tinha havido a candidatura do Fernando Henrique e a ascensão automática que ia haver do Fernando Henrique com a eleição do Montoro – eles achavam que estava na hora de eu poder ser candidato a vice-governador do Montoro. Bom, a Folha simpatizou com a ideia, deu cobertura, mas acontece que o Montoro tinha um acordo antigo com o Orestes Quércia, para que se um fosse candidato, o outro seria vice. Então, como era o Montoro o candidato, o Quércia seria vice. E tinha uma outra ala que dizia: “Não, a gente... Mesmo que haja esse acordo, não devemos respeitar, devemos lançar o Mário Covas”. Então, eu tive uma conversa com o Mário Covas. Eu disse: “Mário, você é candidato?”. Ele disse: “Não. Não sou”. Eu digo: “Bom, então, eu... Está havendo, aí, um reclamo a favor do meu nome como vice-governador, eu vou me lançar”. Ele disse: “Não, eu não tenho nenhum tipo de objeção a isto”. Mas a verdade é que chegou na convenção, e, depois de muita confusão, muita discussão etc., valeu o acordo que o Montoro tinha feito lá atrás com o Orestes Quércia. Saiu o Montoro, mas saiu o Orestes Quércia de vice. E eu fiquei de fora, e o Mário Covas também ficou de fora. Mas, aí, disseram: “Olha, ou seja... A campanha do Fernando Henrique para senador, agora, este movimento todo para vice-governador projetou seu nome, agora, não mais na área restrita dos direitos humanos, mas na área da política etc. Você tem que ser candidato de qualquer maneira etc. e tal”. Aí, foi a Maria Helena que me disse: “Olha, o melhor é começar como se deve, pelo primeiro degrau etc. e tal. Vai ser candidato a deputado estadual”. Eu falei com os meus amigos aí... Eu ainda era presidente da Comissão de Justiça e Paz. Eu digo: “Olha, eu, por mim, continuaria só no circuito, no percurso dos direitos humanos e tal, mas aconteceram tantas coisas e tal, que está havendo muita pressão para a política partidária. E eu acho que o Montoro, da mesma maneira que teve aquele favoritismo como senador, eu acho que ele tem um favoritismo como governador. De maneira que eu acho que eu vou entrar na política e tal, mas estou apresentando a minha demissão, porque não quero misturar as coisas e tal. Falei com Dom Paulo e não tem cabimento eu continuar como presidente da Justiça e Paz”. E aí, numa noite muito dolorosa para mim, muito dolorosa, eu escrevi a carta abrindo mão da presidência da Justiça e Paz porque ia seguir a política partidária. E saí, realmente, candidato a deputado estadual, e fui eleito.

A.S. – E o senhor levou os temas dos direitos humanos para a sua candidatura? Para a sua campanha, plataforma de governo, essas coisas?

J.G. – Levei. É, como... Aí, foi um grande momento de explicação do Estado democrático de direito, o que eram os direitos humanos... Porque uma coisa é a visão que a gente pode ter desta sala, mas se a gente for para Vila Isabel [riso], ou, então, para um lugar bem violento do Rio de Janeiro, que é... Difícil dizer qual é que não é...

D.P. – Nova Iguaçu, São Gonçalo...

J.G. – São Gonçalo. Quer dizer, você pega... A maioria das pessoas que são alcançadas pelo circuito político-partidário são as que estão, digamos assim, em estado de 0 km. Então, você precisa explicar tudo: precisa explicar o que são direitos humanos, precisa explicar o que é democracia, precisa explicar o que é Estado democrático de direito, o que é coeficiente eleitoral, o que é... Quer dizer, a política, portanto, tem uma coisa que, talvez, leve uma vantagem em relação a todas as outras formas de atuação: é que ela alcança lá no fundo. Por isso que desanima quando a gente vê quanto a política é deturpada, porque, realmente, ela tem uma possibilidade de atuação visceral que talvez seja das mais profundas daquilo que a gente tem como instrumento de transformação, de mudança, de conscientização etc. De maneira que eu aproveitei e fiz a campanha na base de um pouco de direitos humanos, que é justiça. Foi uma plataforma muito voltada... Distribuí, no meu comitê eleitoral – naquele tempo, o candidato também tinha que distribuir cédulas – a cédula não era ainda a maquininha nem cédula oficial, era a cédula do candidato – então, junto com a cédula, eu distribuí a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quer dizer, foi uma campanha baseada, ainda, no perfil que eu adquirira, na época.

D.P. – Teve, assim, lugares em que você atuou mais, você teve voto pelo estado todo... Como é que foi a sua [inaudível]

J.G. – Não, eu tive pelo estado todo. Tive pelo estado todo.

D.P. – Mas campanha no interior... Você fez tudo que você fazia?

J.G. – Fiz. Fiz bastante no interior. Fiz bastante do interior.

D.P. – Mas a sua votação não foi mais aquela votação ideológica, não, que o pessoal diz? Aqueles votos... Enfim, aquele setor mais... Você teve um voto espalhado por...

J.G. – Não, eu espalhei. Consegui espalhar. Tive o setor mais perto da temática etc., mais militante, mais ativista etc., e artistas – declarações nos jornais – isto era muito importante para o candidato, Fulano... Naquele tempo. Hoje, não sei. Naquele tempo... Por exemplo, tinha um teatrólogo, aqui no Rio, importante, o Flávio Rangel. “Flávio Rangel apoia José Gregori”; “Paulo Autran apoia José Gregori”; “Regina Duarte apoia José Gregori” e tal. Isto era muito importante. Hoje, não sei se é ou não é. Naquele tempo, era.

D.P. – E o senhor gostou de fazer campanha? [inaudível] Qual foi a sua experiência?

J.G. – Olha, eu... A experiência foi boa. Em primeiro lugar, porque foi uma das formas de eu conviver proximamente com uma pessoa que eu amei, a Maria Helena. Ela realmente tinha muito gosto e muito jeito. Porque isso é uma coisa que precisa do capricho que vocês têm aqui, no instituto, quer dizer, tem que seguir a legislação, e, se tem que distribuir cédula, tem o problema de uma grande firma que tem que fazer o produto chegar para o consumidor certo, entendeu? E ela tinha muito jeito.

D.P. – Ela era uma espécie de coordenadora da sua campanha? É isto?

J.G. – É. Coordenadora...

D.P. – Vocês montaram um comitê de campanha?

J.G. – Comitê de campanha na República do Líbano, em São Paulo. Tinha um...

D.P. – Isto foi uma sede alugada, na República do Líbano, ou [inaudível] era o seu escritório, [era o mesmo]⁸²?

J.G. – Não, não. Foi alugada. Foi alugada. Agora, desde o começo, Dulce, eu vi que, no Brasil – e foi o que me afastou da política – mesmo num depoimento íntimo, como este, é meio presunçoso, mas, rigorosamente, é a verdade – o que me afastou da política partidária foi uma questão que o Brasil ainda não resolveu, que é o problema do financiamento. Quer dizer, à medida que eu fui crescendo, eu fui tendo que concorrer com gente mais poderosa. E esta concorrência, infelizmente, ainda custa recursos materiais. E pelo fato de ser de direitos humanos, eu procurei os estratos menos beneficiados da sociedade. Por exemplo, eu tive, quando eu fui eleito, grande votação na favela de Paraisópolis, em São Paulo, que é como se fosse a Rocinha de São Paulo. Com menor nível de violência, talvez. O que vale dizer é que o tráfico, lá, não está tão presente quanto está aqui etc. Mas eu digo: em termos de... É, também, uma favela que explodiu num lugar que é urbano. Quer dizer, não é periferia. E, quando chegava na hora H, os meus correligionários, com lágrimas nos olhos, com total sinceridade, eles diziam: “Olha, passou aqui um cara, e se eu der os votos que eu vou dar para o senhor para ele, ele dá aquilo que eu estou querendo, que é eu ter uma perua para fazer entregas e não sei o quê”. Quer dizer, a repetição destes casos foi me convencendo que, realmente, o problema da competição eleitoral, no Brasil, ainda não está resolvido. Eu acho que faz parte desse negócio que a gente ouve falar, e fica um pouco na teoria, que é da tal reforma política etc., mas há de haver uma forma menos fraudadora, digamos assim, da vontade popular do que a atual. Porque a atual, para o pequeno... Até um determinado ponto, você ainda consegue... Mas a partir deste ponto, se você quiser voos mais altos etc., a concorrência passa a ser muito no nível de meios. Você tem os meios materiais para isso? Muito bem. Não tem, não adianta, porque, mais dia, menos dia, você vai tentar uma concorrência impossível. Então, eu resolvi sair da política partidária eleitoral.

D.P. – Quer dizer, foi sua única experiência, não é?

J.G. – Minha experiência.

82 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Foi a única? Foi essa?

J.G. – É, essa e uma não exitosa para deputado federal.

D.P. – Certo. Mas, então, ainda voltando para essa... Quem foi... Você tinha um puxador de legenda? Porque, normalmente, os estaduais, eles têm um federal a que eles ficam ligados... Essa dobradinha principal.

J.G. – Eu fiz várias dobradinhas. Candidatos a deputado federal com quem eu me associei. O Fernando Henrique me ajudou muito.

D.P. – Fernando Henrique ainda estava no Senado, não é?

J.G. – O Fernando Henrique estava no Senado.

D.P. – Não foi candidato, não é, nessa eleição?

J.G. – Não foi candidato. Os meus companheiros da Justiça e Paz me ajudaram muito, também. Compreenderam a minha saída e me apoiaram eleitoralmente. Quem mais me ajudou? O doutor Ulysses me ajudou.

D.P. – Ulysses era candidato a federal, nessa eleição? Como sempre.

J.G. – Era... É. Foi uma dobradinha que eu fiz.

D.P. – Você faz a dobradinha com ele? É?

J.G. – Com o Ulysses Guimarães, fiz uma das principais com o Ulysses Guimarães.

A.S. – Mário Covas?

J.G. – Eu fiz Mário Covas. Fiz... com nomes, assim, mais conhecidos... nomes mais conhecidos de São Paulo...

D.P. – O próprio Montoro, que era candidato a governador. Você era um dos principais candidatos dele ou não? Porque sempre tem isso, também, não é? Quer dizer, claro que todos os candidatos...

J.G. – Era. Não, mas a família votou muito em mim. Isso era uma forma de distinção político-partidária.

D.P. – Vocês tinham uma relação, também, de amizade.

J.G. – É, eu, na campanha do Fernando Henrique, de qualquer maneira, ainda que o Montoro fosse um favorito já praticamente eleito, [não]⁸³ podia atritar com o Fernando Henrique. E eu fui o elemento que a minha função era evitar atrito. Então, eu me aproximei muito do Montoro. Quando o Montoro saiu candidato a governador, houve um acordo de apoio ao Montoro. Porque, a rigor, nós éramos adversários do Montoro. O Fernando Henrique era candidato ao mesmo cargo que ele. E fez parte deste acordo a abertura de um escritório comum, um escritório político. O Montoro mandou os dois representantes, e o Fernando Henrique mandou dois representantes – um deles era Maria Helena Gregori. Então, nós ficamos muito ligados à campanha do Montoro. Porque isto foi uma coisa três anos antes, um acordo político, mas que frutificou na campanha quando ele foi governador.

D.P. – E você teve uma boa votação? Você entrou...

J.G. – Tive.

D.P. – Teve? Foi um dos mais votados do estado?

J.G. – Fui. Eu acho que tive mais de 80 mil votos. O que, na época, era um dos mais...

83 Termo mais próximo do que foi possível ouvir.

D.P. – E aí? Como é que foi a experiência no parlamento? No [inaudível] estadual.

J.G. – Não, aí, não foi boa. Aí, não foi boa.

D.P. – Quem eram os seus aliados na Câmara estadual?

J.G. – Primeiro, porque o parlamentar fica muito condicionado ao regimento, e é muito difícil de você falar. Dois: o desnível cultural e ideológico é muito grande. Para você ter uma ideia, faz parte da tradição brasileira que o deputado apresente votos de pesar quando morrem pessoas que ele valoriza. Nenhum dos meus votos de pesar, os meus companheiros sabiam de quem se tratava. E vice-versa. Também, quando eles... Quer dizer, o desnível cultural e ideológico era muito grande. Muito grande. Quer dizer, era uma visão idealística, que vinha dos direitos humanos etc., em confronto com uma eminentemente pragmática. Quer dizer, eles eram bons no ofício de conseguir votos. Logo, eram eleitos. Mas, quer dizer... Muita diferença que um homem da minha visão tinha com os companheiros. Quer dizer, o sujeito que vinha para mim, pedir apoio... Era restinho do governo Figueiredo, portanto, ainda regime... Os primeiros dois anos, ainda era Figueiredo; depois é que vieram as Diretas. O sujeito vinha pedir para, “olha, antes de começar a aula,” todos cantarem o hino nacional e tal. “José Gregori, você precisa apoiar isto.” Eram coisas completamente fora da minha visão política. Então, eu tive pouca afinidade com o grupo de deputados. Não obstante, procurei fazer com que ela se estabelecesse. Marquei, e funcionou, enquanto eu fui deputado, mais ou menos, uma sopa, lá em casa, uma vez a cada quinze dias – eu levava todos os deputados lá; comecei um trabalho de levar os secretários para explicar para os deputados o que eles estavam fazendo, para receber um apoio mais consciente etc. Mas eu fiz isto – a vocês, eu confesso, porque [risos], neste confessionário, não há hipocrisia possível – por dever. Porque, realmente, não era fácil a convivência. Não obstante, eles... Por eu ter muita aproximação com o Ulysses Guimarães, que era o chefe do partido, por ter uma boa aproximação, pelo menos, geracional, com o Mário Covas e ter muita amizade, íntima, com o Fernando Henrique, que era o outro líder, então, eu consegui ter uma expressão, lá... Por exemplo, esta sopa quinzenal era muito frequentada por muitos deputados.

A.S. – Mas era na sua casa?

J.G. – Lá em casa.

D.P. – Quantos iam, mais ou menos?

J.G. – Olha, a bancada era a bancada majoritária, porque o Montoro foi dos mais votados etc., então, o MDB estava forte. Mais ou menos, iam uns 20. Esta era a média.

D.P. – E, literalmente, era sopa? A comida era...

J.G. – Era sopa. Sopa.

D.P. – A sopa do Gregori. [Riso]

J.G. – É, a sopa do Gregori, porque qualquer outra coisa já tinha de ser...

A.S. – Já era outra logística.

J.G. – É outra logística, é outro gosto e tal. Mas não foi uma, digamos, experiência – e, agora, abrindo o coração e tal – que tivesse me enchido de entusiasmo. A ponto de, no segundo ano do mandato, eu ter recebido um convite para me tornar secretário de estado e eu aceitei sem hesitar, sem saber direito o que era a nova secretaria, porque ela tinha, a rigor, que ser criada – Secretaria de Participação, porque o Montoro falava muito na participação. “Nada pode ser conseguido individualmente, tudo tem que ser partilhado, tudo tem que ser conseguido através de agregar vontades etc., para isto, eu vou criar uma Secretaria de Participação.” Então, eu tinha que achar o conceito da nova secretaria. Então, eu preferi muito mais ser secretário do que deputado.

D.P. – Certo. Quer dizer, na verdade, você ficou um ano, não é, como deputado, e vai assumir essa...

J.G. – Não. Dois anos.

D.P. – Chegou a completar dois anos de deputado?

J.G. – É. Dois anos de deputado. Dois anos. E dois anos de secretário.

A.S. – Em termos de atividade legislativa, nesses dois primeiros anos: o senhor foi bem-sucedido na apresentação de projetos de lei, conseguiu apoio para que seus projetos fossem aprovados?

J.G. – É, em termos. Quer dizer, eu não tive uma boa assessoria, que é uma coisa indispensável, também, em termos de legislação. Você precisa ter uma assessoria técnica de primeira ordem, porque o produto que você vai produzir é lei. Eu não tive essa assessoria. Então, eu fui muito, como deputado, destacado para resolver coisas que eu resolvia no tempo em que eu era presidente da Comissão de Justiça e Paz. Por exemplo: PT invadiu o Parque do Ibirapuera – lá, no Rio de Janeiro, o Parque do Ibirapuera é correspondente ao que, em São Paulo, seria a orla do Leblon e Ipanema – onde todo mundo vai andar, todo mundo vai fazer esporte etc. – no Ibirapuera. O PT foi lá e fez um acampamento, e só sairia de lá se conseguisse tal coisa. As reivindicações, eu não me lembro quais eram, mas tinha uma pauta de reivindicações. Bom, Montoro pensou em entrar com um pedido de reintegração de posse para reestabelecer o terreno do Ibirapuera vazio, mas foi desaconselhado, não sei o quê, até que alguém sugeriu: “Olha, o deputado José Gregori não fazia outra coisa no tempo em que era presidente da Comissão de Justiça e Paz. E aí, ia lá, na hora em que podia correr perigo contra invasores, porque a polícia ia fazer a reintegração de posse de qualquer maneira, e ele fez isto muitas vezes”. Eu fiz inúmeras vezes. Então, o Montoro me chamou, *pumba!*, lá fui eu para tirar a turma do PT do Ibirapuera. Tal fábrica foi invadida pelos operários e tal, que não saem se não sei o quê etc., o patrão apelou para a polícia etc. O Montoro disse: “Não, eu, em vez de mandar a polícia, mando o José Gregori”. Quer dizer, então, eu fiquei, como deputado, muito a serviço desse expediente externo, que me tirou toda o acesso a essa infraestrutura técnica que o deputado precisa ter. Quer dizer, então, eu produzi poucas leis. E estas leis têm outra dificuldade: além da feitura propriamente dita, que é um pouco ourivesaria – você precisa fazer a coisa bem feita, porque precisa ajustar à Constituição, ver se não vai brigar com outra lei, também, e tal –, tem o problema do prazo que escorre. Então,

isso é muito... Não é fácil. Isso é muito difícil. Eu tenho muito respeito pelo legislador que conseguiu produzir muita lei, porque é sinal de que ele tem uma capacidade de obstinação e tem boa assessoria para fazer com que o processo corra, porque tem que passar por dezenas de comissões... Entendeu? Em cada comissão, o sujeito, às vezes, tem o direito de pedir vista. Então, tem o problema de você ter bom relacionamento com o cara que pediu vista, para ele devolver o processo. Mas, de qualquer maneira, eu trabalhei muito pelo governo Montoro numa fase de agudização do problema social em São Paulo como uma espécie de gestor de crise, como me chamavam. E, também, na questão de, de qualquer maneira, melhorar, um pouco, o nível dos deputados, pelo menos, o nível de entrosamento com o governo, com os temas das políticas do governo, com a sopa do Gregori. E, em terceiro lugar, eu consegui uma certa ascendência. Eles queriam... Surgiu um cargo para vice-presidente do partido em São Paulo, surgiu um movimento de deputados querendo que eu fosse o vice-presidente – depois, não deu certo, mas, de qualquer maneira, politicamente, eu levei a melhor. Quer dizer, eu fui mais compreendido por eles do que os compreendi. Eu achava difícil a tarefa que eu estava fazendo etc., sem perceber que, na política, não se passa recibo. Quer dizer, o sujeito não revela de imediato, para você, o benefício que está tendo pela sua atitude. Quer dizer, eu ficava sempre com a impressão de que eu era um corpo estranho. E não era tanto assim, que, na hora que a bancada tinha que indicar uma pessoa, eles lembraram do meu nome, mas eu não consegui a maioria necessária para ser aquele. Mas, de qualquer maneira, eu tive um determinado tipo de apoio que só os deputados, assim, mais chegados é que teriam. Então, para resumir: acho que a experiência foi muito enriquecedora, do ponto de vista de que ainda era o fim do governo Montoro e essa parte doutrinária da democracia, esta eu pude fazer; dois, ou três, tanto eu quanto a Maria Helena tivemos uma participação muito grande, por causa da minha condição de deputado, na campanha Diretas Já. A ponto de o comitê interpartidário da comissão funcionar, praticamente, na minha casa. Foi na minha casa que o Mário Covas, governador, decidiu que o comício do Anhangabaú seria no Anhangabaú, porque, para ser no Anhangabaú, ele tinha que cortar o trânsito de São Paulo, quase que estabelecer uma alternativa para não parar São Paulo, então, era um tabu fazer qualquer coisa no Anhangabaú, porque você cortava a jugular do tráfego de São Paulo. O Covas teve que fazer toda uma engenharia nova para poder fazer o comício lá. Que foi, junto com o da Candelária, os dois maiores comícios da campanha das Diretas Já. E isso nasceu na minha casa. Porque a Maria Helena era secretária-executiva do comitê das Diretas Já. E o membro

do PT, aliás, excessiva... quer dizer, muito dedicado a essa tarefa era o doutor José Dirceu. Deputado José Dirceu. Quer dizer... Ele, hoje, está sendo vítima de um tipo de posicionamento na sociedade brasileira etc., mas, num depoimento como este, eu quero dizer que, naquilo que me diz respeito – a mim e à Maria Helena, porque era o testemunho dela se ela viva fosse –, no comitê interpartidário da campanha das Diretas Já, o José Dirceu foi um dos elementos que mais trabalhou. Quer dizer, essas coisas, Dulce, compensaram, um pouco, essa minha frustração de legislador. Porque foi uma época de fim de governo militar e começo de governo militar⁸⁴, porque, logo depois, veio o Tancredo/José Sarney, e o José Sarney fez... Você se lembra que chamavam o negócio do...

D.P. – O Plano, você quer dizer? Cruzado? O Plano Cruzado, que você está falando?

J.G. – Não. O Plano Cruzado também. Eu... [desabou]⁸⁵. Mas, aí, em São Paulo, o Plano Cruzado fui eu... Porque eu tive que me organizar para poder explicar o Plano Cruzado, mas, aí, não como deputado; aí, como secretário.

D.P. – Mas o que é que você está lembrando? Que o Sarney fez...

J.G. – Não, é que o Sarney tem aquela coisa que varreu o... coisa da ditadura.

D.P. – O entulho autoritário?

J.G. – O entulho. E eu repercutia isto muito, lá na Assembleia.

D.P. – Só uma pergunta: na época da campanha das Diretas, o governador ainda é o Montoro, não é? Em São Paulo.

J.G. – O governador é o Montoro.

⁸⁴ O entrevistado provavelmente se confundiu e quis dizer governo civil.

⁸⁵ Termo mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Não, porque teve uma... Porque você falou que o Mário Covas tentou mudar o trânsito. Quer dizer, o Montoro é que...

J.G. – Porque o Mário Covas era o prefeito. [Riso] A Dulce não...

A.S. – Não passa nada, não.

J.G. – Não passa nada.

A.S. – Ela é danada. É.

J.G. – É isso.

D.P. – Mas, aí, voltando...

J.G. – O Mário Covas era o prefeito – prefeito municipal.

D.P. – Então, voltando à campanha das Diretas, que foi essa coisa belíssima, e aí, com a derrota da Emenda Dante de Oliveira⁸⁶, uma frustração nacional. Você participou desse debate? Porque teve gente que dizia assim: “Não, vamos continuar nas ruas e não participar do Colégio Eleitoral”. Você participou desse debate? Qual foi a sua posição, nesse momento? Porque teve uma divisão, ali, não é? Quem estava nas ruas...

J.G. – É.

D.P. – O pessoal dizia... Tinha um grupo que dizia: “Não, nada de votar em Colégio Eleitoral, porque é eleição indireta, porque...” E tinha um grupo que dizia: “Não, temos que encarar essa e partir para o Colégio Eleitoral”.

J.G. – Diretas... Tinha até um nome. Diretas...

⁸⁶ Proposta de emenda constitucional que visava reinstaurar as eleições diretas para presidente da República.

D.P. – Diretas Já foi o movimento, não é?

J.G. – É.

D.P. – Aí, a emenda perde, a Dante de Oliveira, não é? Quer dizer, perde...

J.G. – Não, eu me inclinei por aceitar o Colégio Eleitoral. Por exemplo, um grande amigo meu e, de certa maneira, dos jovens que começaram a fazer política comigo etc., um dos... Como é que se chamava o movimento? Era diretíssima? Os que só queriam...

D.P. – Isto, eu não lembro.

J.G. – A direta, mesmo. Tinha um nome. Esse Flávio Bierrenbach⁸⁷ fazia parte desse grupo e tal. Foi, realmente, uma coisa um pouco...

D.P. – Foi menor, não é? Mas que tinha um grupo que...

J.G. – É. Mas teve. Teve um grupo que queria continuar nas Diretas Já e não aceitar o Colégio Eleitoral.

D.P. – Aliás, o próprio PT não vota, também, no Colégio Eleitoral, não é?

J.G. – É.

D.P. – Quer dizer, os que votaram ficaram, depois, ruim na fita, como se diz. [Aqueles que votaram.]⁸⁸ Mas, aí, você participou dessas articulações? Porque, ali, foi uma política pesada, do Tancredo tentando rachar as forças governamentais – traz o Marco Maciel para cá, traz o Aureliano Chaves, traz... Você participou dessa aliança [inaudível]?

⁸⁷ Ex-deputado estadual e federal por São Paulo e ex-ministro do Superior Tribunal Militar, nomeado por Fernando Henrique Cardoso.

⁸⁸ Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

J.G. – Olha, um pouco seguindo o Fernando Henrique. Na medida em que o Fernando Henrique participou disso, eu participei um pouco. Mas, de qualquer maneira, não foi, assim... não tive um papel protagônico nesse acordo que houve de transformar as Diretas Já na possibilidade de ir para o Colégio Eleitoral e ganhar no Colégio Eleitoral. Mas foi a posição adotada pelo doutor Ulysses, foi a posição adotada pelo Mário Covas, foi a posição adotada pelo Fernando Henrique, e eu segui.

D.P. – Ainda você como deputado estadual, nessa sua relação com os movimentos sociais – porque, na realidade, era isso –, você lembra do papel da Erundina⁸⁹, lá em São Paulo, nesse momento?

J.G. – Lembro. Mas lembro mais no tempo da Comissão de Justiça e Paz. Ela era ativista de núcleos de comunidades de base, muito ligada ao movimento de igreja, muito ligada a Dom Paulo. Aí é que eu fixo a Erundina. Como prefeita, nós tivemos uma boa relação, mas, aí, eu estava em Brasília, mas a Maria Helena teve muita relação com ela, a ponto dela convidar a Maria Helena para ser secretária de Direitos Humanos da gestão dela. A Maria Helena aceitou. Eu estava em Brasília, e a Maria Helena aceitou.

D.P. – Mas nessa sua relação com os movimentos – você como deputado estadual... Quer dizer, quando você sai deputado e vai ser secretário do Montoro, você lembra de embates sérios com movimentos sociais ou você conseguia ter uma relação...?

J.G. – Bom, o problema é o seguinte: é que, quando eu fui secretário, aí, houve a mudança do Figueiredo para o Sarney, via Tancredo, que... como diria o português, não resultou, infelizmente. E o Sarney criou, através do Sayad⁹⁰, ministro do Planejamento, o Programa do Leite. Então, quem distribuía, em São Paulo, o leite era a minha secretaria. Então, com isso, eu tive um relacionamento com movimentos sociais muito favorável, porque eu distribuía o leite e fiz esta distribuição para valer. A ponto de... Claro que Maria Helena estava do outro lado, organizando, e só ela que sabia exatamente a cota de cada um, pelo volume que a gente

⁸⁹ Luiza Erundina, prefeita de São Paulo de 1989 a 1993, deputada federal por São Paulo desde de 1999.

⁹⁰ João Sayad.

ia receber de leite etc. – essa parte que você usou a expressão: a logística era toda dela. Mas eu fazia a introdução. E, quando eu fazia a introdução, na frente de todos os setores sociais que iam ser beneficiados – porque, cada mês, era um setor, para poder abranger todo mundo – não dava para abranger, num mês só, todos os setores – tinha que dividir por mês – então, uma vez por mês, quando eu ia fazer a primeira distribuição, que iam todos os setores que iam ser beneficiados, eu dizia: “Olha, esse leite vai ser distribuído por um partido político”. E, várias vezes, foram deputados federais, meus amigos e tal, e disseram: “*Pô*, José Gregori, você entrega, assim, o seu partido na primeira fala. Aí, eu vi que você” – este é um deputado, Fernando Santana, o que você falou que... o pernambucano que morreu, você falou nele...

A.S. – O Lyra?

J.G. – O Lyra.

D.P. – Fernando Lyra.

J.G. – Fernando Lyra. Fernando Lyra foi, uma vez, assistir a essa reunião e tal. E ele era muito brilhante, gesticulante... Um sujeito encantador. Disse: “[Poxa]⁹¹, você pega e diz: ‘Um partido político vai distribuir leite’? Eu fiquei frio. Puxa, o José Gregori entrou numa contramão. Aí, você continuou: ‘Esse partido político chama-se Brasil. É o Brasil que vai distribuir. Portanto, se vocês estão agradecidos, se vocês acham que tem que ter algum tipo de reconhecimento, vocês têm que ter em relação ao Brasil’”. É claro que o Fernando Lyra, quando me contou isto, contou o susto que ele levou, mas também me disse: “Olha, José Gregori, com essa mentalidade, esqueça, também, a carreira eleitoral, porque um camarada que tem preocupação eleitoral não coloca os problemas do jeito que você colocou”.

D.P. – Aí, você tenta deputado federal – ser candidato a deputado federal –, e aí, você não consegue se eleger. É isso?

J.G. – Não consegui me eleger.

91 Termo mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Ficou frustrado?

J.G. – Fiquei. Pensei que não ficaria, mas fiquei. Fiquei. Muito interessante, a luta eleitoral. Ela vai, aos poucos, te tomando de tal forma que você acha que tudo depende do êxito da eleição. Quer dizer, psicologicamente, você fica de tal maneira envolvido que ou é aquilo, e é a realização, ou não é aquilo, e é a frustração absoluta de alguém que quis fazer uma coisa e não conseguiu. Não há, nesse momento, psicologicamente, a ideia de que você... lhe sobraram alternativas. Quer dizer, é uma situação-limite do suicídio. Não suicídio físico, mas do suicídio existencial, você achar que a vida terminou. De maneira que eu fiquei... Alguns amigos meus, que tinham perdido a eleição, tinham me prevenido: “Sabe, José Gregori, se você soubesse o que é perder uma eleição, você não teria entrado nessa vida e muito menos partido para disputas eleitorais. Porque, se ela não vier, é terrível”. Eu sempre pensei que fosse exagero, mas vivi uma situação como esta e fiquei um mês, realmente... Reagi quanto pude. Eu tenho queridos amigos que ficaram prostrados a ponto de a mulher deixar, lá, o almoço, e, depois, deixava o jantar etc., o cara não queria conversa com ninguém, não queria sair do lugar em que estava. Isto aconteceu, realmente, com dois ou três amigos meus. Por razões, talvez não seja o caso de declinar nomes. Bom, sempre pensei que fosse um exagero. Quando chegou o meu turno [riso], eu vi que, realmente, é uma coisa... é uma consequência do grau de envolvimento que você teve com a campanha. [Realmente]⁹², você... Para levar uma campanha dessas, que não tem horário, não tem limite, quanto mais você se dedica, mais você tem que se dedicar... Quer dizer, você estica de tal maneira as suas cordas de achar que o que você está fazendo é uma coisa absolutamente indispensável, que, não vindo, você cai numa prostração de dizer: “Não tem mais alternativa para mim. Tudo que eu quis fazer foi por água abaixo”. Esta é a situação que um candidato... Talvez seja o primeiro depoimento sincero a respeito de um candidato derrotado. Mas é assim. O que, de certa maneira, como parêntese, me traz muito respeito em relação à presidente. Porque eu acho que, psicologicamente, normalmente, ela estaria num estado parecido com esse pelo qual eu passei, que devo dizer, sem exagero, que é terrível. E ela está, pelo que parece, firmona. Quer dizer, ela tem, realmente...

A.S. – É uma guerreira.

92 Termo mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Tem garra. É impressionante, mesmo.

J.G. – Ela tem uma garra interior impressionante. Uma garra interior impressionante.

D.P. – Fibra.

A.S. – Muita força. De fato. Só para falar mais uma vez sobre essa secretaria que o senhor ocupou em 1985: o senhor mencionou que era uma secretaria nova – o senhor tinha que pensar na concepção, no conceito do trabalho do que seria essa secretaria, cujo nome era Secretaria de Descentralização e Participação. Então, evidencia, também, um momento de transição política. Só que traz, juntamente com a ideia de descentralização, a ideia de participação. E o senhor mencionou esses movimentos... esses episódios de ocupação promovidos pelo PT, e é esse momento de florescimento muito grande de movimentos sociais. O que é que significava essa ideia da participação? Era participação política? Era participação popular? Era uma tentativa, inclusive, de fazer com que a população participasse mais da política? O que era isso, especificamente?

J.G. – Olha, a gente estabeleceu, lá, em nível micro, porque não era uma secretaria que tivesse recursos comparáveis à Secretaria de Saúde, à de Educação etc. Era uma microssecretaria. Mas, dentro desta perspectiva de modéstia de recursos, a gente incentivou muito o cooperativismo, entendeu? Então, a gente, por exemplo, chamava os prefeitos e dizia: “O que é que você pode fazer na sua cidade que não dependa de verba do governo, mas dependa de congregar vontades do município para realizar?”. Ele disse: “Puxa, nunca pensei nisto”. Porque a mentalidade mais comum era: “Bom, eu quero fazer tal coisa e eu vou ao governo pedir a verba necessária para fazer”. Então, era uma mudança de perspectiva no sentido de dizer: “Olha, vamos ver o que é que se pode fazer no seu município que todos os munícipes, de uma maneira ou de outra, possam colaborar para fazer tal coisa sem depender de verba”. Por exemplo, numa cidade, depois de ter posto na cabeça do prefeito, com muita dificuldade, que essa era uma maneira, também, de agir, não era só a outra, que tinha como válida, de bater na porta do erário estadual e pegar, lá, o dinheiro necessário – tinha, portanto, um trabalho de convencimento etc., didático –, convencido, ele disse: “Olha, uma coisa que

eu gostaria de fazer e tal, mas o estado não vai me dar dinheiro, mas, agora, vocês estão dizendo que, talvez, possa fazer num regime de colaboração etc., é um abatedouro. Eu não tenho abatedouro na cidade”. Então, nós íamos para esta cidade, começávamos a campanha do abatedouro de uma outra forma, trazendo as pessoas que podiam colaborar, quer dizer, pessoas que lidavam com gado etc. e tal. Quer dizer, todo um trabalho apostolar de você dizer que a cidade podia ter um abatedouro, como acabou tendo – neste ponto, eu tive êxito –, desde que a mentalidade não fosse aquela: o custo do abatedouro é R\$ 200 mil, é um problema de conseguir do governador uma verba de R\$ 200 mil para começar a fazer, concluir o abatedouro. Então, essa foi uma das maneiras de descobrir, de definir, de conceituar a secretaria. Com isto, a gente fez o abatedouro. A gente fez muito, apelou muito, e, neste ponto, o Mário Covas foi muito... que divulgou isso e tal, o tal... a junção das pessoas para construir casa. O mutirão. O mutirão de construção de casa. Quer dizer, fomos para uma cidade, disse: “Olha, será que não se conseguiria fazer, aqui, uma vila na base de um mutirão etc. e tal?”. “Bom, desde que a gente consiga o terreno, desde a gente consiga quem...” Porque a gente queria fazer de A a Z. Quer dizer, não tinha essa de dizer: “Olha, a gente vai prestar uma ajuda para colaboração que receber do governo”. A gente não queria receber nada do governo. Este era o desafio. Então, do ponto de vista social, do ponto de vista associativo, do ponto de vista de participação, era um belo desafio. E foi com essas dificuldades, mas que não são rendosas eleitoralmente. Esse abatedouro, para ser um abatedouro feito por cooperativismo, por colaboração só dos moradores, sem nenhuma ajuda oficial, era um pequeno abatedouro. Quer dizer, não era uma coisa para inaugurar. Banda de música teve, claro. Cidade no interior, teve. Mas não teve repercussão estadual que agregasse votos, entendeu? Mas do ponto de vista das ideias que o Montoro foi... não digo pioneiro, mas desenvolveu em São Paulo, de participação, esse período da secretaria foi um período importante, porque a gente fazia com esse desafio. Quer dizer, há cinco músicos. Será que, na cidade de vocês, não tem gente querendo fazer música, querendo se projetar por instrumentos e tal? Que é que a gente pode fazer para eles, para desenvolver isso etc.? E, aos poucos, se descobria que... Por exemplo, uma coisa que estava na moda é aquele Festival Nacional e tal. “Se a gente fizer um festival de música, vai chamar muita gente etc. Bom, então, vamos fazer um festival de música da cidade de X sem ajuda oficial, a não ser esta que nós estamos dando, de colocar a ideia e ajudar a gerenciar isso etc.” Quer dizer, esta foi a ideia da participação que a gente desenvolveu para conceituar uma... E que, quando eu fui ministro da

Justiça, eu levei essa ideia para uma coisa que, até hoje, um dia, eu quero ficar velho – mais do que eu sou [riso] – e colocar o Lula na minha frente e dizer: “Lula, por que é que você acabou com o serviço civil?”. Acho que eu nunca entendi. Uma coisa que eu fiz, aproveitando essas ideias de participação – eu fiz com um menino que dirigia, aqui, uma ONG que foi famosa...

D.P. – O Rubem César Fernandes.

J.G. – Rubem César Fernandes.

D.P. – Você me convidou... Você nem deve lembrar disto.

J.G. – Você participou.

D.P. – Eu participei.

D.P. – Você veio para um seminário que eu organizei, aqui, sobre direitos humanos e cidadania.

J.G. – Olha...

D.P. – Aí, eu fiz algum questionamento e você disse: “Amanhã, sua passagem está aí para você ir para a reunião, em Brasília, para discutir...”

J.G. – Mas foi... Dulce, foi um êxito, uma coisa retumbante, o serviço civil. Poderia ter mudado o país. Era uma coisa sensacional. Quer dizer, a pessoa que não fizesse o serviço militar, foi dispensado do serviço militar, se ela quisesse, por livre opção, ela poderia fazer o serviço civil, e este serviço civil era aprender – estava começando o negócio da internet, o computador etc., e outras coisas assim, pragmáticas e tal. Bom, isso foi fogo no paiol. Quer dizer, foi difícil comover Brasília a aceitar essa ideia; depois, arrumar os parceiros certos – arrumei o Rubem Fernandes, que era um entusiasta, arrumei um outro secretário, que foi

secretário do Trabalho, aqui, no Rio de Janeiro, que o nome me escapa, mas também ajudou bastante...

D.P. – Eu sei quem é. Ele até morreu há pouco tempo.

J.G. – Morreu. Exatamente.

D.P. – Marcos... Marcão. Marcos Maranhão.

J.G. – Marcos Maranhão.

D.P. – Cabelo branco, não é? [Cara jovem, cabelo branco.]⁹³

J.G. – Ele era alto.

D.P. – Ele é um ex-presos político. Ele...

J.G. – Ele foi... foi do partidão, se não me engano.

D.P. – Foi do partidão, depois, do PCB...

J.G. – É. Marcos Maranhão. Foi secretário do Trabalho. Também me ajudou bastante. E, de repente, eu digo: “Bom, o ovo de Colombo vai ser a granja de Colombo do PT. O PT vai pegar isso e vai...” E, com o tempo, *pá!* Uma das primeiras coisas que o PT fez foi cortar o serviço civil. Eu nunca entendi por quê. Porque, aqui no Rio de Janeiro – a Dulce se lembra, agora que ela revelou que foi participante –, de repente, a gente pôs milhares de pessoas lá em Copacabana. A gente fez um desfile meio de escola de samba, não sei o que e tal, que terminava num palanque, e eu cheguei lá na ponta de Copacabana, para quem olha a Avenida Prado Júnior, à direita. Lá, foi a concentração. Tem uma espécie de praça etc. Eu cheguei lá certo de que ia ter, bom, na melhor das hipóteses, 200 pessoas e tal. Tinha quase 5 mil pessoas. A coisa era... Porque, realmente, a carência, a escassez, naquela época, era enorme.

93 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

A.S. – Mas em que consistia? Era oferecimento de cursos de informática? O que era?

J.G. – É, o sujeito se inscrevia, mostrava que ele foi chamado, mas não serviu. O exército dispensava...

D.P. – Dispensado do serviço.

J.G. – Dispensado do serviço. Se ele fosse prestar o exército, tudo bem. Mas ele foi dispensado. Em vez dele pegar o certificado da dispensa e ir para casa, ele pegava o certificado de dispensa, entrava na fila do serviço civil, se inscrevia para o serviço civil, e a gente tinha núcleos do serviço civil que, conforme a propensão dele – era problema de aprender computação, era problema de...

D.P. – Tinha de limpeza de rua, não?

J.G. – Limpeza de rua. Era coisa de documentação. E ele ficava...

A.S. – Então, eles iam se beneficiar de um serviço. Não era prestar o serviço, não é?

J.G. – Não. Ele passava a ser...

D.P. – Ele prestava.

A.S. – Ele prestava o serviço?

J.G. – Ele prestava. É.

D.P. – Ele prestava o serviço.

A.S. – Entendi.

J.G. – Ele prestava o serviço.

D.P. – Mas ele recebia, não é isso? Ou não?

J.G. – Mas ele recebia um... Eu consegui uma espécie de bolsa que ele recebia...

D.P. – Ganhava como se fosse quase uma bolsa. [Como se fosse]⁹⁴ funcionário do estado, assim, não é? Mais ou menos assim.

J.G. – Ele receberia uma ajuda de custo, que era ajuda-refeição e... foi calculada para refeição e transporte.

A.S. – Havia alguma possibilidade de abertura para mulheres também participarem do serviço civil? Porque elas não são obrigadas a prestar o serviço militar. Então...

J.G. – Também. Não, sim. É, mas houve. A gente conseguiu abrir para as mulheres, também. Houve uma reivindicação – “Poxa, é uma coisa tão boa.” Eu sei que foi a minha época em que eu mais frequentei favelas no Rio de Janeiro. E tive experiências extraordinárias. Por exemplo, descobri um pintor extraordinário, que fez um quadro do que seria um movimento de serviço civil etc. Quando fui embaixador do Brasil, eu pus no meu gabinete. Todos os portugueses: “Mas o que é isto, embaixador? Que coisa bonita e tal”. Eu digo: “Olha, foi um favelado que fez”. “Mas não diga...” Aí, mandei ele fazer um sobre a mesma coisa se fosse em Portugal. Aí, ele fez com cores da bandeira portuguesa e tal. Enfim, foi uma experiência... essa é uma experiência muito prazerosa e eu acho que de muita utilidade que me deixou, repito, esta dúvida: por que é que o PT não prosseguiu com isso? Ou não avaliou, ou chegou à conclusão de que era uma coisa...

D.P. – Mas de onde vinha, mesmo, o financiamento... Quer dizer, como é... Esse dinheiro para pagar as pessoas vinha de onde? Era parceria com as secretarias?

J.G. – É.

94 Trecho mais aproximado que foi possível ouvir.

D.P. – Como é que era o esquema? Era isto?

J.G. – Não. No começo, era o governo federal. Eu consegui uma verba do Ministério do Planejamento via... aliás, do Ministério do Trabalho, via... era um camarada até do Rio que me ajudou... o... ficou viúvo, agora, o... Como é que é? [inaudível] o sobrenome dele. É o...

D.P. – Mas essa verba vinha via Ministério do Trabalho? É isto?

J.G. – É. Ministério do Trabalho.

D.P. – Do [Fati]⁹⁵? Vinha do [Fati]⁹⁶?

J.G. – [Do Fati. Vinha do Fati.]⁹⁷

D.P. – Isto, num primeiro momento.

J.G. – Num primeiro momento.

D.P. – Depois, se os governos comprassem a ideia, eles...

J.G. – Depois, eu fiz convênios com São Paulo – Mário Covas e o secretário do Trabalho, que era um sujeito de extração social e direitos humanos e tal – topou. Depois, fiz com o Rio de Janeiro, através da ONG... Como é que chamava? Rio...

D.P. – Viva Rio.

J.G. – Viva Rio. Ainda tem?

95 Nome mais aproximado do que foi possível ouvir.

96 Nome mais aproximado do que foi possível ouvir.

97 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Tem. [inaudível]

J.G. – Mas é tão ativo como foi? É? O Viva Rio e a Secretaria do Trabalho. Por isso é que a Secretaria do Trabalho entrou. Aí, entra Marcos Maranhão.

D.P. – Mas essa parte, aí, deixaremos para amanhã. Mas só para finalizar hoje, que já está... Você já deve estar... Na Nova República, você vai, então, ser chamado para trabalhar... Primeiro, você vai ocupar um cargo no SENAI⁹⁸, não é isso, lá em São Paulo? Você perdeu as eleições. Aí, você vai trabalhar, não é isso, no SENAI? Não tem? Você não ocupa um cargo no conselho do SENAI? Ou isto não teve muito impacto?

J.G. – Não, não teve muito impacto. Não.

D.P. – Você vai para o [inaudível]... Você vai trabalhar na...

J.G. – Aí, o ministro do Trabalho era o Pazzianotto⁹⁹, que me colocou no conselho do...

D.P. – Sei. Mas, aí, é uma coisa mais...

J.G. – Do SENAI. Mas uma coisa mais... aconselhamento e tal. Até o... Quem era o presidente, no começo da minha participação, era um homem da indústria de São Paulo, que morreu ontem ou anteontem, com 90 e tantos anos, Mario Amato.

D.P. – [inaudível]

J.G. – Depois, passou para um outro... Aí, era mais um cargo de coletivo de consultação... Não teve grande impacto.

D.P. – Mas, aí, e no gabinete do... Aí, você vai trabalhar com o Marcos Freire, não é? Marcos Freire é o ministro da Reforma Agrária, e você vai ser chefe de gabinete dele.

⁹⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

⁹⁹ Almir Pazzionotto, ministro do Trabalho de 1985 a 1988.

J.G. – É. Aí... Quer dizer, a eleição foi em outubro; novembro, dezembro, janeiro, fevereiro... No começo de abril, eu fui trabalhar com ele na Reforma Agrária.

D.P. – E foi uma experiência boa?

J.G. – Foi boa. Foi boa, foi...

D.P. – Quer dizer, você fica pouco tempo, também, não é?

J.G. – É, porque ele morreu.

D.P. – Você sai quando da morte do [José Xavier]¹⁰⁰.

J.G. – É. Porque o outro que veio já não tinha a convergência do Mário, etc. e tal. Me convidou, mas eu achei melhor...

D.P. – Mário Covas, você diz? Não tinha convergência com o Mário Covas? Não? Foi Mário que você falou?

J.G. – Não, eu digo o sucessor do Marcos Freire. Era o... Hoje, ele está até nos jornais. O filho dele é ministro do governo Temer. É um político do Pará.

D.P. – É Ribeiro, não é?

J.G. – Não. Como é o nome dele? É conhecido.

D.P. – Barbalho. Jader Barbalho.

J.G. – Barbalho. Jader Barbalho.

100 Nome mais aproximado do que foi possível ouvir.

D.P. – Então, você sai com a morte... Foi uma tragédia, também, essa morte do Marcos...

J.G. – É. Foi. E interessante é que ele foi fazer essa viagem logo depois do 7 de setembro. E o 7 de setembro deu, naquele ano, num feriadão, que significa que deve ter caído na quinta-feira. E eu fui para o lugar em que toda a minha geração tem casa num loteamento, lá, que é famoso, Ibiúna. Numa época, chamavam de República Livre de Ibiúna e tal. E ele tentou falar comigo. Naquele tempo, ainda não tinha telefone individual, tinha um posto de telefone, e eu recebi o recado: “Olha, o ministro Marcos Freire quer falar com você”. Tentei desesperadamente falar com ele em Brasília, mas era tudo muito precário. Não consegui. Mas era pedindo para eu antecipar a minha volta para Brasília, na segunda-feira, porque, na segunda-feira, ele sairia numa viagem para o norte de Goiás, quase lá na fronteira e tal. E por eu não ter ido, eu deixei de estar no avião. Quer dizer que eu devo a minha vida [riso] ao mau funcionamento do serviço telefônico lá de Ibiúna, porque ele pedindo, eu iria, sem dúvida, e ele queria que eu fosse junto nessa viagem. Eu cheguei sem saber nada da viagem, que ele tinha resolvido de última hora e tal. Eu cheguei normalmente, na segunda-feira, e, quando eu cheguei no aeroporto, a esposa dele...

D.P. – Carolina.

J.G. – Carolina me disse: “Olha, José Gregório, eu vim aqui acompanhar o Marcos, porque ele saiu de avião da FAB¹⁰¹ etc. para fazer uma viagem e ele queria que você fizesse com ele”. Eu disse: “Eu não sabia de nada”. “Não, tentou falar com você em Ibiúna, mas não conseguiu e tal.” Depois, à noite, eu estava no Ministério e desci para a garagem do Ministério da Reforma Agrária para jantar com quem era assessora do Fernando Henrique, que era senador, naquela época. Agora, ela mora no Rio. Ana Tavares. Tinha marcado um jantar com a Ana Tavares. Tocou o telefone e o garageiro falou: “Seu Gregori, o telefone é para o senhor”. Eu digo: “É a Ana Tavares? Diga que eu já estou entrando no carro para pegá-la”. “Não, não é voz de mulher, não.” Aí, eu fui atender. Era um jornalista nosso, um assessor de imprensa nosso, dizendo que o auxiliar dele, que tinha ido, também, na comitiva, mas, na volta, tinha ficado no aeroporto porque queria visitar um parente que morava nessa cidade em que ele estava, no norte de Goiás, tinha esperado o avião subir... Então, a notícia do meu

assessor de imprensa era: “Olha, o avião do Marcos Freire levantou voo, porque o Fulano viu e tal, mas ele disse que ficou um pouquinho mais no campo e viu um clarão adiante e não sabe o que é o clarão, mas ele viu o clarão. Então, eu estou dando a você esta informação, que acabei de receber”. Eu falei: “O aeroporto é numa cidade?”. Ele disse: “Não, é uma cidade muito... É uma cidade que estão fazendo agora. É fruto de um assentamento etc.” Eu digo: “É, então, a notícia não é boa”. Assim mesmo, ainda tinha alguma esperança. Desliguei o telefone. Mas eu disse para ele: “Olha, eu ia jantar com a Ana Tavares. Eu vou ligar para ela e vou dizer que o jantar está cancelado e tal e vou para o meu gabinete. Vamos ver. Se você tem mais notícia, você me dá, que eu estou voltando para o gabinete”. Aí, voltei para o gabinete. Quando eu cheguei no gabinete, era um oficial da FAB me comunicando que “houve um acidente, nós não sabemos, ainda, as consequências, mas podemos dizer que houve um acidente”.

D.P. – Ivan Ribeiro também estava, não é, nesse avião?

J.G. – Ivan Ribeiro. E um outro rapaz chamado Raduan, que era assessor. E um amigo do Marcos Freire com o filho. O filho ia começar a estagiar com o Marcos Freire. Quer dizer, de vítimas, teve o Ivan Ribeiro, esse Raduan, esse amigo dele e o filho. E mais o Marcos. Cinco. Fora os oficiais que... Puxa, se passaram cinco horas!

A.S. – [Riso] Sim.

D.P. – Cinco horas. Pois é. Vamos...

J.G. – Quase cinco.

[FINAL DA 3ª ENTREVISTA]

4ª Entrevista: 03.06.2016

D.P. – Rio de Janeiro, três de junho de 2016. Quarta entrevista com José Gregori, a cargo das pesquisadoras Dulce Pandolfi e Angela Moreira, para o CPDOC da Fundação Getúlio

Vargas. Doutor José Gregori, vamos continuar nossa conversa de ontem. Uma conversa muito agradável, muito interessante. Mas a gente vai dar um pequeno salto na história e a gente gostaria que o senhor falasse sobre a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Por que ela foi criada, seu papel nisso, sua atuação.

J.G. – Bom, ela tem alguns antecedentes do ponto de vista de que nós, na resistência da ditadura militar, tivemos como grupo que ganhou as eleições para o mandato 1994-1998, muita relação com os direitos humanos. E houve, a partir do período de tolerância que existe com todo o governo recém-eleito, um início de cobrança. “Já que vocês fora do governo falavam em direitos humanos e tal, o que vocês vão fazer agora que são governo?” Isso se espalhou até internacionalmente, porque o presidente eleito foi fazer umas viagens e várias ONGs o interpelaram, do ponto de vista de qual é a proposta de direitos humanos, etc. Isso fez com que o presidente se interessasse em dar uma resposta rápida para o que surgiu uma conversa do presidente, do ministro da Justiça na época, que era o Nelson Jobim, e eu, que era naquela época chefe de gabinete do ministro Nelson Jobim. Apresentada a situação de cobrança, eu disse: “Olha, talvez a gente tenha que dar um testemunho de alguma coisa que tentaram fazer e não conseguiram tais as dificuldades, tal o preço que ainda esse regime semidemocrático que nós estamos não permite, a não ser com ousadia e tal, que é a questão dos desaparecidos políticos.” O governo anterior, o Itamar, tinha, através do ministro da Justiça de então, feito tentativas, mas não tinha conseguido, seja por dificuldades inerentes ainda à conjuntura, seja por falta de tempo. Foi uma tarefa inconclusa. Eu acho que nada como se aceitar um desafio complexo e difícil para dar um testemunho, que é o que esse pessoal, tanto a nível nacional, quanto internacional, está querendo. A ideia agradou, foi discutida por nós três e não a propósito, mas por uma grande coincidência, o filho do Rubens Paiva escreveu um artigo na revista *Veja* fazendo uma cobrança. “Olha, vocês que foram amigos de meu pai e agora estão no governo, o que vocês vão fazer?” Isso foi uma tradução jornalística de impacto a essa cobrança que o presidente já tinha percebido tanto nas viagens ao exterior, como nas viagens internas para setores mais conscientes do processo histórico. Aí foi decisivo esse artigo do Marcelo Rubens Paiva para uma questão que estava amadurecendo, mas que, sem dúvida, por causa do artigo, ganhou velocidade. E o Jobim disse: “Olha, pega essa papelada e vê o que você bola para a gente fazer alguma coisa.” Eu, então, fui quem estudou e minutou a Lei dos Desaparecidos Políticos. Quer dizer, alguma

coisa que representasse, em primeiro lugar, o que não tinha havido ainda, que era um reconhecimento por parte do Estado de que houve o desaparecimento. Portanto, eles estavam em óbito. Segundo lugar, a possibilidade dos familiares, se quisessem, à vontade deles, poderia haver um processo em que eles pleiteariam duas coisas: [em] primeiro lugar a possibilidade de, em lugares que tivesse algum tipo de indício, procurar o corpo dos desaparecidos. E terceiro lugar o que, desde a tradição grega e romana é o remédio jurídico para situações como essa, que é uma indenização. A ideia ganhou o apoio tanto do presidente, como do Nelson Jobim e eu aí sentei. Naquele tempo era na máquina, não era na internet. Aí alinhabei já o que tinha apenas um esboço, que é a Lei dos Desaparecidos Políticos. Na época calculei a indenização na base de uma conjuntura econômica que era favorável, em que o dólar estava equiparado ao real. Consultei o ministro do Planejamento na época para saber se era uma indenização que eu calculava de uma determinada quantia [que] era pagável, porque nada pior para um país em uma questão como essa de você levantar uma falsa expectativa e, de repente, não ter como saldá-la. Mãos à obra e saiu uma minuta com a tese de que essa Lei da Anistia tinha ficado insuficiente porque não tinha tratado desse assunto. Quer dizer, então tecnicamente, essa lei, que foi chamada de Lei dos Desaparecidos Políticos, era um desdobramento da anistia. Esse miolo jurídico foi aperfeiçoado pelo próprio Nelson Jobim, que reviu a minuta que eu tinha feito. Depois dessa revisão do Jobim eu tive uma entrevista com um jornalista que fez uma matéria muito bem feita sobre o que seria a lei em preparo, a lei em gestação, que é um jornalista que eu nunca mais ouvi falar, mas era muito competente. Se não me engano, chamado Rubens de Amaral. O mesmo nome do Rei da Noite, aqui do Rio de Janeiro.

D.P. – Aquele é Ricardo.

J.G. – Aquele é Ricardo? Então esse também deve ser Ricardo.

A.S. – O senhor lembra para qual veículo de comunicação?

J.G. – O *Estado*. Eu acho que, em certos assuntos, a matéria jornalística tem... A forma como o jornalista apresenta tem muita força.

D.P. – Uma coisinha antes. O Jobim, ele fez uma revisão mudando alguma coisa? Como é que foi isso? Teve um debate com isso?

J.G. – Não, foi aperfeiçoadora de technicalidades.

D.P. – Certo.

J.G. – Quer dizer, problema de transformar a lei um pouco mais enxuta, mas na essência ele achou um ovo de Colombo o fato de eu ter achado a solução indenizatória. Mas tanto ele quanto eu, – eu menos, ele mais –, também nós tínhamos um assessor militar e também ouvimos esse assessor militar. Era um general que tinha sido auxiliar do ex-presidente Itamar Franco. Eu tenho no livro o nome dele. Depois eu mando para vocês. Ele também ajudou na leitura final a ver se a lei era, digamos assim, assimilável pela conjuntura militar, que ainda era muito sensível a esses problemas. Eu disse: “Olha, eu estou forçando as coisas um pouco, mas dando uma feição de ligação com a Lei da Anistia e, portanto, o argumento que vocês usam mais é que não pode haver...” A palavra equivalente à vingança. Qual é? Não pode haver...

D.P. – Revanche.

J.G. – Revanche. Quer dizer, não tem nenhum tipo de contaminação revanchista na lei. De maneira que as pequenas dúvidas que ele levantou, eu disse: “Olha, como o problema é feito na base de não revanchismo, é um tipo de ponto sobre o qual eu não queria transigir.” Ele disse: “É, mas isso então vai exigir uma série de conversas, porque eu só não sou suficiente.” E aí, realmente, o Jobim teve várias reuniões com comandantes militares e eu tive algumas. Naquela época ainda tinha ministro da Aeronáutica. O Fernando Henrique ainda não tinha feito o Ministério de Defesa. Cada setor armado tinha um ministro. Vim ao Rio conversar com ele, etc. e ainda havia resistências do ponto de vista de que: “O senhor não colocou expressamente que, eventualmente, quem tenha sido vítima da luta armada tenha o mesmo direito, etc.” Eu disse: “Bom, mas isso está implícito, que não tem proibição no princípio jurídico. Eu acho que dispensa uma menção expressa.” A segunda era se não havia revanchismo e, realmente, eu fiz a coisa muito dentro da concepção de direitos humanos, etc. e tal. E realmente essas conversas, que foram conversas ainda delicadas, porque realmente estava se entrando em um terreno considerado tabu até aquela época, foram difíceis, mas eu acho que acabaram esclarecendo dúvidas em um sentido de eles terem uma posição de veto com o presidente da República. Quer dizer, o presidente da República me chamou para

resolver o problema e não para que eu tornasse o problema mais difícil. Tinha que achar a solução. Por sua vez, eu também ouvi as famílias, porque as famílias tiveram, ao longo de muitos anos, e creio que continua a haver, pelas informações que eu tenho, uma grande preocupação com a memória daqueles que foram vítimas. É alguma coisa que eu acho que tem paralelo na velha Grécia e tal, no sentido de as pessoas não esquecerem os que vieram antes e foram sacrificados, etc., porque realmente esses familiares foram de uma constância, foram de uma lealdade para uma situação que, dificilmente, não é de se pensar que não seja irremediável. E eles realmente continuaram. Então eu tive uma conversa com eles em São Paulo, na Secretaria da Justiça de São Paulo, patrocinada da iniciativa do secretário de Justiça de então, que era muito ligado a eles, o advogado Belisário dos Santos Júnior. Expliquei que eu tinha ido ao limite do possível dentro da conjuntura mesmo sendo cuidadoso, como era meu estilo. Assim mesmo surgiram alguns embaraços, que eu tinha esperança que transpusesse. De maneira que, para uma coisa que estava praticamente no ponto zero, sair do ponto zero já era um avanço, já era uma resposta. Iniciava um processo que com o tempo eu achava que podia se ampliar, mas não adiantava desde logo ambicionar ter a medida máxima, porque isso podia inviabilizar. Eles compreenderam essa argumentação mais realista e foi uma reunião em que praticamente a maioria dos familiares esteve presentes. Teve muita fluência. Secretaria de Justiça. Bom, aí eu achei que a coisa estava madura para tornar pública, mas não quis desde logo. Para sentir mais o pulso, eu chamei esse jornalista, que eu acredito que seja Ricardo Amaral. Na época tinha uma posição muito respeitável, até de uma certa liderança no estado de São Paulo. E ele fez realmente uma matéria muito bem feita.

A.S. – Antes de apresentar o projeto de lei?

J.G. – É.

A.S. – Para sentir qual seria a reação da sociedade.

J.G. – Dizia: “O governo, pela entrevista que tivemos ontem com o José Gregori, pretende fazer o seguinte na questão dos desaparecidos.” Eu dei a lista das pessoas que seriam beneficiadas, porque eu disse: “Eu vou começar nomeando, porque se não, essa coisa fica muito...” E nomeei talvez uns 60 nomes. Cinquenta nomes com certeza, que eram pessoas que eu tinha, desde lá atrás, indo fixando em listas que eu recebia na Comissão Justiça e Paz e

também outros acréscimos que eu mesmo fiz em relação a uma atividade que, pelo meu próprio depoimento, começa lá atrás com aquele comitê [ad hoc]¹⁰² na minha casa, com o Fábio Comparato, o Miguel Reale e tal. De maneira que eu coloquei esses nomes como sendo reconhecidos, como executados pelo governo e já com direito a indenização se a família quisesse, porque eu sempre respeite muito isso. Tem famílias que não vão querer. Então a lei precisa deixar ao critério das famílias.

D.P. – Eu só não entendi essa nomeação que você fez dos 50. Eram os 50 que o senhor tinha conhecimento, mas era para o processo começar? Era para dar exemplo esses 50? Mas qualquer pessoa que estivesse naquela condição...

J.G. – Qualquer pessoa que estivesse naquelas condições que eu coloquei na lei, teria direito, porque eu criei na própria lei uma comissão dos desaparecidos. E já disse que ia ser uma comissão paritária, com representantes do governo, com representantes dos familiares e das Forças Armadas. Quer dizer, uma coisa para não ter dúvida. Porque é exatamente... Eu digo, essa lista é uma tentativa de ser abrangente, mas em uma coisa que ninguém é capaz de dizer, a não ser se abrir um prazo para [que] as pessoas que se julgarem no direito e tiverem sido não lembradas, ou não incluídas, possam apresentar os seus argumentos. E essa comissão funcionou mais do que dois anos, da qual fez parte a Suzana Lisboa e eu acho que uma das irmãs, aquelas duas irmãs. Você falou na Amélia. A Amélia tem uma irmã.

D.P. – A Amélia Teles e a Crimeia?

J.G. - A Crimeia.

D.P. – E acho que a viúva do Rubens Paiva também, a Eunice Paiva.

J.G. – Não. A Eunice Paiva foi convidada quando a gente mandou o processo. Eu convidei a viúva do Rubens, que foi. Ela estava bem... Ela foi para Brasília. Eu sei que a comissão depois, em cima dos 50 arrolados no projeto, colocou mais cerca de 350. São mais ou menos 400. O número exato depois vocês veem.

A.S. – São 136.

¹⁰² O mais próximo do que foi possível ouvir.

J.G. – Quanto?

A.S. – Centro e trinta e seis.

J.G. – Cento e trinta seis?

A.S. – Isso, inicialmente.

J.G. – Ah, inicialmente?

A.S. – Isso. Quando a lei é aprovada.

J.G. – Depois viraram 400 e poucos.

A.S. – Esse outro número não tenho aqui.

D.P. – Ou seja, o senhor tinha colocado 136 então no início, não é? Isso que eu estou achando pouco.

J.G. – Pouco os meus 50?

D.P. – É. Isso que eu estou dizendo. Porque se não já ia ser a primeira grita enorme, porque acho que a essa altura já tinha mais de 100 que estavam, digamos, reconhecidamente...

J.G. – Ah, então no projeto 136.

A.S. – Centro e trinta e seis. A minha pergunta com relação a isso é: o senhor tinha já essa lista...

J.G. – A gente sempre faz mais do que se lembra.

A.S. – O senhor tinha essa lista inicial de nomes, que o senhor ia relacionando desde o trabalho na Comissão Justiça e Paz e essa lista, ela foi elaborada em conjunto com os familiares?

J.G. – Não.

A.S. - O senhor que apresentou essa lista como anexo do projeto de lei?

J.G. – É da responsabilidade exclusiva do autor do projeto.

D.P. – E isso já deu o primeiro embate?

J.G. – Não.

D.P. – Não? Esse não foi o problema no início?

J.G. – Não, não foi problema, porque eu me lembrei da velha política mineira e no paralelo eu criei a comissão, de maneira que a comissão ia fazer exatamente os ajustes e os reconhecimentos que faltava fazer, etc. E como dei à comissão uma representatividade incontestável, porque tinha o governo, tinha Forças Armadas, tinha familiares e o presidente foi muito hábil. O presidente que nós escolhemos, que foi o Miguel Reale Júnior, que é um sujeito apaixonado, etc. e tal, meio impulsivo, mas competente tecnicamente. Ele foi um grande assessor do Ulisses na Constituinte. Foi quando eu estreitei mais o meu relacionamento com ele em 1988. Ele conduziu bem, sempre teve o apoio das várias partes constituidoras da Comissão e eles completaram os 136, que você falou. Acho que foram a quatrocentos e pouco. Depois você vê o número com que terminou. A Comissão se revelou muito independente, porque muitos pedidos foram feitos e não foram aceitos. Quer dizer, não foi uma comissão homologatória, entendeu? Eu acho que o que deu seriedade a essa lei é que ela beneficiou quem tinha que ser beneficiado sem que ela tivesse transformado, como é comum no Brasil, uma coisa que outorga direitos, que no fim vira uma coisa que gregos e troianos vão com a maior tranquilidade buscar os benefícios, tenham ou não tenham direito. Em compensação, também a lei na primeira lista não tinha nomes tão polêmicos e a comissão acabou recebendo o pleito de nomes polêmicos e nós aguentamos a barra política no sentido de esses nomes serem reconhecidos. Porque foi reconhecido não na primeira lista, mas pela comissão, o Marighella e depois o Lamarca, que na época eram dois nomes bastante polêmicos e que atritavam muito a convivência do tema com o setor, sobretudo, militar.

A.S. – Tem, inclusive, uma tentativa em curso de revisão dessa decisão sobre o Lamarca.

J.G. – Ah, é?

A.S. – É. O pedido é que a família devolva o benefício recebido pelo processo sobre o Lamarca.

J.G. – Juridicamente a coisa está, modéstia à parte, muito bem-feita. Eu acho muito difícil que alguém consiga rever e o trabalho da comissão foi muito criterioso. Muito criterioso. Eles se imbuíram do espírito da lei e tal. Inclusive para manter a autoridade de casos que eles negaram. O sujeito entrava lá e tal achando que ia ter o direito reconhecido e a comissão: “Não é o caso. Não se enquadra em nenhuma das exigências da lei.” E baixa taxa de conflito. Quase zero. Eu tive problemas, apesar de o reconhecimento não ser meu, porque eu tinha, de longe, um papel de supervisão como autor da lei. Mas quem tinha feito o reconhecimento era a comissão. Eu tive problemas quando do reconhecimento do Marighella. Eu recebi um protesto telefônico, o que me valeu dizer: “Senador, vamos conversar em um nível de som que eu possa ouvi-lo e o senhor me ouve. Então vamos baixar o som, porque eu estou ouvindo muito bem o senhor. Vamos conversar civilizadamente.” Do Antônio Carlos Magalhães, que sem truculência, mas com uma irritação bastante evidente, estava protestando pelo fato de ter havido o reconhecimento do Marighella.

D.P. – E também baiano como ele, então...

J.G. – Baiano como ele, ainda muito sensibilizado pelo fato de ter sido um revolucionário do esquema militar muito evidente. E depois, quando se fez o reconhecimento do Lamarca, o comandante da região militar de Pernambuco protestou. O presidente ligou para mim. Eu disse: “Aí só tem uma saída. Demiti-lo, porque realmente é um recomeço...” Por uma comissão, essa comissão já ganhou não um status, mas ganhou um prestígio de isenção, de respeitabilidade, porque negou muitos casos de pessoas que achavam que iam ter o reconhecimento dos direitos e tal. Mas é que nós não temos outra atitude a não ser demitir esse militar. E ele realmente foi demitido. Foi demitido. Era na região lá do seu estado, Pernambuco. Bom, no mais a imprensa... Como a primeira matéria foi muito bem feita... Quer dizer, no Brasil tem isso. Certas coisas se encaminham melhor do que outras porque são bem apresentadas na imprensa. Exemplo de hoje em dia, quer dizer, mais recente: a entrevista que o Jefferson deu sobre o Mensalão, a primeira. Aquela jornalista da *Folha*, cujo o último sobrenome é Petri. Ela faz o programa na Globo News. Ela fez uma matéria tão bem-feita... Traduziu o que o Jefferson tinha dito em palavras tão contundentes, que você lia uma entrevista e dizia: “Não é possível que um caso desse termine nessa entrevista. Isso vai causar um processo enorme.” E causou o Mensalão. No meu caso eu devo muito, por isso é que eu estou insistindo, à maneira como esse jornalista apresentou o caso. A *Folha* não publicou a

lista e recebeu uma nota, uma carta de protesto contundente e com certa mágoa, pelo respeito que tinha pela Folha, do pastor James Wright, porque a *Folha* publicou a notícia, mas não publicou a lista. Diz a *Folha* porque a maioria dos listados no projeto do José Gregori já eram do nosso conhecimento. Aí o James Wright voltou ao assunto com mais uma carta dizendo: “É completamente diferente, porque agora é um órgão do Estado que está fazendo um reconhecimento oficial.” Quando se publicava nomes era na faixa da especulação, ou consta. Agora é um reconhecimento. Então essa polêmica feita com a pessoa de alta autoridade no campo dos direitos humanos e dos desaparecidos, porque ele lutou muito por isso, porque ele perdeu um irmão. Foi executado pelas forças de segurança da época. Isso conferiu logo de largada uma grande credencial para o projeto. Tanto assim que na Câmara mesmo e no Senado eu tive muito pouca oposição. É claro que os notórios... Eu nunca tive a curiosidade de saber se o tal do militar aí aloprado... Como é o nome dele?

D.P. – Bolsonaro.

J.G. – O Bolsonaro. De que jeito ele votou, etc., porque eu sabia que ia ser aprovado. Sabia que era uma batalha que a gente tinha levado a bom termo.

A.S. – O governo teve que fazer algum tipo de negociação com os parlamentares?

J.G. – Muito pouca, muito pouca. Exclusivamente regimental. Não teve uma voz dissonante, porque eles acharam que a solução surpreendeu. Apareceu uma pequena oposição com um item que eu tinha colocado que o Estado deveria prover, numerar as despesas necessárias para se procurar onde houvesse razões fundadas de suspeita de existência dos corpos. Um deputado da Paraíba levantou o problema de que não cabia ao Estado fazer despesas com esse tipo, mas uma coisa que entre os deputados mesmo a coisa se apagou e no fim aprovaram praticamente o projeto sem modificação. Com isso, a questão dos direitos humanos ganhou uma configuração, porque era sempre difícil, em termos de governo, mostrar o que era na prática os direitos humanos. Em teoria muito bem, mas na prática era difícil mostrar o que era direitos humanos. E a coisa, pela delicadeza do tema e pela repercussão histórica, teve repercussão internacional.

D.P. – Deixa eu voltar só um ponto sobre a lei. O senhor falou que o deputado da Paraíba questionou o fato do Estado arcar com alguns custos na busca dos, digamos, desaparecidos.

Do lado dos familiares não tinha uma queixa também que o Estado estava deixando que o ônus da prova ficasse com a família e não com o Estado? Não teve um debate nesse sentido, que cabia aos familiares terem que provar que, digamos, seu ente era um desaparecido e, inclusive, custear as despesas das buscas, etc. e tal e que esse foi um dos pecados da comissão? O senhor lembra desse debate?

J.G. – Não me lembro. A convivência foi boa, porque eles fizeram parte da comissão e todos muitos capazes e como eu disse e repito, de uma lealdade, de uma dedicação que eu vi poucas vezes na minha vida pública. O que naturalmente surgiu era um pouco, e sempre surge, a questão da anistia. Se não era a ocasião de aproveitar a lei para colocar o problema de que os responsáveis... Mas o âmbito da lei era mais uma coisa circunscrita ao interesse dos familiares. Antes de tudo porque me comoveu muito saber que algumas viúvas não poderiam sequer iniciar o inventário, porque a questão do desaparecimento era ainda uma dúvida. Então a declaração da lei... “Esses foram executados pelo Estado.” E quando o Fernando Henrique mandou o projeto em uma cerimônia *simplérrima*, mas que esteve presente a Eunice, ele aproveitou e disse: “Em nome da história, eu, como presidente de uma continuidade institucional, que é a nação brasileira, eu quero pedir desculpas aos que foram objeto de injustiças.” Ele fez isso. Ele pediu desculpa nessa cerimônia. Eu sei que a discussão ficou um pouco mais por esse lado, de por que não aproveitou para também não abrir algum artigo que falasse na punição, etc. Mas esse lado, assim... Porque as despesas ficaram todas por conta do Estado. Durante o funcionamento da comissão, pelo menos na minha gestão, se fez duas expedições ao Araguaia. Uma vez com contratação de peritos argentinos, que a família disse que tinha camaradas na Argentina que tinham mais preparo do que os técnicos da Unicamp, etc. A gente contratou dois técnicos argentinos e foram lá para o Araguaia. Alguns membros da comissão ficaram muito tempo no Araguaia, nessa procura. Tudo por conta da comissão. Quer dizer, essa parte de despesa nunca houve queixa. Claro que tudo que é vida é inesperado, então surgiram problemas, por exemplo, de aparecerem duas viúvas representando a mesma indenização. Isso causou um debate judicial entre elas, porque uma achava que ela, como viúva, que tinha direito. A outra não. “Como companheira de toda vida e tal, eu é que tenho direito.” Então surgiram coisas inesperadas nesse sentido. Mas de uma maneira geral, Dulce, a lei foi bem recebida por todos os setores que ela abrangeu. A ponto de exatamente ter dado força e condições para eu começar a pensar, levantando a ideia de

que: “Olha, nós temos que ter um, se não um Ministério de Direitos Humanos, uma Secretaria de Direitos Humanos. Porque vocês viram como o assunto é repercutível.” Quer dizer, como é uma coisa que bole nas entranhas da nação brasileira e tal, não é uma coisa periférica. Então acho que o alicerce da futura Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que depois virou ministério e hoje volta a ser secretaria, eu acho que foi a Lei dos Desaparecidos. A repercussão favorável que teve, a ponto de... Eles arrolaram algumas razões, mas a razão principal, não tenho dúvida nenhuma, da ONU ter me dado o Prêmio Internacional de Direitos Humanos comemorativo aos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na justificativa está “coautor do projeto dos desaparecidos políticos do país”, etc.

A.S. – O senhor mencionou que nesse processo de negociação ainda, de elaboração do esboço da lei, ainda nem era o projeto de lei apresentado ao Congresso, o senhor, o Nelson Jobim, consultaram alguns militares e a negociação, ela ia um pouco no limite do possível, porque não poderia haver o que o senhor chamou de uma medida máxima. O que seria essa medida máxima?

J.G. – Olha, essa medida máxima seria eu acho que o que era uma reivindicação que não deixou de existir até hoje, que era uma revisão da Lei da Anistia, no sentido de abrir processo contra aqueles que torturaram, ou cometeram violências, etc.

A.S. – Isso a gente entende como uma revanche também, que era apresentada pelos militares nesse momento?

J.G. – Na época era considerado.

A.S. – Então a ideia de responsabilizá-los judicialmente por eles seria encarada como uma revanche nesse momento.

J.G. – Exato.

A.S. – Tem algumas questões que são, em termos de princípio, de técnica da lei, que eu gostaria de ouvi-lo a respeito. A primeira delas é o período que é coberto pela lei. A primeira versão da lei, que depois é modificada em 2002, que vai de dois de setembro de 1971 a 15 de agosto de 1979. Pessoas que tivessem desaparecido em razão de participação, ou acusação de

participação em atividades políticas nesse momento. Qual era a razão da definição desse período especificamente? Depois ele amplia para 1988.

J.G. – Olha, eu tentei fazer a lei, exatamente por causa de ainda a areia ser muito movediça, naquela época, para esses assuntos, com técnica similar a outras leis que vieram a indenizar. E acho que, pelo meu estudo, pela minha pesquisa, tinham sido mais exitosas, eram leis que tinham estabelecido limites no prazo de reivindicação. Não deixava a coisa aberta, entendeu? De maneira que a ideia de dar um prazo foi, em primeiro lugar, coincidir com os estudos que eu tinha feito, – nesse ponto a área econômica me ajudou –, de pagabilidade. Eu tive sempre também uma preocupação de, de repente, não estabelecer um benefício. A pessoa ganha o benefício porque tem direito, porque está enquadrado na lei, etc., mas o orçamento não foi visto. Eu queria fazer uma coisa norueguesa. Quer dizer, ninguém vai ter qualquer tipo de dissabor adicional ao que já teve em razão dessa lei. Então eu estabeleci prazo para também coincidir com o prazo em que nós éramos governo e, portanto, o esquema econômico de sustentabilidade da lei eu tinha certeza, quase que absoluta, que funcionaria. Como funcionou. Funcionou. Não tem uma queixa, nenhuma que seja, a respeito do funcionamento da lei. Segundo lugar, porque também é da tradição jurídica, quando você estabelece um prazo, por razões de força maior, por razões disso, ou daquilo e tal, você pode também prorrogar, como acabou sendo prorrogado. Em terceiro lugar, porque já tinham me dito que poderia haver divergências a respeito da não disputa, porque essa palavra seria exagerada, mas algum tipo de divergência de familiares. Então quanto mais fosse próximo o problema de eu saber que aquela comissão, constituída com a minha concordância, julgasse o caso, seria melhor. De maneira que foi pensando em razões mais técnicas e de política, no sentido da adaptabilidade da execução da lei em relação às características culturais brasileiras, que a gente estabeleceu o prazo. Em segundo lugar, foi uma coisa que eu nunca disse a ninguém, mas vou dizer a vocês agora. A direita respeita o que ela julga que é bem feito, entendeu? Então eu digo: “Em primeiro lugar, eu quero fazer uma coisa bem feita, que pareça um violino.” Porque tudo que vem da esquerda, a direita acha que é uma coisa improvisada, que é uma coisa demagógica, que é uma coisa populista. E eu recebi o testemunho surpreendente, porque nunca tinha falado comigo e tal. De repente, no aeroporto encontrei com o economista Roberto Campos. Ele disse: “Olha...” Talvez eu fosse secretário na época, ou... Pelo menos doutor saiu. “Olha, doutor Gregori, é claro, eu não concordo com nenhum espírito, nem a

letra da lei que o senhor fez, mas quero lhe dizer que foi muito bem feita. Tecnicamente é uma lei perfeita.” Eu acho que eu sou da opinião que a gente não deve deixar à direita nem mesmo o problema de ela saber fazer as coisas. Eu acho que a esquerda, a posição progressista, a posição humanista, deve ter a preocupação de cobrir todos os aspectos, inclusive o aspecto da respeitabilidade como proficiência técnica, como saber fazer a coisa. Eu achei sempre que quem ia mexer com essa lei é gente muito sofrida, gente que foi duramente copiada pela vida. Público que eu não queria que tivesse trabalhos adicionais e, de repente, se tornar uma lei polêmica, uma lei cheia de defeitos, cheia de lacunas, etc. Então eu procurei ficar em estado de graça, em matéria de feitura. E dentro desse critério eu achei que colocar prazo era melhor que deixar uma coisa aberta.

A.S. – E o início do período de envolvimento com atividades políticas das pessoas desaparecidas começar em 1961? Por que vocês tomaram essa opção nesse momento? Começa em dois de setembro de 1961 e vai até 15 de agosto de 1979. Imagino que por conta da data de medição de Lei de Anistia, mas o início em 1961 é devido a quê? A gente tem aqui toda a legislação, se o senhor quiser consultar também. Aqui no Artigo 1º diz assim: “São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas ao anexo 1 desta lei, por terem participado ou por terem sido acusadas de participação em atividades políticas no período de dois de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.” Então vocês retrocedem na concepção da lei, ao período, ao início da ditadura militar com o golpe de 1964. Vocês pensaram em retroceder a uma conjuntura...

J.G. – Não, porque chegaram notícias de que tinha havido ou algumas execuções, ou alguma mortes misteriosas, alguns desaparecimentos no tempo do parlamentarismo no Brasil. Houve uma espécie, que eu me lembro, de um saque no Rio de Janeiro e algumas pessoas foram... A polícia agiu de uma maneira e essas pessoas não apareceram. Pelo menos dois operários. Quer dizer, chegaram algumas notícias que, mesmo antes do golpe militar, tinha havido um tipo de desaparecimento. Agora, devo dizer que na feitura da lei, – um detalhe importante que eu esqueci –, eu tinha não colocado um artigo que o sujeito morto em tortura não era... Desde que aparecesse o cadáver, ele não era desaparecido tecnicamente.

D.P. – Morto em tortura caso o cadáver...

J.G. – Aparecesse. Porque eram desaparecidos. Minha primeira redação contemplava só o desaparecido, aquele que não se soube mais dele. Não se teve mais notícia do seu corpo. Mas aí me ligou o jornalista, que era jornalista do *Jornal do Brasil*. Esse que foi ministro das Comunicações do Lula.

D.P. – Franklin Martins?

J.G. – Franklin Martins. Franklin Martins era jornalista do *Jornal do Brasil* e ele disse: “Olha, José Gregori, o filho de um deputado mineiro, de Minas Gerais, ele morreu executado.” Mas apareceu o corpo. O Herzog morreu executado, ninguém tem dúvida que essa coisa do suicídio é uma coisa pré-fabricada. “E como a lei exige o desaparecimento, eles estão fora.” Foi o Franklin Martins que me mostrou que eu poderia complementar e aperfeiçoar a minha lei. Aí eu coloquei que o direito, mesmo aparecendo o corpo, se a pessoa provasse que tinha sido executada e já estava... Porque a tese toda é estar sob o poder do Estado. Quer dizer, o Estado tinha obrigação de processar e nunca, mesmo pela legislação deles, de executar. Foi graças ao Franklin Martins que...

D.P. – Daí a categoria mortos e desaparecidos.

J.G. – Mortos desaparecidos. Aí entrou. Era um moço, líder estudantil, filho de um deputado, que foi importante em Minas Gerais. Eu me lembro.

D.P. – Mata Machado?

J.G. – Mata Machado. Com a Dulce do lado não precisa ter muita elucubração de memória. Mata Machado. O filho dele morreu executado.

A.S. – Ela é sensacional demais. [riso] Toda a discussão em torno da lei como projeto de lei, depois a lei publicada, o início dos trabalhos da Comissão Especial, não suscitou também uma discussão sobre a tipificação do crime de desaparecimento forçado no Brasil? Ou essa não era uma questão ainda nesse momento?

J.G. – Não, não era uma questão.

A.S. – Não se aproveitou essa existência [inaudível].

J.G. – O que a lei fez e eu já disse e repito, ela de certa maneira abriu caminho para a Secretaria de Direitos Humanos. Quer dizer, ela colocou finalmente a necessidade do Estado como Estado cuidar de direitos humanos. Porque no tempo do regime militar os direitos humanos foram muito utilizados. As bandeiras foram muito [inaudível], etc. Mas aí não era por parte do Estado. O Estado era autor dos atentados, das infrações, das violações dos direitos humanos. Então não estava claro por que o Estado tinha que mudar de posição e ele ser autor de direitos humanos. Então a lei e a discussão à vida e o funcionamento exitoso da lei e da comissão foi um *handicap* didático para mostrar que era necessário que o Estado tivesse um setor que cuidasse dos direitos humanos. Quer dizer, para nós, que desde a campanha eleitoral tínhamos essa ambição, eu vi que depois da lei esse problema de ter uma secretaria de direitos humanos ganhou grande velocidade, grande empuxo.

A.S. – A lei no Artigo 2º, ela prevê que “a aplicação das disposições da lei e os seus efeitos deveriam se orientar pelo princípio da reconciliação e da pacificação nacional.” O que seriam esses princípios de reconciliação e de pacificação nacional?

J.G. – Aí era um problema de mostrar que o espírito da lei... Tecnicamente sempre se considera a letra da lei o espírito com que a lei é feita. Faz parte da hermenêutica jurídica você saber por que o legislador fez aquela lei. Então era exatamente a confirmação de que não havia intuito revanchista.

A.S. – E no ano seguinte é apresentado, em 1996, o Plano Nacional de Direitos Humanos, que é o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos. Como foi o processo também de concepção desse plano?

J.G. – Bom, o problema foi que houve uma discussão, e eu não estive presente, no congresso de 1993 em Viena, que se reconheceu a unidade dos direitos humanos, não obstante eles tenham natureza civil, econômica, social, cultural. Mas eles constituem uma coisa só e ficou conhecido como uma unidade dos direitos humanos. A universalidade e a unidade. Então foi um congresso muito importante. Em primeiro lugar porque tirou os direitos humanos, teoricamente, do campo exclusivo da área civil, ou da primeira geração, como outros chamam. Direito à vida, direito a professar a religião, direito a ir e vir, etc. E disse: “Não, também são direitos humanos direitos sociais básicos.” Direito do trabalho, direito à

aposentadoria, direito ao reconhecimento da mulher em igualdade de condições com o homem. Essa parte toda foi considerada tão direitos humanos como direito à vida. Então foi um congresso muito importante em 1993, em Viena. E lá no fim dessa declaração, que estabeleceu a universalidade e a unidade dos direitos humanos, eles colocaram que, sendo possível, os países deveriam elaborar planos nacionais de direitos humanos. Aí eu... Opa! [riso] Decisão internacional, uma bela ideia. Vamos fazer. E o Brasil fez em primeiro lugar. Talvez não tenham sido muitos países que tenham feito o que o Brasil fez. Mas eu já tinha ganhado a aceleração da Lei dos Desaparecidos. Quem foi o meu braço direito na feitura desse plano foi o Paulo Sérgio Pinheiro e um menino, cria dele e discípulo dele, que morreu precocemente, mas era um menino muito estudioso, muito criterioso. Paulo Mesquita. De São Paulo.

D.P. – Paulo Mesquita morreu?

J.G. - Paulo Mesquita. É um nome estranho?

D.P. – Não, não. Conheci. Conheci ele. Não sabia que tinha morrido, não.

J.G. – Morreu.

D.P. – Ele participou desse seminário que eu organizei, que você veio aqui na Fundação.

J.G. - Ele era da tribo. Estava sempre presente.

A.S. – Oscar Vilhena o nome do professor, do diretor da Escola de Direito da FGV.

J.G. – Oscar Vilhena. O Paulo é mais ou menos da geração do Oscar.

D.P. – O Paulo participou muito daquele Núcleo de Estudos da Violência, César [inaudível], Paulo Sérgio Pinheiro.

J.G. – Isso, isso. Estava em todas.

D.P. – Ele veio nesse seminário que a gente organizou.

J.G. – Então eu não posso falar do Plano Nacional de Direitos Humanos sem mencionar os nomes do Paulo Sérgio Pinheiro e do Paulo Mesquita.

D.P. – Nessa época eles tinham cargos relacionados ao...

J.G. – Não. Eles tinham uma ONG em São Paulo e nós fizemos um convênio com eles. Eles me deram minutas, fizeram estudos, mas aí eu resolvi percorrer o Brasil com os primeiros esboços do plano, convocando os setores abrangidos, para saber o que a gente tinha colocado e o que a gente tinha deixado de colocar. Então fizemos uma maratona pelo Brasil. Sempre: “Olha, a ideia é fazer um plano, etc. Principalmente colocar nesse plano os chamados excluídos e tal, que ninguém lembra deles. Queríamos saber se a gente previu todas as hipóteses, se estão faltando algumas.” Era com esse objetivo que a gente abria essas dezenas de encontros que a gente fez pelo Brasil. E sempre faltava alguma coisa, porque em matéria de direitos humanos, pela minha experiência, com meus cabelos brancos, você sempre terá a penúltima reivindicação. Nunca terá a última. E é por isso que os direitos humanos também avançam. Eu me lembro que no Paraná eu estava muito satisfeito, porque tinha recebido muito poucos acréscimos. De repente, levanta um e diz: “Olha, o meu povo foi totalmente excluído do seu plano.” Opa! Poxa, será? Ele disse: “Não, eu sei o que eu estou dizendo. Não estou falando com mágoa, mas acho que o senhor precisa colocar o meu povo no plano.” Digo: “Mas quem é seu povo?” Ele falou: “Os ciganos. Não tem uma palavra sobre os ciganos.” Bom, eu já tinha recebido um elogio porque o plano foi, desde o Pedro Álvares Cabral, o primeiro documento oficial que usou a expressão “homossexualidade”. O Luiz Mott, da Bahia, ele é muito teatral e tal. Ele irrompe uma vez no meu gabinete e diz: “Vai receber um beijo porque é o primeiro brasileiro na história do Brasil que lembrou de nós. Colocou o problema da homossexualidade no plano.” E como ele é também pesquisador e tal, eu acho que ele estava falando a verdade. Procurei às vezes conferir e acho que, por enquanto, ele está falando a verdade. Não encontrei nenhum documento anterior oficial que tenha falado na homossexualidade. Mas em compensação, recebi também essa cobrança de um representante do povo cigano, que nós tínhamos que [inaudível].

D.P. – Deu para incluir?

J.G. – Ah, deu. Deu. Deu para incluir. Aliás, o objetivo desses encontros era exatamente... É claro que surgiam muitas reivindicações que não eram no campo dos direitos humanos. A gente tinha que fazer uma filtragem, mas sempre apareceram coisas que realmente a gente ou não tinha tratado suficientemente ou, como no caso dos ciganos, tinha omitido, tinha

esquecido. Então eu acho que o plano foi um marco. Foi um marco e algumas coisas foram antecipações de realizações concretas. Quer dizer, a coisa não ficou só como um enunciado de boas intenções. Por exemplo, eu coloquei lá que o Carandiru, que era um presídio em São Paulo, onde tinha havido aquele massacre e tal, tinha que ser desativado. E eu me lembro que, em alguns desses encontros, pessoas construtivas e que me queriam bem disseram: “Olha, eu, se fosse o senhor, tirava esse item de desativação. Porque isso é uma coisa tão difícil, que beira a utopia e descredencia o plano, etc.” Quer dizer, foi tido como uma das coisas mais ambiciosas do plano a desativação do Carandiru. Como nós conseguimos essa desativação, desapareceu o Carandiru, ele foi implodido e hoje lá existe uma praça muito bonita com uma biblioteca popular de grande frequência. É uma coisa que comprova, em um assunto difícil e dispendioso, que o plano não foi uma coisa só de enunciados de boas ideias. Acabou funcionando na prática. Porque para implodir o Carandiru foi necessário estabelecer toda uma construção de novas penitenciárias em São Paulo para abrigar aqueles que estavam no Carandiru e que eram a razão pela qual ele ia tendo continuidade, não obstante a barbaridade de terem morrido 160 vítimas de uma invasão policial. De maneira que o plano foi um marco, não só, digamos, de proclamação teórica dos direitos humanos, mas também funcionou bem na prática, em alguns itens difíceis como esse.

A.S. – Ele veio via decreto presidencial?

J.G. – Veio.

A.S. – O senhor mencionou que vocês percorriam várias cidades do país apresentando o texto do plano e discutindo com grupos sociais interessados nos temas abordados pelo plano e esse é o momento também da realização da 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Vocês que organizaram também a realização dessa conferência? Como vocês entravam em contato com essas pessoas? Era via Organizações Não-Governamentais?

J.G. – É.

A.S. – Tinha o mapeamento de quem eram essas pessoas?

J.G. – Olha, tinha. Quer dizer, ainda éramos poucos, o que facilitava. Mas a gente sempre, item por item, encomendava. Fizemos bons convênios com a pessoa que podia abarcar o

assunto não sendo do Estado, de maneira que tivemos uma boa capilaridade. Foi uma época em que começaram a surgir ONGs especializadas em... A tal Comissão Teotônio Vilela, que eu me referi ontem, se tornou Núcleo de Estudos Contra a Violência, em São Paulo, com patrocínio da própria Universidade de São Paulo e com a colaboração que me prestou no Plano Nacional de Direitos Humanos. Na feitura do plano, em uma visão de revisão e apresentando boas ideias, eu quero destacar também o nome de um diplomata, que era especialista em direitos humanos e que esteve na Conferência de Viena, etc. depois eu mando o nome dele, porque agora, salvo se a Dulce lembrar... É um diplomata muito... Tem até livro sobre direitos humanos.

A.S. – Agora ficou em uma saia justa. [riso]

D.P. – Agora falhei. Essa é difícil. [Inaudível] universidade.

J.G. – Mas eu depois mando.

A.S. – Houve alguma objeção ao plano?

D.P. – Isso até que eu ia perguntar. Se no governo, disputas lá dentro, [inaudível] a oposição. Porque o governo é aliança também desses atores mais...

J.G. – O que eu fiz é o seguinte: eu tive muita noção da real dimensão governativa que os direitos humanos teriam por ser uma coisa nova. Quer dizer, o fato de os direitos humanos passarem a ser uma política de Estado, eu contabilizei como um grande avanço. Nunca fiz questão de que isso se traduzisse também em primazia ministerial, etc. Eu sabia que em um governo eu comparecia às reuniões do ministério, mas o ministro da Fazenda seria sempre ouvido de outra maneira pelo presidente do que eu. Mas o fato de eu estar lá sentado, com a bandeira dos direitos humanos, já era um grande avanço. De maneira que hostilidade nós não tivemos de ninguém. Agora, compreensão, tinha uns mais compreensivos. Em muitos assuntos o Itamaraty me ajudou. Às vezes eu precisava desenvolver todo um trabalho de convencimento, porque a reação do Itamaraty não era automaticamente favorável. Quando, por exemplo, se tratou do reconhecimento da autoridade do Tribunal de Costa Rica, dos direitos humanos. Havia um certo preconceito contra, ainda residual, mas tinha, contra a América do Sul. América do Sul corporificada em uma corte de justiça, em um país

respeitável, mas pequeno. Então talvez não seja conveniente o Brasil colocar sua soberania em uma coisa sobre essa. Esse era o tipo de não negativa, mas de...

A.S. – Receio?

J.G. – De receio, que precisava vencer. A mesma coisa: “Será que será útil para o Brasil fazer parte do Tribunal Internacional Penal, que foi criado em Roma?” Uma coisa que dificilmente vai funcionar, etc. E eu dando força e ajudando a fazer a política aí governativa, porque precisava ser uma coisa reconhecida pela maioria do governo. Então os direitos humanos, como começaram a funcionar nesse governo, os primeiros passos foram de moderado acolhimento, mas sem hostilidade. Quer dizer, quando eu fiz a Lei dos Desaparecidos, eu contei, por exemplo, com a boa vontade do setor econômico e do setor previdenciário. Os dois perderam noites e noites em fazer contas e verificar os fundos, fazer todos os cálculos. Se forem 200 os que reivindicarem, se forem 400, se forem 1000, se forem... De onde tirar o dinheiro, etc. Eles foram muito solidários. Tanto o setor econômico, repito, como o setor previdenciário.

D.P. – O senhor não teve nenhum atrito com o Reinhold Stephanes? Com essa coisa do INSS, das aposentadorias, dele achar que os valores estavam sendo...

J.G. – Não, ele colocou até um assessor para me ajudar e tal e esse assessor foi muito... Já não me lembro o nome. Vou pesquisar. Se achar o nome do assessor... Mas foi muito colaborativo. Então eu tinha, no governo, independentemente do fato de ser amigo do presidente, de ser um militante da causa, ou das causas que, em última análise, resultaram no governo... Independentemente dessa simpatia, eu tive apoio, sobretudo porque eu era muito amigo da dona Ruth Cardoso. A dona Ruth foi uma colaboradora, assim, de todas as horas. Quando a coisa ficava um pouco difícil, a dona Ruth sempre colocava uma palavra a favor da secretaria.

D.P. – Doutor Gregori, uma perguntinha sobre... Durante esse período que o senhor está discutindo o plano e apresentando o plano, tem aquele grande massacre do Carajás, Eldorado de Carajás, que agora acabou de completar 20 anos, com a morte de quase 20 pessoas. Enfim, foi uma coisa bastante forte. O senhor lembra do impacto disso no governo? Como é que foi a repercussão na época?

J.G. – Não, foi grande. A ponto de, no dia seguinte do massacre, o governo ter pedido que o ministro da Justiça da época, o Jobim, fosse ao Pará e fosse ao lugar geográfico onde tinha se dado o massacre. E eu acompanhei o Jobim. Levamos do Pará para o lugar do massacre os peritos para fazer o levantamento do que tinha havido e praticamente recolhemos um cargo oficial. Um por um dos três peritos que foram, porque um deles estava de folga e tal. Três. O Jobim acionou o comandante da região militar, porque surgiu a ideia de que pudessem ter mais mortos do que aqueles que tinham aparecido. Então era preciso fazer em uma região grande uma espécie de varredura, para saber se não tinha cadáveres escondidos. Então houve realmente um impacto no governo, uma série de providências. Agora, o *post* massacre eu transferi para o Conselho Nacional de Direitos Humanos. O representante do Pará, o procurador, foi convocado durante três anos em todas as reuniões. O Jobim me atribuiu, como secretário nacional de direitos humanos, a incumbência de dirigir o conselho. Eu coloquei sempre como item da pauta a notícia sobre a situação do processo de Carajás. Não deixei sossegado esse procurador. Depois parece que fez carreira política no Pará, mas foi uma cobrança permanente a ponto da coisa se traduzir em processo. Houve condenações, etc., mas as condenações foram muito altas contra os chefes militares. Exatamente porque foram muito altas, foram objeto, – naquele tempo tinha muito recurso –, de recurso. Então o período de recolhimento deles foi pequeno.

D.P. – Bom, por que esses massacres não eram um pouco a crônica de uma morte anunciada? Quer dizer, vocês já estavam prevendo que algo parecido ia acontecer naquela região de muita tensão, ou vocês foram completamente surpreendidos já com o massacre? Porque às vezes o governo é acusado, em vários episódios semelhantes, como a morte da Dorothy, por exemplo, que o governo tinha sido acionado já em outro momento. Eu estou só relembando aqui a Dorothy porque o pessoal acusa muito, responsabiliza o governo por não ter tomado providências. Aí eu pergunto, no caso também do massacre do Carajás, do Eldorado Carajás, se não tinha também essa acusação. Vocês sabiam que a coisa estava muito tensa lá? Tomaram alguma providência, ou deixaram um pouco o Pará resolver?

J.G. – Não, o problema da punição, pelo menos na primeira fase...

D.P. – Digo antes. Quando o massacre aconteceu. A situação estava tensa. O governo federal tomou alguma providência, ou vocês não sabiam de nada e, de repente, estourou o massacre?

J.G. – Não. O problema, a preocupação em geral, teve pelo fato do governo não ter congelado a questão da reforma agrária. Quer dizer, não foi um tema que... “Não vamos falar em reforma agrária porque isso é coisa de outros setores, não é coisa de tucano, como é o nosso governo.” Não. A questão da reforma agrária estava colocada. Embora tivesse, na época, muita dependência do Ministério da Agricultura. Dois: desde o tempo do Marcos Freire que eu tinha um começo de diálogo com o MST. A gente manteve, por meu intermédio, uma conversa que nunca foi muito prolongada, mas o suficiente para que o próprio presidente da República tivesse recebido uma vez o próprio Stédile. Três: a gente manteve um diálogo com setores que, de certa maneira, drenavam a eletricidade do assunto, que um deles era, naquela época, a Conferência Nacional dos Bispos, a CNBB. Então mantivemos muito contato com a CNBB e com a Comissão Pastoral da Terra. Exatamente esses diálogos pré-Carajás fizeram com que a cobrança depois de Carajás pela investigação e punição fosse garantida. Por isso é que é um assunto que se tornou permanente da Comissão Nacional de Direitos Humanos. E a colocação em todas as reuniões desse procurador do Pará, que tinha que ir lá a Brasília dizer como é que estava e a gente cobrar duramente. Dizer: “Poxa, mas não acontece nada.” Não foi um assunto alheio. Foi um assunto que não só teve a ida do ministro Jobim, teve a varredura que foi feita e teve depois a transferência do caso como *locus* para cobrança para o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos.

A.S. - O senhor tinha contato com o Betinho nessa época?

J.G. – Eu acho que, cronologicamente, o nosso governo começou... Eu acho que ele já tinha falecido.

A.S. – Já tinha falecido.

D.P. – Não, não, não.

J.G. – Ainda teve uma época de convivência?

D.P. – Teve.

J.G. – Não, tinha.

A.S. – Os trabalhos da Ação da Cidadania.

D.P. – Campanha da Fome.

J.G. – Quem tinha institucional com o que ele foi organizando... Porque ele organizou muita coisa.

D.P. – Quando ele organiza a Campanha da Fome, ele é até chamado depois para a coisa da Comunidade Solidária.

J.G. – Exatamente, da Dona Ruth. Então quem esteve mais com ele e com os setores dele foi a Ruth e, como Maria Helena Gregori era auxiliar direta da Ruth, era mais a Maria Helena. Ele era vivo. Nós fizemos, não juntos, mas na paralela, ele tinha o Natal Sem Fome. E eu coloquei Natal sem Morte. Criei esse... “Vamos ver se a gente vive o Natal sem morte.” Com uma campanha no trânsito, com uma campanha nas cidades criei um dispositivo para imaginar o que seria um Natal Sem Morte, como ele tinha organizado, e já tinha dois ou três anos de prática... Pelo menos dois anos. Eu me lembro que um no governo Itamar, outro no governo Fernando Henrique. O Natal Sem Fome. Aí convivemos bem, mas eu não tive muito...

D.P. – Mas ele fica pouco tempo vivo. Acho que ele morre em noventa e...

J.G. – Não tive muita aproximação de convivência. Conheci pouco.

A.S. – E como se dá essa elevação da Secretaria de Direitos Humanos para Secretaria de Estado de Direitos Humanos? É uma consideração da importância do tema no âmbito do governo?

J.G. – É. Quer dizer, ficou uma época assuntos de direitos humanos com a chefia de gabinete, que era exercida por mim no ministro Nelson Jobim. Foi nessa condição que eu fiz a Lei dos Desaparecidos. Ainda não era secretário. Quando o Jobim foi convidado para ir para o Supremo Tribunal Federal e, portanto, deixar de ser ministro da Justiça, veio um outro ministro da Justiça. Aí eles criaram, nós criamos a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e me deram o título com *status* de ministro, secretário nacional de direitos humanos. Quer dizer, a primeira reunião de ministério que eu estive presente, eu estive utilizando esse status de ministro, pelo fato de ser secretário nacional de direitos humanos.

D.P. – Porque a secretaria, anteriormente, era vinculada ao Ministério da Justiça, não é?

J.G. – É. Quem desvinculou acho que foi o Lula. O Lula que levou para a presidência da República. No governo Fernando Henrique ficou sempre no Ministério da Justiça.

D.P. – Mas isso que eu estou dizendo. Porque antes ela era apenas uma secretaria mesmo, apenas dentro do ministério, no primeiro momento. Não é isso? Depois é que ela tem o *status* de...

J.G. - É. Exato. A partir de abril. Foi abril de 1997. Abril de 1997, quando o Jobim deixou de ser ministro da Justiça e passou a ser ministro do Supremo Tribunal Federal, aí veio um novo ministro. Nessa época é que foi criada a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, sendo que o titular, no caso era o José Gregori, teria *status* de ministro.

D.P. – Estava no segundo mandato já, não é?

A.S. – A gente checa isso depois.

D.P. – O dado que tem aqui é que esse *status* de ministério é no segundo mandato do Fernando Henrique. No início, em 1999. Mas isso aqui não tem problema. A gente checa.

A.S. - E como era o cotidiano na Secretaria? Em termos de exercício de governo eu imagino que tenha alguns protocolos cotidianos que devam ser cumpridos, principalmente quando ela passa a ter esse *status* de ministério, ainda que não reconhecida como ministério tal qual. Tinha interlocução com as Organizações Não-Governamentais? Era para elaboração de projetos de lei? Como funcionava na prática?

J.G. – Bom, nós tínhamos uma parte que era muito [de] convivência com ONGs. Outra parte que, enquanto secretário, nós criamos o Serviço Nacional de Proteção à Testemunha. Uma coisa que foi do zero porque a primeira testemunha que precisava ser protegida eu levei para casa. A Maria Helena disse: “Não, pode ficar, mas dormir não.”

D.P. – Pode ficar o quê?

J.G. – “Pode ficar, mas dormir não.” [risos] Então durante toda a tarde ficou lá em casa. Não tinha nada. Está criado o Serviço de Testemunhas, por portaria. E a gente não tinha uma

infraestrutura. Agora, eu sempre tive essa filosofia. Você cria, que a organização vai atrás. Porque se você espera organizar para criar, no Brasil você perde cinco anos. Então está criada a secretaria, mas não tem nem lugar onde ficar e já apareceu um cara que precisa ser protegido. Eu digo: “Leva para casa. Vamos levar lá para casa.” E levei. A Maria Helena disse: “Tudo bem. Agora, dormir, não. Porque senão eu é que não vou dormir.” E eu, então, recebi o apoio de uma delegada da Polícia Federal. Ela disse: “Olha, doutor Gregori, eu já sei que nós temos um primeiro cliente, etc. e tal. Eu tenho um lugar onde ele pode dormir.” Eu digo: “Ótimo. Então quando for depois do jantar, o jantar eu dou e tal, você passa lá em casa. Tem o endereço e você leva ele para dormir onde você arrumou.” Quer dizer, uma coisa que veio do zero, que hoje é o Serviço de Proteção Nacional à Testemunha.

D.P. – E o senhor lembra esse caso? Quem era essa pessoa? Qual era o caso que...

J.G. – Era um sujeito da Paraíba. Ele era só testemunha. Ele tinha assistido o assassinato de um tio a mando de um político importante da Paraíba e temia, pelo fato dele ter que ir na Justiça dizer que viu quem foi que deu o tiro, [que] ele fosse sofrer alguma represália. Ouviu talvez no Jornal Nacional, em algum veículo de publicidade que foi criada a secretaria, foi para o Ministério da Justiça. [riso] O porteiro do Ministério da Justiça era um homem ultra articulado, seu Pereira. Disse: “Não, seu problema é... Problema de desesperado aqui é com o José Gregori. O senhor vai procurar o doutor José Gregori.” [riso] Aí o sujeito foi lá e foi o primeiro cliente do Serviço Nacional de Proteção à Testemunha.

D.P. – E quem era sua equipe? Você monta uma equipe nesse momento aí na secretaria.

J.G. – Eu fui ajudado diretamente por uma que já era minha secretária no tempo da chefia de gabinete. Ana Samico. Depois a Vânia me ajudou muito. É claro que o Núcleo de Estudos Contra a Violência foi sempre um aliado.

D.P. – Sérgio Adorno também participava?

J.G. – Sérgio Adorno também participava. A companheira do Sérgio Adorno, Paulo Sérgio, muita gente no Itamaraty. Uns três ou quatro embaixadores hoje.

D.P. – Luciano Martins era um deles, ou não?

J.G. – O Luciano foi logo para Cuba, etc. e tal, então... Quer dizer, era um aliado, mas não teve um papel de protagonista no sentido de me ajudar. Não sei se estou esquecendo de algum nome que tenha me ajudado muito além desses que a gente mencionou. Convivi muito com...

D.P. – E o seu contato com aquele núcleo inicial da Comissão Justiça e Paz continuava? Vocês continuavam, de alguma maneira tendo...

J.G. – Margarida Genevois. Ia muito a Brasília e a gente continuou fazendo algumas coisas juntos. O César Fernandes, o Júlio...

D.P. – Rubens César.

J.G. – Rubens César. Um grupo de Pernambuco, que criou uma ONG para me ajudar em um segundo momento, para a coisa deixar de ser tão empírica a ponto de eu levar o cara para casa.

D.P. – Foi o Gajop?

J.G. – O Gajop. Me ajudaram muito.

D.P. – O senhor lembra do Marcelo Santa Cruz?

J.G. – Me lembro do Marcelo Santa Cruz.

D.P. – Acho que ele teve um papel importante na fundação. É irmão de um desaparecido político, do Fernando Santa Cruz. Ele é advogado e ele foi um dos criadores do Gajop.

J.G. – Um grupo excelente. Fui muitas vezes a Pernambuco e acho que eles foram decisivos, digamos, na musculação, na musculatura do Serviço Nacional de Proteção. Fizemos um convênio imediato com eles e tal. O Gajop. O Oscar, sem dúvida, que começava a ser um ativista de direitos humanos, – Oscar Vilhena –, mais do que apenas um auxiliar, um assistente do Paulo Sérgio Pinheiro, como tinha sido, ou da Maria Helena Gregori, enquanto ela foi presidente da Comissão Teotônio Vilela. [Inaudível] lá em casa. Quer dizer, era uma secretaria que tinha que ser inventada quase que todo dia. “O que vamos fazer hoje?” Acho que uma militante que talvez a Dulce conheça, a Denise Paiva, me ajudou. Ela teve um papel

destacado no governo Itamar Franco. Depois foi ajudar a Ruth Cardoso e no fim foi trabalhar comigo no problema da violência nas escolas. Foi um dos programas que a gente fez. Violência nas escolas. Sem dúvida a Comunidade Solidária da dona Ruth. Algumas organizações eu mantive muito bom contato. Tive até um convênio com a Anistia Internacional. Tinha boas relações com a American [inaudível] e tive muito boa relação com a... Na época era Comissão Internacional de Direitos Humanos. Hoje, se não me engano, é Conselho de Direitos Humanos. Na época era presidente desse conselho a ex-presidente da... Era ex-presidente da República acho que da Islândia. Ela fez até uma visita ao Brasil e tal. Me ajudou muito.

A.S. – O senhor mencionou, falando desse porteiro, quando chegou essa pessoa pedindo auxílio da Secretaria de Direitos Humanos, que esses problemas de desesperados eram com o senhor Gregori. A gente pode expandir um pouco o sentido dessa frase para pensar que a questão dos direitos humanos no Brasil também pode ser, sei lá, talvez historicamente considerada problema de desesperados?

J.G. – Na época era.

A.S. – O senhor acha que isso já mudou? Foi mudando de lá para cá?

J.G. – Eu acho que ganhou uma institucionalidade hoje, quer dizer, ganhou uma ossatura de política pública ainda modesta, ainda sem a ênfase comparável a outros setores públicos, mas ainda tinha uma visão mais filantrópica do que institucional. O problema de gênero era um problema ainda de boa vontade, não tinham vindo as leis garantidoras dos direitos. A nossa relação com o Conselho das Mulheres era muito bom. Eu convivi bem com as diretoras da época. Convivi com uma carioca, a [inaudível], que foi presidente desse conselho, depois a que sucedeu a [inaudível], se não me engano, professora Jurema. Depois nomeei uma delegada de Pernambuco e a mesma coisa na... Foi criada, nesse interregno da comissão, uma comissão interministerial da igualdade racial e nós começamos a discutir governo com associações de afrodescendentes, tendo a intermediação da Fundação Palmares. A ponto de quando houve a Conferência de Durban, foi das primeiras que abrangeu toda a comunidade afrodescendente aqui no Brasil. Eu chefieei a delegação. Quer dizer, foi mudando.

D.P. – Essa conferência foi um marco, não é?

J.G. – Foi um marco. A maior delegação era brasileira e muito ecumênica.

D.P. – O senhor lembra dos debates? Um ponto central da... Quer dizer, claro que...

J.G. – Bom, estavam em gestação certas coisas que depois se tornaram leis. Mas como aglutinação dos interessados, os mais ativos, etc., foi um marco. Talvez tenha sido a maior congregação de esforços nesse sentido, que tenha se feito até aquele momento e com repercussão internacional, porque era no bojo de uma conferência internacional que essa presidente dos direitos humanos, presidente da Islândia, tinha aberto e dirigia em Durban, na África do Sul. O Mandela esteve presente. Então foi uma coisa importante. Maior delegação. Estava lá a Benedita, que era senadora. Muitos artistas globais, muita gente da Bahia, reitores, afrodescendentes presentes, alguns padres, mais mães de santo. Foi uma comitiva muito mesclada com o que era a sociedade brasileira, mas que ainda não tinha uma voz tão clara.

D.P. – Vocês organizaram a caravana brasileira, ou as pessoas foram com suas entidades?

J.G. – Houve um projeto preparatório de Durban. Eu usei muito como assessor o professor Ivair, que hoje está em Brasília.

D.P. – Tem um depoimento dele aqui no CPDOC;

J.G. – Do Ivair? Ele fez um livro, me pediu para prefaciar e tal. O Ivair escolheu uma turma de auxiliares e eles foram...

D.P. – Nessa altura já tinha a Secretaria da Igualdade Racial, não é isso?

J.G. – Nessa altura tinha...

A.S. – Comitê Interministerial.

J.G. – Comitê Interministerial.

D.P. – Ivair tem um papel importante nesse comitê, não é isso?

J.G. – Tem. E eu dirigia esse comitê. Para você ter uma ideia de como esse problema não é fácil, eu me lembro uma vez que o comitê estava reunido. Noventa e oito por cento do comitê

era afrodescendente. Só eu e um outro representante de um ministério, – eu não me lembro qual dos ministérios –, não éramos afrodescendentes. Eu disse: “Mas afinal de contas, vocês falam às vezes como se eu também fosse uma pessoa de preconceito.” Mas falei isso de uma forma meio magoada. Aí o Ivair disse: “Olha, doutor Gregori, é claro que o senhor é diferenciado da maneira como as pessoas brancas reagem a esse problema no Brasil como um todo. Mas o senhor não é ainda uma pessoa integrada na causa totalmente.” “Mas como é que é possível?” Disse: “Olha, o senhor está há três anos em Brasília. Alguma vez o senhor me convidou para ir à sua casa? Em uma das suas festas, em um dos seus jantares.” Eu digo: “É verdade. Nunca te convidei.” Ele disse: “Então é sinal de que existe uma separação. Mesmo nesse nível de uma comissão especializada e apostada na causa da integração, da diferenciação de qualquer discriminação, etc.” Você vê como a coisa não é fácil. Mas eu acho que a comissão, pelo o que eles representavam várias entidades, algumas na Bahia, outras no Rio Grande do Sul, uma coisa bem representativa, e eles disseram que a posição do presidente em reconhecer que no Brasil não existia igualdade tinha sido muito importante. Em primeiro lugar, tirar o assunto do congelador e aí, por um processo que não é imediato, você vai fazendo melhoras e hoje aquilo que era, digamos aí, propósitos mais éticos e de direitos humanos, no sentido da declaração universal de todos serem iguais, ainda não tinham leis tipificando a maneira de você não seguir esses princípios. Hoje, felizmente, existe uma legislação e a consciência do problema é muito maior do que foi.

D.P. – Agora, o senhor se antecipou com a criação do Comitê da Igualdade Racial, ou foi reivindicação do movimento negro, que nessa época está começando a se articular? O senhor lembra disso?

J.G. – Olha, meio a meio. O presidente sempre teve essa preocupação, porque ele estudou como sociólogo, tem um livro específico sobre a relação Rio Grande do Sul, onde fez uma pesquisa sobre isso. O estímulo que ele recebeu também da Ruth Cardoso, que se interessava pelo assunto como socióloga e como presidente da Comunidade Solidária. E os movimentos também, porque já conviviam conosco. Alguns deles desde o governo Montoro, porque o governo Montoro criou um comitê. Talvez tenha sido o primeiro. O primeiro. Se não me engano, chamava Condição Negra, uma coisa assim. Isso sempre tem, Dulce, uma sequência. Às vezes a coisa surge completamente do zero, mas geralmente tem uma sequência.

A.S. – O senhor mencionou que essas questões, os temas mais gerais do campo dos direitos humanos já possuem certa institucionalidade, mas a ossatura das políticas públicas ainda é modesta. Isso é muito significativo para compreender a nossa sociedade em uma perspectiva histórica. Em sua avaliação, porque é tão difícil no Brasil a gente encarar a questão dos direitos humanos com a seriedade e a relevância que ela precisa ter, como uma questão cara à sociedade brasileira?

J.G. – Bom, eu acho porque os direitos humanos mexem em princípios. Quer dizer, mexe em coisas que, geralmente, estão no sentido oposto à tradição cultural das pessoas. Outro dia, na Academia Paulista de Letras, um sociólogo, que é membro da academia, disse: “Difícil compreender esse atrito. Parece uma luta de classes entre afrodescendentes e não afrodescendentes. Para mim, que tive uma pajem que foi uma segunda mãe, Naná... Naná para mim é um mito e ela era tão dedicada, tão amiga, tão leal.” Então tem todo um estrato de vida que criou tendências culturais e, de repente, vêm os direitos humanos e coloca os princípios. [riso] A coisa tem que ser na base não do afeto, mas tem que ser do reconhecimento de direitos e esses direitos igualizam.

A.S. - Universalizam, não é?

J.G. - Universalizam. A coisa é um pouco *la petite difference*. Aí é que começam as dificuldades, entendeu? Em segundo lugar, porque também os resultados não são resultados de visibilidade imediata. São coisas que você, para entender bem, às vezes precisa do que vocês fazem melhor do que ninguém, que é pesquisa, que é visualização através de estudos, etc. É muito mais fácil o sujeito reconhecer um túnel que você abriu, que tem 25 km e uma ponte que passe em cima de um rio com muita quilometragem e equilíbrio, do que você reconhecer uma coisa que é um avanço na área de direitos humanos. Quer dizer, problema de atitude, problema de você mudar a maneira de viver em relação a um semelhante é uma coisa que não é fácil de ser configurada como todo mundo perceba isso. Os direitos humanos têm essa dificuldade inerente a eles mesmos, porque ele mexe dentro das pessoas em uma civilização que é muito cobradora de coisas explícitas, de coisas visíveis, coisas que são vistas e até pegadas. Essa é a dificuldade para... Uma pergunta inteligentíssima, mas difícil que você me fez. [risos]

A.S. – Acho que a gente pode fazer um intervalo agora. O que você acha?

D.P. – Não sei. Como é que estamos aí? O senhor quer intervalo agora, ou a gente espera mais um pouquinho para a gente almoçar?

J.G. – Bom, vamos ver. Eu acho que praticamente... A gente deixou de dizer alguma coisa?

D.P. – Antes disso, eu até queria então perguntar uma coisinha, antes dessa... Esse Plano Nacional de Segurança Pública, que você, acho, que elabora, logo que você assume o Ministério da Justiça, você lembra qual foi a sua intenção ao elaborar esse Plano Nacional de Segurança Pública? Porque essa é uma questão sempre caixa preta, não é? Parece que você condicionava o repasse de recursos ao compromisso com os direitos humanos. Teve algum impacto esse plano?

J.G. - Bom, o desafio foi exatamente colocar, – não sei se pela primeira vez, mas sem dúvida nenhuma pelas primeiras vezes –, o enfoque dos direitos humanos em uma questão de plano de segurança. Quer dizer, sempre ficou, e permanece até hoje, essa ideia que a gente procura desfazer, mas sempre fica um resíduo, de que os direitos humanos é uma coisa que acaba por favorecer mais o infrator do que a vítima e acaba, para aqueles mais radicais, atrapalhando até o trabalho da polícia. E de repente a conjuntura daquela época exigiu que o presidente apresentasse um plano de segurança, apesar de, constitucionalmente, isso estar mais na área dos estados, pela nossa organização constitucional. Mas não teve jeito. O governo federal teve que dizer alguma coisa em matéria de segurança e o presidente disse: “Bom, vamos dar o predomínio de visão ao José Gregori, por causa da tradição dele de direitos humanos e tal, como ministro da Justiça.” Mas colocou na comissão também o general Cardoso, colocou o chefe da Casa Civil. Quer dizer, mesclou um pouco essa comissão, mas visivelmente a ênfase foi para os direitos humanos. Então a coisa teve que ser feita nessa base. Nós chamamos os governadores de estado, todos. Dissemos o que iríamos fazer, que eles mandassem os secretários da segurança para uma reunião, em que a gente ia apresentar esses itens que compunham o plano, e eu consegui uma verba razoável para reequipamento de polícias, para modificação de recursos, para especialização. Reabrimos a escola da Polícia Federal, que estava fechada, em que ousou pensar que em grande parte, – não toda, mas em grande parte –, o prestígio e a funcionalidade que tem hoje a Polícia Federal em grande parte vem da

reabertura da academia da Polícia Federal, que estava fechada desde o tempo dos militares. Então foi um plano de segurança, digamos assim, cozinhado em uma banha diferente. Porque até então isso era visto pelo enfoque exclusivamente policial ou penal e, de repente, vem um plano que leva em conta o enfoque dos direitos humanos. A aceitação foi boa. Houve da minha parte uma grande preocupação de capilaridade, porque realmente eu fiquei com a sensação que a maioria das coisas o presidente quer, o ministro quer, o secretário-geral também quer, mas já a secretária do secretário-geral não toma conhecimento e muito menos a secretária da secretária. Quer dizer, a coisa não penetra. Então eu chamei todos os secretários de segurança e disse: “Olha, *à la* Betinho.” Eu me lembro do Natal sem Fome do Betinho. Me inspirou. Chamei todos os secretários de segurança e disse: “Olha, a gente pode estabelecer um dia em que toda prioridade, mesmo que seja durante algumas horas, seja para a questão de segurança. Quer dizer, aquele camarada, policial que estiver na estrada vai fazer com que exista um menor número de infrações. Quem estiver fazendo ronda vai conseguir que tenha menos casos.” É uma diminuição porque há um momento no mês e em um dia do mês em que todas as atenções vão ser a hora da segurança. Fiz isso durante alguns meses. Estava conseguindo resultados, porque a imprensa no começo deu apenas um registro, mas já no segundo mês deu um apoio maior. Depois eu pegava a lista de infrações que alguns pesquisadores meus faziam, tanto em trânsito como nas delegacias, e eu tirei os três sábados que se seguiram para ir ao gabinete e ligar. Disse: “Eu quero falar com o agente Silva.” Porque ele estava com a cópia da infração. Agente Silva. “O senhor tomou conhecimento de uma infração e tal na estrada de Olinda a Recife. O que o senhor fez?” “Mas quem é que está falando?” Eu digo: “É o ministro da Justiça. Meu telefone é tal. Se você achar que não é, você liga para esse telefone, que eu estou te esperando.” Quer dizer, eu mesmo passava horas e horas no sábado fazendo uma capilarização, digamos assim, das coisas que tinham ocorrido nessa... Eu acho que eram duas ou três horas em um dia na semana, que a gente escolhia. Uma espécie de sorteio para avisar todas as secretarias. “Olha, terça-feira que vem vai ser o dia do momento de segurança.” E com isso a gente estabeleceu uma forma diferente de capilarizar o plano, entendeu? Porque eu acho que é uma coisa que falta em geral, mas, consequentemente, em geral também na área de segurança essa transitabilidade do comando ou da determinação, da norma, para a coisa prática. E pôs o ministro a serviço disso. Por quê? Não só quando começava o momento da segurança eu escolhi alguma coisa em público e ia fazer. Por exemplo, pegava o helicóptero e ia em uma grande estrada ou ponto de maior

movimento lá, onde tinha tido mais acidentes, descia de helicóptero e tal. Todos os policiais viam, a imprensa noticiava. Como também no sábado subsequente a esse eu pegava o telefone e passava a manhã inteira telefonando para as pessoas em todo o país, porque era plano nacional. Então eu acho que do ponto de vista de... Para vocês é muito importante, pelo tipo de pergunta que vocês fazem, de marco foi um marco de um enfoque diferente dessa questão de plano de segurança. Acho que o plano confirmou umas coisas que vinham sendo feitas, mas se robusteceram com o plano. Uma delas a questão da desativação do Carandiru. Então eu não digo que o plano foi só um jato de boas intenções. Eu acho que foi além disso e começou uma coisa que, infelizmente, não teve muito seguimento. Logo depois eu deixei o ministério, fui para Lisboa e o ministro seguinte não prosseguiu com a intensidade que devia esse plano.

D.P. – Só para encerrar essa etapa. Acho que a gente tem que dar um intervalo.

J.G. – Esse plano veio um pouco depois daquele caso do moço no ônibus, que matou a menina aqui no Rio de Janeiro. Foi uma conjuntura pesada que o governo federal, apesar da Constituição, como eu disse, atribuía aos estados. A onda de opinião pública foi tão forte que não se pôde deixar de ter o plano.

D.P. – Governo Garotinho, não é?

J.G. – Foi governo Garotinho.

D.P. – Eu ia só perguntar ao senhor... Assim, essa passagem, essa sua nomeação para o Ministério da Justiça foi alguma surpresa, foi uma coisa natural? Como é que foi? Era o secretário nacional de direitos humanos e aí?

J.G. – Eu estava muito bem no campo dos direitos humanos. Estava muito bem. Inclusive, já estava com o prêmio da ONU. O que em termos de Narciso [riso] é um Narciso que só existe entre mim e o espelho. Ninguém mais sabe. Mas de qualquer maneira, nessa relação muito íntima de mim comigo, eu estava muito feliz. Digo: “Não, é uma coisa que deu certo, porque chegou a ter até repercussão internacional.” Então como é que eu me vejo lembrando o artigo que o filho do Rubens Paiva e tal... Quer dizer, descruzei os braços. Fiz o que pude. Então nada melhor do que você estar exercendo um cargo público com a alma leve. Mas aí

houve um problema entre o ministro da Justiça da época e um homem da confiança e até da estima grande do presidente da República. Era o general Cardoso na questão das drogas. Quem realmente comandar a questão das drogas... O José Carlos Dias achava que era ele, o ministro Cardoso achava que era ele, mas que tinha que ter uma colaboração muito presente e capaz de iniciativas através de um secretário nacional de drogas, que era homem da confiança do general Cardoso. Houve um atrito entre os dois e o presidente me falou: “Você [inaudível] esse atrito e tal. É delicado, isso e aquilo.” E eu, muito amigo do José Carlos Dias, com muita estima... O José Carlos Dias tinha sido meu companheiro de Comissão Justiça e Paz. E o General Cardoso era um homem com quem eu convivia muito bem. Muito respeito acredito que recíproco. Houve uma crise, porque era visível que o José Carlos não queria prosseguir como ministro com a presença do general Cardoso. O presidente não tinha como se desvencilhar do general Cardoso. Era julgado muito importante na arquitetura do governo. Isso se passou desde uma primeira conversa com o presidente, em que ele, assim, na despedida, disse: “Bom, em todo caso, como é na tua área, é bom você se preparar.” Mas a coisa ficou tão diluída, que eu me pus a ajudar para ver se achava uma solução, etc. Mas no terceiro dia a coisa estava cada vez mais radicalizada e não se resolveu. Eu estava me preparando para ir para Lisboa para assumir aquele grupo, aquela associação, aquela liga de países que falam a língua portuguesa. Foi uma ideia que o José Aparecido teve e foi concretizada em uma organização e tal, da qual o Brasil fazia parte. Tinha até uma afrodescendente como representante. Mas depois houve uma incompatibilidade diplomática dela com os outros membros. O Brasil teve que substituí-la. Então resolveram, como ela também era uma pessoa da área de direitos humanos e tal, resolveram substituí-la por mim. E a Maria Helena topou. Maria Helena topou, nós fomos para Portugal, chegamos a escolher apartamento e tal. Eu estava em tratativas para ir para Lisboa. Nesse dia as tratativas me levaram a uma conversa praticamente definitiva e operacional com o ministro do Exterior. Fui ao Itamaraty. Voltei do Itamaraty, quando eu voltei, pelo celular me disseram: “O presidente quer falar com você.” Eu preferi falar com ele no próprio ministério e não pelo celular. Quando chegou no ministério, eu liguei e nesse dia, como secretário nacional de direitos humanos, eu estava recebendo um embaixador. Se não me engano, era do Panamá. Um homem que tinha uma ideia de uma ONG latino-americana, etc. Então eu saí do Itamaraty para recebê-lo. Tinha acabado de receber e eu chamei também, como era uma coisa de ONG, solidariedade, disse para a Ruth Cardoso: “Você não quer passar lá pela Secretaria

Nacional de Direitos Humanos, que vai um embaixador? Queria que você também participasse da conversa.” E ela levou a Maria Helena, então por coincidência estavam ela, Maria Helena. Me despedi do embaixador, terminou a conversa comum e aí o telefone era o presidente. Fernando Henrique disse: “Você está de pé ou sentado?” Eu digo: “Eu estou de pé.” Ele diz: “Ainda bem. Porque o Itamar disse que notícia que a pessoa se torna ministro tem que se receber de pé. Então você já está de pé, vai receber a notícia que você é o novo ministro da Justiça do Brasil.” Eu digo: “Bom, se não tem outra saída, quero dizer que estou muito feliz.” Desliguei o telefone, passei para outra sala. As duas estavam conversando. Eu disse: “Olha, não precisam mudar o tratamento, mas agora eu teria direito a ser chamado de excelência, porque eu sou o novo ministro da Justiça.” Aí uma choradeira. [riso] Foi assim.

D.P. – Está ótimo. Legal. Vamos fazer o intervalo então?

[FINAL DO ARQUIVO 1]

A.S. – Bom, retomando a nossa entrevista, em 2000 o grupo Tortura Nunca Mais apresentou uma acusação de que funcionários federais, eles haviam se envolvido com situações de tortura e integravam aparato de regime repressivo durante a ditadura. E o senhor exonerou esses funcionários. O senhor pode contar para gente como foi esse episódio?

J.G. – Bom, eu tenho pouca recordação disso, mas de qualquer maneira, eu já tinha dito que como governo e como membro do governo foi tomada uma decisão de não tolerar, tolerância zero em relação à tortura. Que ela não existisse não há dúvida, tanto no plano político como no próprio plano policial, embora realisticamente a gente tenha que dizer que ainda no plano policial era uma realidade que persiste no Brasil. Como já tinha acontecido em outros casos, não admiti que continuassem usufruindo verbas do Estado, algum tipo de relação com o Estado, que estava sendo construído de forma democrática, quem tivesse algum tipo de relação com a tortura. Fosse diretamente, fosse indiretamente, mas de qualquer maneira, um tipo de convivência com a tortura. E nós recebemos uma denúncia do grupo Tortura Nunca Mais. Eu creio que através de uma audiência que eles marcaram. Acho que estava lá aquela carioca, que eu respeito muito.

A.S. – Cecília Coimbra?

J.G. – Cecília Coimbra. Certamente estaria a Suzana Lisboa. Isso eu tenho boa lembrança. Eu mandei verificar do que se tratava e os dois ou três relatórios que vieram foram no sentido de que as explicações dadas não tinham sido satisfatórias. Tinham sido explicações de não aprovação com os atos, mas circunstancialmente eles estavam, de certa maneira, envolvidos com os casos. Aí eu não tive dúvida de seguir esse princípio, que a gente já tinha adotado. Eu já tinha, conforme eu relatei aí, desconvidado um diretor da Polícia Federal que ia tomar posse e a gente suspendeu a posse. Ou tinha tomado posse e imediatamente foi desempossado. Esse detalhe eu não me lembro, mas eu digo, foi até por uma questão de coerência que a gente exonerou esse grupo. É o que eu me lembro.

A.S. – Pouco tempo depois, em 2001, baixaram uma medida provisória que cria a Comissão de Anistia e essa medida é regulamentada um ano depois, transformada em lei em 2002. Como foi esse processo de criação da comissão?

J.G. – Bom, aí permanentemente, desde que eu fui para o ministério para poder dar testemunho pessoal... Quer dizer, é uma coisa que vem de 1994. Na realidade, o governo começou em 1995. Em 1994 foi a campanha. Mas eu tive o primeiro cargo de chefe de gabinete do ministro da Justiça, que sempre houve uma movimentação de ex-militares, sobretudo na faixa de suboficiais, como de próprios funcionários, etc., reivindicando detalhamento e complementação das leis da anistia. Era um movimento muito organizado, com pessoas que tinham tido militância política e eram muito ativos. Quer dizer, boa parte das providências que a gente tomou nessa área foram fruto de uma pressão que esses grupos faziam, porque eles eram muito ativos e muito organizados. Nesse sentido, houve uma ideia de tornar essas reivindicações, que eram muito atomizadas, ficavam um pouco, – feia a expressão –, por tal coisa. Essa coisa foi discutida, foi examinada e tal e o governo, ou na integralidade, ou em uma parte, resolveu atender. Então cessava o interesse, o diálogo, a negociação para esse caso, mas sobravam outros. A ideia que se tinha era de dispersão, de esforços, de atomização, de providências, etc. Foi surgindo a ideia de se fazer uma coisa mais ampla, no sentido de uma revisão da Lei da Anistia, sobretudo tendo em vista essa parte que abrangia quem tivesse sido funcionário ou militar do governo. Quem começou a executar, no sentido de fazer um projeto, foi a gestão José Carlos Dias. Portanto, o meu antecessor. Mas a coisa não caminhou, embora tivesse sido muito discutido, várias minutas que foram examinadas. Aí também o advogado geral da União quis integrar esse grupo que discutia e

que estudava a possibilidade de uma revisão da Lei da Anistia nessa parte mais administrativa.

A.S. – O senhor lembra quem era o advogado?

J.G. – Quintão. Doutor Quintão. Primeiro nome não... Doutor Quintão. O fato é que aí veio a minha gestão, eu reconstituí a comissão para examinar e o projeto original tinha sido feito por um grupo em que a predominância era do Cerqueira. O fato é que se chegou à conclusão que era preciso ter uma comissão de anistia, porque realmente havia reivindicações que tinham que ser examinadas praticamente caso por caso. Então não dava para baixar uma lei que, do ponto de vista técnico, seria desaconselhável, porque é muito detalhista. Assim eu parti para a constituição de uma comissão, para rever a Lei de Anistia. Encareço principalmente na perspectiva administrativa. O fato é que saiu essa Comissão da Anistia e começaram a surgir os casos de postulação do seu alcance. Aí coincidiu ela instalada... Foi de minha iniciativa a instalação. Foi de minha iniciativa o envio do projeto para o Legislativo, que aprovou e o presidente sancionou. Mas uma vez funcionando essa comissão, já apreciando alguns casos, aí coincide com a minha saída para Portugal.

D.P. – O Legislativo fez alguma resistência quando foi encaminhado o projeto? Também em relação à Lei dos Mortos e Desaparecidos.

J.G. – Como eu disse um pouco antes de colocar essa informação, havia grupos muito organizados lutando por essa questão, tanto no nível de ex-militares, como de ex-funcionários. Eram grupos de pressão, do ponto de vista democrático, fazendo um tipo de competente interlocução com o Executivo. Mas a coisa era muito atomizada. Quer dizer, quase que a gente estudava e via que se fizesse tal coisa como tal grupo queria, abrangia alguns, mas deixava outros de fora. Então nasceu a ideia, e eu a fortaleci, de formar uma comissão, tendo em vista, inclusive, a boa experiência que eu tinha tido na Lei dos Desaparecidos.

D.P. – E a comissão teria representantes?

J.G. – A comissão teria representantes dos anistiados, teria representantes do governo e naqueles assuntos que dissessem a ex-militares das Forças Armadas e dirigida por um

presidente nomeado pelo ministro da Justiça. Quer dizer, vingou essa ideia de ter uma comissão e realmente eu instalei essa comissão e estive em gestão nos primeiros casos de apreciação dos casos que surgiam. Mas aí coincidiu que foi logo depois, quer dizer, foi um pouco antes de eu sair para Portugal. Aí como comentário, houve algumas leis posteriores, que vieram no bojo, digamos assim, na dinâmica que a Comissão da Anistia criou e, conseqüentemente, a lei que criou a Comissão de Anistia. O funcionamento dessa comissão e o alcance dessas leis posteriores não estão isentos de críticas. Muita gente criticou, achou que houve um alargamento abusivo em alguns casos. Eu não tenho condições para entrar no mérito, porque aí eu já tinha saído do ministério, mas eu digo: essas críticas surgiram depois da minha saída do ministério, mas com a superveniência de legislação complementar a essa, que é da minha responsabilidade, que é da criação da Comissão de Anistia e a possibilidade de certos casos serem revistos.

A.S. – Esse alargamento abusivo, ele dizia respeito à concessão da anistia para determinadas situações, ou ao valor da reparação econômica?

J.G. – Aí é questão do benefício em si, não da concessão.

D.P. – No Ministério da Justiça então o senhor fica pouco tempo, não é?

J.G. – Sob a égide dessa comissão que eu acompanhei e que fortalecia a ideia de se criar uma comissão, porque realmente a coisa era muito... Era uma colcha de retalhos em que era difícil. A legislação tinha que indicar os parâmetros, mas o enquadramento tinha que ser objeto de uma comissão.

D.P. – Mas nesses dois anos, o senhor como ministro, além dessa agenda em torno, enfim, desses temas vinculados da anistia, o que o senhor lembra, qual foi a agenda mais forte do ministério da Justiça? Quais foram os problemas, os dilemas?

J.G. - Olha, ainda para ficar no assunto da Lei dos Desaparecidos, eu consegui mandar um projeto prevendo uma reparação para a família daquele frade franciscano que se suicidou na França.

D.P. – Frei Tito?

J.G. – Frei Tito. Foi um pedido da família através do frei Beto. Mandeí também um projeto prevendo uma indenização para aquela secretária da OAB, que recebeu uma vez uma carta com explosivo.

D.P. – Dona Linda Monteiro.

J.G. - Dona Linda Monteiro. Mandeí também um projeto que uma vítima de uma bomba que explodira em São Paulo, do lado do consulado americano, tinha causado a perda de uma perna em um funcionário público da cidade de Santos, em São Paulo. E mandei também um projeto prevendo uma pensão, porque soube que a pensar que o Exército dera tinha prazo limitado e que, portanto, eles estavam sem receber nenhum tipo de ajuda para a família, pai e mãe, daquele militar que foi vítima de um dos primeiros atos da guerra revolucionária em São Paulo. Mário... É com k o sobrenome dele. Mário... O rapaz morreu. Acho que era Mário [inaudível], um coisa assim. Depois a gente pode... Isso no bojo da mesma perspectiva que eu tinha colocado a Lei dos Desaparecidos Políticos e tal. Mandeí esses projetos. Felizmente não teve resistência e todos eles foram aprovados.

A.S. - Isso no âmbito da Comissão de Anistia?

J.G. - Isso no âmbito da Comissão de Anistia, ou contemporaneamente ao ato de criação da Comissão de Anistia. Ainda como ministro da Justiça.

D.P. – Mas outros embates lá no Ministério da Justiça. O senhor lembra de outros embates?

J.G. – Bom, eu tive, além do Plano Nacional de Segurança, que foi uma questão de vulto... É que o dia a dia do Ministério da Justiça, quer dizer, daquilo que significa rotina, é um ministério muito sobrecarregado. Problema de nacionalidades, problema de passaporte.

D.P. – Por exemplo, a questão indígena não foi um problema?

J.G. – Ah, na questão indígena. Todo mundo me criticava porque cada pajé que me visitava era um relógio meu que ia embora. Eles olhavam com tal interesse, que no fim eu não podia deixar de oferecer. Eu digo: “Olha, você gostou desse relógio?” O camarada falava comigo e olha para o relógio, olhava para o relógio.

A.S. – Esse é bem bonito.

J.G. – Esse teria não escapado. Como eu tenho mania de relógio um pouco diferente, então não era só uma questão de gosto dos pajés. Mas de qualquer maneira nós tivemos uma boa porcentagem de territórios que foram reconhecidos como indígenas. Mas também tivemos muita reclamação de pessoas que tinham sido desalojadas para receber os índios, mostrando documentos dados pelo próprio Estado. Isso era uma coisa muito frequente no estado do Paraná. Vinham governos estaduais, estimulavam o acesso à terra, as pessoas iam, plantavam, essa plantação era sucedida por descendentes desses plantadores iniciais e de repente vinha o decreto dizendo que aquela terra era indígena, etc. Então era uma questão tormentosa no Ministério da Justiça, porque era um tipo de braço de ferro difícil de você optar e que ocupou muito, muito tempo. Acho que resolvi bem, porque eu tinha, na primeira metade do governo, um presidente do instituto indígena. Como é que chama o instituto indígena?

D.P. – Funai?

J.G. - A Funai. Que era muito resistente. Ele era crítico ao Ministério da Justiça e houve a celebração do centenário do Brasil, quarto centenário, quinto centenário, com festejos em vários lugares comemorativos da colonização. O fato é que esse tipo de mal-estar entre esse presidente da Funai e o ministro atingiu o máximo, porque o sujeito foi para a televisão e desancou, pôs toda a responsabilidade de ter havido um pouco de violência na Bahia por parte da Polícia Estadual mais do ministério, etc. Não me restou alternativa a não ser dispensar os serviços dele. Então foi um momento de estresse. Aí eu tinha como secretário executivo o Anastasia. Está na moda agora como relator do processo de *impeachment*. Antônio Anastasia. Era apenas um funcionário muito competente. Eu chamei o Anastasia e disse: “Olha, eu tenho que dispensar, porque o tal diretor, o presidente da Funai, tornou a coisa impossível. Vou dispensar e pensar agora. Vou consultar antropólogos para ver quem é que a gente põe lá, que realmente preste uma colaboração, mas nesse entretanto eu vou te nomear.” [riso] E o Anastasia me disse: “Olha, eu adoro a causa indígena, mas realmente eu acho que eu não tenho o menor traquejo para tratar com índio.” Então contra a vontade do Anastasia eu tive que colocá-lo por uma semana lá. Isso foi também uma questão de estresse. Mas salvo esses problemas internos...

D.P. – Aí depois, quando o senhor nomeia outra pessoa...

J.G. – Aí eu nomeio um bom antropólogo, um homem de muita confiança e tal. Não tive mais problemas, porque ele era respeitado na ala da antropologia. Se interessa muito pelo problema, ou pelo menos naquela época se interessava pelos defensores da causa indígena. Tanto assim, que a partir dessa nomeação, eu fiz muitas viagens para me reunir com indígenas. Eu estive em lugares onde havia uma forte incidência de assentamentos indígenas e fiz uma viagem até com a Bibia para um lugar lindo. Essa coisa do índio, naquela época, de estar imbricada na questão da justiça, de direitos humanos, etc., tinha muito a ver, mas não era uma coisa fácil, porque o presidente da Funai, no interregno entre o antropólogo que eu arrumei, que deu certo, e o Anastasia, que não apreciava esse tipo de trabalho, teve um outro que era um ambientalista conhecido lá de São Paulo e ele chegou um dia a receber umas tribos e as tribos o sequestraram. Quer dizer, não podia sair do prédio. Ficaram guardando ele lá e tal. Isso por 48 horas até a gente poder conversar e mostrar que não era essa a maneira de agir e etc. Não era uma questão fácil como já não tinha sido no tempo do Jobim, que fez uma revisão jurídica das áreas que tinham sido declaradas como de uso indígena, mas sem apreciação do Supremo. E no finzinho do governo do José Sarney houve uma decisão do Supremo indicando que havia possibilidade de anular essas reservas feitas porque elas não tinham obedecido o princípio da contrariedade. Quer dizer, não tinham ouvido as pessoas que estavam... Que eventualmente algumas, felizmente, você podia fazer a declaração sem encontrar ninguém lá que não fosse descendente de índio, não fosse índio propriamente dito. Mas outras, como eu disse, tinham sido objeto de disposição estatal para outros fins agrícolas e sem beneficiar diretamente os índios. Isso não tinha sido obedecido. Então o Jobim, como ministro, reviu caso por caso e submeteu o princípio da contrariedade para evitar, para prevenir que, de repente, o Supremo anulasse toda essas reservas que tinham sido feitas. Quando eu fui ministro já vigorava esse princípio e, portanto, as reservas que eu declarei, que não foram poucas, sempre obedeceram esse princípio da contrariedade e tal. Que eu saiba, até hoje eu não tive notícia de nenhuma reserva daquelas que eu fui o outorgante, digamos assim, tenha sido anulada ou tenha sido objeto de contestação judiciária, etc. Eu também tive boa convivência com ambientalistas. No caso indígena tive boa relação com a Manuela, acho que Carneiro, que é uma ambientalista. Tive boa convivência com o rapaz também que é ambientalista, dedicado à causa indígena, que teve uma participação muito grande quando no governo Lula se discutiu o Código Florestal. Quer dizer, eu tive boa convivência com essa área e acho que foi talvez a minha propensão legalista. De qualquer maneira, hoje, pelo o que

eu saiba, a Funai já não pertence mais ao Ministério da Justiça. Está vinculada a outro ministério. Outro assunto que realmente cobrou esforços do Ministério da Justiça foi a questão presidiária em níveis ainda muito precários. Naquela época não diferente, mas de qualquer maneira foi objeto de um maior aproveitamento das verbas que eu arrumei quando nós fizemos o Plano Nacional de Segurança. Foram destinados a esse setor de reformas em presídios, de transformação. Um pouco antes ficou pronto o conjunto de penitenciárias para substituir o Carandiru em São Paulo, mas quando implodiram o Carandiru foi um mês ou um mês e meio antes. Quer dizer, um mês e meio depois que eu saí de ministro. Eu não estive na foto. Eu perdi duas fotos. Uma foto foi essa. Ainda bem que eu recebi depois uma carta muito amável do governador que implodiu, do Geraldo Alckmin, reconhecendo o esforço que eu tinha feito, e do diretor de presídios de São Paulo, de sobrenome Nagashi, também reconhecendo o que tinha sido a minha luta para que aquele item do Plano Nacional de Direitos Humanos fosse cumprido. Agora, outra foto que eu perdi foi que eu uma vez recebi um político em desventura. O que é um político em desventura? Disputou uma eleição e não conseguiu ganhar. Então o camarada fica... Não tem outra profissão e tal. E ele foi um dia conversar comigo. Era até de Pernambuco. Sujeito forte, bem elegante, etc. Eu sei que, de repente, eu fui conversar com um amigo meu, que era do Tesouro Nacional, e ele estava esperando a audiência dele. Aí foram queixas sobre queixas, lances biográficos, etc. Eu acho que, no fim, ele ficou super ligado a mim, porque eu fui para tratar de um assunto em que eu ia ficar 5min na sala de espera e de repente eu fiquei umas 2h30min, ou 3h ouvindo o desabafo dele. De repente, ele, como era suplente, assumiu e ele disse expressamente porque foi ao Ministério para dizer: “Olha, eu peguei a relatoria do novo Código Civil e o novo Código Civil transita na Câmara há cerca de uns 20 anos. Mas eu me imponho conseguir que o novo Código Civil pelas minhas mãos saia.” Na última versão desses 20 anos, que era do professor Miguel Reale, de São Paulo. Não esse do *impeachment*, mas o pai desse do *impeachment*. O fato é que se deu o que ele esperava e anunciara. O novo Código Civil foi aprovado. Ele me telefonou e disse: “Ministro Gregori, o senhor é a primeira pessoa, além dos que acabaram de aprovar, a saber que o Brasil tem um novo Código Civil. Pelo apoio que o senhor já esqueceu que o senhor me deu um dia em uma sala de espera, em que eu estava quase que a um passo do suicídio. Então o senhor está sabendo, como eu já anunciara, que o Código Civil foi aprovado.” Eu digo: “Bom, eu pelo menos vou comunicar ao professor Miguel Reale, porque ele foi meu professor e tal.” E liguei para o professor Miguel Reale. O

professor Miguel Reale disse: “Ah, que bom, porque o ministro Fernando Henrique assina e o senhor referenda. E eu fico muito satisfeito com isso.” Bom, aí faltava uma ida desse projeto já aprovado para a comissão de redação. Aí doutor José Gregori sai do ministério, vai para Lisboa. Quando volta dessa comissão de redação para receber o referendo, o ministro já era outro. Eu deixei de referendar. [riso] É a segunda fotografia que foi tirada sem a minha modesta presença. Mas o interessante é que em política a gente não deve ter muitas expectativas, porque as coisas realmente são de tal maneira imprevisíveis, que um detalhe na redação talvez ou de um título, ou de um parágrafo, fez o projeto voltar o suficiente para não ter o tempo material de ser referendado por mim. Aí é pura vaidade inócua, porque na realidade o fato de você referendar é que todos os exemplares que são impressos do Código Civil do Brasil no fim têm o nome do Fernando Henrique e o nome do ministro que me sucedeu. Quer dizer, mera vaidade que não tem nenhuma importância, mas vale pelo pitoresco e pela lição pessoal.

D.P. – Mas sucedeu por um período curtíssimo, não é?

J.G. – Foi questão de dias talvez. Quer dizer, se eu tivesse ficado mais uma semana ou 10 dias...

D.P. – Quem foi que sucedeu mesmo?

J.G. – Foi o hoje senador Aloysio Nunes Ferreira.

D.P. – E por que você então saiu?

J.G. – Porque fui para a embaixada.

D.P. – Não valia a pena esperar o final do governo?

J.G. – Se eu soubesse... Aí também houve um defeito de assessoria. Quer dizer, se a assessoria tivesse me informado que o referendo ainda dependia dessa passagem na comissão de redação final eu talvez tivesse pedido para o Aloysio... Dissesse: “Aloysio, se a gente prorrogar essa sua posse por 10 dias...” Eu tenho impressão que o Aloysio teria concordado. Mas o fato é que são lições que a gente tira da vida pública, que é preciso sempre ter uma certa expectativa de que as coisas deem errado. No Plano Nacional de Segurança, eu tive uma

boa surpresa, porque o plano era um plano custoso, precisava dessas verbas para dar certo e eu consegui, na visão final do governo para o plano, aprovação pessoal do presidente. Saí do Palácio da Alvorada, – porque foi no Palácio da Alvorada que houve essa reunião –, e dei uma entrevista sobre as linhas gerais do plano e etc. Aí uma jornalista da Globo falou: “Olha, esse plano, ministro, vai ser mais um plano. Porque todo plano depende de recursos e esse não tem recursos.” Eu digo: “Não, você está errada, porque tem recursos de tanto e tal, que foi aprovado pelo presidente, etc.” E fui embora. Aí me liga o ministro da Fazenda, o Malan e disse: “Olha, José Gregori, você precisa desmentir, porque saiu uma aí uma entrevista, você disse que o Plano de Segurança tem tanto de recursos e não tem.” Eu disse: “Olha, Malan, você sabe a admiração que eu tenho por você e tal. O plano não tinha, mas agora tem, porque eu consegui a aprovação do presidente.” Ele disse: “Oh, José Gregori, é uma coisa tão grave, que nós temos que ir ao presidente.” Eu digo: “Então vamos ao presidente. Eu estou saindo imediatamente.” Aí retornamos para o Palácio, reabrimos a questão e o Fernando Henrique me deu ganhou de causa. O ministro do Planejamento, que tinha ido com o Malan, disse: “Agora precisamos, Malan, fazer um esforço desses que a gente perde dois dias de sono e tal, para achar uma forma de financiar esse plano.” E realmente ele achou e não foi por falta de recursos que o plano não teve a repercussão que podia ter tido. Mas eu digo que se não fosse a jornalista da Globo... Eu sempre fiquei com essa impressão de que se não fosse a jornalista da Globo ter feito aquela crítica, talvez o plano não tivesse recursos mesmo, porque talvez antes de publicar eles fossem ouvir só o Ministério da Fazenda. Então eu devo a essa jornalista da Globo, que fez uma crítica veemente, o fato desse plano ter tido os recursos, porque no fim tanto o ministro da Fazenda, que era o Malan, como o ministro do Planejamento, acharam um jeito de financiar o plano. O ministro da Justiça também vive um pouco por conta da política internacional, por causa do problema de drogas, problema de fronteiras. Isso tudo vai bater no Ministério da Justiça. Então nós tivemos muito problema, esse problema de fortalecer as fronteiras brasileiras, principalmente no tocante à droga. No tocante à droga eu recebi a visita de um juiz italiano que tinha sido muito importante no combate às drogas. E ele me disse: “Olha, ministro, não sei que providência o senhor está tomando. Parece que o senhor esteve viajando pelas fronteiras. Isso é muito importante, mas isso...” A expressão que ele usou em italiano: “É metade da laranja.” Aí em italiano ele falou: “[Inaudível]”. Porque [inaudível] êxito. Ele combate contra as drogas. E ele falou no problema da delação em drogas. Eu estava terminando a revisão do projeto que criou aí, por

lei, o Serviço de Proteção à Testemunha. E disse: “Eu vou colocar um artigo criando a delação.” Mas pensando em drogas. E de próprio punho nesse projeto, eu digo: “Olha, rebatam isso antes de mandar para a Câmara. Mas com esse artigo a mais, que haverá um tipo de compensação na condenação à pessoa que prestar uma ajuda útil ao Judiciário na ampliação das investigações.” Ajuda útil. Não usei a expressão delação premiada. Essa não é minha. Mas eu acho que a sementinha foi esse artigo, que foi encaixado no projeto de criação do Serviço de Proteção à Testemunha. Historicamente se pensava na época em esse tipo de colaboração útil para o campo das drogas. Não se pensava, não ouvi ninguém, muito menos eu pensei, que isso pudesse ser um instrumento na questão de combate à corrupção interna. Quer dizer, quem de agora em diante passou a usar a delação premiada, passou a dar um destino a essa delação diferente dos criadores da primeira sementinha da delação, ou da colaboração útil, conforme a gente chamou em um projeto, mas pensando no combate às drogas. Por causa desse problema internacional é também o porquê eu me envolvi no caso do tal pastor, Caio Fábio, que nós comentamos no almoço. Porque sobrepairava sobre ele a acusação de que ele tinha sido um dos feitores, ou se não feitor intermediário de um dossiê, que dizia que o presidente, o José Serra, o Mário Covas e o Sergio Mota tinham contas em um paraíso fiscal, em Cayman. O aprofundamento das investigações que nós fizemos, inclusive com ida de agentes federais para os Estados Unidos, uma coisa bem feita e profunda, apurou que os tais documentos que ele quis repassar, a troco de receber uma determinada quantia e tal, eram documentos forjados. Eu não tenho lembrança se ele participou da forja dos documentos. Eu estou mais propenso a acreditar e a me lembrar que ele foi mero intermediário. Quer dizer, uma coisa que foi feita por outros e que ele quis passar adiante. Foi o tipo de envolvimento que ele teve, mas o suficiente para ser processado e apenado. Esse é um dos exemplos para dar a vocês, digamos, o mostruário da problemática do Ministério da Justiça. Eu tive que, por exemplo, tentar, não consegui, ver se trazia de volta para o Brasil, para ser condenado, através de um pedido de extradição de um banqueiro, que ficou mais ou menos muito notório no Brasil, o Cacciola. De repente ele vivia na Itália, nós fizemos um esforço muito grande para ver se conseguíamos a extradição dele da Itália para cá, mas não consegui. Por sua vez, tive que às pressas fazer um convênio para estabelecer uma prisão federal, porque não tinha nenhuma prisão federal e era um caso federal, contra um camarada que no estado do Acre matava os inimigos com serra. Não sei se vocês se lembram. Ele chegou a deputado. Deputado federal. Mandava eliminar os inimigos. Motosserra. Foi um

corre-corre porque, de repente, a gente conseguiu, aí devo dizer em um depoimento desses, que o presidente da Câmara, naquele tempo o Michel Temer, acelerou o processo de cassação dele, que permitiu a prisão pela Polícia Federal. Mas depois tinha um problema. Como era uma prisão federal, por questão de segurança, ele tinha que ficar no estado do Acre e não tinha prisão federal naquele tempo. A primeira prisão federal quem construiu foi, no governo Lula, o ministro da Justiça de então, o grande advogado Márcio Thomaz Bastos. Mas eu consegui fazer um convênio com o governador de estado da época e construir um mini... Quer dizer, na penitenciária do Acre um puxadinho, que era federal. Coloquei lá esse ex-deputado, que a notícia que eu tenho é que está preso até hoje. Está em vias de ser solto, mas ficou preso. Quer dizer, nós estamos falando de um fato ocorrido há 14 anos. Quer dizer que ele ficou preso 14 anos, o que, em termos de Brasil, é um período assinalável.

D.P. – A sua ida para a embaixada... Ou queria perguntar antes?

A.S. – Na verdade, eu ia um pouco mais frente. Então a gente fala sobre a embaixada, depois eu faço a pergunta.

D.P. – Por que você vai para a embaixada? Como é que é essa combinação?

J.G. – Bom, aí o presidente estava tendo problemas políticos de ajeitamento interno. Ele tinha que deslocar o chefe da Casa Civil, que era o Aloysio. Por acordos políticos, etc., o lugar do Aloysio podia ser dado para essa combinação política com mais possibilidade de facilidade dos projetos serem aprovados na Câmara. Essa contabilidade de um presidente ou de um governo com a Câmara é uma realidade. O que precisa haver são combinações exclusivamente em um plano político. O que se deplora hoje é que parece que às vezes essa combinação política extrapolou os limites da política e penetrou o caso de troca de favores e até troca de numerário. Então eu digo isso repetindo até o que eu coloquei no livro. O Brasil tem dois problemas que precisam ser resolvidos em uma proposta de reforma política. Um é esse problema do financiamento das candidaturas. É uma questão ainda em aberto saber que tipo de representatividade diminui a taxa daqueles que têm se sobrepujarem aos que não têm, que foi um pouco o que aconteceu comigo, – pelo menos na minha percepção –, com a minha vida de parlamentar. E segundo lugar o Brasil tem esse problema. No presidencialismo você precisa do apoio da Câmara e do Senado. Tem uma hora que a questão é aritmética. Quem

tiver mais votos aprova o projeto, quem não tiver esses votos não aprova. Eu não quero entrar em uma discussão que é tão complexa e tão atual, tão dia a dia nos dias de hoje para ser isenta, mas de qualquer maneira foi um pouco o que aconteceu com a presidente Dilma. Ela foi perdendo aos poucos, por razões que agora a história, ou ela mesma em uma autocrítica venha a dizer, mas de uma bancada confortável, que ela tinha na Câmara e no Senado, a pouco e pouco ela foi perdendo e conseguiu perder um *minimum minimorum*, que é o número de votos que você tem que ter para não ser objeto do *impeachment*. E ela não conseguiu, pelo menos no primeiro turno, ou na primeira rodada do processo do *impeachment*, ela não conseguiu evitar o *impeachment* nem na votação na Câmara e nem no Senado. Isso cria uma dinâmica inevitável entre o governo central e a Câmara de negociação. Essa negociação às vezes custa a necessidade que você tem de arranjos de cargos para conseguir o apoio de partidos. No meu caso específico de ministro da Justiça tinha uma velha reivindicação do governo português, que tinha ficado e manifestado isso expressamente, muito gosto em me receber como presidente ou como representante do Brasil na tal comissão de países que falam... CPPL. Como países que falam a língua portuguesa. Os portugueses diziam: “Mas nós ficamos tão animados com a presença do José Gregori.” Estava sempre no nosso radar a possibilidade de um dia ir parar em Portugal por causa da simpatia que eles tinham revelado quando eu estava a um passo de me tornar membro da CPPL. De forma que o presidente, um dia, em um almoço, na presença até da Ruth e da Maria Helena, disse: “Olha, José, eu tenho necessidades políticas de fazer um rearranjo no governo e se eu conseguisse colocar uma outra pessoa no Ministério da Justiça, eu obteria vantagens nisso, mas quero dizer a você com toda a franqueza da nossa amizade e tal, se você quiser, você vai até o fim do meu governo. Até o último dia do meu governo. Se você não quiser, está à sua disposição a embaixada ou da Itália, ou de Portugal.” Ele acabou de falar a Maria Helena disse: “Nós vamos para Portugal.” [riso] Diante disso, eu fui para Portugal.

D.P. – Quem foi que ficou na Casa Civil no lugar do Aloysio Nunes? Você falou que o Aloysio foi para o Ministério da Justiça.

J.G. – Olha, eu acho que foi o que é prefeito hoje de Manaus. É um nome conhecido. Foi um deputado combativo.

D.P. – Mas ele era de que partido na época? Você lembra? Ele fazia parte da aliança?

J.G. – Fazia aliança.

D.P. – Ele não era do PSDB?

J.G. – É. Lá atrás eu acho que ele foi Partidão. Era muito ligado ao Roberto Freire uma época. É o prefeito hoje de Manaus. Quer dizer, para vocês que pesquisam coisas em aramaico, isso aí... [riso]

D.P. – Mas foi uma decepção ou você foi bem? Maria Helena ficou feliz e você? Ficou meio triste de sair?

J.G. – Não, não fiquei, não. Porque o problema é o seguinte: na vida você tem intuições que quando correspondidas pela vida te deixam muito agradável. Eu era estudante de colégio e foi uma professora muito esnobe dar geografia. No primeiro dia ela fez uma espécie de inquérito. “Quero saber quem são os meus alunos.” Ela perguntava lá umas tantas coisas e dizia: “O que você quer ser na vida depois de formado?” E eu, por causa de jeito de esnobe dela, disse: “Eu vou colocar embaixador.” Ela foi comentando ficha por ficha e tal e disse: “Como? Temos aqui um embaixador.” O que os meus colegas aproveitaram para me tirar o sarro anos e anos. Embaixador para cá, embaixador para lá. Então, quando a gente comentou a decisão que, a rigor, foi da Maria Helena, eu disse: “Olha, eu estou feliz porque eu cumpro o desejo de um adolescente de, – eu devia ter, na época, uns 16 anos –, 16 anos. Foi quando eu disse para alguém que eu ia ser embaixador. [riso] E tinha, portanto a maior frustração de não ter cumprido essa promessa. Agora vou ser embaixador.” Eu fiquei feliz, porque acho que o que eu podia fazer no Ministério da Justiça, a coisa, de certa maneira, estava feita. Quase que eu estava nos últimos tempos, repetindo rotina. Em segundo lugar, Realmente, seja porque a resposta que eu dei para a professora não foi um repente, mas foi alguma coisa que eu sempre tive respeito pela profissão, pelo ofício, pela missão, pela vocação de embaixador. E sempre tive fascínio por Portugal. Tanto que aceitei um cargo que era muito difícil da associação dos países que falam a língua portuguesa. Isso ficou meio engasgado e foi uma forma de desengasgar, a embaixada.

A.S. – Nosso tempo está bem... Eu queria fazer então uma última pergunta talvez. Pulando um pouquinho para a frente em tempo, em 2009 é organizada uma comissão especial no âmbito do Ministério da Defesa, – o ministro da Defesa era o Nelson Jobim –, para

localização dos restos mortais de guerrilheiros do Araguaia. O senhor integrou essa comissão?

J.G. – Integrei.

A.S. – Como foi o trabalho da comissão?

J.G. – Olha, foi muito de levantamento. Havia um conselho, do qual eu fazia parte, que às vezes a gente se reunia uma vez por mês.

D.P. – Qual o nome desse conselho?

J.G. – Era um conselho de acompanhamento do levantamento da área do Araguaia e tal.

A.S. - Era o Comitê Interinstitucional de Supervisão das Atividades do Grupo de Trabalho?

J.G. – Isso. É isso. Bem grande a sigla. O Jobim fez uma coisa bem interpartidária. Porque eu me lembro que quem foi assessor de imprensa do Lula fazia parte desse conselho. Era uma coisa, portanto, pluripartidária. Mas todos com alguma vinculação com direitos humanos. Não resultou nenhum tipo de localização, mas eu acho que como tudo foi fotografado com fotografia até aérea, a região para onde ia se voltar a fazer a mesma tarefa foi levantada como nunca, porque eu mandei para lá duas comissões, mas nunca tive um tipo de resposta, do ponto de vista técnico, tão exaustiva, tão pormenorizada como essa que vinha. Quer dizer, o Jobim, através das Forças Armadas, ou de contrato com firmas especializadas, a região possível em que houve um tipo de combate, um tipo de atuação dos guerrilheiros, talvez seja o resultado da comissão, porque a coisa não resultou do ponto de vista de nenhuma localização. Mas foi feito esse levantamento geofísico, digamos assim. E também uma ouvida, que eu acho que para quem examinar o assunto não deixa de ser de grande atividade, de eventuais testemunhas que tiveram ao tempo relação com os guerrilheiros. Isso tudo está gravado, tem em áudio.

A.S. – E a gente tem acesso a esses testemunhos?

J.G. – Quer dizer, esse material deve estar no Ministério da Defesa. É um material copioso, um material denso, tanto do ponto de vista de levantamento, como do ponto de vista de testemunhas, etc. Mas não resultou, que eu me lembre, em um tipo de localização efetiva.

D.P. – Mas e a sua presença na região? Foi uma coisa difícil? Do ponto de vista tanto da logística, vocês ficavam...

J.G. – Eu já tinha tido bastante entrosamento com a questão na Lei dos Desaparecidos. Na minha lista a maioria é do Araguaia. Quer dizer, sempre me chamou atenção o tipo de decisão que faz um grupo, que não tem condições de êxito militar, mas assim mesmo enfrentar o sacrifício, porque realmente, sob qualquer aspecto que se examine a questão, do ponto de vista técnico, a disparidade de forças era muito grande. Muito grande. Em segundo lugar, essa questão de você contar como pelos testemunhos a gente chega a essa conclusão. Eles pensaram muito no tipo de apoio que poderiam receber da população local. E eu fiquei sempre com o testemunho de um embaixador brasileiro, que uma vez conversou com o Guevara antes, um pouquinho antes do golpe contra o presidente Goulart e um pouquinho depois, dias depois que o Goulart foi deposto. O embaixador quis dar as explicações e tal e a resposta do Guevara, que ele me transmitiu, – eu ponho isso até no livro –, ele disse: “*Señor embajador, en la lucha pela emancipación de America Latina no si puede confiar nin en los sargentos.*”¹⁰³ Isso ficou sempre na minha cabeça. Então eu sabia que, na realidade, eu estava, tanto na Lei dos Desaparecidos como quando eu fui para essa comissão a pedido do Jobim, que eu ia tomar conhecimento de uma ilustração dessa tese de que na guerrilha o último apoio que você deve esperar é da população local. Porque a população local está muito distante do teu entendimento ideológico, em primeiro lugar. Segundo lugar, muito premida por necessidades e muito humanamente compreensível, vendo que um lado é mais forte que o outro. Isso dá para perceber. De repente o sujeito pede ajuda para um deles para ter um facão e de repente ele vê que no dia seguinte esses e os companheiros dele estão sendo bombardeados por cima por uma esquadrilha. Não precisa ser uma pessoa superdotada para perceber que tem um lado que é muito mais forte que o outro. Então eu tive sempre muito respeito por esse pessoal do Araguaia, porque foi um ato de idealismo nesse sentido de a pessoa não cogitar nada mais do que dar um testemunho de coragem contra uma coisa que ele acha que está prejudicando o país dele. Então para responder a tua pergunta.

D.P. – Dá para a gente continuar um pouco?

¹⁰³ “Senhor embaixador, na luta pela emancipação da América Latina não se pode confiar nem nos sargentos.”

J.G. – Olha, eu sou meio aflito, porque tem o problema do tráfego.

D.P. – Está bom. Então a gente agradece muito. O senhor quer falar alguma coisa para a gente encerrar aqui os trabalhos?

J.G. – Bom, eu quero dizer que eu pensei que a coisa mais gratificante para um homem público fosse realizar. Em função desse que eu achei que era a grande contrapartida que você teria, eu dediquei muitos anos da minha vida a tentar realizar. Mas agora, nessa altura da minha vida, estou vendo que ainda mais gratificante do que realizar é você encontrar pessoas que conheçam que você realizou e tenham prazer de ouvir você falar sobre essas eventuais realizações, de maneira que eu estou muito feliz como se estivesse... Esses dois dias foram dias que me retemperaram, que lembrei de coisas estressantes, sem dúvida nenhuma, coisas que remexem com o fundo da alma da gente, mas é uma remexida tão bem conduzida, que eu realmente vivi dois dias muito felizes da minha vida e eu devo a vocês. Se algum dia alguém se aproveitar dessas notas, dessa experiência feita letra de fôrma na vida pública, ou mesmo no relato que fizer como historiador, ou como antropólogo, ou como cientista político etc., eu vou ficar muito feliz e vou dizer que, do ponto de vista de quem passa uma experiência, eu passei tudo não só sobre o filtro da memória, mas também pelo meu melhor sentimento de falar a verdade.

A.S. – Muito obrigada.

J.G. – Muito bom.

[FINAL DO DEPOIMENTO]